



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO E ESTUDOS SUPERIORES  
CAES "CEL PM NELSON FREIRE TERRA"**

**CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS - CAO-I/09**

**"ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE IMPACTO NA  
SEGURANÇA PÚBLICA, POR CONTA DE EXPEDIENTES  
IMOBILIÁRIOS – A PREVENÇÃO DO CRIME ATRAVÉS DO  
GERENCIAMENTO URBANO"**

**Cap PM CARLOS COTTA RODRIGUES**

**São Paulo**

**2009**



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO E ESTUDOS SUPERIORES  
CAES "CEL PM NELSON FREIRE TERRA"**

**CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS - CAO-I/09**

**"ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE IMPACTO NA  
SEGURANÇA PÚBLICA, POR CONTA DE EXPEDIENTES  
IMOBILIÁRIOS – A PREVENÇÃO DO CRIME ATRAVÉS DO  
GERENCIAMENTO URBANO"**

**Cap PM CARLOS COTTA RODRIGUES**

Monografia de conclusão de curso, sob orientação do  
Ten Cel PM José Félix Drigo – Comandante do  
6º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana.

**São Paulo**

**2009**

Cap PM CARLOS COTTA RODRIGUES

**" ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE IMPACTO NA  
SEGURANÇA PÚBLICA, POR CONTA DE EXPEDIENTES  
IMOBILIÁRIOS – A PREVENÇÃO DO CRIME ATRAVÉS DO  
GERENCIAMENTO URBANO "**

Data de Aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nota:

Banca Examinadora:

---

Ten Cel PM José Félix Drigo  
Polícia Militar do Estado de São Paulo  
Orientador

---

Cel Reserva PM Orlando Rodrigues de Camargo Filho  
Coordenador Geral da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil  
do Município de São Paulo

---

Prof. Dr. Túlio Kahn  
Coordenador da Coordenadoria de Análise e Planejamento - CAP  
da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo

Esse trabalho é dedicado a:

A Joemí Corrêa Lourenço, esposa, companheira e amiga, que sustenta com grandeza, graciosidade e humildade todos os momentos difíceis.

## **AGRADECIMENTOS**

A meu Orientador Ten Cel PM José Félix Drigo, pelos conselhos e longas conversas de aprendizado e análise crítica do trabalho.

Ao Cel Reserva PM Orlando Rodrigues de Camargo Filho, pelo incentivo por acreditar no tema proposto.

Ao Prof. Dr. Túlio Kahn, pelo apoio e permissão para utilização da equipe técnica, especializada em estatística e geoprocessamento, da Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Ao Ten Reserva PM Osvaldo Hermógenes Júnior e à funcionária Cristiane de Leo Ballanotti, todos da CAP – Coordenadoria de Análise e Planejamento, pelo empenho na realização dos trabalhos estatísticos e de geoprocessamento

O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer.

Albert Einstein

## RESUMO

A “ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA, POR CONTA DE EXPEDIENTES IMOBILIÁRIOS – A PREVENÇÃO DO CRIME ATRAVÉS DO GERENCIAMENTO URBANO” é um tema de estudo que objetiva apresentar as técnicas científicas mais utilizadas no mundo de prevenção do crime através do gerenciamento urbano, tais como “Crime Prevention Through Environmental Design – CPTED”, “Design Against Crime – DAC” e “Problem-Oriented Policing – POP”. Essas técnicas já se mostraram ferramentas poderosas de prevenção primária, inclusive influenciando outras ciências, como exemplo a própria Arquitetura, com o movimento americano “The New Urbanism/Traditional Neighborhood Design”. As cidades têm se tornado um conglomerado globalizado. As soluções aplicadas para o enfrentamento da dinâmica criminal no mundo, alterou-se drasticamente. Atualmente, já não é aceito o policiamento reativo. A palavra de ordem é a cooperação, participação e o gerenciamento urbano. Como os crimes ocorrem nas cidades e essas cidades cresceram de maneira desordenada, é necessário repensar ações e definir mais atentamente o modelo das cidades. Já não é suficiente o planejamento no nível estadual. Torna-se imprescindível a aproximação e troca de experiências no nível municipal. O município é o pólo gerador de conflitos sociais, muitas vezes incentivado por Planos Diretores Estratégicos não participativos, do tipo “Apartheid”.

O problema em uma cidade repercute em muitas outras, da mesma forma que os impactos no meio-ambiente. O estudo procurou comprovar que os empreendimentos imobiliários tais como “*Shopping*” Centers, Universidades e Hospitais, implantados na cidade de São Paulo causam impacto significativo, inclusive, mudando a ecologia ambiental do entorno. Através de levantamentos estatísticos e de mapas geoprocessados procurou-se comparar os efeitos nos indicadores criminais, “antes” e “depois” da implantação do empreendimento imobiliário. Com os dados estatísticos e geoprocessados comprovou-se os fundamentos das técnicas apresentadas no estudo. Procurou-se também esclarecer que os estudos e análises criminais, no mundo, são aplicados como ciência, podendo ser reproduzidos em ambientes similares, mas sempre com trabalho multidisciplinar e participativo, envolvendo toda a sociedade e principalmente os municípios. A pesquisa de campo realizada buscou esclarecer os problemas encontrados na elaboração e aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança, do qual a Polícia Militar do Estado de São Paulo não participa. Por fim, foram apresentadas propostas de ações estratégicas para a implantação de técnicas de segurança preventiva primária.

**Palavras chave:** Prevenção primária do crime, Gerenciamento urbano, Prevenção do crime através do desenho ambiental, Desenho contra o crime, Novo urbanismo.

## ABSTRACT

The "ELABORATION OF TECHNICAL LAUDO OF IMPACT IN THE PUBLIC SAFETY, due to REAL STATE FILES - THE PREVENTION OF THE CRIME through URBAN " GERENCIAMENTO is a study theme that objectifies to present the scientific techniques more used in the world of prevention of the crime through the urban gerenciamento, such as " Crime Prevention Through Environmental Design - CPTED ", " Design Against Crime - DAC " and " Problem-Oriented Policing - POP ". Those techniques powerful tools of primary prevention were already shown, besides influencing other sciences, as example the own Architecture, with the American " movement The New Urbanism/Traditional Neighborhood Design ". The cities have if turned a conglomerate globalizado. The solutions applied for the enfrentamento of the criminal dynamics in the world, he/she lost temper drastically. Now, no longer the policiamento reagent is accepted. The order word is the cooperation, participation and the urban gerenciamento. As the crimes happen in the cities, and those cities grew in a disordered way, it is necessary to rethink actions and to define the model of the cities more sincerely. No longer it is enough the planning in the state level. He/she becomes indispensable the approach and change of experiences in the municipal level. The municipal district is the generating pole of conflicts social, a lot of times motivated by Plans Managing Strategic non participativos, of the type " Apartheid ".

The problem in a city rebounds in many other, in the same way that the impacts in the middle-atmosphere. The study tried to check that them real state enterprise such an as "*Shopping*" Centers, Universities and Hospitals, implanted in the city of São Paulo, cause significant impact, besides changing the environmental ecology of the I spill. Through statistical risings and of maps geoprocessados it tried to compare the effects in the criminal indicators, before " and " later " of the implantação of the real state enterprise. With the statistical data and geoprocessados he/she was proven the foundations of the techniques presented in the study. It was also tried to illuminate that the studies and criminal analyses, in the world, are applied as science, could be reproduced in similar atmospheres, but always with work multidisciplinar and participativo, involving the whole society and mainly the municipal districts. The accomplished field research looked for to illuminate the problems found in the elaboration and approval of the Study of Impact of Neighborhood, of which the Military Police of the State of São Paulo doesn't participate. Finally, they were presented proposed of strategic actions for the implantação of techniques of primary preventive safety.

**Words key:** Primary prevention of the crime, New Urbanism, Crime Prevention through Environmental Design, Design Against Crime.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Imagem do Planejamento Estratégico no item Foco Institucional .....	41
<b>Figura 2</b> – Traçado das linhas no Metrô e CPTM .....	42
<b>Figura 3</b> – “Hot spot” de roubo/São Paulo .....	42
<b>Figura 4</b> – Mapas comparativos da evolução dos “hot-spots” de roubo/São Paulo..	43
<b>Figura 5</b> – Evolução do número de mortes em incêndio/últimos 50 anos .....	56
<b>Figura 6</b> – Formatura das crianças no treinamento de segurança contra incêndio ..	57
<b>Figura 7</b> - Treinamento de RCP nos colégios.....	57
<b>Figura 8</b> - Conscientização da população após evento que causa comoção .....	58
<b>Figura 9</b> - Arquitetura indutiva de desenvolvimento.....	58
<b>Figura 10</b> – Investimentos em prevenção – “Fire Prevention” e “Fire Investigation”	58
<b>Figura 11</b> – Imagem do <i>site</i> da Polícia de Nova York de uma procurado e a recompensa.....	62
<b>Figura 12</b> - Denúncia com recompensa e campanhas educativas para selecionar recepção de chamadas .....	63
<b>Figura 13</b> – Ferramentas e Técnicas de Análise Criminal – Estudos Criminológicos, Outubro de 2008, pág. 8 .....	77
<b>Figura 14</b> - Evolução das maiores cidades do mundo até 2015 .....	79
<b>Figura 15</b> – PMESP na formatura de encerramento da Operação .....	82
<b>Figura 16</b> – Mapa de origem destino .....	100
<b>Figura 17</b> – Avaliação-1 do Calçadão de São Paulo nos 10 últimos anos .....	101
<b>Figura 18</b> – Avaliação-2 do Calçadão de São Paulo nos 10 últimos anos .....	102
<b>Figura 19</b> – Mapa dos “buffers” de furtos na Universidade Nove de Julho - Vergueiro/SP .....	116
<b>Figura 20</b> – Teste de imagem do sistema Rotakin .....	158

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Crescimento da população do Estado de São Paulo.....	30
<b>Gráfico 2</b> - Efetivo da PMESP x População SP .....	30
<b>Gráfico 3</b> - Evolução do Efetivo da PMESP a partir de 1980.....	31
<b>Gráfico 4</b> - Crescimento cumulativo do número de Normas da ABNT.....	54
<b>Gráfico 5</b> - Representação gráfica dos indicadores criminais resultante dos “buffers” – Hospital São Luiz .....	121
<b>Gráfico 6</b> - Representação gráfica dos indicadores criminais resultante dos “buffers” – Hospital Sapopemba.....	126
<b>Gráfico 7</b> - Comparativo entre a evolução criminal e implantação do monitoramento CFTV para todos os estacionamentos .....	159
<b>Gráfico 8</b> - Comparativo entre a evolução criminal e implantação do monitoramento CFTV para todos os estacionamentos alto risco .....	160
<b>Gráfico 9</b> - Comparativo entre a evolução criminal e implantação do monitoramento CFTV para todos os estacionamentos médio risco .....	160
<b>Gráfico 10</b> - Comparativo entre a evolução criminal e implantação do monitoramento CFTV para todos os estacionamentos baixo risco .....	161

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Efetivo total – Quadros QPPM e QPPF .....	30
<b>Tabela 2</b> - Média de Policiais para cada 100 mil/hab.....	31
<b>Tabela 3</b> – Indicadores Criminais.....	32
<b>Tabela 4</b> – Comparação de 24 dias com policiamento versus 24 dias com policiamento reforçado .....	33
<b>Tabela 5</b> – Homicídios Dolosos na Área Geográfica da BCS Jd. Ângela .....	33
<b>Tabela 6</b> – Indicadores Operacionais (média mensal de 2007).....	34
<b>Tabela 7</b> – Resumo das ocorrências atendidas .....	55
<b>Tabela 8</b> - Critérios para aplicação do EIV.....	112

## LISTA DE FOTOS

- Foto 1** - Rua da Consolação antes (esquerda) e depois (direita) da “Operação Cidade Limpa ..... 136
- Foto 2** - Rua da Consolação antes (esquerda) e depois (direita) da “Operação Cidade Limpa ..... 137
- Foto 3** - Perspectiva da nova característica construtiva. Prédio misto à direita (residencial com comercial) e à esquerda a tradicional residência unifamiliar ..... 155

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>SIGLA</b>	<b>SIGNIFICADO POR EXTENSO</b>
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIA	American Institute of Architects
AISP	Área de Interesse de Segurança Pública
BPM/M	Batalhão de Polícia Militar Metropolitano
CAES	Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores
CAP	Coordenadoria de Análise e Planejamento
Cia PM	Companhia de Polícia Militar
CONSEG	Conselho de Segurança
COPOM	Centro de Operações da Polícia Militar
CPA/M	Comando de Policiamento de Área Metropolitana
CPC	Comando de Policiamento da Capital
CPI	Comando de Policiamento do Interior
CPP	Cartão de Prioridade de Patrulhamento
CPTED	Crime Prevention Through Environmental Design
DAC	Design Against Crime
DP	Distrito Policial
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
EM/PM	Estado Maior da Polícia Militar
GCM	Guarda Civil Metropolitana
GGI-M	Gabinete de Gestão Integrada do Município de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares
OPM	Organização Policial Militar
NBR	Norma Brasileira Regulamentadora
NFPA	National Fire Protection Association
NORSOP	Normas para o Sistema Operacional de Policiamento da

	Polícia Militar
POP	Problem-Oriented Policing
PM	Polícia Militar
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PPI	Plano de Policiamento Inteligente
RAIIA	Relatório de Averiguação de Indício de Infração Administrativa
ROCAM	Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SWOT	Strengths, Weakness, Opportunities and Threats
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>1 ESTRATÉGIA DA POLÍCIA.....</b>	<b>26</b>
1.1 .. Planejamento .....	27
1.2 .. Fator limitante .....	28
1.3 .. Prazo .....	34
1.4 .. Sustentabilidade .....	35
1.5 .. Panorama Atual .....	36
1.6 .. Planejamento Estratégico 2008-2011.....	37
1.7 .. Missão Institucional.....	38
1.8 .. Análise dos Cenários Atuais e Futuros.....	39
1.9 .. Identificação do Foco Institucional.....	41
1.10 Polícia, Cidade e Cidadão.....	45
1.11 Paradigma da necessidade de aumento de efetivo da PMESP x Exemplo dos Corpos de Bombeiros.....	53
1.12 Paradigma da Integração Cooperativa.....	59
1.13 Polícia Cooperativa, sim nós podemos.....	60
<b>2 A CIDADE E A ESPECULAÇÃO.....</b>	<b>65</b>
2.1 Cidade, Violência e Prejuízo Financeiro .....	71
2.2 Zoneamento e seus Reflexos Criminais .....	74
2.3 Megacidades.....	78
2.4 Aldeia Global.....	80
2.5 Cidade e Despertar Gerencial.....	81
2.6 Cidade e Estatuto da Cidade .....	84
<b>3 PLANO DIRETOR NA VISÃO GERENCIAL .....</b>	<b>89</b>
3.1 Município de São Paulo .....	89
3.2 Gabinete de Gestão Integrada - Gabinete de Segurança.....	95
3.3 Calçada 1998-2008 – 10 Anos de Avaliação .....	99
3.4 A Opinião dos Pedestres .....	100

3.5	A Opinião dos Proprietários .....	102
3.6	Pedestres X Proprietários .....	102
3.7	1998 X 2008 – Pedestres .....	102
3.8	Conclusões .....	103
3.9	Estatuto da Cidade e Plano Diretor - Visão Legal .....	103
3.9.1	Introdução .....	103
3.9.2	Conclusão .....	106
3.10	Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV .....	106
3.11	Estudo de Impacto de Vizinhança e o Pólo Gerador de Tráfego .....	110
3.12	Pólos Geradores de Tráfego .....	111
<b>4</b>	<b>CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESIGN – CPTED .....</b>	<b>115</b>
4.1	Componentes do Trabalho de Newman .....	117
4.1.1	O Papel da Arquitetura para o CPTED .....	119
4.1.2	Estratégias para o Ambiente Construído .....	119
4.1.3	Estratégias Ambientais .....	120
4.1.4	Atividades de Apoio .....	128
4.1.5	Eficácia e críticas .....	128
4.1.6	Quatro obstáculos à adoção do CPTED .....	129
4.1.7	Tipos de problemas abordados pelo CPTED.....	132
4.1.8	Terceira Geração do CPTED .....	134
4.1.9	Atributos da Sustentabilidade .....	134
4.1.10	Custo da não Aplicação do CPTED.....	136
4.2	Prevenção do Crime na Inglaterra .....	138
4.2.1	Conceito de Prevenção do Crime através do Design – DAC.....	138
4.2.2	Abordagens Contemporâneas da Prevenção do Crime .....	140
4.2.3	Aplicação da Lei e da Justiça Penal .....	141
4.2.4	Prevenção de crime em comunidades .....	141
4.2.5	Desenvolvimento da prevenção do crime .....	142
4.2.6	Prevenção do crime situacional .....	143
4.2.7	Casos de sucesso do DAC .....	147
4.2.8	Futuras questões do “DAC” .....	150
4.3	O Desafio do Novo Urbanismo .....	151



## **5 ESTUDOS DE CASOS E SUAS SOLUÇÕES, UTILIZANDO-SE CPTED E DAC 156**

5.1	Implantação de CFTV nos estabelecimentos do entorno do Metrô de Londres	156
5.1.1	Conclusão	161
5.2	Estudo da implantação de Controle de Acesso, Limitação Territorial e Vigilância Natural na Empresa Mercedes-Benz do Brasil, em São Bernardo do Campo	162
5.2.1	Conclusão	164
5.2.2	Estatísticas e fotos	164
5.3	Implantação de Controle de Acesso, Delimitação de área, Vigilância Natural em evento “Festa das Nações”, em São Bernardo do Campo	164
5.3.1	Conclusão	166
5.4	Problem-Oriented Policing no mundo	167
5.4.1	Estudos das ferramentas de POP na Holanda	169
5.4.2	Quatro casos de sucesso de prevenção aplicada	172
5.4.2.1	Os agentes de vigilância em transportes públicos	172
5.4.2.2	Escolas: O Projeto de prevenção ao absenteísmo	173
5.4.2.3	Habitação Popular: “The Neighborhood Project”	174
5.4.2.4	Lojas: Um “Shopping” Center em “Utrecht”	176
5.4.2.5	Avaliação de Projetos de Prevenção	177
5.4.2.6	Após as experiências: Institucionalização	180
5.4.2.7	O futuro da prevenção do crime na Holanda: Considerações	181

## **6 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A EVOLUÇÃO CRIMINAL NO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO E A EVOLUÇÃO CRIMINAL NA ÁREA TERRITORIAL DA COMPANHIA PM..... 184**

6.1	“Shopping” Metrô Boulevard Tatuapé	184
6.2	Hospital São Luiz – Tatuapé	186
6.3	Bourbon “Shopping” Pompéia	187

## **CONCLUSÃO ..... 190**

## **PROPOSTAS..... 196**

**REFERÊNCIAS..... 199**

**ANEXO 1** – Site com apresentação de manuais para solução de problemas – “PROBLEM-ORIENTED POLICING- POP” .....203

**ANEXO 2** – Resultados Criminais da utilização do CPTED na unidade Mercedes-Benz do Brasil e Mapa da localização do evento “Festa das Nações”, todos em São Bernardo do Campo ..... 204

**ANEXO 3** – Conceitos Básicos de Geoprocessamento ..... 208

**ANEXO 4** – Manual Básico com os principais critérios de aplicação do CPTED ... 215

**ANEXO 5** – Relação dos Locais Pesquisados ..... 234

**ANEXO 6** – Gráfico da Evolução Criminal de 2001 a 2008 em “*Shoppings*” e demais Mapas avaliados através de “BUFFERS” e Gráficos para cada empreendimento analisado: “*Shopping*” Metrô Boulevard Tatuapé, Santana Parque “*Shopping*”, Bourbon “*Shopping*” Pompéia ..... 235

**ANEXO 7** – Gráfico da Evolução Criminal de 2001 a 2008 em “*Shopping*”s e demais Mapas avaliados através de “BUFFERS” e Gráficos para cada empreendimento analisado: Hospital São Luiz, Hospital Sapopemba ..... 258

**ANEXO 8** – Gráfico da Evolução Criminal de 2001 a 2008 em “*Shoppings*” e demais Mapas avaliados através de “BUFFERS” e Gráficos para cada empreendimento analisado: Universidade São Judas Tadeu – *Campus* Butantã, Universidade São Marcos – *Campus* Tatuapé, Universidade Metodista de São Paulo – *Campus* São Paulo, Universidade Bandeirante – UNIBAN Sul – *Campus* Morumbi II, PUC – Pontifícia Universidade Católica – *Campus* Santana, Universidade Nove de Julho – *Campus* Vergueiro, Universidade Bandeirante – UNIBAN Tatuapé – *Campus* Tatuapé ..... 272

<b>ANEXO 9 – Tabelas da Evolução dos Índices Criminais da 2ª Cia do 23º BPM/M, 1ª Cia do 8º BPM/M e 6ª Cia PM do 8º BPM/M.....</b>	<b>316</b>
<b>ANEXO 10 – Design Against Crime – Solução para “Desmanches”.....</b>	<b>319</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa, tendo como limite territorial o Município de São Paulo, é provar que alguns tipos de empreendimentos imobiliários são impactantes em uma determinada circunvizinhança, (que recebe a denominação mais usual, na PMESP, de “Área de Interesse para a Segurança Pública - AISP” e que estamos denominando de “ambiente criminal”). Utilizou-se recursos de geoprocessamento para estabelecer a relação “causa-efeito” entre o empreendimento imobiliário (instalado e a ser construído), e os indicadores criminais, com base na dispersão a partir do local analisado.

Desta forma, pretende-se mostrar que no mundo, as diversas polícias, instituições e sociedade, em parceria, buscam soluções preventivas primárias, que são definitivas, através de aplicação de técnicas científicas e irrefutáveis comprovações.

Cotidianamente, as Companhias de Policiamento territoriais enfrentam os indicadores criminais, tabulados pelo Infocrim, através do Plano de Policiamento Inteligente-PPI; mas, ocorre que as exigências da Organização bem como de respostas à sociedade, muitas vezes direcionam esses Comandantes por caminhos do imediatismo, com soluções ortodoxas da utilização das mesmas ferramentas.

Muitas propostas para diminuição de indicadores criminais resultam da aplicação de soluções ortodoxas, padronizadas; uma cópia sempre do mesmo, sendo que o problema criminal sai de uma posição territorial para ocupar outra vizinha em um ciclo interminável.

Não se resolve definitivamente o “ambiente criminal” anterior e, portanto, parte-se para o posterior, sendo que muitas vezes volta-se ao primeiro após algum tempo.

O estudo do ambiente urbano tem sido relegado e, a cooperação e integração de ações, muitas vezes não é, sequer, lembrada, como é o caso do

“Relatório sobre Averiguação de Indício de Infração Administrativa – RAlIA”, que caiu em descrédito pela falta de acompanhamento gerencial da própria PMESP.

As hipóteses, primeiramente levantadas no projeto de pesquisa, estão voltadas para o aspecto da oportunidade que a PMESP tem de se utilizar dos mecanismos criados no Estudo de Impacto de Vizinhança (integrante do Estatuto da Cidade) e do próprio Plano Diretor Estratégico Participativo dos municípios.

A falta de estacionamentos, do número adequado de vagas ou a cobrança pela utilização forçam alguns consumidores ou usuários a estacionar seus veículos no entorno dos empreendimentos, o que facilita a ação criminosa.

A ação criminosa pode ser entendida como impacto ao meio ambiente por desestabilizar a sustentabilidade urbana, sendo que uma melhor concepção urbanística na circunvizinhança desses empreendimentos pode contribuir para a diminuição do número de delitos.

A análise e aprovação prévia de projetos urbanísticos para esses empreendimentos, com a participação ativa da PMESP podem prever e corrigir possíveis áreas de risco aos usuários do empreendimento.

Dessa forma o “Estatuto das Cidades” e o EIV (relacionados com os EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto ao Meio Ambiente), poderão ser mecanismos interessantes e armas poderosas em favor da Segurança Pública.

A melhoria da segurança urbana e a conseqüente diminuição do impacto sobre a vizinhança estão relacionadas diretamente com a proteção ao meio ambiente, pois as alterações no entorno dos empreendimentos se dão como na Ecologia, e devem ser estudadas.

O estudo do Pólo Gerador de Tráfego, uma das exigências da Lei 10.257, denominada “Estatuto das Cidades”, pode facilitar o entendimento do volume de tráfego esperado, bem como pode apontar para soluções que facilitem a mobilidade

e o acesso ao empreendimento, sem a utilização de veículos particulares.

A pesquisa se baseou no levantamento quantitativo e qualitativo de todos os crimes, mas separou e estudou, mais profundamente, os indicadores criminais de roubo outro, roubo a transeunte, roubo de veículo, furto outro, furto a transeunte e furto de veículo.

A pesquisa busca também comprovar que esses índices criminais variam de acordo com o período do dia e do ano de acordo com a maior ou menor utilização dos serviços ofertados pelos empreendimentos imobiliários.

Por último, pretende-se demonstrar que existe, no indicador roubo de veículo, um problema de gestão por parte do município, que não realiza a fiscalização dos acordos firmados através dos Estudos de Impacto de Vizinhança em cumprimento ao Plano Diretor, Lei de Zoneamento e Código de Obras do Município.

No desenvolvimento deste trabalho serão apresentados modernos processos e técnicas utilizados no mundo, sendo que todos abordam a solução de problemas criminais de maneira científica, voltadas para a prevenção primária, utilizando-se do gerenciamento urbano. As técnicas abordadas foram: “Problem-Oriented Policing - POP”, “Design Against Crime” e o “Crime Prevention Through Environmental Design – CPTED”.

A documentação técnica pesquisada é internacional, uma vez que não foi localizado no Brasil, material que abordasse o tema, sendo inclusive motivador da maior dificuldade da pesquisa.

A metodologia empregada foi a de pesquisas bibliográficas de textos, entrevista, consulta a entidades, sites da “internet” e dados técnicos internacionais (de experiências e metodologias existentes e atualmente aplicadas no mundo).

Foram selecionadas 13 edificações em 03 grupos, entre “*Shopping*” Centers, Universidades e Hospitais, em todas as regiões de São Paulo, de acordo com a

tabela constante no Anexo 5. Tal seleção baseou-se no fato de se poder realizar o comparativo dos eventos criminais de “antes” e “após” a implantação.

Adotamos como período de pesquisa do Infocrim o compreendido entre janeiro de 2001 e dezembro de 2008, uma vez que nos interessava constatar que após a sua construção e início de operação, havia alteração na modalidade criminosa tanto qualitativa quanto quantitativa, foram elaborados mapas geoprocessados, com base em “buffers” para 50, 100, 150 e 200 metros e avaliadas as alterações no ambiente, sendo ainda confeccionados gráficos comparativos entre as modalidades criminosas, a mudança dos índices criminais a partir do ponto considerado, comparativo “mês a mês”, do “antes” e “depois” da implantação do empreendimento, bem como gráficos das alterações das modalidades criminais ocorridas.

Para as edificações selecionadas (“*Shopping*” centers, universidades e hospitais), serão sempre dois mapas plotados um considerando as modalidades de furtos e outro considerando-se as modalidades de roubos.

Para facilitar o trabalho utilizou-se como critério de pesquisa para o “depois” da implantação do empreendimento a data limite de 31 de dezembro do mesmo ano. Para a avaliação do “antes” da implantação do empreendimento, utilizou-se o mesmo período de meses e a data limite do ano anterior como 31 de dezembro. Desta forma, pode-se padronizar a avaliação e realizar a comparação entre períodos idênticos.

Foram utilizados os “buffers” para comprovar que a partir do ponto central, que é a localização do empreendimento imobiliário os índices criminais aumentam, comprovando os princípios do “Crime Prevention Through Environmental Design – CPTED”.

Nesse trabalho pretende-se ainda provar que:

- empreendimentos imobiliários com tipo de uso escolhidos apresentam impacto criminal significativo no seu entorno;

- o Estudo de Impacto de Vizinhança citado no Estatuto da Cidade e realizado pelo Município de São Paulo é uma boa ferramenta, quando avalia o pólo gerador de tráfego, mas que falta ainda um adequado mecanismo de fiscalização e adequada política de gerenciamento voltada para as diferenças de usos de edificações, resultando no acréscimo quantitativo dos indicadores criminais;
- os indicadores criminais são regulados também pelo fluxo de atividades comerciais, culturais e assistenciais das edificações;
- existe uma modalidade criminosa que sobressalta em relação às demais e difere do período anterior a implantação do empreendimento imobiliário;

Foi realizada comparação entre a evolução dos índices criminais que ocorreram na área dos “buffers” de 3 (três) empreendimentos instalados, com a evolução dos índices criminais na área territorial da Cia PM onde se localiza o empreendimento. Tal pesquisa tem como objetivo provar que, o aumento dos índices criminais ocorridos no entorno do empreendimento imobiliário, são “eventos isolados” em relação à evolução dos índices criminais que ocorrem na companhia territorial, sede do empreendimento (**Anexo-9**).

As pesquisas foram realizadas com apoio da Coordenadoria de Análise e Planejamento – CAP, para os levantamentos dos “buffers” bem como para o levantamento dos índices e indicadores criminais do Infocrim.

O P/3 da 2ª Cia PM do 6ºBPM/M realizou o levantamento e contato para obtenção de informações complementares relacionados com a localização de Delegacia de Polícia - DP sede de cada empreendimento, ano de inauguração desses empreendimentos, população flutuante e fixa (**Anexo-5**).

Alguns resultados da pesquisa estatística constam nos **Capítulos 4 e 6** deste trabalho monográfico.

A pesquisa foi orientada pelo Ten Cel PM José Félix Drigo, Comandante do 6º BPM/M.



O tema deste trabalho monográfico está inserido na área de concentração CIÊNCIAS SOCIAIS E ESTRATÉGICAS INSTITUCIONAIS, na subárea de concentração POLÍTICAS E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS e à linha de pesquisa POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, alinhado à Teoria da Responsabilidade Normativa (Sower, C. Formula for Change, pág. 13, apresentado em aula pelo Maj PM João Alfredo Grodzicki, em matéria de Doutrina e Filosofia de Polícia Ostensiva e Prevenção Primária - CAO/2009), pois esta proposta aponta para a oportunidade de ampliação da tecnologia policial diminuindo o impacto das ameaças, conjugando forças e diminuindo fraquezas, na medida em que se aproxima da população e de representantes governamentais, somando esforços e apresentando soluções permanentes, diminuindo os recursos investidos pelo Estado, com base no reordenamento gerencial urbano.

# 1 ESTRATÉGIA DA POLÍCIA

Toda organização, pública ou privada, para alcançar seus objetivos necessita conhecer suas deficiências e suas limitações, para poder realizar um diagnóstico adequado e uma visão de futuro sem distorções e sem aspirações inatingíveis.

Somente com visão sistêmica na análise dos ambientes interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças), é que se pode falar em planejamento e estratégia organizacional.

Michael Porter<sup>1</sup>, ao referir-se à estratégia no campo empresarial, define-a como:

A estratégia é a criação de uma posição única e valiosa que engloba um conjunto diferente de atividades. Se apenas houvesse um posicionamento ideal, não haveria necessidade de estratégia. A essência do posicionamento estratégico é o de escolher atividades diferentes das dos rivais. Se o mesmo conjunto de atividades fosse o melhor para produzir todo o tipo de variedades, de satisfazer todas as necessidades e de ter acesso a todos os consumidores; então as empresas poderiam facilmente substituir-se entre si e a eficiência operacional determinaria os resultados.

Outro conceito, formulado por Rebouças<sup>2</sup>, ajuda a entender o que é estratégia:

**Estratégia:** é a ação ou caminho mais adequado a ser executado para alcançar, preferencialmente de maneira diferenciada, os objetivos, desafios e metas estabelecidos, no melhor posicionamento da empresa perante seu ambiente. É importante procurar substabelecer estratégias alternativas para facilitar as alterações dos caminhos ou ações de acordo com as necessidades. As estratégias podem ser estabelecidas por área funcional da empresa. A partir das estratégias, devem ser desenvolvidos projetos, os quais são consolidados através de planos de ação, quando envolvem diferentes áreas da empresa.

Lopes<sup>3</sup> durante as aulas da disciplina de Política e Estratégia, assim definiu

---

<sup>1</sup> (PORTER, Michael. O que é Estratégia. Disponível em <<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/adm/asplam/estrategia.pdf>>. Acesso em 04 out. 2008 às 10h06)

<sup>2</sup> (OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de Planejamento Estratégico Conceito Metodologia Práticas. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 53.)

<sup>3</sup> (NOTA: PAULO MARINO LOPES é Cel Res PM, Professor de Política e Estratégia no Curso Superior de Polícia I/2008.)

estratégia:

É a arte de aplicar os meios disponíveis para atingir os objetivos. Significa criatividade dentro do possível e comporta a escolha dos meios e das táticas mais adequadas. Subordina-se à política.

### 1.1 Planejamento

Como a política afeta diretamente a execução da estratégia, esta deve ser a mais ampla possível, avaliando todos os ambientes previsíveis e imprevisíveis, pois não se justifica, após uma avaliação estratégica a limitação de ações.

A sociedade se modifica com grande velocidade, os problemas sociais aumentam com o aumento populacional, sendo que a reboque dessas questões, advêm mais conflitos sociais e conseqüentemente o risco de aumento de eventos criminosos.

Esse é o ponto principal no planejamento futuro da PMESP, que está intimamente ligado à sua capacidade de responder ao possível aumento criminal, sem ter garantido o aumento de recursos.

Ainda, Rebouças,<sup>4</sup> em sua obra Planejamento Estratégico, ao mencionar o propósito do planejamento, especifica:

O propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz. Dentro deste raciocínio, pode-se afirmar que o exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos, desafios e metas estabelecidos para a empresa.

O planejamento é uma ferramenta que, a partir do exame de uma realidade, permite a escolha das ações visando ao alcance de objetivos pré-determinados numa visão de futuro, com a opção pela melhor forma possível de ação.

---

<sup>4</sup> (OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Op. cit., p. 5)

Todo planejamento estratégico trabalha em um campo complexo, abordando fundamentalmente três questões: lidar com a complexidade, trabalhar com a incerteza e fazer escolhas necessárias.

Segundo Cláudio Porto<sup>5</sup>, um planejamento estratégico:

- “1. é um modelo de decisões coerente, unificado e integrador;
2. que determina e revela o propósito da organização, em termos de missão, objetivos de longo prazo, programas de ação e prioridades de alocação de recursos;
3. seleciona os negócios em que a organização deve estar;
4. tenta alcançar uma vantagem competitiva (desempenho auto-sustentável) de longo prazo em cada um dos seus negócios, respondendo de maneira apropriada às oportunidades e ameaças do ambiente da instituição e às suas forças e fraquezas internas;
5. engaja todos os níveis hierárquicos da organização (corporativo, de negócios e funcional); e
6. define a natureza das contribuições econômicas e não-econômicas que ela pretende fornecer a seus parceiros-chave.”

Deste ponto de vista globalizado, o Plano Estratégico da PMESP torna-se uma referência básica para que a Organização Policial Militar possa assegurar sua continuidade vital, e, ao mesmo tempo, adaptar-se ao ambiente em mudança. A essência da estratégia inclui também o gerenciamento intencional de mudanças para alcançar desempenho sustentável a longo prazo, em cada um dos negócios em que a organização está engajada. Finalmente, legitima a noção de que os destinatários das ações são “parceiros-chave” múltiplos e diversos.

A PMESP, no desenvolvimento estratégico para consecução de seus objetivos, sempre deverá ter como norte a adaptação ao ambiente em mudança que são os “fatores limitantes”, “prazo” e a “sustentabilidade”.

## **1.2 Fator limitante**

Fatores limitantes podem ser vários dentro de uma organização. Para entendermos melhor, se observarmos uma linha de montagem, quando ocorre a falta de um componente, como por exemplo, a entrega das rodas não ocorreu no tempo previsto, todo o processo pára, pois não existe veículo sem rodas. Nossa

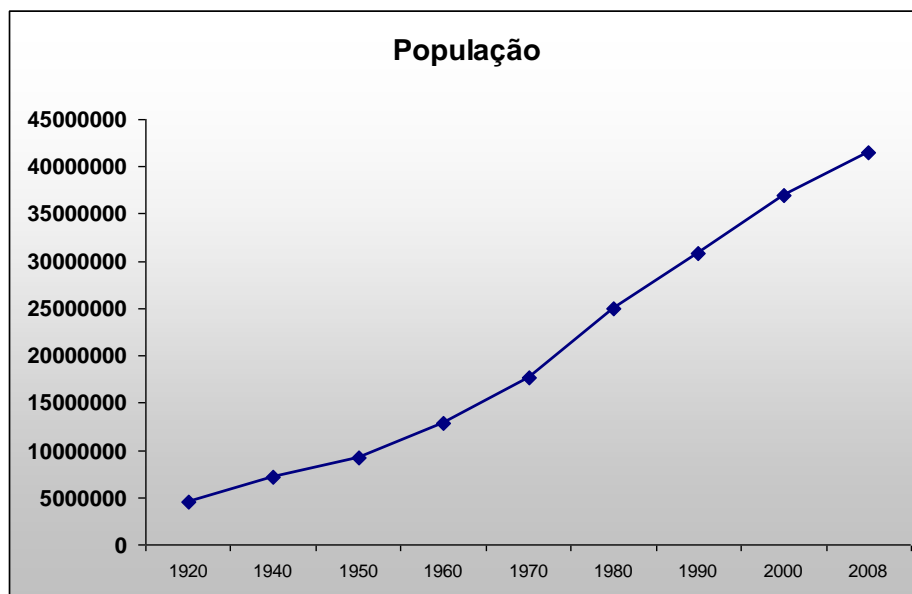
---

<sup>5</sup> (<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/242/boltec242a.htm>, 23/02/2009, 09h22)

Instituição não pode se dar ao luxo de não atender a sociedade pela falta de algum equipamento. São 24 (vinte e quatro) horas por dia, 30 (trinta) dias por mês e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano. Trabalhamos “full time” e “just and time”. Não existe outra Instituição que, independente da solicitação, sempre estará presente em qualquer lugar, atendendo ao cidadão. As limitações de recursos para o pleno emprego são rearticuladas quando necessário. Executamos nossa missão independente de limitação humana, limitação logística ou limitação orçamentária.

Não adianta invocar a “Teoria do Fator Limitante”. À população, não interessa o fato de que o Poder Público tem limitações para exercer e fazer cumprir a lei e a ordem.

Os gastos com pessoal e material são crescentes; dessa forma, a utilização de tecnologia e da ciência criminal, devem ser prioridade, como ferramenta gerencial de intervenção urbana, para minimização dos reflexos do aumento populacional.



**Fonte:** Dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, 2009.

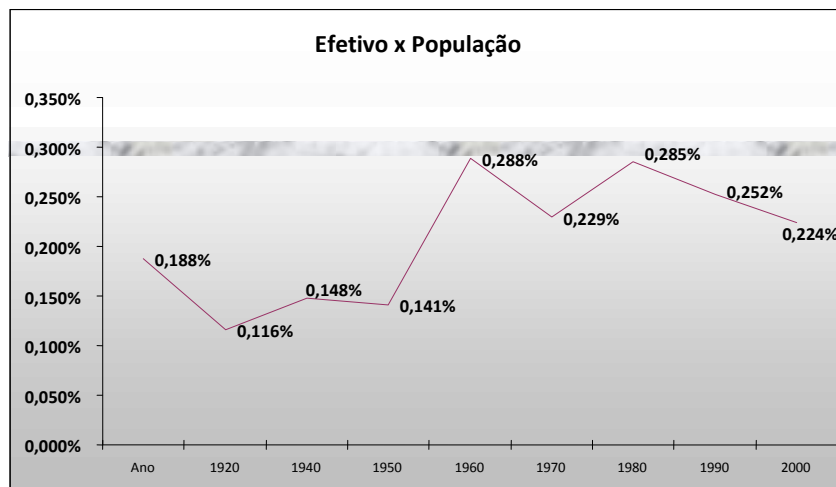
**Gráfico 1** - Crescimento da população do Estado de São Paulo

O gráfico abaixo mostra a evolução do crescimento de efetivo da PMESP a partir de 1920:

**Tabela 1 - Efetivo total – Quadros QPPM e QPPF**

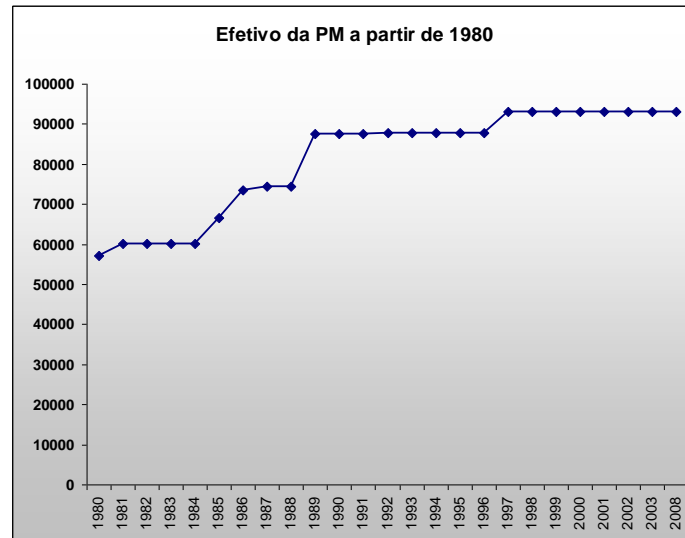
Ano	População	Efetivo da PMESP	% da População
1920	4592188	8627	<b>0,188%</b>
1940	7180316	8344	<b>0,116%</b>
1950	9134423	13503	<b>0,148%</b>
1960	12.809.231	18013	<b>0,141%</b>
1970	17.670.013	50976	<b>0,288%</b>
1980	24.953.238	57193	<b>0,229%</b>
1990	30.783.108	87648	<b>0,285%</b>
2000	36.909.200	93059	<b>0,252%</b>
2008	41.514.317	93068	<b>0,224%</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2009.



**Fonte:** elaborado pelo autor com base em informações da 1ª EM/PM, 2009.

**Gráfico 2 - Efetivo da PMESP x População SP**



**Fonte:** elaborado pelo autor - Dados da 1ª Seção do EM/PM, 2009.

**Gráfico 3** - Evolução do Efetivo da PMESP a partir de 1980

Apresentamos também abaixo uma relação da densidade de policiais para cada grupo de 100 mil habitantes. Entre 1986 e 1990, na Europa, se estabelece entre, 315 e 238, a média de policiais; sendo que a PMESP, apresenta maior média que Dinamarca, Holanda, Luxemburgo e Reino Unido:

**Tabela 2** - Média de Policiais para cada 100 mil/hab

País	Média policiais (para cada 100 mil/hab)
Bélgica	362
Espanha	361
França	369
Grécia	390
Itália	349
Portugal	350
Irlanda	308
Reino Unido	245
Luxemburgo	267
Holanda	270
Dinamarca	196
São Paulo	285 (maior média do período comparado)

**Fonte:** Monet (2001:p.131), 2009.

É certo que, desde a década de 1980, essa média tem diminuído, mas também é certo que nossos indicadores de eficiência têm gradativamente aumentado.

**Tabela 3 – Indicadores Criminais**

Ocorrências Policiais Registradas	2006	2007	Variação (%)
Homicídio Doloso	6.057	4.877	-19 %
Roubos	213.476	217.200	+2 %
Roubo de veículo	72.778	65.195	-10 %
Furtos	552.304	524.044	-5 %
Furtos de veículo	111.021	98.344	-11 %

**Fonte:** SSP/PMESP, 2009.

Acima se observa que somente na modalidade roubo ocorreu um acréscimo de ações delituosas e nos demais índices, uma diminuição significativa<sup>6</sup>.

Outro comparativo que relaciona o aumento de efetivo empregado no policiamento e a diminuição de indicadores criminais está no trabalho do Dr. Túlio Khan, Coordenador de Análise e Planejamento - CAP<sup>7</sup>, quando apresenta:

“Observamos que, com exceção do dia do GP Brasil (talvez porque o reforço no policiamento não tenha sido tão grande ou então porque o evento trouxe novas oportunidades de roubos de turistas etc) nos demais dias em que houve um reforço no policiamento na Capital, houve uma queda na quantidade de roubos. Comparando os 48 dias (24 normais e 24 com reforço) a queda foi de 17,3% nos roubos. Aparentemente trata-se de uma constatação óbvia mas cuja relação é difícil de ser investigada pela existência de endogeneidade nas variáveis envolvidas. O experimento corrobora, portanto, o efeito positivo do aumento do policiamento na redução da criminalidade.

O problema é que não é possível manter o mesmo efetivo nos demais dias, pois isto envolve a mudança de escalas, cancelamento de férias e licenças e apoio de outros órgãos. O custo da manutenção do efetivo permanentemente seria proibitivo, restando como alternativa a **alocação mais eficiente dos recursos existentes (g.n.)**.”

<sup>6</sup> (Dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública - SSP).

<sup>7</sup> (Ferramentas e Técnicas de Análise Criminal – Estudos Criminológicos, Outubro de 2008, pág. 2)



**Tabela 4 – Comparação de 24 dias com policiamento normal versus 24 dias com policiamento reforçado**

POLICIAMENTO NORMAL	ROUBOS	POLICIAMENTO REFORÇADO	ROUBOS	VARIAÇÃO
5 a 11 de maio 06	2242	ATAQUES PCC MAIO	1446	-35,50
5 a 7 de julho 06	1061	ATAQUES PCC JULHO	861	-18,85
1 a 5 de agosto 06	1502	ATAQUES PCC AGOSTO	1422	-5,33
13 a 15 de outubro 06	645	GP BRASIL	821	-27,29
1 e 2 de março 07	686	VISITA BUSCH	654	-4,66
3 a 6 de maio 07	1119	VISITA PAPA	796	-28,87
<b>TOTAL</b>	<b>7255</b>		<b>6000</b>	<b>-17,30</b>

**Fonte:** SSP/CAP - Ferramentas e Técnicas de Análise Criminal, 2008

O Dr. Tulio Khan esclarece que não se pode realizar um comparativo definitivo entre o crescimento da criminalidade e o crescimento do número de policiais, uma vez que o efetivo policial “cresce precisamente onde está crescendo a criminalidade”, afirma.

A política de policiamento comunitário tem sido aplicada em regiões desagregadas socialmente como o caso do Jardim Ângela, sendo que a presença da PMESP e de trabalhos preventivos diminuiu a criminalidade.

**Tabela 5 - Homicídios Dolosos na Área Geográfica da BCS Jd. Ângela**

Local	HOMICÍDIOS DOLOSOS				
	Na Área Geográfica da Base		Fora da Área Geográfica da		Na Área Geográfica do 37º BPM/M
Ano	f	%	f	%	f
1998	97	41,1%	139	58,9%	236
1999	52	16,4%	266	83,6%	318
2000	56	12,4%	394	87,6%	450
2001	87	19,8%	352	80,2%	439
2002	29	6,9%	393	93,1%	422
2003	26	7,6%	315	92,4%	341
2004	19	7,0%	251	93,0%	270
2005	15	10,0%	135	90,0%	150
2006	13	10,3%	113	89,7%	126

**Fonte:** Cap PM Souza Filho, Aluno CAO I/2009, 2009.

Com base nessas constatações e, apesar de não ser possível acompanhar o crescimento populacional e o crescimento da criminalidade, resta-nos o aumento do

investimento em tecnologia científica e aumento de eficiência, investindo nos padrões técnico-científicos já desenvolvidos no resto do mundo.

O segundo quesito aumento da eficiência começa a se despontar positivamente quando falamos de produtividade. É certo que, somente o aumento da produtividade, isoladamente, não é a resposta, uma vez que se trata de ação repressiva e não ação preventiva primária, e já está provado que o aumento de flagrantes não é caminho isolado para a diminuição de criminalidade. Contudo, o referido aspecto é importante, como base de argumento de aumento de profissionalismo e da eficiência da PMESP.

No quadro abaixo apresentamos a produtividade com aumento do número de armas apreendidas, pessoas capturadas, flagrantes etc<sup>8</sup>.

**Tabela 6** – Indicadores Operacionais (média mensal de 2007)

<b>Evento</b>	<b>Valor</b>
Pessoas presas	6.500
Armas Apreendidas	1.271
Apreensão de Entorp (kg)	2.978

**Fonte:** SSP/PMES, 2009.

### 1.3 Prazo

O prazo está relacionado com visão de futuro. O planejador deve avaliar o quadro social e estimar o tempo necessário para empregar seus recursos para alcançar seus objetivos. Outro “campo minado” para nossa Instituição, pois não geramos os recursos, somente os utilizamos.

Trata-se de uma preocupação a questão do prazo, uma vez que somos constantemente cobrados para a resolução de problemas para “ontem”. Muitas vezes não se dá o devido tempo para a resolução de problemas, sendo que com tal política, perde-se a oportunidade de aprendizado com o erro.

Mas será que estamos utilizando as ferramentas gerenciais corretas?

<sup>8</sup> (Fonte <http://www.polmil.sp.gov.br>, acessado dia 18/09/08 às 15h30minh).

Soluções ortodoxas para a resolução de problemas (a exemplo da diminuição de indicadores criminais) não permitem o crescimento de qualquer Instituição. Se para todos os problemas criminais sempre utilizarmos a viatura de policiamento, ou o policial à pé, será que alguma coisa não está errada, quando após 12 meses, ainda mantivermos a mesma estratégia e obtendo os mesmos resultados?

Temos a oportunidade de repensar as soluções gerenciais e ver qual é a devida solução como um projeto de policiamento, que engaje todos os profissionais, de forma multidisciplinar. Mas tais soluções deverão possuir um início, meio e um término, que não podem ser para ontem.

Esse é o investimento em termos de tempo que devemos patrocinar como política de Instituição.

#### **1.4 Sustentabilidade**

A sustentabilidade está intimamente ligada à melhoria de práticas, aplicação de tecnologias mais limpas e permanentes, desenvolver relacionamentos construtivos com todos os públicos e combater as desigualdades sociais, buscando uma sociedade mais justa. O crescimento sustentável significa sustentabilidade econômica, ambiental e social. Como a PMESP está em cada rua e cidade do Estado de São Paulo, deve ser missão, a construção com nossos “interlocutores-clientes” de ambientes sustentáveis, quer seja social, econômico, educacional ou ambientalmente falando.

Sustentável, pois uma polícia moderna, como a que a sociedade exige que sejamos, que não pode prescindir da aplicação de métodos científicos para solucionar problemas criminais, não pode exaurir os recursos do Estado, utilizando mais recursos logísticos ou humanos.

No trabalho cooperativo e multidisciplinar a interação entre os diversos órgãos na construção de uma governança sustentável cooperativa deve ser construída. Essa, inclusive foi uma das conclusões, do Ciclo de Encontros Sustentáveis 2006, do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento

Sustentável – CEBDS, ligado ao World Business Council for Sustainable Development<sup>9</sup>:

“...torna-se necessário um fio condutor, uma estrutura lógica que facilite e oriente os tomadores de decisão. Clima, degradação ambiental, corrupção, *liability*, ativos intangíveis, acesso a capital, governança corporativa, gerenciamento de *stakeholders*, *Balanced Scorecard*, eco-efetividade, ecoinovação, riscos, reporting e parcerias multissetoriais são alguns dos novos temas que compõem a complexa agenda da sustentabilidade corporativa.”

Vale dizer, entretanto, que o cenário é de problemas mas também de oportunidades para inovação.

Nesse viés, deve-se entender que apesar da evolução da sociedade, aumento populacional, aumento de conflitos, nunca estaremos crescendo proporcionalmente. Se assim fosse, não seria necessário o planejamento, bastaria fazermos as mesmas coisas que deram certo no passado.

## 1.5 Panorama Atual

A Polícia Militar do Estado de São Paulo - PMESP, desde sua criação cumpre suas missões constitucionais de polícia ostensiva e preservação da ordem pública.

Ocorre que o nosso Estado possui mais de 640 municípios, atendendo uma população estimada, em 2007, de 39.827.570 habitantes, em uma área territorial de 248.209,426 Km<sup>2</sup>, onde transitam cerca de 15.338.122 veículos.

Atualmente, em uma construção mais moderna, a PMESP, que sempre foi inovadora e pioneira deve, apesar das maiores complexidades de nossos serviços, realizar suas atribuições pensando na defesa do cidadão.

---

<sup>9</sup> ([http://www.sustentavel.org.br/arquivos/sustentavel\\_2006.pdf](http://www.sustentavel.org.br/arquivos/sustentavel_2006.pdf), 23/02/2009, às 11h19)

## 1.6 Planejamento Estratégico 2008 – 2011

O planejamento estratégico na PMESP é feito pelo Estado-Maior e tem por base a missão e os objetivos institucionais. São considerados também outros fatores tais como: o cenário político e as perspectivas de futuro, o ambiente externo com as oportunidades e ameaças e os recursos orçamentários previstos.

A Polícia Militar, visando atingir resultados cada vez melhores na prestação de serviços à comunidade, elaborou seu Plano Estratégico para o período de 2008 a 2011, o qual está alinhado ao plano plurianual (PPA) do Governo do Estado, referente ao mesmo período.

Para fins de suporte a este trabalho monográfico, serão mencionados alguns pontos do plano estratégico.

O “Alinhamento Estratégico” diz respeito, em primeiro plano, à missão constitucional da Instituição. A Constituição Federal estabelece no § 5º do artigo 144 que compete à Polícia Militar a execução da polícia ostensiva e de preservação da ordem Pública.

A Política de Governo no plano estratégico está assim especificada:

O Governo do Estado de São Paulo definiu a Política de Governo para a Segurança Pública tendo como horizonte a ser perseguido por seus órgãos, inclusive com o envolvimento social, a **garantia da segurança pública para toda a comunidade e a constante promoção dos direitos humanos**, como balizamento inalienável da vida em sociedade, com especial atenção no respeito aos direitos e garantias individuais de todas as pessoas, combatendo qualquer forma de discriminação e primando pela **inclusão social** de forma ainda mais abrangente.

Estão delineadas também a Filosofia e os Valores da Instituição como premissas básicas deste plano. Entende-se por Filosofia Básica:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é um sistema que tende a ser mais **eficiente** quando, além de contar com maior **interação de todos os órgãos que o integram**, passa a dispor também da efetiva colaboração da sociedade, que deve ser **estimulada a participar do processo de formação de idéias e propostas que busquem propiciar mecanismos voltados ao controle e/ou redução dos**

**indicadores de ilegalidade, diminuindo a violência e a perda de vidas e bens.** Esta interação é característica marcante da Polícia Comunitária, que é uma filosofia e uma estratégia institucional.

A **Polícia Comunitária**, enquanto filosofia deve permear todos os níveis e ser absorvida por todos os membros da Instituição Policial-Militar. Enquanto estratégia deve direcionar todos os esforços, medidas e programas institucionais, nos diversos níveis gerenciais, no sentido de criar condições para que a Instituição aproxime-se da comunidade obtendo respaldo, cooperação, parceria, participação e informações. Como alinhamento comportamental nesta interação, pelos seus princípios e valores, a Polícia Militar do Estado de São Paulo considera inalienável seu **compromisso com a defesa da vida, da integridade física e da dignidade da pessoa humana.**

E por derradeiro deve ser mencionada a declaração da Missão Institucional:

Inspirada no **absoluto respeito à vida, à integridade física e à dignidade da pessoa humana** e no reconhecimento de seus profissionais, a Polícia Militar do Estado de São Paulo, compromissada em servir com excelência, pretende **proporcionar às comunidades a segurança necessária para a promoção da paz social** e a realização do bem comum, por meio da preservação da ordem pública e do policiamento ostensivo em suas diversas modalidades.

## 1.7 Missão Institucional

Para a definição da Missão Institucional, o planejamento estratégico se baseou na Norma Constitucional, Política Governamental e nos valores Organizacionais, que estão melhor esclarecidos, abaixo:

Norma Constitucional (artigo 144): compete às Polícias Militares a execução da polícia ostensiva e de preservação da ordem pública;

Política Governamental: garantia da Segurança Pública para toda a comunidade e constante promoção dos direitos humanos;

Valores Organizacionais: Polícia Comunitária e compromissada com a defesa da vida, da integridade física e da dignidade da pessoa humana.

Para concretizar tal missão Institucional um dos princípios do Direito Administrativo que devemos atentar é o Princípio da Eficiência, acrescentado ao caput do artigo 37 da CF por força da EC nº 19/98, norteia toda a Administração

Pública. Significa que o administrador deve agir de modo rápido e preciso para conseguir os melhores resultados possíveis que atendam ao interesse público. Moraes<sup>10</sup> esclarece:

O **Administrador público precisa ser eficiente**, ou seja, deve ser aquele que produz o efeito desejado, que dá bom resultado, exercendo suas atividades sob o manto da igualdade de todos perante a lei, velando pela objetividade e imparcialidade.

“Assim, **princípio da eficiência** é aquele que impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em **busca da qualidade**, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social. Note-se que não se trata da consagração da tecnocracia, muito pelo contrário, o princípio da eficiência dirige-se para a razão e fim maior do Estado, a prestação dos serviços sociais essenciais à população, visando a adoção de todos os meios legais e morais possíveis para satisfação do bem comum.

## 1.8 Análise dos Cenários Atuais e Futuros

Uma das bases para o desenvolvimento do planejamento é a análise dos cenários, e o Estado Maior se utilizou da ferramenta SWOT. Tal sigla são as iniciais em inglês de Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças).

São analisados os cenários externos, na busca de ameaças e oportunidades, bem como os cenários internos, procurando as forças e fraquezas da Organização.

No quadro 3 do Planejamento Estratégico citado, nos “Impactos Cruzados – Ameaças X Oportunidades”, pode-se observar:

Como oportunidades:

“Avanço no uso de ferramentas inteligentes para apoio as atividades de polícia ostensiva e inteligência policial”, que está relacionado com perspectiva de investimentos tecnológicos, e

---

<sup>10</sup> (MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 326.)

“Alternativas para complementação do trabalho da Inteligência Policial com uso das tecnologias disponíveis”, que está relacionada pela perspectiva legal.

Como ameaças:

“Decisões políticas e não técnicas em relação aos órgãos policiais”.

No quadro 4, de “Impactos Cruzados – Forças X Fraquezas”, podemos observar como força:

“Abertura para assimilar novas formas de gestão e de ambiente operacional onde a tecnologia e a ciência substituem o empirismo e o esforço físico e o método meramente indutivo.”

Como fraqueza:

“Distanciamento da participação comunitária no processo do gerenciamento da atividade de segurança pública por considerar intervenção do órgão.”, e

“Paradigmas da falta de efetivo e de meios.”

Como força:

“Abertura para assimilar novas formas de gestão e de ambiente operacional onde a tecnologia e a ciência substituem o empirismo e o esforço físico e o método meramente indutivo.”

Na identificação do foco Institucional podemos citar o: Investimento em Polícia Comunitária; na Gestão pela Qualidade, Investir na Prevenção Primária e no Plano de Policiamento Inteligente.

Um dos objetivos Institucionais, relacionados no Planejamento Estratégico, é “Buscar incessantemente a redução dos indicadores criminais de mortes violentas e contra o patrimônio no Estado”.

Para transformar, as ameaças em oportunidades e as fraquezas em forças,

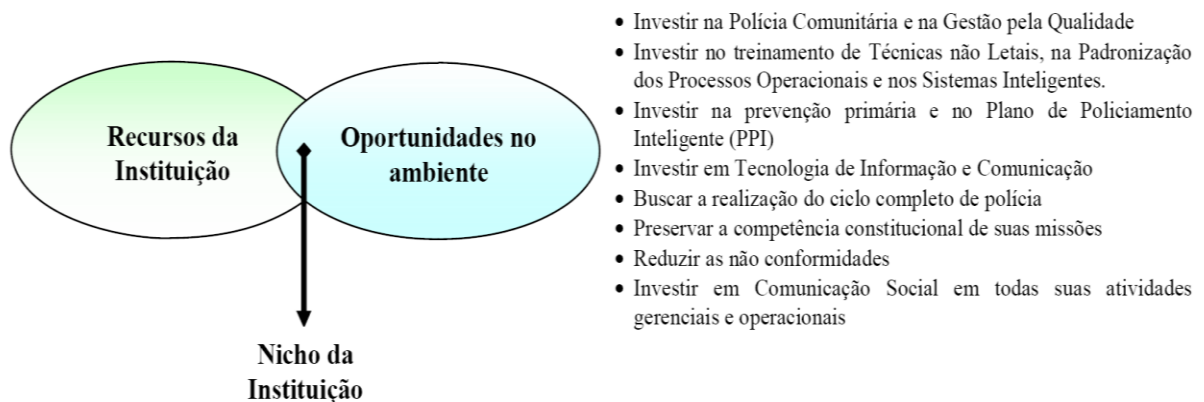


que foram analisadas pela ferramenta SWOT, podemos então concluir que a PMESP, para o cumprimento da missão constitucional de polícia ostensiva e preservação da ordem pública deve “buscar a redução dos indicadores criminais, de forma inteligente, através de ferramentas tecnológicas, fortalecendo o emprego da ciência e não mais o empirismo, garantindo sua sustentabilidade contra paradigmas logísticos e humanos, reforçando, desta forma, posição contra ameaças externas”.

Dessa forma o trabalho ora apresentado está voltado ao atendimento dos requisitos acima analisados pela ferramenta SWOT, pois se trata de uma ferramenta gerencial com base na ciência e que tem apresentado resultados significativos em todo o mundo, influenciando inclusive outras ciências, a exemplo da Arquitetura.

E mais, trata-se de uma “ciência da prevenção primária”, sendo um dos “Focos Institucionais”, como apresentado na figura 1, do Planejamento Estratégico, abaixo.

### 1.9 Identificação do Foco Institucional



**Figura 1** - Imagem do Planejamento Estratégico no item Foco Institucional, 2009.

Através de detida análise do “Planejamento Estratégico”, pode-se confirmar que se trata de “Um processo gerencial alinhado aos direcionamentos governamentais e ao Plano Plurianual – PPA, aplicado em um espaço de tempo, com objetivos estratégicos orientados pelo ambiente, pois deve ser flexível e adaptativo, com a finalidade de proporcionar às comunidades a segurança

necessária para a promoção da paz social e a realização do bem comum, seguindo padrões de eficiência e eficácia”.

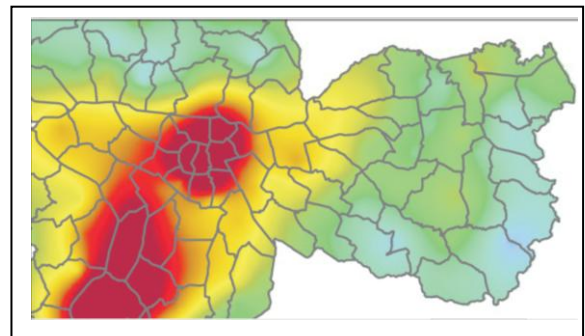
Diante da segunda conclusão acima e com relação ao interesse da PMESP de investir e aplicar uma política de prevenção primária, algumas outras ameaças necessitam ser estudadas, pois são ameaças à prevenção primária e ameaças contra a correta e integral aplicação das ferramentas gerenciais aqui apresentadas. Desta forma deverão ser transformadas em oportunidades.

Todo o planejamento está orientado pelo Governo do Estado de São Paulo e dessa forma todos os projetos desenvolvidos pela PMESP devem ser voltados para diminuir o impacto na sociedade, o meio-ambiente e na vida do cidadão.

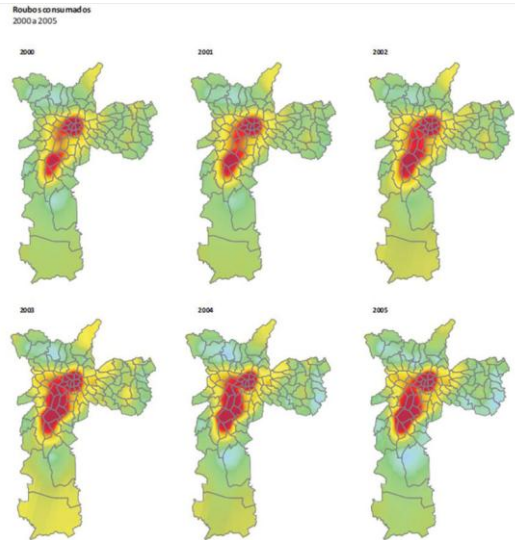
Esses devem ter especial atenção pois como sabemos, os trens, metrô, linhas de ônibus, rodovias e avenidas, são vetores do desenvolvimento, muitas vezes são patrocinados pela União e Município. Esses mecanismos de direcionamento da população geram impactos significativos em todo o ser entorno. Como exemplo: podemos verificar no mapa georeferenciado abaixo, no qual demonstra que “as áreas de risco” para uma pessoa ser roubada estão coadunando como traçado do metrô, a partir das regiões centrais, prolongando-se por um trecho da zona sul.



**Figura 2** – Traçados das linhas do Metrô e CPTM, 2009



**Figura 3** – “Hot-spot” de roubo/São Paulo, 2008.



**Fonte:** Coordenadoria de Análise e Planejamento – CAP, 2008

**Figura 4** – Mapas comparativos da evolução dos “hot-spot” de roubo/São Paulo

Outro fator é o zoneamento, gerenciado pelo Município de São Paulo, onde o parcelamento do solo e as diversas Leis, muitas antigas (da década de 70), alteram as características construtivas, sobrecarregando a infraestrutura, gerando regiões de desenvolvimento sócio-econômicas diferentes, que acompanham tais vetores citados.

O Estado está construindo o Rodoanel em parceria com a União, bem como muitos outros vetores estão sendo ampliados, a exemplo do Metrô e CPTM.

Nas áreas próximas ao Rodoanel estão sendo criados núcleos habitacionais que podem ter nossa participação na organização e consolidação social, conforme citado pelo Engenheiro José Geraldo Casas Vilela<sup>11</sup>, responsável pelo gerenciamento social do Rodoanel Sul, funcionário da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A.).

“Após a mudança das famílias aos conjuntos, inicia-se uma fase denominada pós-ocupação que tem como escopo a inserção das famílias na vida da nova comunidade e seu entorno, garantindo a absorção das demandas sociais, educativas e de saúde, preparando-os para auto-gestão, objetivo esse crucial para a sustentabilidade dos empreendimentos. O trabalho visa também desenvolver ações educativas necessárias à preservação da qualidade das moradias e ao estabelecimento de condições adequadas de convivência entre moradores.”

<sup>11</sup> (entrevista à Revista Engenharia, ‘Rodoanel Mario Covas – trecho sul - Controle total na execução, lote a lote’, nº 589, 2008, pag. 80)

No texto estudado e em demais outros, como exemplo a Revista Engenharia nº 590, 2008, que trata do tema “O trem metropolitano do futuro vai tomando forma”, mas nada é citado da participação da PMESP. Portanto, trata-se de uma oportunidade para a apresentação de trabalho cooperativo, alinhado à filosofia de policiamento comunitário, com base na ciência de prevenção primária.

A sociedade deve ser estimulada para pensar no assunto Segurança Pública, e teremos grandes desafios nas parcerias que deveremos iniciar. É o que trata a filosofia básica da PMESP, em seu Planejamento Estratégico, ou seja:

“A segurança pública, dever do Estado, direito e **responsabilidade de todos**, é um sistema que tende a ser mais eficiente quando, além de contar com maior interação de todos os órgãos que o integram, passa a dispor também da **efetiva colaboração da sociedade**, que deve ser **estimulada a participar do processo de formação de idéias e propostas** que busquem propiciar mecanismos voltados ao controle e/ou redução dos indicadores de ilegalidade, diminuindo a violência e a perda de vidas e bens. Esta interação é característica marcante da Polícia Comunitária, que é uma filosofia e uma estratégia institucional.”

A cooperação entre os entes federativos é cada vez mais importante, e teremos a oportunidade de apresentar neste trabalho oportunidades que deveremos gerenciar, buscando desenvolver o entrelaçamento vetorial de “mão dupla”, entre todos os órgãos do Estado, do Município e da União. Cooperação nas áreas que são de nosso interesse por impactar nosso trabalho na busca constante da paz social e a realização do bem comum.

Como o quadro econômico que se apresenta de agora para os demais anos, torna-se ainda mais importante a apresentação de projetos baseados em ciência, para a concretização de todos os objetivos estratégicos da PMESP. Desta forma maiores serão os desafios e os esforços para o convencimento da comunidade de que tais ferramentas gerenciais de prevenção primária são eficientes.

Quando se fala de prevenção primária fala-se de “espaço tempo”. A prevenção primária no mundo é um trabalho científico de médio e longo prazo de implantação.

“O típico praticante do CPTED não tem tempo para reunir todas as informações necessárias, não tem o poder para realizar as intervenções necessárias, não tem o poder para desenvolver projetos ou decisões de gestão que perpetuam os problemas, nem a capacidade ou recursos para avaliar e medir o sucesso ou o fracasso das recomendações. Cada novo “hot spot”, ambiente ou crime, determina um novo projeto ou a reinvenção de um novo processo que, por conseguinte, não segue um código ou protocolo padrão.

Nada do que está sendo tratado é diferente em nossa instituição policial. Da mesma forma que em outros países os erros, a falta de uma metodologia de estudo e análise e a não existência de uma padronização não nos autoriza a sermos chamados de especialistas em segurança pública.” (RANDALL, 1999, pág. 9)

Portanto, a PMESP deverá estar preparada para manter o foco nos projetos de prevenção primária, flexibilizando-os e adaptando-os à realidade brasileira, mas estudando e acreditando profundamente que é um caminho comprovadamente sustentável; caminho já iniciado por muitos países, desde a década de 1960, e que poderá ser trabalhado da mesma forma que a implantação do Rodoanel, ou seja, “de lote a lote”.

### **1.10 Polícia, Cidade e Cidadão**

Nesse momento deve-se reforçar a necessidade de se pensar em uma Polícia mais próxima de suas reais prioridades, sem esquecer de sua vinculação com o Estado, mas refletindo os aspectos geo-sociais em que está inserida.

Nesse ponto deve-se fazer uma pergunta: - onde mora o cidadão?

O cidadão, como a própria palavra direciona, mora nas cidades, se desloca-se entre cidades, diverte-se em cidades. Portanto não é forçoso afirmar que a PMESP realiza sua missão constitucional gerenciada, orientada, planejada pelo Estado, para os municípios. É no município que se originam os conflitos, é o município que possui o poder, outorgado pela Constituição, para implantação e saneamento de seu território onde ocorrem as violências e os crimes, é no município onde ocorrem as enchentes, é no município que ocorrem os congestionamentos. É no município que se encontra a maioria de ferramentas assistenciais.

É muito forte a relação do cidadão com o município, tanto assim que o sentimento de marcar território continua o mesmo de séculos nos loteamentos, taxas

de serviços de limpeza urbana e do IPTU.

As cidades não param de crescer e os empreendimentos imobiliários que se levantam a cada quarteirão, sobrecarregam não mais somente o município, e sim toda infraestrutura de serviços públicos, quer sejam federais, estaduais ou municipais.

É certo que alguns empreendimentos imobiliários são mais impactantes que outros, sendo que a PMESP, responsável por ações na manutenção da ordem pública, tem sido solicitada e até cobrada pela sociedade para estar presente em todos os lugares para inibir todos os delitos; o que é fisicamente impossível, aliado ao fato de que possuímos o mesmo efetivo, 93.068 policiais, há muitos anos.

Cidades estão se transformando em um conglomerado Metropolitano, e esse conglomerado metropolitano se estende em um tecido matricial, integrando-se em Megalópolis.

Para gerenciar este crescimento a Prefeitura do Município de São Paulo, da mesma forma que a PMESP realizar suas estratégias, desenvolve estudos que resultam no Plano Diretor Estratégico em cumprimento ao Estatuto da Cidade (artigo 4º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001).

O que é Plano Diretor Estratégico?

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnica 12267, de 01 de abril de 1992, Plano diretor é o Instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados. (ABNT, 1991).

É um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da

estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal<sup>12</sup>.

“É *plano*, porque estabelece os objetivos a serem atingidos, o prazo em que estes devem ser alcançados [...], as atividades a serem executadas e quem deve executá-las. É *diretor*, porque fixa as *diretrizes* do desenvolvimento urbano do Município<sup>13</sup>.”

O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano<sup>14</sup>.

De acordo com o Estatuto da Cidade, Plano Diretor deve ser um instrumento que orienta todas as ações concretas de intervenção sobre o território, independentemente do fato dessas ações serem levadas a cabo pelos indivíduos, pelas empresas, pelo setor público ou por qualquer outro tipo de agente.

Portanto, Plano Diretor é um documento que sintetiza e torna explícitos os objetivos acordados para o Município e estabelece princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano convirjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos<sup>15</sup>.

Ações tais como abertura de uma nova avenida, construção de um grande empreendimento imobiliário, implantação de estação de tratamento de esgoto, reurbanização de uma favela, são ações que em conjunto definem para onde o desenvolvimento está focado.

O zoneamento é um instrumento importante na medida em que impõe limites territoriais às iniciativas, privadas ou individuais para suas construções e define os diversos usos das edificações, se residenciais, comerciais, industriais etc.

---

<sup>12</sup> VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam, 1999. p. 238.

<sup>13</sup> SILVA, José Afonso. Direito urbanístico brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1995. P. 124 – grifos no original.

<sup>14</sup> BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. p. 40.

<sup>15</sup> SABOYA, Renato. Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos. 2007, p. 39. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil - Universidade Federal de Santa Catarina.

A abertura de uma avenida, porém, pode redefinir diversas áreas, interferindo no Zoneamento, pois pode aumentar a acessibilidade de uma determinada região e aumentar seu valor imobiliário.

O que se pode constatar é que não existe uma integração entre o Planejamento Estratégico da Polícia Militar e os diversos Planos Diretores dos Municípios e nem mesmo participação da PMESP na elaboração desses Planos Diretores Estratégicos.

Com isso corre-se o risco de o Planejamento Estratégico da PMESP ficar defasado com as diversas alterações que ocorrem nas cidades.

A Norma da ABNT, já citada, estabelece que os serviços urbanos a serem ofertados pelo município, incluem limpeza pública, transporte coletivo, defesa civil e **segurança pública**, prevenção e combate aos incêndios e assistência social. As diretrizes respectivas referem-se à localização dos equipamentos necessários ao desempenho de cada um desses serviços, bem como à programação de sua manutenção e extensão.”

Com isso, o município passa a se preocupar com as questões de Segurança Pública, sendo uma oportunidade para a reversão do quadro criminal favorecido pela condição do ambiente construído.

O Corpo de Bombeiros partindo na frente, já elabora ações e possui legislação específica voltada para a prevenção, atuando em determinados usos de edificações, de acordo com análise de seus riscos, o que facilita a padronização de ações preventivas.

A PMESP tem investido no desenvolvimento de trabalhos internos de qualidade, bem como está preocupada em se utilizar de técnicas de prevenção de riscos no ambiente de trabalho, como exemplo o CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes”. Possui, também, ferramentas gerenciais poderosas para elaborar documentos de licitação, nos quais estabelece regras de compra com base até em normas internacionais, para adquirir produtos que ofereçam menores riscos à



vida do policial militar. Regras de segurança existem até na utilização do sistema de informática, controlando senhas contra o risco de infecção por vírus.

Os Procedimentos Operacionais Padrão – POP, inicialmente implantado no Corpo de Bombeiros, foi ampliado para a PMESP, como forma de padronizar procedimentos no atendimento de diversos tipos de ocorrência, como forma de diminuir o risco que o policial enfrenta diariamente nas abordagens policiais.

A filosofia de Polícia Comunitária está em ritmo crescente de aplicação como política institucional para diminuir o risco da repetição de ações que nos foram muito caras na Constituinte de 1988.

A PMESP tem trabalhado de forma intensa, diminuindo seus riscos institucionais, principalmente a crescente veiculação na mídia de notícias criminais que aumentam nos cidadãos a “sensação de insegurança”, gerando efeito de grupo, do “medo pelo medo”. A PMESP tem a oportunidade de iniciar o processo de elaboração de trabalhos técnico-científicos de avaliação de riscos no ambiente criminal, objetivando aplicar a prevenção primária.

A NORSOP (Normas para o Sistema Operacional de Policiamento da Polícia Militar) conceitua a prevenção primária como: “Conjunto de ações destinadas a evitar ou reduzir a ocorrência e a intensidade de infrações penais e perturbações da ordem, por meio da identificação, avaliação, remoção ou redução das condições propícias ou fatores precursores, com isso, visando minimizar o dano à vida e à integridade física da pessoa humana, à propriedade e ao ambiente.”<sup>16</sup>

Importante ressaltar que as medidas de prevenção primária possuem caráter mais abrangente, visto que não se resumem à presença do policial, nem à sua capacidade de locomoção, visão e reação diante de um fato criminoso. Elas dependem do “Grau de Percepção do Risco” do policial.

---

<sup>16</sup> Adaptação do conceito de “Prevenção de Desastre” do “Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres”, de Castro, Antonio L. C.; 2ª edição, 1998; Ministério do Planejamento e Orçamento, apresentado em aula pelo Maj PM João Alfredo Grodzicki, em matéria de Doutrina e Filosofia de Polícia Ostensiva e Prevenção Primária-CAO/2009.

Até bem pouco tempo, a avaliação de risco era domínio exclusivo da ciência, e a percepção do público era considerada irrelevante. No paradigma atual, ambas, “ciência e percepção” são consideradas como partes objetiva e subjetiva do risco, sendo vistas como pivôs para o gerenciamento de risco.<sup>17</sup>

Estudos qualitativos de ciências sociais tem se despontado em contraposição às áreas já consolidadas, que são conhecidos por “Risk Assessment” ou “Risk Analysis”, sendo que a diferença é que fatores subjetivos (éticos, morais e culturais), que direcionam o comportamento e decisões dos indivíduos, deverão ser considerados.

O ambiente que nos rodeia possui riscos uma vez que é vulnerável à ocorrência de acidentes que possuem diversos graus de periculosidade.

Outro texto nos socorre para reforçar o acima citado, apresenta a relação entre “grau de vulnerabilidade” e “percepção de risco”, oferecido pela Defesa Civil do Estado de São Paulo, que apresenta o “Grau de Percepção de Risco” como: “A intensidade dos desastres depende muito mais do grau de vulnerabilidade dos cenários dos desastres e das comunidades afetadas do que da magnitude dos eventos adversos. [...] A partir da constatação de que os desastres podem e devem ser minimizados, cresce a importância da mudança cultural relacionada com o senso de percepção de risco.”<sup>18</sup>

Tal como ocorre com os desastres, o evento criminoso está, igualmente, ligado a um fator de possibilidade de ocorrência, ou seja, o delito acontece onde há maiores chances de sucesso para o perpetrador, ou por condições ambientais ou por desarranjo e despreparo da comunidade. Diminuir essa chance (grau de vulnerabilidade), depende da percepção dos fatores (percepção de risco) que a produzem. Assim, a “prevenção primária” eficaz, está diretamente ligada à capacidade e esforço em reconhecer os ambientes ou situações que podem vir a

---

<sup>17</sup> FISCHER, D. ; GUIMARÃES, Lia Buarque de Macedo . Percepção de Risco e Perigo: um Estudo Qualitativo. 2002. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

<sup>18</sup> Segurança Global da População, p. 4, extraído de [www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes.asp](http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes.asp), em 20FEV06, apresentado em aula pelo Maj PM João Alfredo Grodzicki, em matéria de Doutrina e Filosofia de Polícia Ostensiva e Prevenção Primária-CAO/2009.

gerar um fato ilícito e é, o policial militar, quem melhor está preparado para esse exercício. Deve haver avaliação constante das características físicas, sociais e comportamentais da comunidade para detecção desses fatores e planejamento das medidas de prevenção primária tendentes a evitar a ocorrência de infrações penais.<sup>19</sup>

Outra questão impactante é que “a prevenção primária” mostra-se mais econômica, quando implantada antes que a comunidade se torne vulnerável, aproveitando a oportunidade de novos empreendimentos imobiliários para aplicar tais técnicas, inclusive sendo menos traumática que a repressiva perante os “olhos da mídia” e, conseqüentemente, da população.

A polícia repressiva é um modelo reativo de policiamento, conforme afirma ROLIM.<sup>20</sup>

“...que pressupõe que a polícia deva esperar para ser chamada. Isso significa que ela deve esperar até que um crime seja cometido e comunicado. O que, em geral, não é percebido é que essa estratégia torna muito mais difícil para a polícia lidar com crimes que não produzam vítimas ou testemunhas. Esse é o caso, por exemplo, do jogo ilegal e do tráfico de drogas. Além do mais, para muitos outros delitos, as vítimas também permanecem desconhecidas porque não registram ocorrência nem chamam a polícia, ainda que diante de crimes bastante graves.”

Para a PMESP, a dinâmica de funcionamento desses ambientes, quer sejam comunidade, edificações, atividades, possuem características similares entre si, quer seja pelo zoneamento (localização urbana), população fixa e flutuante, fluxo de veículos, interação social, comercial e logística.

Ao se entender todos esses aspectos, e aplicando esses conhecimentos nos ambientes e no seu entorno, pode-se identificar como o crime atua, e conseqüentemente, apresentar soluções como resultado de ciência policial, pois existe a tendência da repetição, sendo que soluções poderão ser reproduzidas.

Outra questão que ainda não está bem definida é se o crescimento sócio-

---

<sup>19</sup> (apresentado em aula pelo Maj PM João Alfredo Grodzicki, em matéria de Doutrina e Filosofia de Polícia Ostensiva e Prevenção Primária-CAO/2009).

<sup>20</sup> ROLIM, Marcos, A síndrome da rainha vermelha, policiamento e segurança pública no século XXI, University of Oxford, pág. 39:

espacial definiu o zoneamento ou o inverso, mas o que interessa é que, congelando-se as condições atuais, o zoneamento “fixa e define” características sócio-espaciais (geografia, planialtimetria, faixa etária, condição social, cultural e educacional, fluxos comerciais, residenciais, industriais etc).

Por que isso é importante? É importante na medida em que, “fixando-se o ambiente” (que pode crescer, mas mantendo-se as mesmas variáveis participantes do meio), conhecendo-se o fluxo de pessoas e de veículos, pode-se orientar o policiamento (que poderá manter um padrão fixo de ação), elencar e avaliar as ferramentas físicas preventivas existentes (CFTV, segurança privada, estacionamentos), entendendo, de forma mais clara, o ambiente; praticando de maneira mais adequada, a técnica-científica na prevenção do crime. Mantendo-se fixas determinadas condições e realizando algumas intervenções, analisar qual foi o impacto, se positivo testar em outro local com as mesmas características fixas, se negativo o resultado, testar outra solução.

O importante, e nisso a literatura é bem clara, é que a PMESP tem que trabalhar em ações preventivas primárias, esperando resultados a longo prazo, gerenciando diversas ações na forma de programas institucionais.

O crime nunca chegará a zero, mas a PMESP deve se aplicar para estudar, desenvolver e aplicar todas as técnicas científicas preventivas possíveis, realizando intervenções no ambiente urbano, para que se encontre indicadores quantitativos criminais sustentáveis para o crescimento de todas as cidades, em todos os seguimentos sociais.

O que se pode afirmar é que existe uma oportunidade de se aumentar a eficiência, inclusive perante o panorama econômico mundial, criando a cultura criminal e não se esperar que supostos “especialistas” realizem inferências sem base científica ou experimentação.

Temos que gerar cultura, e não somente para dentro, como os Regulamentos e os Procedimentos Operacionais Padrão – POP, pois não estamos no interior do quartel isolados da sociedade. Somos a sociedade e ela espera que a

ensinemos como agir e pensar em termos de Segurança Pública.

Perante o quadro econômico mundial, com reflexos globalizantes, que limitam os recursos, existe oportunidade atual de aumentar-se a eficiência do trabalho preventivo através da aplicação da “Segurança Preventiva Primária”.

Trata-se de uma rara oportunidade para definirmos se a PMESP será influenciada ou influenciadora nesta questão.

### **1.11 Paradigma da necessidade de aumento de efetivo da PMESP x Exemplo dos Corpos de Bombeiros**

Podemos afirmar que seu efetivo não aumentou nos últimos 14 (catorze) anos, permanecendo o mesmo entre 1993 e 2007, ou seja, 9.337 (nove mil trezentos e trinta e sete) integrantes. Diferente dessa estabilidade, o número de ocorrências atendidas (entre incêndio, salvamento, resgate e trabalhos de auxílio à comunidade) em 1990 foi de 118.414<sup>21</sup> (cento e dezoito mil, quatrocentos e catorze) e em 2002 foi de 468.550<sup>21</sup> (quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta). Ou seja, o Corpo de Bombeiros, com o mesmo efetivo teve um incremento próximo de 394% (trezentos e noventa e quatro) pontos percentuais no número de intervenções (ver Tabela 7). Tais números, ano a ano, estão aumentando, mas também aumentou-se o número de Normas da ABNT, e o número de exigências.

Tendo em vista que não estamos falando em “alquimia”, transformação de chumbo em ouro, mas sim estamos tratando de ciência, podemos inferir que o Corpo de Bombeiros aplicou suas ferramentas gerenciais, ante o “fator limitante” efetivo.

Podemos apontar algumas ferramentas gerenciais aplicadas, tais como:

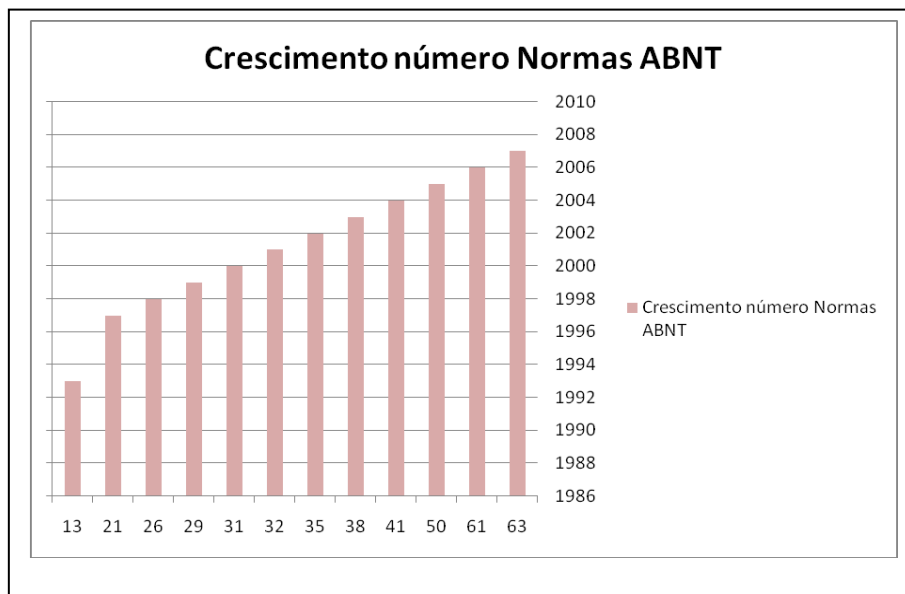
1) A consolidação, na esfera da normalização, como foi o caso do Decreto nº 38069 de 15 de dezembro de 1993, que estabelecia **13 (treze) “medidas de segurança”**, evoluindo posteriormente para o Decreto Estadual “Regulamento de

---

<sup>21</sup> (fonte: Anuários Estatísticos do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo de 1990 e 2002).

Segurança contra Incêndio das Edificações e Áreas de Risco do Estado de São Paulo – Decreto Estadual n.º 46.076/01”, que passou a trabalhar com **33 (trinta e três) “medidas de segurança” para as edificações.**

2) O aumento do número de normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Falando-se do Comitê Brasileiro de Segurança Contra Incêndio (ABNT/CB24), que é o organismo responsável pela Normalização do setor relacionado com segurança contra incêndio, podemos verificar que em 1993 existiam somente 13 (treze) normas, sendo que em 2007 o número de normas passou para 63 (sessenta e três). Destaque-se que somente se está considerando o número de normas elaboradas especificamente dentro do CB24, uma vez que existem dezenas de outras que também contribuem com a segurança contra incêndio, mas, que são elaboradas por outros Comitês.



**Fonte** – Elaborado pelo autor, 2009

**Gráfico 4** – Crescimento cumulativo do número de Normas da ABNT

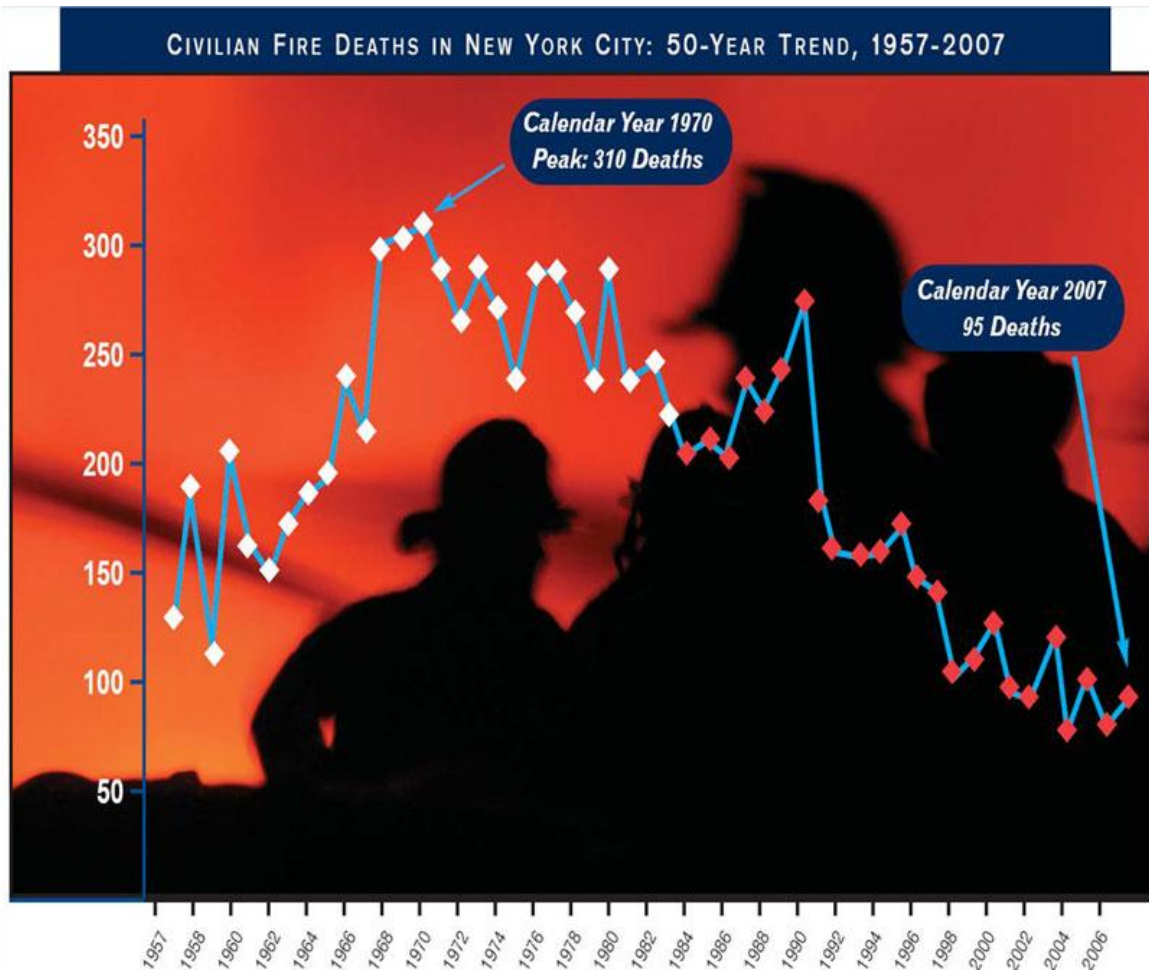
**Tabela 7 - Resumo ocorrências atendidas**  
Período de 1990 à 2002

<b>ANO</b>	<b>INCÊNDIO</b>	<b>SALVAMENTO</b> (terrestre + aquático + produtos perigosos)	<b>RESGATE</b>	<b>(TAC)</b> Trabalhos de Auxílio à Comunidade	<b>TOTAL</b>
1.990	21.258	33.094	1.896	62.166	118.414
1.991	25.462	33.078	5.967	65.196	129.703
1.992	20.665	36.382	9.032	68.161	134.240
1.993	23.188	30.011	24.030	60.031	137.260
1.994	32.738	31.468	52.566	55.235	172.007
1.995	27.678	35.631	74.462	58.720	196.491
1.996	28.272	37.226	92.941	59.427	217.866
1.997	35.210	39.692	125.056	70.297	270.255
1.998	34.993	42.917	147.326	97.250	322.486
1.999	47.223	43.294	173.104	130.516	394.137
2.000	44.407	45.318	195.623	139.509	424.857
2.001	46.348	46.753	217.910	123.734	434.745
2.002	48.227	48.420	243.532	128.371	468.550

**Fonte:** Departamento de Operações e Defesa Civil do Corpo de Bombeiros, 2009

Em muitos países, o aumento do “número de normas” é considerado como indício de evolução da sociedade e aumento da segurança.

Somente para não ficarmos com exemplos no Brasil, os indicadores do “New York Fire Department”, em seu anuário estatístico 2007, apresenta diminuição do número de mortes em incêndios, sendo conhecido o número de normas em vigor, que certamente podemos afirmar, somente nas questões de segurança contra incêndio, ultrapassam 600 (seiscentas) normas da NFPA – National Fire Protection Association, e tem crescido desde o ano de 1970.



**Fonte** – Annual Report by Fire Department, City of New York

**Figura 5** – Evolução do número de mortes em incêndio – últimos 50 anos, 2009

A utilização de ferramentas preventivas, tais como legislações adequadas, normas, fiscalização e incentivo à população para a substituição da bateria dos detectores de incêndio existentes nas residências, aproximam o Corpo de Bombeiros da população e diminuem o risco para a população e os custos, perdas (materiais e humanas) da Instituição<sup>22</sup>.

Outros programas muito eficientes de aproximação da sociedade, são:

- Aquisição e distribuição de 230.000 (duzentos e trinta mil) baterias para os detectores de incêndio nas residências;
- Aquisição e distribuição de 31.416 (trinta e um mil, quatrocentos e dezesseis) detectores;

<sup>22</sup> (fonte: Annual Report 2007 da Fire Department of city os New York)



- Realização de 9.778 (nove mil setecentos e setenta e oito) apresentações educacionais voltadas para segurança em situações de incêndio;



**Fonte** – Annual Report by Fire Department, City of New York, 2009

**Figura 6** - Formatura das crianças no treinamento de segurança contra incêndio



**Fonte** – Annual Report by Fire Department, City of New York, 2009

**Figura 7** - Treinamento de RCP nos colégios

- Treinamento de alunos do colégio para a realização de Reanimação Cárdio-Pulmonar – RCP;
- Investimento em perícia e pesquisa de incêndios, com mais de 5.971 (cinco mil novecentos e setenta e um) incêndios investigados no ano de 2007;
- Mais de 222.721 (duzentos e vinte e dois mil, setecentos e vinte e um) inspeções preventivas em edificações;
- A criação de unidades de Fire Safety Response Team – FSRT, na foto abaixo, que são responsáveis em visitar a comunidade circunvizinha ao evento impactante, com 24 ou no máximo 36 horas, para, aproveitando a comoção, reforçar questões preventivas e estreitar o relacionamento com o Corpo de Bombeiros e sedimentar a ligação intra-comunidade.



**Fonte** – Annual Report by Fire Department, City of New York, 2009

**Figura 8** - Conscientização da população após evento que causa comoção

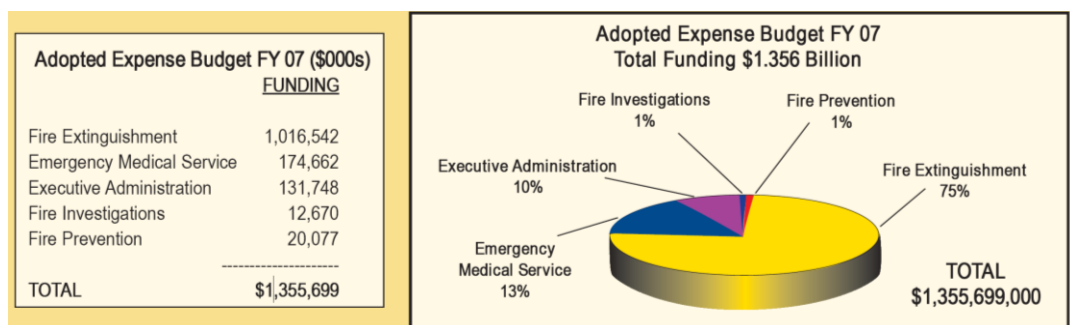
- Economia de recursos com implantação de edifícios operacionais mais seguros, o que diminui o efetivo; tecnologicamente integrados e esteticamente inovadores ao ambiente do entorno, o que acaba por determinar o padrão das construções na circunvizinhança, tornando-se uma agradável e sustentável construção.



**Fonte** – Annual Report by Fire Department, City of New York, 2009

**Figura 9** - Arquitetura indutiva de desenvolvimento

- Investimentos em prevenção no ano de 2007, somente na cidade de Nova York, para o Corpo de Bombeiros na ordem de US\$20.077.000,00 (Vinte milhões e setenta e sete mil de Dólares), sendo que para a perícia investiu-se US\$12.670.000,00 (Doze milhões, seiscentos e setenta mil Dólares).



**Fonte** – Annual Report by Fire Department, City of New York, 2009

**Figura 10** – Investimentos em prevenção – “Fire Prevention” e “Fire Investigation”

### 1.12 Paradigma da Integração Cooperativa

A PMESP desenvolveu um documento de comunicação com a comunidade. Trata-se do Relatório de Averiguação de Indício de Infração Administrativa – RAlIA.

Em pesquisa com o Cap PM Julião (CAO/I-2009), cujo trabalho monográfico está voltado para o assunto, foi esclarecido que o processo de elaboração e trâmite da RAlIA deve ser alterado, uma vez que, por conta da falta de estímulo gerencial adequado, aliado ao fato da descrença de que esta ferramenta pode dar resultado, culminou-se em baixo os resultados positivos.

Outra pesquisa de campo que comprova tal afirmativa é a realizada pelo Maj. PM Eduardo Agrella Carvalho<sup>23</sup>

Considerando-se os Comandos de Policiamento do Interior e Metropolitano, o estudo aponta para o fato de que existe um componente político na resolução dos problemas apontados pela RAlIA, sendo que alguns chefes do poder executivo municipal consideram o envio do documento como ingerência, não adotando medidas pertinentes e sequer restituindo com as providências adotadas.

Para o caso do Comando de Policiamento da Capital, o contato e encaminhamento são realizados diretamente com as Subprefeituras, sendo que somente algumas exceções necessitam de ajustes.

Ressaltou-se nesse estudo que o procedimento de envio ao chefe do executivo municipal deve sofrer alterações, sendo que muitos comandantes elaboram Ofício, esclarecendo os motivos do documento e outros realizam esclarecimentos da finalidade da RAlIA.

O que se conclui dessa pesquisa é que os gestores municipais não foram ainda informados e capacitados a respeito da importância desse documento.

---

<sup>23</sup> (Monografia: “O binômio Estado e Município desenvolvendo ações estratégicas na contenção da violência urbana”, CSP-II/2008).

Na cidade de São Paulo, tal documento pode causar alguma dificuldade uma vez que as áreas territoriais dos Batalhões e Companhias de policiamento não são as mesmas das áreas territoriais distritais do município, o que pode sobrecarregar algumas Subprefeituras, tendo que tratar com vários interlocutores diferentes, inclusive para resolver problemas idênticos.

Há muita oportunidade de crescimento quando se fala de cooperação entre órgãos públicos. Esse é o principal fator, uma vez que a cooperação somente existe com a presença física dos interlocutores e não a simples formalização de um documento, que é estranho ao órgão receptor. Para ele é mais um descontente órgão exigindo, sem qualquer razão, alguma intervenção.

Os criminosos realizaram o seu trabalho preventivo, impedindo, com ruas esburacadas, carros abandonados, vielas, escadarias sinuosas, becos, paredes falsas, muros altos, lajes de observação, fogos de artifício, tudo isso trabalhando de forma preventiva contra a Polícia Militar. Alteraram o ambiente através de “urbanismo às avessas”, como forma de prejudicar o acesso e a tomada territorial.

Portanto, estamos falando em parceria, uma polícia participativa, voltada aos anseios sociais da população, mas também uma polícia que apresenta soluções cooperativas.

### **1.13 Polícia Cooperativa, sim nós podemos**

As polícias de todo o mundo possuem material vasto para pesquisa e comparação, estatísticas são repassadas em *sites*, é fomentada a criação de editoriais, livros, jornais que apontam os problemas de maneira técnica e alastrada na ciência. Como exemplo podemos citar novamente a polícia de Nova York, onde se pode facilmente baixar informações estatísticas. A PMESP pode e DEVE, através de seu “Poder de Polícia”, interagir com os órgãos públicos responsáveis pelo planejamento urbano, apresentando propostas ao Plano Diretor, participando de soluções integradas de segurança pública em edificações. Poderá treinar e capacitar gestores de segurança das edificações, aproximando-os, na busca de informações complementares, tudo voltado para a filosofia de antecipação e para os

conceitos de prevenção primária, buscando a sustentabilidade social da edificação e de seu entorno, no que estamos denominando “Prevenção do Crime através do Gerenciamento Urbano”, agindo de forma cooperativa seguindo os preceitos da Constituição Federal, em seu artigo 23, parágrafo único e artigo 241, conforme seguem:

Art.23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a **cooperação** entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os **convênios de cooperação entre os entes federados**, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

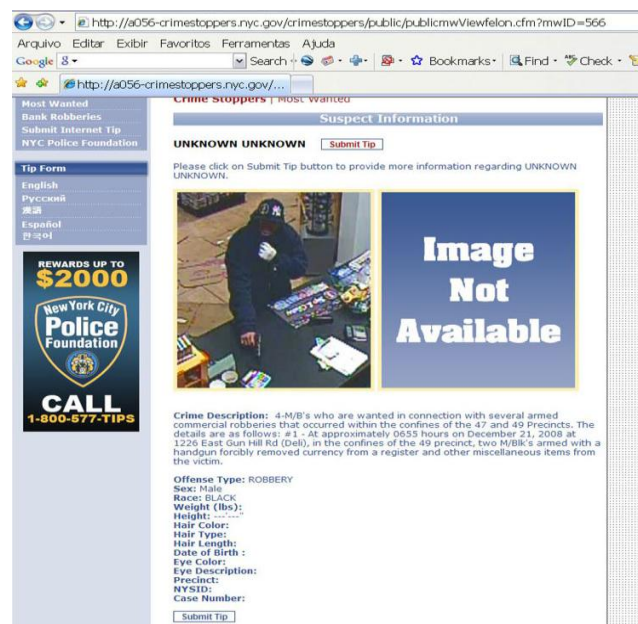
Muitas empresas de segurança já se utilizam de tecnologia para garantir a segurança de seus usuários, mas fazem isso da “porta para dentro”. A PMESP pode incentivar outras medidas, inclusive antes da construção da edificação, baseado em técnicas científicas já utilizadas em outros países.

Nenhum empresário deseja que seus funcionários ou usuários sofram qualquer tipo de crime ou ameaça dentro ou no entorno de seu estabelecimento. Na era globalizada em que nos encontramos seria uma desvantagem estratégica para o empreendedor. Cabe à PMESP entender que o assunto é uma oportunidade para o desenvolvimento de uma Polícia Preventiva baseada em ciência, bem como a produção de literatura científica de policiamento preventivo primário, agregando valor aos trabalhos da Polícia Comunitária, servindo de banco de dados na geração de política de Governo e blindando a organização contra desvios partidários.

As polícias de todo o mundo tem desenvolvido e experimentado trabalhos científicos preventivos, atuando de forma primária, com ações pontuais que garantem a durabilidade e sustentabilidade dos efeitos. Tais ações estão relacionadas com a intervenção no ambiente criminal, com o apoio e colaboração da população local. Invocamos aqui um das filosofias do meio ambiente sustentável “Pensar globalmente e agir localmente”. Cada uma das intervenções será um ponto positivo e mais uma porta aberta no rumo de aproximação com a população. Será

mais um componente comunitário de troca de experiências.

Podemos verificar no próprio *site* da Polícia de Nova York<sup>24</sup>, que existem alguns programas voltados a orientar o cidadão a como se proteger preventivamente quando em viagens, saída à noite, orientações para visitantes, contra furto de veículos. São coletadas as filmagens de infratores agindo em roubo a bancos, sendo que existe recompensa para essa modalidade de crime. No *site* é possível verificar diversas imagens, para que o denunciante possa ter o maior número possível de informações para a denúncia. Os infratores mais procurados, também tem suas imagens lançadas no *site* para denúncia<sup>25</sup>.



**Fonte:** site do Departamento de Polícia de Nova York, 2009

**Figura 11** – Imagem do site da Polícia de Nova York de um procurado e a recompensa

O Centro de Operações Policiais da Polícia de Nova York, estão sendo liberados, pois existem campanhas educativas para que a população não acione o número 911 e sim o 311 para os eventos não-policiais.

<sup>24</sup> ([http://www.nyc.gov/html/nypd/html/crime\\_prevention](http://www.nyc.gov/html/nypd/html/crime_prevention))

<sup>25</sup> <http://a056-crimestoppers.nyc.gov/crimestoppers/public/publicmwViewfelon.cfm?mwID=566>



**Fonte:** *site do Departamento de Polícia de Nova York, 2009*

**Figura 12-** Denúncia com recompensa e campanhas educativas para selecionar recepção de chamadas

Existe uma real integração das informações criminais para os investigadores, que obtém todos os dados possíveis através das informações colhidas no local do crime, tudo em tempo real. São avaliados possíveis outros crimes pelo “modus operandi”, tudo “full time”. Os investigadores saem para realizar o trabalho pouco tempo após a perícia do local, com informações suficientes para buscar suspeitos ou o próprio criminoso. Tudo em um centro integrado denominado RTCC – Real Time Crime Center. Trabalhos preventivos outros são desenvolvidos tais como, prevenção nos metrô, prevenção contra vandalismos, anti-pichação.

A cidade de Nova York já serviu de palco para o desenvolvimento de uma teoria denominada “Broken Windows”, mais conhecida como “Tolerância Zero”, que tinha como objetivo a ação em pequenos delitos, como forma de se evitar os maiores delitos.

Em 1982, o cientista político James Q. Wilson e o psicólogo criminologista George Kelling, ambos americanos, publicaram na revista Atlantic Monthly um estudo em que, pela primeira vez, se estabelecia uma relação de causalidade entre desordem e criminalidade. Naquele estudo, cujo título era The Police and Neighborhood Safety (A Polícia e a Segurança da Comunidade), os autores usaram a imagem de janelas quebradas para explicar como a desordem e a criminalidade poderiam, aos poucos, infiltrar-se numa comunidade, causando a sua decadência e a conseqüente queda da qualidade de vida.

Kelling e Coles demonstram como, ao longo do século XX, a polícia americana foi, aos poucos, abandonando suas tarefas na manutenção da ordem pública para dedicar-se, exclusivamente, ao combate ao crime. A raiz do aumento da violência nos EUA na segunda metade do século XX está, também, nesta mudança de estratégia da polícia.

Quando venceu as eleições para a Prefeitura de Nova Iorque em 1993, Rudolph Giuliani nomeou Bratton para chefiar o Departamento de Polícia, após ter resolvido os problemas de pessoas que pulavam as catracas no metrô, para não pagar. Ele tinha sempre em mente a necessidade de coibir a desordem e reprimir os pequenos delitos, Bratton foi, aos poucos, devolvendo as ruas ao povo.

Muitos outros estudiosos afirmam que outras cidades dos Estados Unidos também tiveram baixa nos índices criminais, sem se utilizar de tais políticas, inclusive esses autores afirmam que nem sempre quem comete pequenos delitos pode ser um potencial criminoso.

Mas o que ocorre é que o crime em Nova York diminuiu, da mesma forma que em outros locais, e tal declínio pode ter sido ajudado pelos indicadores econômicos e sociais, mas o mais importante é que a população e principalmente a Polícia de Nova York acreditou e se utilizou de seu poder para sanear o ambiente e hoje pode realizar um trabalho preventivo em um ambiente menos caótico.

Ao se aliar essa teoria àquelas que serão estudadas nesse trabalho (“Problem-Oriented Policing”, “Crime Prevention through Environmental Design – CPTED” e “Design Against Crime”), tem-se uma nova visão do que no mundo se pratica de segurança preventiva primária.



## 2 A CIDADE E A ESPECULAÇÃO

O processo de crescimento das cidades está fortemente alastrado na economia capitalista, que está alterando ou destruindo todas as características naturais que nos emocionam e expressam nossa grandeza.

O ser humano está, da mesma forma que os faraós no passado, preferindo mostrar sua grandeza através de “edificações torre”, que tentam alcançar o inatingível, grande avenidas e rodovias que nos levam ao mesmo lugar, ou seja, a outros grandes centros urbanos. A cidade loteada, fatiada, dividida em verdadeiros “apartheid de interesse especulativo”, criam, na forma de zoneamento, um subproduto indesejável, a diferença social. Em muitas regiões não existe nem a mais tênue transição. Condomínios de luxo dividem loteamento com o caos de favelas. O zoneamento proposto, através de planos diretores, estabelecem “feudos”, ilhas de prosperidade, tornando-os verdadeiros ícones isolados, símbolos do poder, mas que se tornam cortinas de fundo, permanecendo abandonadas, quando cerram suas portas de atividades diárias.

Os Planos Diretores se utilizam de uma “fachada participativa”, na criação de ambientes denominados ZONAS. Se você quer se divertir, pode somente ir para a “zona X”, se você quer trabalhar, pode somente na “zona Y”, se quer dormir vá para a “zona Z”.

A população, por conta dessa política gerencial urbana, amontoa-se em sistemas de transporte público primitivos, que no passado não muito distante foram os vetores do desenvolvimento e ocupação territorial. Hoje, os carros muitas vezes luxuosos se juntam numa dança de lentos movimentos de partida e regresso. Pessoas perdem muitas vezes 4 a 5 horas diárias dentro de transportes públicos ineficientes e que sempre estão em arritmia com o desenvolvimento e crescimento da cidade. Quando se inicia um trabalho de revitalização desses transportes públicos com novas diretrizes e melhoria das estruturas, não se faz de maneira integrada. Interesses políticos interferem no processo que é puramente técnico e social, aumentando os custos de implantação. Soluções são concorrentes do

mesmo espaço. Trilhos correm em paralelo para o mesmo lugar numa disputa do “quanto pior melhor”.

Como exemplo, atualmente está se revitalizando o transporte com a utilização de três metropolitanos (da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM). Por que não se realizou tal melhoria na década de 70, quando existiam as mesmas linhas implantadas que se utilizam hoje, nessa nova política de expansão?

A linha do metrô se expandiu para áreas tão distantes que perdeu sua finalidade. A partir da década de 90 se tornou impossível adentrar nos carros em “horários de pico”.

A completa arritmia gerencial fruto de disputas políticas e o interesse especulativo que impõe seu poder em detrimento de toda uma população tem gerado o caos urbano.

Mas não parece que tal problema seja atual e de fácil solução, pois a especulação imobiliária que movimenta campanhas políticas atualmente, já manipulava o gerenciamento das cidades.

“Nenhum sério reconhecimento público da necessidade de campos de jogos para as crianças surgiu, até depois de 1870, época em que o espaço necessário só podia ser adquirido contra pagamento altamente dispendioso. Daí a função peculiar da rua superdesenvolvida no plano comercial: era forçada a tomar o lugar do quintal e da praça protegida da cidade medieval, praça aberta e do parque da ordem barroca. Assim, aquele deserto pavimentado, adaptado primeiramente ao tráfego sobre rodas, tornou-se também parque, passeio e campo de jogos: um parque triste, um passeio poeirento, um perigoso campo de jogos” (MUMFORD, 2008, pág. 508)

A especulação imobiliária também dita as regras do desenvolvimento, aponta para onde quer crescer, não interessa de que forma o poder público vai resolver a questão do urbanismo e infraestrutura, de que jeito o usuário vai se deslocar até este novo oásis.

“Por todo o mundo ocidental, durante o século XIX, novas cidades eram fundadas e antigas eram ampliadas...O primeiro sinal de um surto imobiliário era a ampliação do esqueleto de ruas construído de meios-fios e encanamentos para a distribuição de água. A multiplicação daquelas ruas aumentava prematuramente a cidade e vinha acrescentar-se à quantidade

de dispendioso calçamento, dispendiosos esgotos e encanamentos, forçando o crescimento, da maneira mais cara possível, por meio de casas individuais dispersas, localizadas ao acaso no tempo e no espaço, em vez de em núcleos compactos, construídos dentro de um tempo limitado. Para qualquer propósito afora a especulação, esse sistema era extremamente dispendioso, e o custo de tal exploração prematura fazia-se sentir no resto da cidade". (MUMFORD, 2008, pág 509)

O gerenciamento da cidade é tão voltado para os inescrupulosos interesses comerciais, que acabam sendo criadas, grandes e extensas avenidas para que os motoristas, que se utilizam dessas novas vias urbanas, observem e se deliciem no consumismo.

Somente pra ser citado um exemplo o Aeroporto de Congonhas volta a discussão, após tragédias anunciadas. A cidade, seus Planos e Zoneamentos engoliram o entorno que deveria ser preservado contra os riscos inerentes das operações aeroportuárias. Edificações são construídas com altura superior à permitida.

Após anos de avanços construtivos, a Prefeitura de São Paulo estuda a possibilidade de adquirir áreas já construídas, para aumentar a pista de pouso e decolagem. O dinheiro arrecadado para as melhorias e o urbanismo descontrolado no passado, novamente será gasto no presente, mas desta vez, para readequar as construções que nunca deveriam ter sido erguidas.

"Mesmo num subúrbio residencial como Hampstead Garden, em Londres – um belo plano com numerosas e admiráveis inovações-, os urbanistas situaram a área comercial ao longo de uma avenida em corredor, em vez de criar um compacto centro de mercado. O tráfego gerado pela cidade comercial era tão formidável que, ainda no século XIX, em Nova York, eram comuns engarrafamentos do trânsito, e crescia a demanda de modos mais rápidos de transporte público"

"É tão difícil escapar a esse padrão, quando os princípios comerciais predominam, que, ainda hoje, um novo "Shopping" Center numa rodovia principal de Long Island gaba-se do fato inconveniente de ter quilômetro e meio de extensão" (MUMFORD, 2000, pág.511)

A cidade dos automóveis não foi abandonada nem quando se teve a oportunidade de se construir toda uma cidade nova e em uma região totalmente plana, como foi o caso de Brasília. A cidade hoje é um vazio de carros. Vazio, pois, quem necessita andar à pé, sente-se abandonado em meio a um mar de avenidas de alta velocidade e edifícios. A interação é somente virtual, através do celular.

O resultado hoje, conforme afirma o Secretário estadual de Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos (Revista Engenharia, do Instituto de Engenharia, nº590, pag.36, 2008), é que algumas medidas precisam ser adotadas com urgência na cidade de São Paulo:

“É urgente, por exemplo, a construção de garagens, integradas com os terminais, como nos grandes centros do mundo, com a conseqüente eliminação do uso dos veículos no centro, restabelecendo o antigo ‘circular’, o antigo bonde, agora em versão Veículo Leve sobre Trilhos, o VLT.”

São mais custos de reestruturação e adaptação de sistemas que já deveriam ter sido desenvolvidos e pensados de forma sustentável.

A forma desenfreada de ocupação pela ocupação modifica a forma da cidade. Mas já existe um nome para isso – é a Metrópole.

“A forma da metrópole é, pois, sua disformidade, assim como seu alvo é sua própria expansão sem alvo. Aqueles que trabalham dentro dos limites ideológicos desse regime possuem apenas uma concepção quantitativa do melhoramento, procuram tornar seus edifícios mais altos, suas ruas mais largas, seus locais de estacionamento mais amplos: seriam capazes de multiplicar pontes, estradas, túneis, tornando ainda mais difícil entrar e sair da cidade, mas restringindo a quantidade de espaço disponível dentro dela, para qualquer outra finalidade afora o próprio transporte. O projeto feito por Frank Lloyd Wright, de um arranha-céu com 160 metros de altura, foi a redução final ao absurdo de toda essa teoria de desenvolvimento. A forma final de tal cidade seria 100 metros quadrados de construção por 640000metros quadrados de vias expressas e parques de estacionamento. Em muitas áreas, isso rapidamente se está aproximando da realização.” (MUMFORD, 2000, pág. 649)

Os governantes dessas cidades recorrem a todos os artifícios possíveis da construção de pirâmides, o consumo passa a ser obrigatório em escalas imensas. A imitação pela moda e pelo novo deixa o raciocínio inerte.

A teoria do “fator limitante” é destruída nas linhas de produção e nas propagandas, é a produção pela produção. A indústria da construção aumentou seu potencial construtivo e necessita construir como em uma linha de montagem.

Dessa forma as construções devem ser altas a abrigar muitas pessoas. A comunidade sustentável com moradias, comércios e serviços deram lugar a conglomerados afastados do lar.

“Assim, essa economia produz automóveis e geladeiras; mas não tem motivos para prover obras duráveis de arte, belos jardins ou um lazer sem embarços e não-consumidor. Nossa ordem econômica está mais bem equipada para destruir imediatamente o produto do que dá-lo de graça ou limitar a produção da fonte.” (MUMFORD, 2000, pág. 651)

Concentrados entre os processos de conquistas territoriais, urbanistas e arquitetos, esqueceram-se de que, as cidades somente têm importância e significado, se trouxerem felicidade aos seus habitantes. Esses também entraram na roda gigante do marketing. Estão projetando para si mesmos. Ao transitar nas grandes avenidas podemos perceber que os “gigantes envidraçados” simulam espadas cintilantes, um querendo ofuscar o outro em brilho e altura.

“Nossa civilização atual é um automóvel gigantesco a se mover numa estrada de mão única, a uma velocidade cada vez maior. Infelizmente, tal como está construído agora, faltam ao carro tanto o volante quanto os freios, e a única forma de controle que o motorista exerce consiste em fazê-lo andar mais depressa, embora, fascinado pela própria máquina e convencido de que deve atingir a maior velocidade possível, ele tenha esquecido por completo o objetivo da viagem.” (MUMFORD, 2000, pág. 666)

A palavra arquitetura no seu sentido primeiro e mais amplo, refere-se, em uma acepção tradicional, à arte e técnica de organizar e configurar espaços a fim de construir o meio-ambiente propício à vida humana.

Em que momento nos bancos escolares os arquitetos passaram a desprezar o apelo social de qualquer empreendimento?

O arquiteto é o único que pode criar o novo sustentável, é o único que pode fugir do processo de “linha de montagem”, pensando na satisfação interna do uso quanto externa do belo, integrado e sustentável, tornando-se um constante reservatório de vida nova, ajudando a tornar o homem humano.

As cidades transformaram os seres humanos em grandes conglomerados isolados. Isolados em seus carros, isolados em suas “bairros” no escritório ou nas fábricas, isolados em seus minúsculos apartamentos, com seus luxuosos dois metros quadrados de sacada. As diversões são para a grande massa. Quando se deseja um momento de relaxamento do estresse semanal, os jovens vão para

“barzinhos” que apresentam seus repertórios musicais com tamanha intensidade sonora que transforma a possível e necessária interação social, em reflexos de instinto. Continuamos isolados mesmo cercados de pessoas de nosso grupo social, necessitando de “personal training”, “personal *“Shopping”*”, “personal, friend”, “personal dancing” e “personal style”.

“Nas cidades modernas, industrializadas, onde o homem vive sem amigos, anônimo e só na multidão, em permanente estado de “stress”, toma-se um introvertido para aliviar suas tensões. Essa introversão, em forma extrema, dá origem à esquizofrenia. O individualismo acentuado do urbanita, caracterizado pelo “cada um para si e Deus para todos” na desenfreada luta pela vida, é, pois, uma inevitável consequência do processo de urbanização. O “sonho suburbano” de morar em casas isoladas, amplas, em locais afastados da cidade é uma fuga à realidade e uma forma de introversão que pode ser o início de uma neurose. Um psiquiatra vienense constatou que seus pacientes neuróticos desejavam morar em casas isoladas, amplas, em locais arborizados.” (FERRAZ, 1983)

O ambiente massivo faz com que os valores baseados nos relacionamentos pessoais sejam substituídos por outros baseados nos relacionamentos de grupos.

“O homem das cidades gigantescas, envolvido na massa, não faz parte de uma coletividade - pois esta não existe nessas cidades -, mas faz parte da multidão que nela se forma; o indivíduo da massa não tem personalidade e se limita a fazer somente o que a massa espera dele. O homem da cidade grande não tem convicções, nem se orienta por princípios, mas somente por ideologias expressas em slogans difundidos pelos partidos políticos, pelos mercadores, através dos meios de comunicação de massa. As idéias não são suas, nem são frutos de reflexões; não visam a um objetivo humano, coletivo, mas, sim, individual, de resultados benéficos para ele próprio, aliás, duvidosos. A presença de um contingente numeroso de pessoas desta natureza torna a vida urbana intolerável; as pessoas transformam-se em torturadores monstruosos por agirem em nome de grandezas desumanas, sob a alegação de vantagens inconcebíveis pela razão. O homem urbano é torturado, não pelo outro homem, mas, sim, pelas relações desumanas geradas nesses ambientes de massa”.(FERRAZ, 1994, p 40)

A cidade sofre tamanha e violenta transformação diária que se torna impossível identificarmos as suas próprias memórias. O movimento da cidade faz com que os valores baseados nos relacionamentos pessoais sejam substituídos por outros baseados nos relacionamentos de grupos.

A mídia se utiliza desse senso de grupo para nos bombardear de forma constante de notícias que apontam para uma cidade/metrópole violenta. O lado violento nunca foi tão inflamadamente divulgado, logicamente com fundo,

novamente, comercial, na busca de mais pontos nos indicadores de audiência. A impressão passada é que toda a sociedade está contaminada. Todos nós temos o vírus da insegurança, reforçado ainda pelas condições ambientais do meio que nos cerca. Aumentamos, com isso, ainda mais nosso isolamento e nossa agressividade.

“...a densidade reforça a diferenciação interna, pois, paradoxalmente, quanto mais próximos estamos fisicamente, tanto mais distantes são os contatos sociais, a partir do momento em que se torna necessário só se comprometer parcialmente em cada um dos relacionamentos. Há portanto uma justaposição sem mistura de meios sociais diferentes, o que gera o relativismo e a secularização da sociedade urbana (indiferença a tudo que não esteja diretamente ligado aos objetivos próprios de cada indivíduo). Enfim, a coabitação sem possibilidade de expansão real resulta na selvageria individual (para evitar o controle social) e, conseqüentemente, na agressividade”<sup>26</sup>.

## 2.1 Cidade, Violência e Prejuízo Financeiro

A maneira que os governantes administram e gerenciam as cidades criando muitas vezes ilhas suburbanas de habitações, a quilômetros das áreas de trabalho, alimentados por transportes desumanos, aumentam ainda mais o degrau de classes sociais. Quem vê a cidade do alto, com certeza vai se perguntar se havia algum vírus que necessitava passar por uma quarentena definitiva. Muitas regiões de São Paulo foram assim formadas, a exemplo das COHAB Tiradentes. Edificações de baixo padrão, com famílias numerosas coabitando o mesmo espaço e sem ferramentas sociais de interação adequadas, a não ser os “botequins”. A intenção do governante era uma quarentena ou uma incubadora?

“O mecanismo da “modernização, exclusão e marginalização” é marcado por uma dialética infernal. Se por um lado, a economia incorpora um certo número ao mercado de trabalho efetivo, através de empregos recém-criados, por outro, ela expulsa um número muito maior, criando de um golpe o sub-emprego, o desemprego e a marginalidade. O número desses “postergados” aumenta cada vez mais. É para esses remanescentes da força de trabalho nos níveis mais baixos do espectro sócio-profissional que foi reservado o termo marginal.” (TAVARES e SERRA, apud SANTOS, 1978, p. 34)

As raízes da violência estão estampadas em nossas mentes desde a criação do mundo. Na passagem bíblica, Caim matou Abel, resultado da inveja. Portanto, a violência faz parte de nossa sociedade, mesmo naquelas sociedades com maior ou

<sup>26</sup> CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 103.

menor rigor punitivo, renda, educação ou apelo religioso. Mas um dos fatores de forte apelo para o agravamento da violência é a desigualdade social, e que quão pior for o gerenciamento maior a desigualdade.

“A violência dos que assaltam, estupram e matam, é a mesma, não é outra, diferente ou especial, da qual estaríamos imunes. Não, não é outra, é a mesma. Apenas em nós essa violência é normalmente contida, graças à educação que recebemos e à situação em que nos encontramos. Situação que nos dispensa de roubar para sobreviver. Podemos nos dar ao luxo de não ser violentos porque não passamos fome e não dormimos ao relento, ou debaixo da ponte. Podemos nos dar ao luxo de ser bem comportados porque ganhamos o suficiente para ter, além do necessário, algum supérfluo, pois sendo pobres em relação aos ricos, somos ricos em relação aos miseráveis. Nossa virtude cívica, nosso bom comportamento como cidadãos, está na razão direta, não só da educação que recebemos, mas principalmente de nossa renda mensal. Se não roubamos é porque fomos educados considerando o roubo um delito e, além disso, porque não precisamos roubar. E, se não matamos ninguém, é pelas mesmas razões. E, porque não precisamos nem roubar nem matar para sobreviver, nos permitimos ignorar as causas econômicas e sociais da violência que, achando-se em gérmen em todos nós, eclode naqueles que não têm condições de ser virtuosos e bem comportados, pois a carência de educação, o desemprego, a miséria e a fome, os levam a optar pela violência e não pela razão.”<sup>27</sup>

Muitos estudiosos, entre eles Oscar Newman<sup>28</sup> e – Felson e Clarke (1998) defendem que os comportamentos desviantes (delinqüentes) e da criminalidade nos meios urbanos é também produto da interação entre pessoas e o ambiente. A teoria sobre o ambiente do crime está baseada sobre um simples princípio, ou seja: as oportunidades mais fáceis ou tentadoras convidam para a ação criminosa.

Dessa forma o desafio dos urbanistas consiste em encontrar soluções que revelem a capacidade do ambiente construído em impedir (ou mitigar) o sentimento de insegurança e as ocorrências (delinqüentes ou criminais) que agravam este sentimento.

O ambiente construído comunica-se com seu público, da mesma forma que a arquitetura procura dar conforto, ergonomia, iluminação e segurança, ao seu usuário do lado interno da edificação, externamente deve se portar de maneira sustentável, integrada e proporcionando a seus habitantes permanentes ou provisórios, certo grau de controle das ameaças.

<sup>27</sup> CORBIDIÉ, ROLAND. Raízes da Violência. Ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, RJ. 1995. p. 215.

<sup>28</sup> (Defensible Space: Crime Prevention through Urban Design in the Violent City, 1972)



Do outro lado da construção desse raciocínio o aumento da violência causou forte impacto sócio-econômico nas grandes cidades: maiores investimentos privados e públicos para a segurança, perda de investimentos na indústria e comércio, mudança de hábitos de consumo. Diante desse chamado "custo da criminalidade", a própria configuração urbana sofreu mudanças. O cenário é, hoje, pontuado por condomínios, ruas e bairros fechados, residências com altos muros e cercas eletrificadas. É o que afirma a pesquisadora Denise Mônaco do Núcleo de Estudos sobre Habitação e Modos de Vida (Nomads) da Universidade de São Paulo – USP.

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apenas em 1997, o Brasil perdeu 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em razão da falta de segurança.

Segundo o Dr. Túlio Khan, essas estimativas ainda são precárias, pois não se consegue precisar a dimensão real desses impactos, que vão dos diretos, como custo do combate e prevenção da violência, a vários indiretos, onde se inclui, por exemplo, a perda de vida produtiva do jovem, parcela da população onde estão as maiores taxas de homicídio.

Estudos realizados pelo especialista criminal Dr. Stevens Stack da Wayne State University, Department of Criminal Justice (Criminal Justice News, 1998), apresentado em um relatório (escrito pelo Dr. Randall L. Atlas, membro da "American Institute of Architects - AIA" nos Estados Unidos, em seu trabalho apresentado na "AIA 2005 National Convention and Design Exposition"), esclarece que nas áreas de altas taxas de crimes, a desvalorização dos imóveis é muito grande e impacta nos custos da infraestrutura do município.

Como os custos da infraestrutura social estão alastrados nos impostos e as áreas degradadas tornam-se desvalorizadas e, conseqüentemente, a arrecadação diminui vertiginosamente. Esse panorama diminui ainda mais o poder de reação dos governantes, para aplicar em melhorias, desaquece a economia em um ciclo de desgaste sem fim. Segundo ainda o estudo, um aumento de 1.000 crimes para cada 100.000 habitantes associados a área desse aumento, impacta em desvalorização para cada residência na ordem de US\$ 9.000,00 (nove mil dólares).

Levantamentos realizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apontam que a cada ano ocorrem uma média de 740 mil mortes.

Cerca de 490 mil pessoas, ou dois terços do total, são mortas fora das zonas de guerra como consequência da criminalidade, e neste sentido as Américas do Sul e Central são as regiões mais afetadas.

Thomas Gremiger, chefe da divisão política do Ministério de Assuntos Exteriores da Suíça afirmou que o impacto econômico direto da violência armada poderia chegar a US\$ 163 bilhões ao ano, sendo que a violência armada constitui um dos maiores freios para o desenvolvimento.

Por sua vez, Keith Krause, diretor do programa sobre armas leves no Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento afirma ainda que a violência é a quarta causa de mortes de pessoas 15 e 44 anos no mundo.

## **2.2 Zoneamento e seus Reflexos Criminais**

O reflexo do parcelamento ou zoneamento urbano denominado Plano Diretor dividiu a cidade de São Paulo em regiões criminais. Onde quer que se olhe fica fácil identificar a topografia, tipo de construção, composição econômica, social, etária e educacional. As modalidades de crimes modificam-se na medida em que ocorrem essas mudanças em grupo. Estamos denominando essas mudanças de “ambiente criminal”. Um “ambiente criminal” é aquele que possui determinada topografia, vizinhanças territoriais, tipo de construção, fluxo atrativo diurno, vespertino ou noturno, poder aquisitivo daquela população, faixa etária e grau de formação educacional, tipo de população flutuante.

Valho-me da argumentação do Dr. Tulio Khan<sup>29</sup>, segundo ele, o zoneamento reflete, mas também acaba por determinar e influenciar o tipo de atividade social e econômica predominante numa região, o que por sua vez influencia o tipo de

---

<sup>29</sup> (Ferramentas e Técnicas de Análise Criminal – Estudos Criminológicos , Outubro de 2008, pág. 7)

“oportunidades criminais” existentes na área. Dentro da área territorial de uma Companhia de Policiamento co-existem geralmente diversas zonas, embora geralmente um tipo seja predominante, e ainda:

“...zonas residenciais horizontais de baixo padrão tendem a concentrar homicídios, crimes sexuais, tráfico de drogas e conflitos interpessoais violentos mas os furtos são raros. Em contraste, zonas residenciais verticais de padrão médio e alto, tendem a concentrar furtos de veículos e acidentes leves de trânsito, sendo raros os homicídios.

As zonas residenciais horizontais de padrão médio e alto tendem a favorecer as ocorrências patrimoniais relacionadas a residências bem como os roubos de veículos, enquanto são raros os furtos em estabelecimentos comerciais e bancários.

Embora sejam poucas, as zonas residenciais verticais de baixo padrão (predominância de projetos habitacionais populares) são propícias para os crimes sexuais bem como os desentendimentos interpessoais verbais.

Como seria esperado, zonas comerciais e de serviços concentram as ocorrências de todas as modalidades de furto (exceto de veículos) e crimes relacionados ao comércio como crimes contra o consumidor, moeda falsa, estelionato e sonegação fiscal, enquanto as zonas de predominância industrial favorecem os furtos a estabelecimentos comerciais e outros.”

Todos esses “ambientes criminais” determinam a modalidade de crime que irá ocorrer. Falaremos mais adiante desse assunto, mas somente como esclarecimento, quanto maior a diferença entre esses ambientes, ou seja, quanto mais recursos esse ambientes possuem, e não se está falando somente de recursos financeiros, mais roubos ocorrem. Quanto mais desorganizado e sem recursos, mais homicídios ocorrem.

“Não faz muito ouvíamos o depoimento de um ex-detento, a quem foi repetida a milenar pergunta: por que escolheu o caminho do crime? Este homem, que passou 15 anos preso, lá em suas palavras disse mais ou menos o seguinte: “Não sei o que é que se pode esperar de um rapazinho faminto de todo jeito, do estômago e da cabeça. Eu morava numa favela à beira de uma rodovia. Do outro lado da pista tinha tanto cartaz convidativo...eram moças bonitas, nomes de comidas em lata, fotografias de automóveis. A gente que não tem nada já se sente uma porcaria em cima da terra...quanto mais vendo aquilo tudo que existia pra quem tem dinheiro. Uma coisa eu te juro, moço , eu não nasci um monstro como tanta gente quer dar a entender! Compreende? Era fome na barriga e na cabeça, era fome de todo jeito, e não tinha saída!<sup>30</sup>” (MORAIS, 1981, pg. 51).

Vista dessa forma, podemos concluir que a violência é fruto de desigualdades de toda espécie. A “ambiente criminal” assemelha-se aos diversos ambientes de “lay-out” entre as prateleiras ou gôndolas em um supermercado. Cada

---

<sup>30</sup> MORAIS, RÉGIS *O Que é Violência Urbana* Ed. Brasiliense, São Paulo, 1981, p. 51.

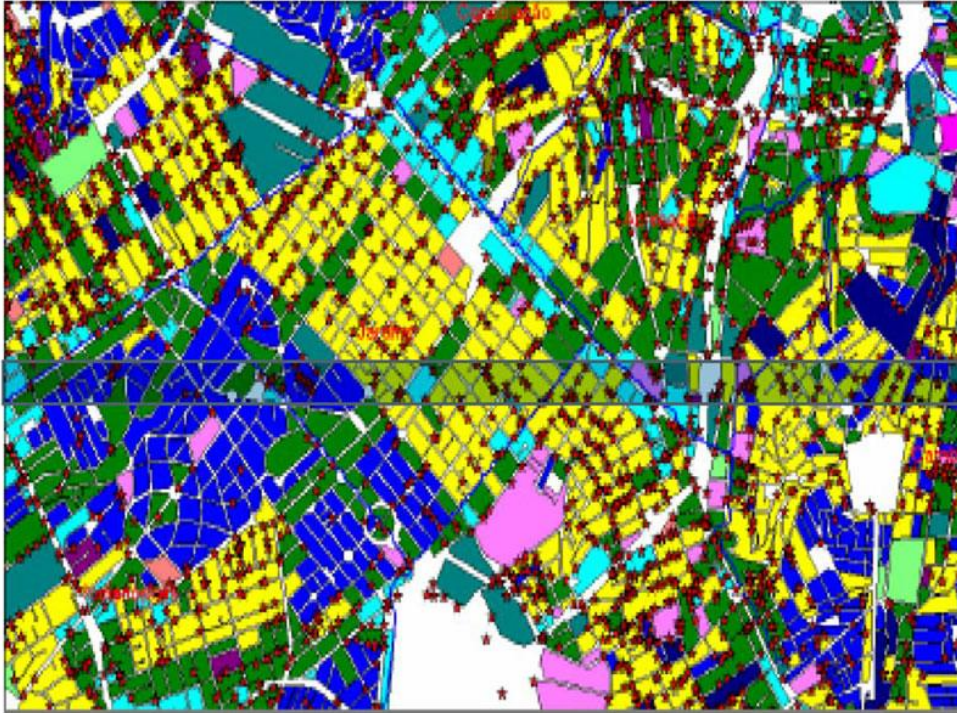
um desses “ambientes” apresenta um rol de produtos, design diferenciado, estratégia de venda com a utilização de cores, aromas e posição de exposição das mais variadas com o objetivo de “atrair o consumidor”. Mas isso é feito utilizando-se de todo o conhecimento da reação aos estímulos que todo ser humano possui. Dessa forma utilizam-se dos sentidos táteis, olfativos, sonoros, visuais e do paladar. A atratividade é um meio para um fim, que é a venda. Portanto estamos falando de “atratividade ativa”, pois se deseja um resultado de venda.

Da mesma forma, com o zoneamento da cidade, são criadas diversas áreas, denominado neste trabalho de “ambiente criminal”, que apresenta “oportunidades criminais”, atraindo agora um “consumidor criminal”. A atratividade nesse momento, passamos a denominar de “atratividade passiva”, pois não se deseja a presença do “consumidor criminal”.

O Dr. Tulio Khan, ainda em seu trabalho, afirma que os “hot spot” de roubo e furto, estão longe de serem aleatórios e, conhecer o zoneamento da área em que se atua, portanto, fornece pistas importantes para explicar e prever o tipo de crime na área.

Abaixo mostramos a figura apresentada na página 8 do estudo realizado pelo Coordenador da CAP, onde podemos verificar uma Zona residencial, verticalizada de médio e alto padrão (em amarelo no mapa), com a quantidade de furto de veículos ocorrido (não é apresentado o período estudado), sendo que é fácil constatar a concentração maior dessa modalidade de crime na área amarela, que é uma área residencial de alto padrão.

## Amarelo: Zona residencial vertical de padrão médio e alto - Furto de veículos



**Fonte:** CAP/SSP, Outubro de 2008

**Figura 13** - Ferramentas e Técnicas de Análise Criminal – Estudos Criminológicos, pág. 8

Uma questão interessante levantada no estudo citado, aponta para o fato de que a simples existência de determinados empreendimentos imobiliários também são impactantes para a criminalidade:

“Outras variáveis, como o nível de policiamento e fiscalização do local, existência de equipamentos específicos (universidades ou “*shoppings*”) e facilidade de acesso, também afetam o volume de crimes.

O furto é um dos poucos crimes que têm crescido na cidade de São Paulo nos últimos anos – apesar da ligeira queda de 2005 para 2006 – em contraposição aos homicídios, latrocínios e roubos de veículo, que apresentam fortes reduções.”

Tudo que é impactante é oriundo de um risco mal avaliado ou mal solucionado. Desta forma, o surgimento de um indicador criminal, após a implantação de um empreendimento imobiliário, aponta primeiramente para a falta de planejamento. A falta do planejamento está baseada na falta de ferramentas,

muitas vezes ainda não desenvolvidas para a análise do risco, do grau do seu impacto, tendo como consequência a incapacidade de mensuração.

Não se pode afirmar que o crime surgiu como que se fosse “geração espontânea”. A criminalidade é efeito, é gerada por uma patologia social, assim como a tosse convulsiva está para a silicose. A criminalidade cresce a partir de um certo tipo de crise social, ou melhor, ela é expressão e consequência de uma patologia social suficientemente grave para gerá-la.

Confirmando-se a assertiva anterior existe sempre uma relação de “causa-efeito” mesmo quando tratamos de crime.

### **2.3 Megacidades**

Os planos de desenvolvimento diretores de muitos municípios tornam-se armas contra o próprio governo. O governante passa a ser o “inimigo íntimo” produzindo e controlando comunidades de periferia, regiões satélites e favelas.

“Ampliando-se a análise para as 49 maiores cidades do país, que abrigam 80 milhões de pessoas, obtém-se uma visão mais completa do fenômeno. Nos últimos vinte anos, a periferia dessas cidades correspondia a um terço da população. Agora, equivale a quase metade do total dos moradores. Deverá ser maioria em cinco anos. De 1996 para cá, a renda per capita nas cidades médias brasileiras aumentou 3%. No caso das periferias das grandes cidades, a renda caiu 3%”<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> SECCO, ALEXANDRE e SQUEFF, LARISSA A explosão da periferia: Crime, desemprego e miséria: uma tragédia brasileira em torno das grandes metrópoles, Revista Veja, ed. Abril, nº 1684, 2001, São Paulo.

**Megapobreza**

O quadro mostra quais eram as maiores cidades no começo do século passado, quais são elas hoje em dia e quais devem ser em 2015. Observe que as megacidades se tornaram um fenômeno do Terceiro Mundo (em milhões de habitantes)

1900	POPULAÇÃO	2001	POPULAÇÃO	2015	POPULAÇÃO
• Londres	6,6	• Tóquio	29	• Tóquio	29
• Nova York	3,4	• Cidade do México	18	• Bombaim	26
• Paris	2,7	• São Paulo	17	• Lagos, Nigéria	25
• Berlim	1,9	• Bombaim	17	• São Paulo	20
• Chicago	1,7	• Nova York	16	• Karachi, Paquistão	19
• Viena	1,7	• Xangai	14	• Daca, Bangladesh	19
• Tóquio	1,5	• Los Angeles	13	• Cidade do México	19
• Wuhan, China	1,5	• Lagos, Nigéria	13	• Xangai	18
• Filadélfia	1,3	• Calcutá	13	• Nova York	18
• São Petersburgo	1,3	• Buenos Aires	12	• Calcutá	17

Fonte: Revista Veja. Ed. Nº 1680 de 24 de janeiro de 2001

Figura 14 - Evolução das maiores cidades do mundo até 2015

O quadro acima aponta para uma preocupante estimativa, que ainda pode ser revertida, que é a da criação de uma Mega São Paulo. Segundo o que se observa é que São Paulo, em 2015 estará em pé de igualdade com países de terceiro mundo. A cidade de Tóquio, apesar do número em 2015, sua população será a mesma que em 2001, não havendo crescimento.

Somente quando os recursos naturais são ameaçados e o crime se instala é que se inicia o trabalho de urbanização e aparelhamento social. Somente quando o cheiro podre da favela chega à porta dos condomínios é que a sua presença é notada. Somente quando os custos para desassoreamento de rios, com estações de tratamento, ou quando algas azuis aparecem em represas é que se percebe que alguma coisa tem que ser feita, pois enquanto os corpos da guerra nas favelas continuarem segregados, não vai passar de um simples rodapé em um jornal, estampando o anúncio de um luxuoso carro importado.

Atualmente vemos o desenvolvimento de “Ações Sociais” denominadas de “Virada Social”, que nada mais é do que um combate multisetorial à criminalidade esta última anunciado para a imprensa em 18 de fevereiro de 2009 para a região de Paraisópolis. A notícia que circulou nos jornais foi a seguinte: moradores enfrentaram a Polícia Militar por quase cinco horas, fazendo barricadas e ferindo três policiais à tiro.

O governador apresentou para a imprensa 69 ações das 80 que serão implementadas<sup>32</sup> .:

“Segundo o secretário de assistência social, Rogério Amato, a ação não acontece apenas como resultado do confronto, pois Paraisópolis já era estudada como uma possível candidata para receber o Virada Social. Segundo ele, como a região foi ocupada por tropas no início do mês, o governo aproveitou para iniciar o programa. 'Foi uma infeliz oportunidade', disse.”

Essa é uma ótima oportunidade para a PMESP implantar a filosofia de policiamento comunitário e ações de prevenção primária.

## 2.4 Aldeia Global

Da mesma forma, há meses, o Governador de São Paulo anunciou que o município de Guarulhos não possui tratamento de esgoto e, portanto, ele como Governador não tem condições de melhorar o programa de desassoreamento do rio Tietê, bem como completar o saneamento necessário para o rio.

Trata-se de um dos efeitos da globalização, nenhuma causa ou impacto tem início e garantia de fim somente na sua localidade. Não existe dano compartimentado e localizado quando falamos em sociedade. Estamos sofrendo atualmente um reflexo de ações e práticas adotadas pelo mercado de ações americano, no mínimo equivocadas. Esse é o mais claro exemplo de que as ações de desenvolvimento devem ser pensadas de forma global.

Parece desgastado o tema, mas estamos em um mundo globalizado, a chamada “aldeia global” (fonte : [http://pt.wikipedia.org/wiki/Aldeia\\_global](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aldeia_global)", 04/03/2009, às 19h00).

O conceito de "aldeia global", criado pelo sociólogo canadense Marshall McLuhan, quer dizer que o progresso tecnológico estava reduzindo todo o planeta à mesma situação que ocorre em uma aldeia

Para entendermos a globalização devemos ampliar nossa forma de avaliar. Hoje a ciência e a avaliação sistêmica são o mote de nossa Instituição.

<sup>32</sup> [http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/cbn/m\\_sp\\_index.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/cbn/m_sp_index.shtml), 24/02/2009, 15h48)



Ressalte-se que não se tem conhecimento de ter sido o trabalho cooperativo entre todos os membros federativos tão importante. Aos cidadãos não interessa a cor da pele do presidente, mas sim se ele tem compromisso para resolver os problemas que os afligem.

Nessa aldeia, o mau gerenciamento de assuntos em um município prejudica toda uma população vizinha. Muitos são os exemplos de danos ambientais no mundo. Todas as questões que mantêm uma cidade viva são de interesse de todas as outras vizinhas. O município que for o último a entender isso estará fadado a obrigar seus cidadãos a pagar um alto preço.

Mas esse problema não é verificado somente aqui em São Paulo, pois na viagem de estudos em Brasília, pode-se constatar em entrevista no Comando Geral da Polícia Militar, na PM-3, setor de planejamento, comandada pelo Major PM Maia, que apesar de ser uma cidade nova, com menos de 50 anos, o fenômeno do avanço metropolitano, com todas as mazelas do inadequado gerenciamento urbano, atua contra os próprios cidadãos. O Distrito Federal com limites já não existe mais. A preocupação não é mais com uma determinada área ou região, deve ser ampliada a visão, como um “zoom out no Google Earth”. Recursos básicos, como a água que abastece o Distrito Federal já está se transformando no esgoto de uma nova região, que avança a partir da divisa com o Estado de Goiás. Resumidamente, Goiás está despejando seu esgoto, nas reservas hídricas que alimentam a população de Brasília, uma vez que o lago fica metade no estado de Goiás e metade no Distrito Federal.

Para a gestão urbana não basta pensar globalmente e resolver localmente, deve-se também pensar localmente para propor globalmente, através da cooperação.

## **2.5 Cidade e Despertar Gerencial**

Um exemplo de gerenciamento urbano integrado no município de São Paulo foi a intervenção, nos moldes de ocupação, de “praticamente 100 dias de atuação no

bairro de São Mateus. A PMESP encerrou as atividades da 11ª OSTE (Operação Saturação por Tropas Especiais) no dia 19 de setembro de 2008.



Fonte: site [http://www.zonaleste.net/v4/noticia\\_detalhes.asp?cn=846](http://www.zonaleste.net/v4/noticia_detalhes.asp?cn=846), acesso 22/03/2009 às 12h28

Figura 15 – PMESP na formatura de encerramento da Operação

Com o final das operações policiais, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS) do Estado de São Paulo, será responsável pela “Virada Social”, que auxiliará no processo de aceleração do desenvolvimento, com ações na área da educação, cultura, saúde, infra-estrutura entre outras atividades.

Esse trabalho basicamente demonstrou dois aspectos que podemos observar. O primeiro aspecto é a intervenção urbana local, utilizando-se da interação gerencial de cooperação multidisciplinar.

O segundo aspecto dessa intervenção demonstrou que ocorreu em algum momento no passado, a falta desse gerenciamento urbano, tratando-se, portanto, de uma retomada. O trabalho desenvolvido desponta um novo caminho para a solução de problemas, pois a PMESP não mais estará na localidade com o mesmo contingente, voltando, a comunidade, a ser atendida pelas unidades territoriais. Como afirmou o Secretário de Segurança Pública, após a demonstração de força do Estado, que serviu de anteparo para implementação das ferramentas gerenciais de polícia preventiva, os demais órgãos assumem a implementação de suas ações sociais.

Experiência internacional aponta para ensinamento de que quando o órgão público se alinha à sociedade, seus habitantes assumem o seu papel valorizando seu ambiente. Tais ações reforçam o sentimento de territorial, que deverão ser mantidas com o apoio de aparelhos sociais adequados a cada região.

Mas uma questão importante ainda deve ser apontada. A comunidade por si só não levanta a bandeira para a solução do problema, ela deve ser instigada e direcionada para este caminho, através das mãos do Estado.

Em seus estudos, Olson (1998) argumenta que membros de um mesmo grupo de interesse, mesmo tendo a possibilidade de melhorar uma situação do seu próprio interesse através de uma ação coletiva, não o fazem sem coerção ou incentivos seletivos. O argumento é de que a racionalidade egoísta não leva à ação coletiva, na medida em que a ação coletiva só ocorre em três situações:

- de coerção;
- em pequenos grupos, ou
- quando existem incentivos seletivos dirigidos a grandes grupos.

Desse modo, a contribuição trazida por Olson para o problema da ação coletiva desmonta a visão pluralista, até então muito influente na ciência política, argumentando que interesses comuns não necessariamente geram ações coletivas. Os indivíduos têm interesses comuns em participar de um grupo para obter um bem coletivo, mas não têm interesse comum em pagar os custos da provisão desse bem.

Outro exemplo bastante importante foi a criação da Secretaria da Ordem Pública no município do Rio de Janeiro. Em reportagem obtida através do portal G1<sup>33</sup>, apresentou artigo relatando diversas ações integradas de intervenção urbana, tais como: retirada de ambulantes de algumas áreas, carros rebocados, taxis lacrados, inclusive ocorrendo a demolição de um edifício que foi construído de forma irregular. O trabalho da prefeitura aponta para uma não aceitação da desordem urbana, inclusive com a criação de uma Secretaria específica para tratar desses assuntos.

É claro que as ações não podem ser as de somente limpeza urbana, é mais fundo que isso, trata-se de saneamento. Se o aparato público não realizar o gerenciamento permanente e não implementar aparelhos sociais adequados, o

---

<sup>33</sup> (ARTIGO PORTAL G1. Disponível em: <[http://g1.globo.com/Portal/G1V2/img/logo\\_g1.jpg](http://g1.globo.com/Portal/G1V2/img/logo_g1.jpg)>. Acesso em: 05/Jan/2009, às 13h36)

verniz não durará muito tempo, e pior, o governante será desmoralizado por deixar que o “caos” retorne.

## **2.6 Cidade e Estatuto da Cidade**

O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei 10.257 de 2001, visa estabelecer diretrizes gerais da Política Urbana e especialmente regulamentar o artigo 182 da Constituição Federal, fixando os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos de gestão urbana.

O Estatuto da Cidade se apresenta como um novo regulador federal para os municípios da mesma forma que a legislação federal ambiental.

Um importante aspecto do Estatuto da Cidade é o fato da existência Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, mecanismo similar que o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente EIA/RIMA, tão utilizado pelo policiamento ambiental.

Essa legislação federal estabelece que cabe ao Poder Público Municipal (Seção XII do Capítulo II do Estatuto), solicitar o devido EIV, nas Operações Urbanas Consorciadas e na aprovação ou autorização de funcionamento para qualquer empreendimento ou atividade que cause transtorno ambiental, seja pólo gerador de tráfego, subestime a infra-estrutura existente ou gere impacto sócio-econômico em seu entorno.

Hoje existe um mecanismo que pode ser fiscalizado para as construções nas áreas urbanas.

Um aspecto interessante deve ser destacado no texto: - o que é impacto sócio-econômico?

Impactos são danos que podem ser diretos ou indiretos. Os danos diretos são por exemplo a destruição de bens, infra-estrutura, edifícios, maquinaria. Os danos indiretos referem-se basicamente aos bens e serviços que deixam de ser

produzidos durante a fase de reabilitação e reconstrução do ambiente. Outros danos que são entendidos como efeitos indiretos importantes mas difíceis de quantificar, são o sofrimento humano, a insegurança, que influenciam o bem-estar e a qualidade de vida.

Nesse ponto queremos realizar um recorte, aguçar o olhar e refinar o raciocínio.

Como esclarecido anteriormente nesse trabalho, impacto é um dano que pode ou não ser mensurado, sendo que a insegurança é um desses impactos, pois gera danos sociais e econômicos.

Dessa forma, pelo que foi descortinado até o momento, a violência é um dos fatores de impacto sócio-econômicos, sendo que, independente do tipo, local e contra quem, deve ser antecipado, medido e combatido principalmente na modalidade primária e não repressiva.

O instrumento EIV, no Estatuto da Cidade, andou pelos mesmos vales do Direito Ambiental, reforçando, com arcabouço teórico, o raciocínio prevencionista. Tal preocupação prevencionista, trata-se do 15º Princípio da Declaração do Rio de Janeiro/92 – Princípio da Precaução (MACHADO, Paulo Affonso Leme, Malheiros Editora Ltda., 2000, pág.48), que estabelece:

“De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental”.

Dessa forma fica claro que as ações além de serem prevencionistas não podem ser detidas, mesmo que não exista certeza científica do dano. Outra questão é a de que medidas devem ser adotadas para se evitar o dano.

Se a PMESP tem razões técnicas mais do que cientificamente provadas de que determinado empreendimento trará um impacto em termos de indicador criminal,

deve agir de pronto, alertando para o fato do necessário saneamento como forma de se evitar o dano criminal.

Afirmo isso, pois não é somente a PMESP que tem tal poder, se não vejamos:

Segundo ROLNIK, o EIV:

“tem por objetivo democratizar o sistema de tomada de decisões sobre os grandes empreendimentos a serem realizados na cidade, dando voz a bairros e comunidades que estejam expostas aos impactos dos grandes empreendimentos, consagrando o DIREITO DE VIZINHANÇA como parte integrante da política urbana, condicionando ao direito de propriedade”

Ora, se a PMESP sofre os impactos dos indicadores criminais dos “ambientes criminais” em suas Áreas de Interesse de Segurança Pública - AISP, tendo por obrigação apresentar soluções para sua mitigação, nada mais lógico do que o desenvolvimento de ações cooperativas com os municípios, baseadas em informações científicas, das soluções, inclusive com proposituras tecnicamente amparadas, antes da implantação dos empreendimentos imobiliários no solo urbano.

Tal afirmação coaduna-se com o fato de que, por ocasião do projeto para instalação do “*Shopping*” Higienópolis, a comunidade local se mobilizou para realizar diversas exigências de seu interesse, tais como, reforma de casarões, implantação de cinema e teatro, ônibus circular na região para os deslocamentos, como estímulos para se diminuir o número de veículos na região.

Tal comoção somente é possível quando existe o interesse, sendo que a política de gestão participativa passa a ser um importante instrumento da sociedade, que deve ser estimulado constantemente, pois em muitas regiões da cidade tal postura não seria adotada pelos cidadãos.

As Polícias Militares com base nesses conceitos praticamente a obrigação de participar desse processo, pois sofrerá o reflexo dos problemas das cidades.

A percepção de risco, insegurança, incivilidade depende de diversos fatores, inclusive o ambiental.

Como o homem é parte do meio-ambiente, este deve ser protegido contra qualquer “insegurança” ou “ameaça” que se ponha à sua frente, de conhecimento do Estado (Estado aqui de forma ampla), cujo impacto, possa ser cientificamente provado ou não.

Este princípio da precaução tem conceituação internacionalmente aceita, e deve ser aplicado também para o meio urbano.

À Segurança Pública cabe a preservação da vida. O “Poder de Polícia”, investidura da PMESP, deve ser nesse momento aplicado de forma preventiva primária, obrigando o município a realizar avaliações do impacto na segurança pública de qualquer empreendimento imobiliário e sempre antes de sua instalação.

A PMESP e todas as Polícias Militares de todos os Estados estão assumindo anos de mazelas municipais, desmandos, loteamentos políticos, que resultaram em ambientes inseguros. A oportunidade para um basta, está alastrada no Estatuto da Cidade e no EIV, que não é a solução dos problemas da Segurança Pública, mas aponta para um caminho de possibilidade de monitoramento. A PMESP passa a ter um mecanismo a mais para o controle do crescimento desordenado, devendo aproveitá-lo, encorpando-o com outros estudos científicos consolidados em diversos países do mundo, tais como os “CPTED”, “POP” e “Design Against Crime”, que trabalham preventivamente.

É necessário o desenvolvimento de estudos científicos criminais comparativos, relacionando-os às melhorias urbanísticas.

A instalação de um determinado tipo de empreendimento imobiliário em uma determinada localidade com características sociais, econômicas, etárias, educacionais, com o aumento ou diminuição da criminalidade, deve ser analisada com profundidade, como forma de se avaliar o impacto dessas supostas melhorias.

Se, após o empreendimento instalado, for necessária a instalação de uma Base Comunitária de Segurança para resolver os conflitos sociais, estamos falando de absoluto despreparo gerencial.

Se, toda e qualquer solução na área da Segurança Pública for consolidada com o deslocamento ou o posicionamento de um policial ou de uma viatura de policiamento, não se estará tratando de policiamento inteligente, pois, depois de tudo que se apresentou até aqui, conclui-se que nenhum “ambiente criminal” é igual ao outro, sendo constantemente alterado, esperando-se que as suas soluções, necessariamente não devam ser, da mesma forma, idênticas.

A idéia acima é reforçada pela análise de Paulo de Mesquita Neto (\*Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Columbia. Coordenador do programa de Monitoramento dos Direitos Humanos do Núcleo de Estudos da Violência e associado ao Forum Brasileiro de Segurança Pública.), onde afirma:

“Na cidade de São Paulo, os dados registrados pela polícia indicam pequeno aumento do risco de roubos, entre 2000 e 2005, mas variações significativas deste nas áreas dos distritos policiais em que se divide a cidade. Em 2002, duas regiões, no centro e no sul da cidade, com alto risco de roubo, eram separadas por regiões de risco médio. Em 2005, esta separação praticamente desapareceu, com o aumento do risco de roubo no eixo centro-sul. De 2000 a 2005, houve expansão das áreas de risco médio do centro para o norte, sul, leste e oeste.”

Reforça novamente esse aspecto o Dr. Tulio Khan (Doutor em Ciência Política, coordenador da Coordenadoria de Análise e Planejamento – CAP da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.), quando afirma que:

“Empiricamente, ficou constatado que a renda média de determinado local – uma variável que indiretamente influencia a oferta de bens e as oportunidades criminais – explica em boa parte o volume de roubos e furtos naquele local. Assim, no âmbito nacional, as maiores taxas de crimes contra o patrimônio não se encontram no Nordeste pobre, mas sim no Distrito Federal, maior renda média do país. No Estado de São Paulo, é a rica região do ABC que exhibe as maiores taxas de roubos e furtos. Do mesmo modo, quando se observa o mapa da capital, verifica-se que os homicídios concentram-se na periferia, enquanto os furtos tendem a ser mais incidentes nas áreas de maior poder aquisitivo. O imenso fluxo de pessoas na região comercial central também aumenta a oportunidade para o cometimento de crimes contra o patrimônio, mesmo que a renda no centro não seja tão elevada.”



### 3 PLANO DIRETOR NA VISÃO GERENCIAL

Uma breve descrição do município estudado:

#### 3.1 Município de São Paulo

- 11 milhões de habitantes, em 2007.
- Crescimento demográfico estimado de 0,5% ao ano entre 2006 e 2007. (menos da metade da taxa observada entre 1980 e 1991, de 1,16% ao ano).
- PIB de R\$ 160,6 bilhões, equivalente a US\$ 55 bilhões, em 2004.
- É o 4º maior PIB entre as unidades federativas do Brasil, após SP, RJ e MG.
- A participação no PIB brasileiro passou de 11,57%, em 2000, para 9,09%, em 2004.
- Taxa de crescimento do PIB entre 2003 e 2004: 9,3% em valores correntes.
- PIB *per capita* de R\$ 14.821,00, equivalente a US\$ 5.067,00, em 2004.
- 1.509 km<sup>2</sup>, dos quais 1.000 km<sup>2</sup> correspondem à área urbanizada.
- Cerca de 3,5 milhões de domicílios permanentes.
- 17.260 km de vias públicas.
- 5 milhões de veículos matriculados no município, dos quais 3,8 milhões são automóveis e 490 mil são motocicletas.
- 61,3 km de metrô.
- 112,9 km de linhas ferroviárias.
- 111,5 km de corredores exclusivos para ônibus.
- 974 linhas urbanas de ônibus (frota: 15 mil veículos).
- Divisão administrativa: 31 subprefeituras, subdivididas em 96 distritos.

O atual Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo, instituído pela Lei 13.430 de 13 de setembro de 2002 é o instrumento básico que fixa as diretrizes gerais da política de desenvolvimento e de expansão urbana, obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes. Trata-se de uma inovação ao apresentar preocupação com a segurança pública, abordando conceitos antes observados somente como de responsabilidade do Estado, inclusive dedicando uma seção

denominada de “Segurança Urbana”, apontando como um dos objetivos a “baixa de indicadores de criminalidade”:

**“Seção VIII - Da Segurança Urbana**

**Art. 45** - São objetivos da política de Segurança Urbana:

I - assegurar a integridade física e patrimonial dos cidadãos de forma integrada com a União, o Estado e a sociedade civil;

II - diminuir os índices de criminalidade do Município de São Paulo;

III - estabelecer políticas públicas de segurança de forma integrada com outros setores da esfera municipal;

IV - dotar o Poder Executivo Municipal de recursos humanos para a realização das atividades de vigilância e prevenção da violência;

V - estimular o envolvimento das comunidades nas questões relativas à segurança urbana. “

Conforme o apresentado no item II, “diminuir os índices de criminalidade”, trata-se de uma boa surpresa, não encontrada em outros Planos Diretores estudados.

A nova ferramenta gerencial da “ação integrada” (Inciso I do artigo 45) já está sendo utilizada.

Como exemplo podemos citar o trabalho desenvolvido entre o Comando de Policiamento da Capital e as Sub-prefeituras, que atualmente mantém estreito relacionamento e ligação direta com objetivo de diminuir barreiras e acelerar o processo de intervenção no urbanismo, como forma de ajudar a diminuição de indicadores de crimes violentos. É o caso de ruas que são asfaltadas ou recapeadas, poda de árvores, drenagem de áreas contaminadas, limpeza de terrenos, fechamento de terrenos abandonados, bares que são fechados por falta de condições sanitárias e descumprimento de legislação de venda de bebida alcoólica, iluminação pública que são substituídas, áreas abandonadas que são recuperadas.

Através de troca de informações via e-mail, os sub-prefeitos podem receber informações e fotos dos locais, bem como a solicitação de melhorias urbanas.

Tal procedimento tem conseguido a diminuição dos indicadores criminais de homicídio.

A prefeitura de São Paulo tem demonstrado tamanha preocupação com os indicadores criminais que solicitou o apoio da CAP, para a formatação de mapas com base em estudos dos crimes, principalmente homicídios, roubos e furtos. Foram apresentadas possíveis causas e históricos evolutivos, que podem ser encontrados no endereço eletrônico: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/mapasedados.php>como.

A palavra integração aparece em dois momentos no artigo 45 acima. Serão realizados trabalhos de forma integrada entre União, Estado e sociedade civil, bem como o desenvolvimento de políticas públicas de maneira integrada com setores da própria prefeitura. Não é menos que isso que se espera de uma prefeitura.

O “item III”, desse artigo 45, cita que as “políticas públicas de segurança de forma integrada com outros setores da esfera municipal”. Tal preocupação é basilar para qualquer tipo de gerenciamento, pois nenhum órgão, ou setor dentro desse órgão, de maneira isolada, pode resolver de forma completa qualquer questão urbana. Órgãos de fiscalização, manutenção, aprovação devem poder se conversar. Com o risco da descontinuidade das medidas adotadas.

O próximo artigo estabelece as diretrizes que serão adotadas:

“Art. 46 - São diretrizes da política de Segurança Urbana:

- I - a promoção da **aproximação** entre os agentes de segurança **municipais e a comunidade**, mediante a descentralização dos serviços de segurança;
- II - o estímulo à criação de **Comissões Cíveis Comunitárias** de Segurança Urbana Distritais, encarregadas da elaboração e execução de planos de redução da violência, integrados às instâncias de participação em nível local e regional;
- III - a execução de planos para **controle e redução da violência local** por meio de **ações múltiplas e integradas** com outros setores do Executivo;
- IV - o desenvolvimento de **projetos intersecretariais** voltados à parcela de adolescentes e jovens em condições de vulnerabilidade social;
- V - a promoção do **aperfeiçoamento e reciclagem dos recursos humanos** vinculados à segurança, através de treinamento e avaliação do efetivo da Guarda Civil Metropolitana;
- VI - a promoção da integração e coordenação das ações específicas de segurança com as questões de trânsito e defesa civil no Município;
- VII - a **substituição da lógica da reação e da repressão pela lógica da antecipação e da prevenção nas ações de segurança urbana**;
- VIII - o estímulo à autonomia das unidades da Guarda Civil Metropolitana;
- IX - o estímulo à **participação nos CONSEGs** - Conselhos Comunitários de Segurança, articulando ações preventivas à criminalidade, com seus integrantes.”

Podemos dizer que se esse artigo fosse inserido em todos os Planos Diretores, os entraves administrativos que a PMESP encontra nos município para a concretização da paz social seriam minimizados.

Por si só o artigo já é esclarecedor, mas vamos destacar algumas palavras chave:

- **APROXIMAÇÃO.** Não existe gerenciamento urbano sem aproximação com a sociedade. Ouvir suas aspirações e seus anseios, incertezas e necessidades;
- **COMISSÕES COMUNITÁRIAS.** Para ouvir a população é necessário que ela também esteja organizada. Não se aceita mais em uma sociedade organizada que as ações sociais urbanas sejam desenvolvidas apenas ouvindo-se os vereadores. A sociedade deve poder tratar diretamente suas demandas, discutindo-as abertamente com os seus iguais.
- **CONTROLE E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA:** É o reconhecimento de que a redução de criminalidade não é assunto somente do Estado, mas sim um dever de todos. Se o município pode se utilizar de ferramentas gerenciais para catalisar o fomento de soluções, deve agir com tal intuito.
- **AÇÕES MULTIPLAS E INTEGRADAS:** Numa cidade do tamanho de São Paulo não se pode aceitar que as propostas saiam de “uma única cabeça”. Existem brilhantes estudos e soluções em todas as esferas de governo.
- **PROJETOS INTERSECRETARIAIS:** Novamente a aplicação de moderna ferramenta do mundo corporativo, unindo-se esferas multidisciplinas do governo municipal com base em uma visão sistêmica para a solução de problemas.
- **APERFEIÇOAMENTO E RECICLAGEM DOS RECURSOS HUMANOS:** Nada funciona sem o ser humano, nem hoje e nem no futuro. O resgate pelos órgãos públicos para o fator humano, que é quem realmente faz as coisas funcionarem demonstra preocupação para o fato de que nem mesmo as melhores ferramentas de monitoramento eletrônicos, sensores e “swifts”, podem substituir no resultado, sem o elemento humano orientado, treinado e motivado.]
- **SUBSTITUIÇÃO DA REAÇÃO E DA REPRESSÃO PELA LÓGICA DA ANTECIPAÇÃO E DA PREVENÇÃO NAS AÇÕES DE SEGURANÇA URBANA:** Tal item é muito bem colocado pois, pela ótica do “Princípio da Eficiência”, com base no Direito Administrativo, qualquer órgão público deve ter por excelência, as ações voltadas para o planejamento de ações preventivas. Depois que o impacto já

ocorreu muito mais energia é gasta para mitigar o problema, e conseqüentemente muito mais recursos, quer sejam humanos, financeiros ou logísticos. O resultado da concepção desse item será comprovado no futuro, mas poderemos observar que dois conceitos foram aplicados nesse item, o primeiro está relacionado com a alteração do “status quo” dos problemas existentes no urbanismo, pois o município deverá agir realizando medidas corretivas. O segundo está relacionado com a antecipação de problemas de segurança quando da implantação de novos empreendimentos imobiliários.

- **PARTICIPAÇÃO NOS CONSEGs.** Os CONSEGs desempenham papel importante perante a sociedade, na medida em que os problemas são apresentados de forma direta pelas pessoas que estão sofrendo com a falta da atuação ou intervenção do Estado ou do Município. A falta de participação de representantes do município nesse Conselho era muito sentida.

Agora o que falta é a confirmação da aplicação de todos esses novos conceitos gerenciais, que vem de encontro aos trabalhos que a PMESP já vem desenvolvendo há muito tempo, mas que não encontrava eco no município.

O artigo 47 a seguir também apresenta inovações importantes para a PMESP:

**“Art. 47** - São ações estratégicas relativas à Segurança Urbana:

I - criar Comissões Cíveis Comunitárias de Segurança Urbana Distritais compostas por integrantes da Guarda Municipal, membros dos demais órgãos municipais e representantes da comunidade;

II - garantir a presença da Guarda Civil Metropolitana na área central e nos centros de bairro, em **parceria com a Polícia Militar**, visando à segurança da população;

III - implementar gradativamente a presença da Guarda Civil Metropolitana no entorno das escolas municipais com policiamento integrado à comunidade local, de acordo com os pressupostos do policiamento comunitário;

IV - colaborar para a **segurança dos usuários dos espaços públicos municipais**;

V - aumentar gradativamente o efetivo da Guarda Municipal visando adequá-lo às necessidades do Município;

VI - criar Conselho Interdisciplinar de Segurança Urbana no Município, coordenado pelo **Secretário de Segurança Urbana**, composto por representantes dos órgãos municipais e de todas as instâncias de governo relacionadas à área de segurança urbana, de representantes das subprefeituras e da sociedade civil;

VII - reciclar o efetivo da Guarda Civil Municipal, visando ao seu aprimoramento profissional;

- VIII - **elaborar mapas de ocorrências e pesquisa de vitimização em parceria com a Secretaria de Segurança Pública**, comunidade e entidades do setor, identificando e avaliando as vulnerabilidades e os riscos existentes no âmbito do Município;
- IX - participar de forma integrada no planejamento e ações da Defesa Civil, fomentando e equipando o Corpo de Bombeiros, viabilizando as condições necessárias para sua atuação, por meio de convênios;
- X - estimular a promoção de **convênios com os governos estadual e federal**, assim como o Ministério Público, para a **troca de informações e ações conjuntas na área de prevenção e repressão criminal**;
- XI - estimular a promoção de **convênios com o governo estadual** para a utilização, de forma integrada, **das câmeras de vigilância eletrônica**, para o monitoramento de trânsito e para o policiamento preventivo.“

Esse artigo 47 descortina um novo horizonte, que antes somente foi aproveitado pelo Corpo de Bombeiros. É a figura dos convênios; mecanismo nunca antes utilizado formalmente pela PMESP, firmados com os municípios no trato da criminalidade. Da mesma forma que o Corpo de Bombeiros, que executa suas ações preventivas de fiscalização, de combate e salvamento, recebendo aporte financeiro e logístico com base em convênios, a outra atividade da PMESP que se utiliza desse recurso é a Policiamento de Trânsito. Sendo assim, é muito importante a apresentação, nesse artigo de válvulas e caminhos, que poderão ser longamente estudados, mas que já deram certo nos exemplos citados.

Parceria com a Polícia Militar; segurança dos usuários dos espaços públicos municipais; criação da Secretaria de Segurança Urbana; utilização da Secretaria de Segurança Pública para pesquisas e elaboração de mapas; **convênios com governo estadual**; troca de informações e ações conjuntas na prevenção e repressão criminal; bem como na utilização de vigilância eletrônica, são posturas proativas e suprapartidárias de mão dupla em prol da sociedade sustentável.

A segurança pública passa a não ser mais responsabilidade isolada da Secretaria de Segurança Pública e da PMESP. O artigo mostra claramente que o município está alerta para a realidade mundial do gerenciamento participativo, integrando conhecimentos e capacidades de diversos outros órgãos, inclusive de outras esferas. Torna-se um importante aliado para a PMESP, pois a interferência urbana somente pode ser realizada pela Prefeitura. Os órgãos municipais devem ser entendidos como ferramentas gerenciais, pois, de acordo com os conceitos internacionais, encartados na concepção da “Prevention Crime Through

Environmental Design”, a intervenção urbana já se mostrou, em diversos países, como solução definitiva para a prevenção de diversos crimes na sociedade.

### **3.2 Gabinete de Gestão Integrada - Gabinete de Segurança**

A Prefeitura do Município de São Paulo já iniciou o trabalho com base na filosofia de visão sistêmica, da integração cooperativa, participativa multidisciplinar, através da criação do Gabinete de Segurança instituído pelo Decreto 49.071/2007. Trata-se de um colegiado de caráter deliberativo, composto por representantes dos órgãos e entidades dos Poderes Executivos da União, Estadual e Municipal que atuam e contribuem na área da Segurança Pública e Urbana, composto da seguinte forma:

“Prefeito;  
Secretário do Governo Municipal;  
Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;  
Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras;  
Secretário Especial para Participação e Parceria;  
Coordenador de Segurança Urbana;  
Comandante da Guarda Civil Metropolitana;  
Coordenador Geral da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;  
Representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;  
Representante da Secretaria de Estado da Segurança  
Representante da Polícia Civil;  
Representante da Polícia Militar;  
Representante do Corpo de Bombeiros;  
Coordenador Estadual do PRONASCI;  
Representante da Polícia Federal;  
Representante da Polícia Rodoviária Federal;  
Secretario Executivo do Gabinete de Segurança.”

Seu regimento Interno foi aprovado pelo Gabinete de Segurança e publicado no Diário Oficial de 04 de abril de 2008, pela Resolução GABSEG1/2008.

Dentre as atribuições do Gabinete de Segurança temos o que se segue:

- “ I. Estabelecer diretrizes e prioridades para o Plano Municipal de Segurança e aos programas e ações integradas de segurança pública e urbana no município de São Paulo envolvendo organismos municipais, estaduais, federais e da sociedade, inclusive e especialmente os de natureza preventiva.
- II. Coordenar no Município de São Paulo o Programa Nacional de Segurança Pública -PRONASCI - e deliberar sobre os assuntos a ele pertinentes, observadas as competências e autonomias institucionais e os demais convênios bilaterais correlatos existentes.
- III. Orientar a implantação do Observatório Municipal de Violência e Segurança
- IV. Dar diretrizes para a expansão do Sistema de Monitoramento Eletrônico
- V. Definir prioridades para o Plano de formação e qualificação dos profissionais que atuam na segurança pública, urbana e nas ações preventivas.
- VI. Orientar a interação com os fóruns municipais e comunitários de segurança.
- VII. Criar grupos de trabalho para análise de matérias e acompanhamento das deliberações.”

Os principais programas e ações em andamento pelo Município de São Paulo são:

### **São Paulo em Paz**

Integra ações do Estado e Município para a promoção da convivência e ocupação dos espaços públicos nas comunidades, para a prevenção e redução da violência de forma a tornar os espaços urbanos mais seguros. A metodologia vem sendo aplicada nas regiões da Brasilândia, Grajaú, Lajeado, Jardim São Luis e Jardim Ângela.

### **São Paulo pela Vida**

Integra ações da Secretaria de Segurança Pública e as Subprefeituras com foco na redução dos índices de homicídio e outros crimes violentos. Onze áreas consideradas mais vulneráveis estão no programa: Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Mirna, Jardim Miriam, Jardim Imbuias, na Zona Sul, São Mateus, Itaim



Paulista, Parque do Carmo na Zona Leste, Perus e Parada de Taipas na Zona Oeste e Jaçanã na Zona Norte.

**Programa Virada Social - Coordenação Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Segurança Pública e Subprefeituras**

Integra ações do Estado e Município para a promoção da convivência e ocupação dos espaços públicos nas nos diagnósticos, para orientar as políticas públicas com ações mais tempestivas e focalizadas, sobretudo nas regiões mais vulneráveis.

**Sistema de Monitoramento Eletrônico- Coordenação do Gabinete de Segurança e Secretaria do Governo Municipal**

O Sistema já existente na GCM terá maior integração, modernização e expansão, junto à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e Secretaria de Transportes (SPTrans) para modelo integrado e articulado, inclusive com as polícias estaduais. O projeto prevê a expansão para cerca de 12.000 câmeras que abrangerão as principais regiões da cidade como avenidas, corredores, terminais de ônibus, escolas, unidades de saúde, parques, túneis, cemitérios e outros edifícios públicos. As licitações estão em andamento.

**Sistema de Telecomunicação Integrada - Coordenação da Secretaria do Governo Municipal e Secretaria de Segurança Pública**

Busca a modernização tecnológica para a melhor integração e comunicação em tempo real com as polícias estaduais, GCM, CET, SAMU, Bombeiros, SPTrans. O sistema de atendimento do público das polícias (190, 193) terão maior integração com os sistema municipais (156, 192). Os procedimentos de licitação estão em andamento.

**Revitalização dos Conselhos Comunitários de Segurança- Coordenação de Secretaria de Segurança Pública e do Gabinete de Segurança**

Visa considerar as experiências bem sucedidas de colegiados estaduais e municipais, aprimorá-los e fortalecê-los para ampliar seu papel no plano de ação local de segurança, sobretudo nas ações preventivas junto à comunidade buscando reduzir as condições de vulnerabilidade.

### **Formação e Requalificação Profissional dos Agentes Coordenação do Gabinete de Segurança, Secretaria do Governo Municipal e Secretaria de Segurança Pública**

O Plano Municipal de Segurança e os programas em desenvolvimento identificam as disciplinas e cursos especiais capazes de contribuir na melhoria do desempenho dos agentes de segurança e dos programas sociais a curto, médio e longo prazo. Para isso estão sendo ampliados os investimentos no Centro de Formação, nas parcerias com universidades e organizações especializadas.

### **Unificação das Bases Territoriais - Coordenação da Secretaria de Segurança Pública, Secretaria do Governo Municipal e Gabinete de Segurança**

Estudos em desenvolvimento visam compatibilizar as áreas de atuação dos Distritos Policiais e dos Batalhões/ Companhias da Polícia Militar com as bases territoriais das Subprefeituras e dos distritos administrativos da cidade.”

As atuais Diretrizes do Gabinete de Segurança para as ações em desenvolvimento são:

- “1. Enfatizar as ações nas bases territoriais definidas em função dos indicadores de violência e vulnerabilidade, priorizando as medidas de maior impacto para reversão dos indicadores.
2. Avançar na integração dos programas municipais, estaduais e federais em regiões preestabelecidas levando a todos a metodologia de ação articulada entre os programas, com base nos indicadores pré-definidos.
3. Em todos os programas de ação devem ser verificadas as condições territoriais de violência e vulnerabilidade, as metas previstas e instrumentos de acompanhamento e avaliação de resultados.
4. Na implantação do Observatório de Violência e Segurança e do Sistema de Monitoramento Eletrônico, devem ser considerados os indicadores de violência e vulnerabilidade, as necessidades setoriais, a integração e o compartilhamento entre os organismos municipais, estaduais e federais.
5. Priorizar a alocação dos recursos municipais, estaduais e federais para ações preventivas naquelas regiões consideradas mais vulneráveis e onde a alocação de tais recursos possa trazer impacto mais positivo, além de potencializar outras ações em andamento na mesma região.
6. Os programas estruturantes e de logística em desenvolvimento devem observar as mesmas diretrizes de integração setorial, dos diferentes níveis de governo e de políticas sociais afins, bem como a priorização para as medidas que tragam maior impacto no desempenho dos programas de segurança e proteção social.
7. A Secretaria Executiva convidará os membros do Gabinete de Segurança para reuniões específicas dos grupos de trabalho para os temas e programas aqui abordados, em conformidade com a natureza de cada assunto e atribuições de cada organismo.”

Com isso podemos afirmar que o que estava delineado estrategicamente está sendo aos poucos implantado, apesar de as ações serem recentes, inclusive o já citado trabalho em parceria com o Comando de Policiamento da Capital, podemos citar um trabalho, que partiu do interesse da comunidade. Trata-se da “Associação Viva o Centro”, cujo trabalho de revitalização da área central de São Paulo, completou 10 anos em 2008.

Cabe aqui um reforço na idéia de que, todo e qualquer desenvolvimento de trabalho que aponta para soluções primárias, colhem resultados somente a longo prazo, nesse caso 10 anos; bem como, não existe mudança dos indicadores criminais, sem alteração do ambiente, como veremos a seguir.

### **3.3 Calçadão 1998-2008 – 10 Anos de Avaliação**

Com início de implantação em meados de 1970, o Sistema de Calçadas tem sido alvo de diversas discussões e propostas. O calçadão é uma importante área para pedestres de São Paulo, canal de comunicação de grande parte do centro, sem aceso de veículos e que estava de certa forma abandonada, sendo tomada por sacoleiros e barracas com venda de produtos pirateados.

Como se trata de uma região muito importante, em 1998, a Associação Viva o Centro, em conjunto com o Metrô e Centro Universitário Belas Artes, desenvolveram uma pesquisa de satisfação com usuários.

Os resultados foram transformados em uma publicação, o livro “Calçadão em Questão – 20 anos de experiência do calçadão paulistano”.

Uma das funções do estudo é a avaliação das condições à acessibilidade, sinalização, implantação de mobiliário e equipamentos específicos, como forma de cidadania. Depois de dez anos, estudo comparativo permite reavaliar a opinião dos usuários e os resultados validam e reafirmam a urgência de melhoramentos na infraestrutura desse sistema.

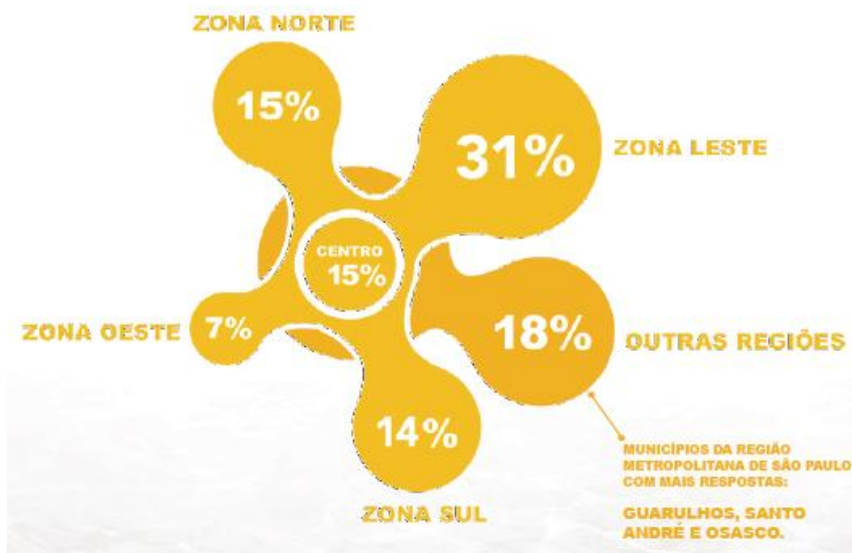
Esta última pesquisa, que foi realizada entre junho e setembro de 2008, aplicada para pedestres e proprietários, nos mesmos locais da pesquisa anterior, em onze ruas do Centro Velho e sete ruas do Centro Novo.

### 3.4 A Opinião dos Pedestres

Foram 361 pedestres, sendo que: dos 62% do sexo masculino, 26% tinham entre 18 e 24 anos e 25% possuíam idade entre 25 a 34 anos.

Do total de participantes, 28% apresentavam o Ensino Médio completo. Com relação à renda familiar, 27% recebiam de 2 a 4 salários mínimos e 25% de 4 a 8 salários mínimos.

Em relação à origem e ao destino dos entrevistados, as respostas foram divididas de acordo com as zonas do Município de São Paulo conforme demonstrado no esquema abaixo.



**Fonte:** Associação Viva o Centro e Centro Universitário Belas Artes de SP , 2009  
**Figura 16** – Mapa origem destino

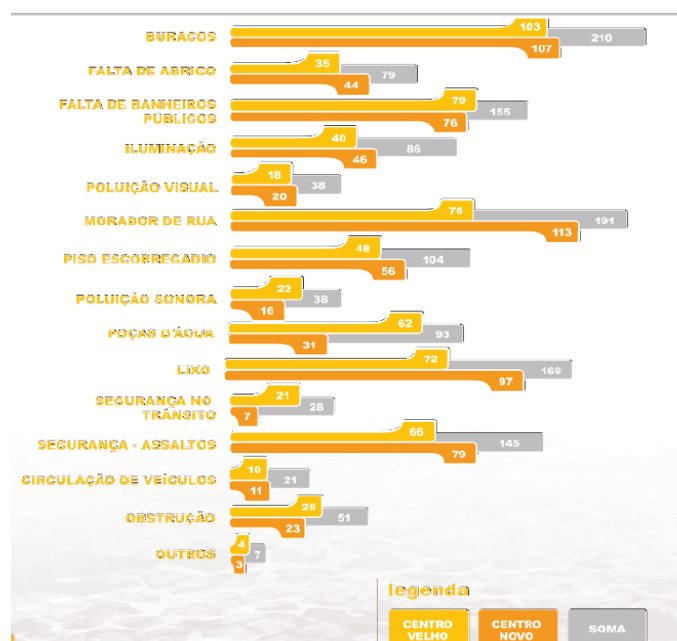
Foram realizadas na pesquisa quatro questões, a saber:

As duas primeiras solicitavam respostas espontâneas a respeito de aspectos positivos e negativos dos Calçadões;

A resposta à terceira questão deveria apontar cinco problemas mais graves de uma lista de 15 itens apresentados;

A quarta questão solicitava ao pedestre uma nota de ótimo a péssimo para os aspectos circulação, conforto, piso, segurança e aspecto visual, também foi realizada pesquisa comparativa entre as ruas do Centro Velho e ruas do Centro Novo.

Observa-se que a questão segurança pública, segundo a pesquisa, é item menos importante que a questão de buracos, moradores de rua, lixo e banheiros públicos. No gráfico as notas maiores são as que apresentam maiores problemas do público.



Fonte: Associação Viva o Centro e Centro Universitário B,elas Artes de SP, 2009  
**Figura 17** – Avaliação -1 do Calçamento de São Paulo nos 10 últimos anos

### 3.5 A Opinião dos Proprietários

Para os proprietários dos estabelecimentos comerciais, foram formuladas questões relacionadas com recebimento de mercadorias e acessibilidade em horários noturnos.

Da mesma forma que a pesquisa anterior, foram separadas as respostas em Centro Velho e Centro Novo.

### 3.6 Pedestres X Proprietários

Foi realizado um comparativo entre os dois públicos pesquisados, que pode ser constatado no gráfico abaixo. Como podemos constatar, somente os itens Circulação e Conforto receberam notas maiores.

Para ambos os grupos os itens Segurança e Piso foram os que apresentaram notas mais baixas, ou seja, foram pior avaliados.



Fonte: Associação Viva o Centro e Centro Universitário Belas Artes de SP, 2009  
 Figura 18 - Avaliação-2 do Calçadão de São Paulo nos 10 últimos anos

### 3.7 1998 X 2008 - Pedestres

Na comparação de respostas espontâneas, quando perguntados sobre os aspectos negativos do calçadão, em 2008 e em 1998, o item segurança apresentou menos respostas em 2008, já “buracos”, “iluminação” e “moradores” de rua foram os itens que apresentaram mais respostas em 2008 do que em 1998.

Os resultados acima refletem e confirmam as teorias do CPTED e DAC, uma vez que a sensação de insegurança muitas vezes é resultante da má sinalização, falta de iluminação e condições ambientais desfavoráveis aos deslocamentos.

### **3.8 Conclusões**

Mudanças foram percebidas tanto por pedestres quanto por comerciantes. Atualmente, os pedestres se sentem mais seguros ao caminhar e reconhecem a importância de uma área destinada só para eles. Muitos ainda reclamam das condições do piso, da quantidade de lixo e até do mau cheiro. A circulação ficou facilitada, mas a desorganização do sistema é um problema visível para o pedestre, demonstrando a persistente e deficiente falta de adequado gerenciamento para a região.

Os proprietários de estabelecimentos, nos Calçadões, reconhecem as vantagens do grande fluxo de possíveis clientes, mas reclamam da inacessibilidade, falta de segurança à noite, da quantidade de lixo nas ruas, e da dificuldade para receber mercadorias, o que ainda é um impedimento para que o Centro volte a ser freqüentado após o horário comercial.

Para a grande maioria da população, a questão de segurança está se encaminhando para algo sustentável, mas para os proprietários de comércio, que somente podem usufruir do espaço, no horário noturno, grandes mudanças ainda devem ocorrer. As questões de acesso e segurança no período noturno ainda deverão ser resolvidas.

### **3.9 Estatuto da Cidade e Plano Diretor - Visão Legal**

#### **3.9.1 Introdução**

Para que possamos entender melhor a função gerencial do Plano Diretor, passaremos a esclarecer algumas questões legais, seus limites, inclusive as características técnicas que devem constituir-lo.

O Plano Diretor foi definido pela Constituição como o “instrumento básico” da política urbana (art. 182, § 1). O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766/79, alterada pela Lei 9.785/99), reforçam o dispositivo constitucional, condicionando a aplicação de praticamente todos os demais instrumentos urbanísticos ao disposto no Plano Diretor.

O Estatuto da Cidade regulamenta, na direção de uma cidade mais equitativa, sustentável e democrática<sup>34</sup>

“O Estatuto abarca um conjunto de princípios- no qual está expressa uma concepção de cidade e de planejamento e gestão urbanos – e uma série de instrumentos que, como a própria denominação define, são meios para atingir as finalidades desejadas. Entretanto, delega – como não podia deixar de ser – para cada um dos municípios, a partir de um processo público e democrático, a explicitação clara destas finalidades. Neste sentido, o Estatuto funciona como uma espécie de “caixa de ferramentas” para uma política urbana local. É a definição da “cidade que queremos”, nos Planos Diretores de cada um dos municípios, que determinará a mobilização (ou não) dos instrumentos e sua forma de aplicação. É, portanto, no processo político e no engajamento amplo ou não da sociedade civil, que repousará a natureza e a direção de intervenção e uso dos instrumentos propostos no Estatuto.”

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) é a primeira lei federal destinada especificamente à regulamentação do Capítulo da Política Urbana da Constituição. Nele, o Plano Diretor é tratado como tema central, ao contrário das leis anteriores, em que ele era assunto periférico, regulado apenas na sua interface com outros temas.

Além de conter um capítulo específico dedicado ao Plano Diretor, o Estatuto também o regula em inúmeros dispositivos, voltados para a instituição de novos instrumentos urbanísticos.

Seguindo-se o modelo já adotado pela Constituição no § 4º do art. 182, o Estatuto condiciona a aplicação de qualquer instrumento urbanístico à existência prévia do Plano Diretor e de lei municipal específica.

---

<sup>34</sup> (<http://www.scribd.com/doc/7261621/POLIS-Estatuto-Da-Cidade-Guia>, 25/02/2009, pág 22 e 23, às 23h30 – Guia comentado do Estatuto da Cidade pelo Instituto Polis).



O Plano Diretor delimitará as áreas onde poderá ser exigida a utilização compulsória de imóvel urbano, sancionada pela utilização extra-fiscal do IPTU e pela desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública (art. 42, I). Para tanto, terá que fixar os índices de aproveitamento mínimo dos imóveis, através dos quais se poderá distinguir o imóvel utilizado do subutilizado (art. 5º, §1º, I). Deverá fixar coeficientes de aproveitamento básico, para toda a zona urbana, podendo delimitar áreas com coeficiente de aproveitamento máximo e uso do solo distintos, a serem obtidos mediante contrapartida dos proprietários (art. 28).

O Plano Diretor servirá de base ainda para a edição de leis municipais de delimitação das áreas em que incidirá o direito de preempção (art. 25, § 1º) e em que poderão ocorrer operações consorciadas (art. 32) e de regulamentação da transferência do direito de construir (art. 35).

O Plano Diretor abrangerá todo o território municipal e conterà diretrizes e prioridades a serem incorporadas nos instrumentos de gestão financeira (art. 40, §§ 1º e 2º), devendo ser acompanhado de um plano de transporte urbano integrado, para as cidades com mais de quinhentos mil habitantes (art. 41, § 2º). Deverá ser revisto a cada dez anos (art. 40, § 3º) e conter um sistema de acompanhamento e controle (art. 42, III).

O Plano Diretor tornou-se linha mestre com objetivo de impedir a ocorrência de abusos por parte do Poder Público na disciplina do direito de propriedade. Forças econômicas do interesse imobiliário devem ser represadas, com o risco de que o Município não realize as mudanças e intervenções única e exclusivamente de acordo com o interesse público. Não utilizar o Plano Diretor em prol da construção sustentável, certamente causará mais prejuízo que benefícios, pois os instrumentos urbanísticos são o “corpo do Município”, sendo o Plano o “espírito”.

O conceito de Plano Diretor adotado pela Constituição de 1988 é o de um plano urbanístico e auto-aplicável. Os artigos relativos à política urbana vinculam-se diretamente à competência municipal para “promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (art. 30, VIII).

### 3.9.2 Conclusão

Do exposto até o momento, pode-se concluir, quanto ao capítulo que interessa neste trabalho monográfico, que o Plano Diretor deve tratar dos seguintes aspectos:

- Delimitação das zonas urbanas, de expansão urbana e de urbanização específica;
- Estabelecimento, para cada zona, dos usos permitidos e dos índices urbanísticos relativos a áreas mínimas e máximas de lotes e coeficientes básicos, máximos e mínimos de aproveitamento;
- Traçado do sistema viário principal da cidade, existente e projetado;
- Localização das obras públicas de grande porte.

Estes temas podem ser agregados em dois conjuntos de normas:

- índices urbanísticos relativos ao parcelamento, uso e ocupação do solo;
- programação das obras públicas.

Desta forma, entendendo como ocorre o processo de expansão das cidades, a PMESP pode se antecipar no desenvolvimento de ações estratégicas com projeções futuras para um perfeito alinhamento rítmico e científico de seu crescimento, quer seja logístico, humano ou tecnológico, desta forma “observando o local e pensando global”.

### 3.10 Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV

Uma indicação precisa dos aspectos técnicos, estabelecidos no Estatuto da Cidade, que devem ser observados pelo Plano Diretor, pode ser obtida a partir do regime previsto para o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV<sup>35</sup>

“A maneira como são utilizados os imóveis urbanos – ainda que em consonância com a Lei – não diz respeito apenas à relação entre o proprietário do lote ou empreendimento e o poder público. Cada interferência na utilização ou ocupação de um determinado lote urbano produz impactos sobre seu entorno, podendo interferir diretamente na vida e

---

<sup>35</sup> (<http://www.scribd.com/doc/7261621/POLIS-Estatuto-Da-Cidade-Guia>, 25/02/2009, pág 196, às 23h07 – Guia comentado do Estatuto da Cidade pelo Instituto Polis).

na dinâmica urbana de outros. Quanto maior for o empreendimento, tanto maior será o impacto que ele produzirá sobre a vizinhança.

...mesmo atendendo aos requisitos da Lei, provocam profundos impactos nas vizinhanças: sobrecarga no sistema viário, saturação da infra-estrutura – drenagem, esgoto, energia elétrica, telefonia –, sombreamento e poluição sonora, entre outros...O objetivo do Estudo de Impacto de Vizinhança é democratizar o sistema de tomada de decisões sobre os grandes empreendimentos a serem realizados na cidade, dando voz a bairros e comunidades que estejam expostos aos impactos dos grandes empreendimentos.”

O art. 36 do Estatuto da Cidade estabelece que uma lei municipal conterà critérios que definirão quais os empreendimentos que dependerão de um estudo prévio de impacto de vizinhança como condição para sua aprovação. Esses critérios podem variar conforme as características urbanas e de infra-estrutura urbana do município, e poderão basear-se, por exemplo, no impacto de tráfego que gera, na sobrecarga de infra-estrutura, no adensamento populacional, no sombreamento que causará sobre imóveis vizinhos, na poluição sonora que gerará.

Conforme o art. 37, o Estudo de Impacto de Vizinhança “será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento”. Deverá incluir, no mínimo, a análise dos impactos do empreendimento ou atividade quanto ao adensamento populacional, os equipamentos urbanos e comunitários, o uso e ocupação do solo, a valorização imobiliária, a geração de tráfego, a demanda por transporte público, a ventilação e iluminação, a paisagem urbana, o patrimônio natural e cultural.

As conclusões do Estudo de Impacto de Vizinhança poderão aprovar o empreendimento ou atividade, estabelecendo condições ou contrapartidas para seu funcionamento, ou poderão impedir sua realização.

A contrapartida a ser oferecida pelo empreendimento, em troca da possibilidade de sua realização, pode ser de várias ordens, relacionando-se à sobrecarga que ele provocará: no caso de adensamento populacional, poderão ser exigidos áreas verdes, escolas, creches ou algum outro equipamento comunitário; no caso de impacto sobre o mercado de trabalho, poderão ser exigidos postos de trabalho dentro do empreendimento, ou iniciativas de recolocação profissional para os afetados; no caso de empreendimento que sobrecarregue a infra-estrutura viária

poderão ser exigidos investimentos em semaforização e investimentos em transportes coletivos, entre outros.

O Estudo de Impacto de Vizinhança poderá também exigir alterações no projeto do empreendimento, como diminuição de área construída, reserva de áreas verdes ou de uso comunitário no interior do empreendimento, alterações que garantam para o território do empreendimento parte da sobrecarga viária, aumento no número de vagas de estacionamento, medidas de isolamento acústico, recuos ou alterações na fachada, normatização de área de publicidade do empreendimento etc.

Os princípios do EIV devem se aplicadas por analogia ao próprio Plano Diretor, uma vez que o impacto agregado causado pelas edificações decorrentes índices nele fixados poderá ser muito maior que o de qualquer projeto isolado. Neste sentido, o próprio Estatuto já prevê a exigência de que o EIV faça parte do plano de operação urbana consorciada (art. 33, V).

A necessidade de fundamentar o Plano Diretor em estudos técnicos também se encontra implícita na garantia de acesso aos “documentos e informações”, que deverão ser produzidos não apenas no momento de sua elaboração, mas igualmente na “fiscalização de sua execução” (art. 40, § 4º), configurando um verdadeiro “sistema de acompanhamento e controle” (art. 42, III).

Importantes alertas e experiências são apresentadas neste documento imprescindível para os gestores municipais com relação a problemas de sobrecarga da infra-estrutura<sup>36</sup>:

“A importância do Estudo de Impacto de Vizinhança ultrapassa o ressarcimento à cidade da sobrecarga sofrida com o investimento...grandes empreendimentos têm grande capacidade de gerar recursos para serem investidos no local.

O grande desafio no caso do Estudo de Impacto de Vizinhança, portanto, é conseguir chegar a uma equação satisfatória entre os ônus e os benefícios de cada empreendimento, visando a sua vizinhança imediata, mas também, se for o caso, o conjunto da cidade.

---

<sup>36</sup> (<http://www.scribd.com/doc/7261621/POLIS-Estatuto-Da-Cidade-Guia>, 25/02/2009, pág 197 e 198, às 23h07 – Guia comentado do Estatuto da Cidade pelo Instituto Polis)

A exigência de Estudos de Impacto de Vizinhança embute também o risco de abuso por parte da própria sociedade civil. Algumas sociedades de bairro, principalmente em regiões de elite – historicamente beneficiadas pelas restrições na legislação urbanística – podem instrumentalizar de forma perversa esse tipo de recurso. Um exemplo recente é de um conjunto de edifícios a ser construído no Alto de Pinheiros, bairro de São Paulo. Neste caso, a sociedade de amigos do bairro protestou contra o empreendimento, sob o argumento excludente de que ele “popularizaria” o bairro. Como um dos resultados da pressão, o empreendimento reduziu o número de unidades e aumentou sua metragem, evitando assim uma suposta ameaça à qualidade de vida do bairro, decorrente da chegada de moradores de padrão econômico supostamente mais baixo.”

A aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança oferece um marco legal para que os municípios possam dialogar em pé de igualdade em relação aos grandes empreendimentos. Mas, mesmo na ausência do instrumento, o princípio do impacto de vizinhança já foi aplicado sobre uma série de empreendimentos. A exigência de modificações nos projetos, ou de contrapartidas por sua realização, foi feita baseando-se em outros instrumentos já vigentes, como por exemplo, a regulamentação de Pólos Geradores de Tráfego, os Estudos de Impacto Ambiental, ou até mesmo a pressão direta de moradores das redondezas de futuros empreendimentos<sup>37</sup>:

“Em SÃO PAULO, a Prefeitura Municipal obteve no início da década de 1990 uma série de contrapartidas dos empreendedores do “*Shopping*” Center Aricanduva. Partindo do fato de o empreendimento produzir um imenso impacto na circulação da região, a Prefeitura utilizou-se do instrumento dos Pólos Geradores de Tráfego (PGT). Na negociação, obteve-se a instalação de semáforos, a construção de uma ponte e a duplicação de uma avenida. Além disso, a compreensão de que a gleba seria objeto de parcelamento – ainda que se tratasse de um único grande empreendimento – permitiu a exigência de que se deixasse 30% do terreno permeável e sem pavimentação.

Outro exemplo em SÃO PAULO é o do “*Shopping*” Higienópolis, um empreendimento construído em uma região rica da cidade, cuja população é altamente organizada em função da defesa da qualidade de vida do bairro. A pressão da população – sob o argumento da preservação de dois casarões situados no terreno do empreendimento e do impacto de tráfego que o “*Shopping*” center geraria – obteve do empreendedor uma série de contrapartidas relacionadas: à qualidade paisagística (restrições a anúncios publicitários, manutenção de áreas verdes próximas, restauração dos casarões, recuo em relação às ruas); às características do próprio empreendimento (diminuição do número de garagens e do tamanho do empreendimento); aos sistemas circulatórios (automação da semaforização, garantia de prioridade aos pedestres, implementação de linhas de micro-ônibus de apoio ao público).”

---

<sup>37</sup> (<http://www.scribd.com/doc/7261621/POLIS-Estatuto-Da-Cidade-Guia>, 25/02/2009, pág 198 e 201, às 23h07 – Guia comentado do Estatuto da Cidade pelo Instituto Polis)

### 3.11 Estudo de Impacto de Vizinhança e o Pólo Gerador de Tráfego

São considerados Pólos Geradores de Tráfego (PGT) os empreendimentos constituídos por edificação ou edificações cujo porte e oferta de bens ou serviços geram interferências no tráfego do entorno e grande demanda por vagas em estacionamentos ou garagens.

Como exemplos de PGT, constam, entre outros estabelecimentos: “*Shopping*” centers, supermercados, hotéis, centro de convenções, teatros, escolas, portos e aeroportos.

No contexto de um PGT, a geração deve ser entendida como o processo de produção e atração de viagens. Exemplificando de forma simples, um conjunto residencial produz viagens, na medida que as habitações abrigam residentes durante a noite. Já, por sua vez, centros de convenção, hospitais ou escolas, atraem viagens.

Vários são os modos de transporte utilizados pelos clientes de um empreendimento. Viagens a pé geralmente demandam de forma leve a infraestrutura viária, mas requerem a adequação de calçadas e travessias de pedestres. Viagens realizadas pelo transporte coletivo podem, inclusive, contribuir para a viabilização de novas linhas de ônibus, lotação e, até mesmo, modalidades sobre trilhos. Já viagens realizadas por automóvel tendem a causar uma série de impactos negativos na circulação viária, tais como:

- a) aumento do volume de veículos trafegando nas vias;
- b) congestionamentos localizados, com conseqüentes aumentos da poluição atmosférica e sonora;
- c) interrupções no tráfego de passagem nas vias localizadas no entorno do empreendimento; e
- d) aumento dos acidentes.

A importância de avaliar o impacto de um PGT reside na necessidade de minimizar os impactos negativos resultantes da sua implantação.

Independente da metodologia adotada e da profundidade da análise, o analista responsável pela avaliação dos impactos de um PGT deve ser capaz de responder a questões do tipo:

- Qual será a área de abrangência do empreendimento?
- Qual será a estimativa da demanda futura de viagens gerada pelo empreendimento?
- De onde deverão se originar as viagens geradas pelo empreendimento?
- Que modos de transporte serão utilizados pelos clientes do empreendimento?
- Qual o volume de veículos que deverá ser gerado pelo empreendimento?
- Qual será o período crítico de utilização do empreendimento?
- O sistema viário terá capacidade de absorver o volume adicional de veículos?
- Os portões de acesso do empreendimento estarão bem dimensionados?
- Os acessos para os clientes a pé estarão bem localizados e protegidos do tráfego veicular?
- Os pontos de parada do transporte coletivo estarão bem localizados em relação aos acessos para os pedestres?
- Qual a extensão do prejuízo a ser causado para os demais veículos pelas filas de entrada/saída nos portões de acesso do empreendimento?
- As vagas de estacionamento estarão adequadas à demanda?

### **3.12 Pólos Geradores de Tráfego**

Participam da análise dos PGT diversos órgãos, tais como SMT/CET, SEHAB, o Departamento de Operações do Sistema Viário – DSV, tramitando até a fase final que é a obtenção do Termo de Recebimento e Aceitação Definitivo – TRAD.

A Tabela abaixo apresenta as características das edificações de acordo com seu uso, que devem ser apreciadas como PGT<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> (Tabela 4.D.1 da Lei de Zoneamento de São Paulo)

**Tabela 8 – Critérios para aplicação do EIV**

ATIVIDADE	ÁREA COMPUTÁVEL (M2 )	CAPACIDADE
Habitação	-	500 veículos
Prestação de Serviço de Saúde	7.500	-
Prestação de Serviço de Educação	2.500	-
Locais de Reunião, Atividades e Serviços Públicos de Caráter Especial Atividades Temporárias	-	500 pessoas
Prática de Exercício Físico ou Esporte	2.500	-

**Fonte:** Lei de Zoneamento do Município de São Paulo, 2009.

A Lei Municipal nº 8.211, de 1975, estabelece critérios específicos para estabelecimentos de ensino. No quadro 6 desta Lei, pode-se observar que tal estabelecimento de ensino, poderá se utilizar de um outro imóvel, a distância máxima de 100 (cem) metros, mediante vinculação desse imóvel com o estabelecimento de ensino.

No projeto de pesquisa apresenta-se algumas hipóteses, conforme abaixo descritas:

1-A falta de estacionamentos, do número adequado de vagas ou da cobrança pela utilização, forçam alguns consumidores ou usuários, a estacionar seus veículos no entorno do empreendimento, o que facilita a ação criminosa.

2-A ação criminosa pode ser entendida como impacto ao meio ambiente por desestabilizar a sustentabilidade urbana, sendo que uma melhor concepção urbanística na circunvizinhança desses empreendimentos pode contribuir para a diminuição do número de delitos.

3-A análise e aprovação prévia de projetos urbanísticos para esses empreendimentos, com a participação ativa da Polícia Militar do Estado de São Paulo, podem prever e corrigir possíveis áreas de risco aos usuários do empreendimento.

4-Dessa forma o “Estatuto das Cidades” e o EIV (relacionados com os EIA/RIMA -



Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto ao Meio Ambiente), poderão ser mecanismos interessantes e armas poderosas em favor da Segurança Pública.

5-A melhoria da segurança urbana e conseqüente diminuição do impacto sobre a vizinhança, estão relacionados diretamente com a proteção ao meio ambiente.

6-O estudo do Pólo Gerador de Tráfego, uma das exigências da Lei 10.257, denominado “Estatuto das Cidades”, pode facilitar o entendimento do volume de tráfego esperado, bem como pode apontar para soluções que facilitem a mobilidade e o acesso ao empreendimento, sem a utilização de veículos particulares.

Na entrevista realizada com a Engenheira Sílvia Monteiro Sophia, do Departamento de Estudos de Pólos Geradores, da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, e demais outras consultas conclui-se o que se segue:

- 1) o problema do Estudo do Impacto de Vizinhança não está ligado à forma ou aos procedimentos de análise, mas sim na falta de preocupação, no próprio Estatuto da Cidade, com as questões relacionadas com a Segurança Pública;
- 2) a interferência de empreendedores e construtoras na formulação dos Planos Diretores, Leis de Zoneamento e Código de Obras, pensando somente no aspecto construtivo. Tal assertiva encontra amparo uma vez que foi elaborada uma Norma na ABNT, sob número 12.267 – Normas para Elaboração de Plano Diretor, aprovada em 1992, patrocinada por esse Comitê Brasileiro denominado CB-2. Esse Comitê é formado por representantes das grandes construtoras do país. Em contrapartida não se vê o mesmo empenho em patrocinar ou apoiar Leis que realizem os ajustes de Leis ultrapassadas como é o caso das que estabelecem os critérios de vagas de estacionamento em empreendimentos de uso educacional “escolas e universidades).
- 3) a existência de Leis ultrapassadas que destoam da realidade atual, como é a Lei 8.211 de 1975, que permite que Universidades se utilizem de estacionamentos existentes no entorno de seu estabelecimento, sem contudo possuir mecanismo de controle e fiscalização da continuidade de operação desse estacionamento, bem como se tal estacionamento mantém as condições de segurança para os usuários;
- 4) o convênio firmado somente serve para se provar que existe o número de vagas complementares ou suplementares para o imóvel que irá ser implantado. Não significa que a população, fixa ou flutuante, que visita uma determinada edificação,

principalmente as Instituições de Ensino, terá direito a estacionar gratuitamente, ou será atendida em momentos de “pico de procura”;

5) não há fiscalização para verificar se ocorreu alteração do quadro, ou seja, o possível aumento da população usuária ou até mesmo o fechamento de um desses estacionamentos;

6) a questão das condições de acesso da população bem como das condições de segurança ou até mesmo da regularidade do estacionamento não é sequer avaliada;

7) em consonância com o item anterior, um estacionamento poderá ou não possuir seguro, poderá ou não possuir sistema de segurança contra incêndio, possuir ou não registro de controle de veículos;

8) as questões de segurança, conforto e acessibilidade a tais estacionamento não é considerada, sendo que muitas vezes usuários estacionam seus veículos em locais que lhe oferecem risco no deslocamento, como a falta de iluminação, calçamento e outros requisitos de segurança básica;

9) o Estudo do Pólo Gerador de Tráfego é um instrumento importante para se analisar e definir condições adequadas para a fluidez do trânsito, o que de certa forma melhora a segurança, uma vez que existe um grande número de assaltos em semáforos e cruzamentos.

Desta forma confirma-se que os instrumentos, Estudo de Impacto de Vizinhança e do Pólo Gerador de Tráfego, podem contribuir para a avaliação do ambiente, mas, o enfoque abordado no próprio Estatuto da Cidade, não atende as necessidades básicas quanto a Segurança Pública e necessidade de melhoria no entorno, após o pleno funcionamento do empreendimento.

## 4 “CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESIGN – CPTED”

O CPTED, ciência iniciada nos Estados Unidos, é uma abordagem multidisciplinar para dissuadir o comportamento criminoso através do projeto do ambiente, aplicado na Europa como “Design Against Crime”, tem demonstrado ser uma estratégia útil, concreta e viável para prevenir certos delitos, assim como reduzir o temor que as pessoas sentem nos espaços públicos.

O desenho do entorno urbano é o cenário pelo qual se desenrola o comportamento humana. Este pode facilitar ou dificultar determinadas condutas assim como influir na atitude dos usuários dos espaços públicos. Neste contexto, os programas de prevenção do crime mediante o desenho dos espaços geraram recomendações de desenho que buscam diminuir as oportunidades de cometimento de delitos e criam condições que levam as pessoas a se sentirem seguras neste ambiente.

Na década de 1960, Elizabeth Wood desenvolveu um guia com orientações para abordar as questões de segurança, dando ênfase nas características construtivas que poderiam garantir a vigilância natural. Suas orientações nunca foram implementadas, mas estimularam as idéias iniciais que levaram ao CPTED.

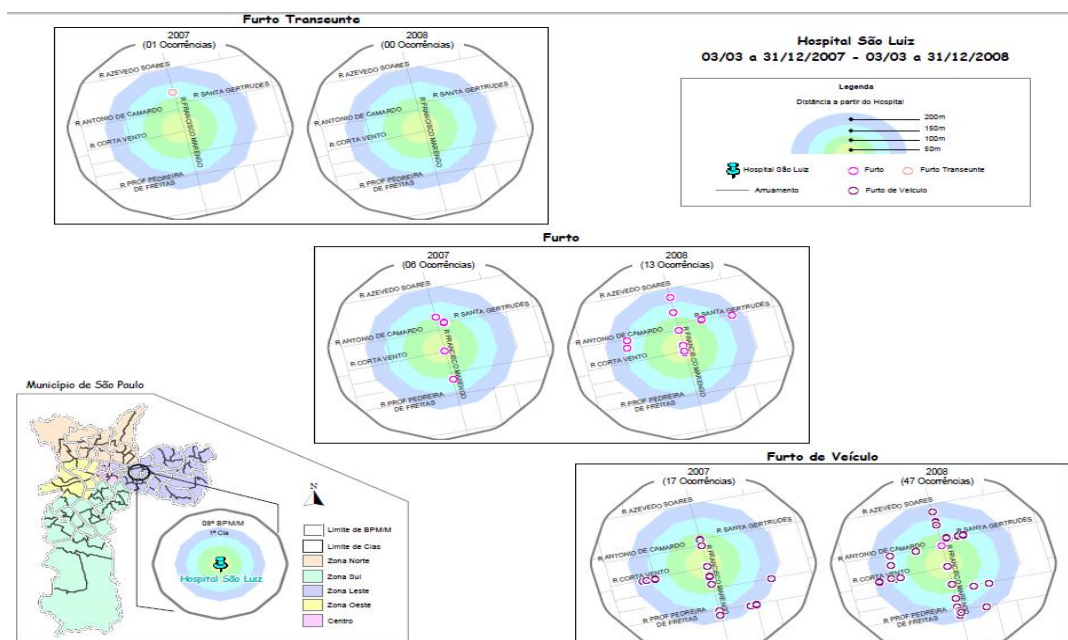
Ela desafiou os princípios básicos de urbanistas da época que defendiam que: bairros deveriam ser isolados uns dos outros; que uma rua vazia era mais segura do que uma rua cheia de pessoas, e que o carro representava o avanço em detrimento do pedestre. Ela observou que o caminho adotado para os projetos e construção das cidades não permitiria, que o público em geral, fosse capaz de desenvolver seu papel no quadro social necessário para um efetivo “auto-policimento”.

Outros pesquisadores, em trabalhos posteriores, desenvolveram o conceito de que o crime floresce quando as pessoas não interagem significativamente com

seus vizinhos, elencando três atributos necessários para tornar as ruas nas cidades mais seguras:

- uma clara demarcação dos espaços público e privado;
- diversidade de utilização, e
- um elevado nível de utilização das calçadas pelos pedestres.

Schlomo Angel, em sua tese para obtenção do PhD, estudou formas para desencorajar o crime através do planejamento urbano voltado para a criminalidade nas ruas (1968, Oakland, CA). Nesse estudo afirma que "O ambiente físico pode exercer influência direta sobre o crime através da delimitação dos territórios, redução ou aumento da acessibilidade através da criação ou eliminação de fronteiras e criação de redes de circulação, e por facilitar a vigilância por parte dos cidadãos e da polícia." Ele afirmou que o crime tem relação inversa com o nível de atividade nas ruas, e que a remoção da atividade comercial do ambiente reduziu a atividade, tornando mais fácil para os indivíduos cometerem crimes nas ruas, conforme demonstrado no gráfico abaixo quando da implantação do Hospital São Luiz (data de implantação: março de 2008), sendo que ocorre um aumento considerável no número de furto de veículo e furto. Os conceitos do trabalho de Angel foram amplamente desenvolvidos e publicados em 1970 e apoiados pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos.



**Fonte:** Seção de Geoprocessamento da CAP/SSP sob orientação do autor, 2009  
**Figura 19-** Mapa dos "buffers" de furtos no Hospital São Luiz – Tatuapé/SP

A expressão “Crime Prevention through Environmental Design (CPTED)” foi utilizada pela primeira vez por C. Ray Jeffery, um criminologista do estado da Universidade do Estado da Flórida.

Seus estudos originais baseados no modelo estímulo-resposta, (stimulus-response -SR) orienta-se com base na conceito de que o organismo aprende através de punições e condicionantes do próprio ambiente. Jeffery "reforçou recompensas materiais e a utilização do meio físico para controlar o comportamento".

A principal idéia era de que, removendo os reforços para o crime, ele não ocorreria.

O trabalho recebeu pouca atenção, pois na época, buscavam-se processos normativos, roteiros para a solução de problemas e não um processo amplo de discussão.

Oscar Newman colocou ênfase em características específicas de design, uma concepção perdida no trabalho de Jeffery. O trabalho de Newman “Defensible Space - Crime Prevention through Urban Design (1972)” inclui extensa discussão da criminalidade relacionada com a forma física da habitação com base a análise dos dados sobre a criminalidade .

#### **4.1 Componentes do Trabalho de Newman**

Conforme estabelecido por Newman, espaço defensável deve conter dois componentes.

Primeiro, o espaço defensável deve permitir que as pessoas vejam e sejam vistas de forma contínua. Em última análise, este conceito diminui o medo dos moradores porque sabem que um potencial agressor pode ser facilmente observado, identificado e, conseqüentemente, interceptado.

Em segundo lugar, as pessoas devem estar dispostas a intervir ou relatar o crime quando ocorrer. Ao aumentar o sentimento de segurança em locais onde as pessoas vivem e trabalham, ocorre naturalmente o incentivo para que essas assumam o controle das áreas e adotem posturas de reais proprietários. Quando as pessoas se sentem seguras na sua vizinhança são mais susceptíveis de interagirem umas com as outras e intervirem quando necessário. Estas são concepções que continuam na maioria das implementações da CPTED a partir de 2004.

A teoria do "Broken Windows", apresentada por James Q. Wilson e George L. Kelling, em 1982, explorou o impacto que a visível degradação e abandono nos bairros têm sobre o comportamento humano. Portanto, a manutenção de imóveis foi uma das estratégias adicionada ao CPTED, aliado à vigilância, controle de acesso e territorialidade.

A contribuição final de Jeffery foi um trabalho de abordagem multidisciplinar que serviu de base para a evolução do CPTED, tendo como pressuposto o comportamento humano:

The environment never influences behavior directly, but only through the brain. Any model of crime prevention must include both the brain and the physical environment. ... Because the approach contained in Jeffery's CPTED model is today based on many fields, including scientific knowledge of modern brain sciences, a focus on only external environmental crime prevention is inadequate as it ignores another entire dimension of CPTED -- i.e., the internal environment. (Robinson, 1996)

O ambiente nunca influencia o comportamento diretamente, mas só através do cérebro. Qualquer modelo de prevenção da criminalidade deve incluir tanto o cérebro quanto o ambiente físico, uma vez que a abordagem contida no modelo de CPTED de Jeffery é hoje baseada em muitos campos, inclusive o conhecimento científico das ciências modernas do cérebro, um foco apenas na prevenção do crime no ambiente externo é inadequado, uma vez que ignora toda uma outra dimensão do CPTED - ou seja, o ambiente interno<sup>39</sup>.

A partir de 2004, elementos abordados no CPTED ganharam ampla aceitação internacional devido a tentativas de aplicação através de leis. O termo

---

<sup>39</sup> (Robinson, 1996)

“ambiente” ou “ecologia” para a CPTED é comumente usado para se referir ao ambiente externo do local. A intenção de Jeffrey era também de adotar o “ambiente interno” como o do infrator, mas parece que tal conceito se perdeu, mesmo para os que promovem a expansão do CPTED para incluir ecologia social e da psicologia sob a bandeira da 2ª Geração do CPTED.

#### **4.1.1 O Papel da Arquitetura para o CPTED**

O processo de análise de risco do CPTED é o veículo que irá proporcionar a justificativa e as informações necessárias para os urbanistas, arquitetos e desenvolvedores de projetos seguros para o projeto de edifícios. Os arquitetos e empreendedores se baseiam nos critérios de resistência ao fogo das estruturas das edificações e critérios para a segurança da vida, porque existe um Código que os obriga a adotar tais posturas. Mas o crime não está incluído como preocupação que deve ser adequadamente tratada, mesmo após os mais recentes atentados terroristas e violências em ambientes de trabalho e convivência. Despontou-se claramente a necessidade de se dar à prevenção do crime o mesmo tratamento de método de estudo, pesquisas e tratamento tecnológico, que os aplicados na área de prevenção contra incêndio e preservação da vida. Tais estudos serão a base para a elaboração de Códigos e exigências para a comunidade de arquitetos, como exemplo o “New Urbanism/Traditional Neighborhood Design”.

#### **4.1.2 Estratégias para o Ambiente Construído**

A estratégia do CPTED é a de invocar a capacidade de influenciar decisões que antecedem os atos criminosos. Pesquisas em comportamento criminoso mostram que, a decisão de se ofender ou não ofender, é mais influenciado por estímulos para a percepção do risco de serem capturados posteriormente, pelas pistas deixadas, do que pela recompensa ou a facilidade do cometimento do crime.

Coerente com estas observações, as estratégias do CPTED são baseadas na ênfase do reforço da percepção de risco de detecção e apreensão.

O CPTED procura dissuadir criminosos a cometer crimes através da manipulação do ambiente construído.

Dessa forma podemos concluir que as variáveis situacionais presentes do ato criminoso são: um autor motivado, um alvo acessível e a ausência da capacidade de guarda.

Como mencionado acima, as estratégias de prevenção da criminalidade são destinadas à situação, e podem ser divididas entre as estratégias orientadas para o ambiente, “estratégias ambientais” e estratégias orientadas para a meta (alvo), “estratégias orientadas pelo alvo”. Esta última estratégia será apresentada no capítulo “Design Against Crime”.

#### **4.1.3 Estratégias Ambientais**

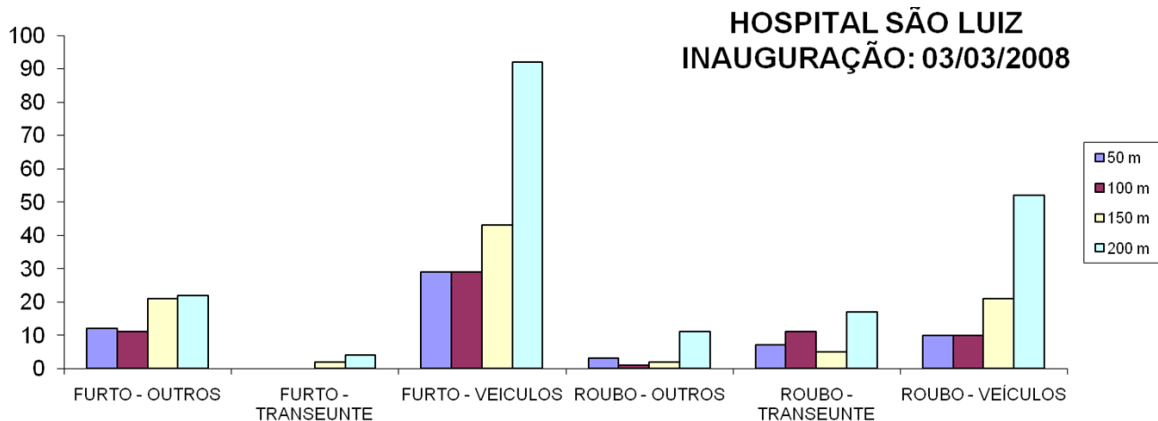
Este grupo de técnicas é classicamente conhecido como CPTED. Nesta perspectiva, existem quatro princípios cujo desempenho contribui para a criação de espaços seguros. Estes princípios têm influenciado principalmente aplicações americanas. Todavia, mostra que elas são freqüentemente complementados com técnicas que visem o alvo. Estes princípios orientam a análise de ambas as localizações atuais e futuros projetos, e orientam a produção de recomendações de design que possam ter impacto sobre a redução das taxas de vitimização e / ou o medo.

##### **a) Vigilância Natural**

A vigilância é essencial para manter um espaço seguro. A concepção de um espaço pode facilitar a capacidade de ver e ser visto por outras pessoas neste espaço. A alta visibilidade de um local aumenta a possibilidade de controle social sobre ele por seus usuários e, por conseguinte, reduz a possibilidade de que os atos ilícitos nele ocorrem. Por exemplo, uma determinada área, parque ou estacionamento, com uma vegetação muito alta pode obstruir a visibilidade, pode gerar ambientes propícios a esconderijos, onde os usuários podem ser capturados, deixando-os isolados do acesso a assistência possível. Do mesmo modo, se todos



os cantos desse ambiente são visíveis, ocorre o aumento da sensação de controle das pessoas no espaço, porque eles podem observar, à distância, um potencial agressor. Outra forma de CPTED e que aumenta a segurança de um espaço é a geração de atrativos convidando a pessoa a entrar ou permanecerem no ambiente. Pessoas que ocupam uma determinada área tornam-se vigilantes nesse ambiente, contribuindo, assim, para prevenir o abandono dos espaços públicos.



**Fonte:** Seção de Estatística da CAP/SSP sob orientação do autor, 2009

**Gráfico 5-** Representação gráfica dos indicadores criminais resultante dos "buffers"

O gráfico acima reforça o conceito de vigilância natural nos ambientes. Tomando-se como exemplo o Hospital São Luiz, Tatuapé/SP (Anexo 7), pode-se observar os efeitos nos indicadores criminais nos "buffers" de 150 (cento e cinquenta) metros e 200 (duzentos) metros. Todos os indicadores, principalmente os de furto e roubo de veículo aumentam consideravelmente, ou seja, quanto mais afastado do empreendimento imobiliário impactante, menor a vigilância natural e maior o número de eventos criminosos.

Comparando-se a evolução criminal (Anexo 10) de toda a área da 1ª Companhia do 8º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana (área territorial onde está instalado o referido empreendimento do Hospital São Luiz), observa-se que a tendência de queda dos índices criminais, que ocorria em toda a Companhia, foi interrompida (havia uma redução de 34%), ocorrendo um aumento nos índices criminais, aumento esse que coincide com os meses de maio, junho, julho e agosto de 2008 (meses logo após a instalação do empreendimento).

Nesses meses os indicadores criminais no entorno do Hospital São Luiz são os maiores, considerando-se o apresentado nos gráficos comparativos com o mesmo período do ano anterior (**Anexo 7**).

Com tal comparação há indícios significantes que apontam para o impacto negativo do Hospital São Luiz nos índices da 1ª Companhia PM.

Outro exemplo é o aumento nos índices criminais no entorno do “*Shopping*” Pompéia (aumento em torno de 150% no indicador furto), no período subsequente a sua inauguração (28/03/2008 – ver **Anexo 6**), em relação ao mesmo período do ano anterior. Os índices criminais da 2ª Companhia do 23º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana, área territorial onde se instalou o empreendimento, subiram da mesma forma (ver Anexo 10). Nos meses de março a julho de 2008 o aumento dos índices criminais da 2ª Companhia chegaram a 517% (quinhentos e dezessete por cento), sendo que os gráficos do empreendimento estudado (ver **Anexo 6**), aumentaram consideravelmente nos meses de março a julho de 2008, inclusive aumento muito significativo, se considerados os valores de igual período do ano anterior, antes de sua inauguração.

Pode-se observar na maioria dos casos estudados que quanto mais próximo do local que permite a vigilância natural, “buffers” de 50 m. (cinquenta metros) e 100m. (cem metros), os indicadores diminuem, comprovando-se novamente os conceitos do CPTED.

Exemplo de ações:

- Coloque janelas com vista para calçadas e lotes de estacionamento;
- Deixe cortinas das janelas abertas;
- Utilize o tráfego veicular como uma vigilância ativa;
- Crie projetos paisagísticos que proporcionem vigilância, especialmente na proximidade dos pontos de entrada;
- Utilize com cautela as vedações nas janelas (persianas fixas), somente o necessário para cada situação;
- Utilize acessos de proteção contra intempéries transparentes na entrada;

- Ao criar a concepção de iluminação, evitar posicionamentos inadequados, criação de “pontos-cegos” (facilitando para potenciais observadores) e visão adequada de áreas críticas. Assegurar que potenciais áreas problemáticas estão bem iluminadas, tais como: caminhos, escadas, entradas / saídas, áreas de estacionamento, quiosques, telefones, caixa de correio, pontos de ônibus, áreas de play-grounds, áreas recreativas, piscinas, lavanderias, áreas de armazenamento de lixo e reciclagem etc;
- Evite a utilização de iluminação ofuscante, que pode causar cegueira ou sombras profundas, dificultando a visualização de potenciais observadores. Os olhos se adaptam a iluminação à noite, mas tem grande dificuldade para adaptação na existência de disparidades. Usando menor intensidade de luz muitas vezes se exige mais equipamentos, mas aumenta a segurança;
- Posicione as luminárias de forma a controlar reflexos;
- Coloque iluminação ao longo do percurso de pedestres e outras áreas de uso em boa altura para a iluminação dos rostos das pessoas no espaço (e para identificar os rostos dos potenciais atacantes), e
- Medidas de vigilância natural podem ser complementados por processos mecânicos e medidas organizacionais. Por exemplo, circuito fechado de televisão (CFTV), câmeras podem ser adicionados em zonas onde não existam janelas.

## **b) Reforço Territorial**

Um elemento que define uma zona vulnerável é o abandono. Não possuir uso definido e que ninguém se preocupe, geralmente, propicia sua decadência, devido à falta de controle social. O reforço territorial é uma das formas de incentivar o desenvolvimento do controle social sobre uma área. Reforçar o sentimento de adesão dos habitantes, para o seu ambiente, contribui para uma utilização correta e cuidadosa com o espaço público. Essa estratégia visa reforçar o envolvimento emocional da comunidade na recuperação e na concepção de espaços comuns, de modo que a comunidade se sente parte da solução e do ambiente, passando a cuidar por si própria. Outra forma de desenvolver laços afetivos por um lugar é incentivar os moradores a manter suas moradias com jardins atraentes, o que melhora a percepção da segurança, e mostra que estes espaços possuem um

responsável. Desta forma, podemos evitar a presença de atividades de incivilidade e vandalismos.

Reforço territorial promove o controle social através de uma maior definição do espaço e melhoria do conceito de propriedade. Um ambiente projetado para delinear claramente espaço privado, proporciona duas coisas. Primeiro, ele cria um sentimento de posse. Proprietários têm interesse e estão mais interessados em descobrir intrusos ou comunicá-los à polícia. Em segundo lugar, o sentimento de propriedade do espaço cria um ambiente onde os "estranhos" ou "intrusos" se destacam e são mais facilmente identificados. O natural reforço territorial ocorre através da utilização de edifícios, muros, calçadas, sinalização, iluminação e paisagem, pois são capazes de identificar propriedade e definir espaços públicos, semi-públicos e privados.

Além disso, estes objetivos podem ser alcançados pela cessão do espaço designado para usuários em locais previamente atribuídos.

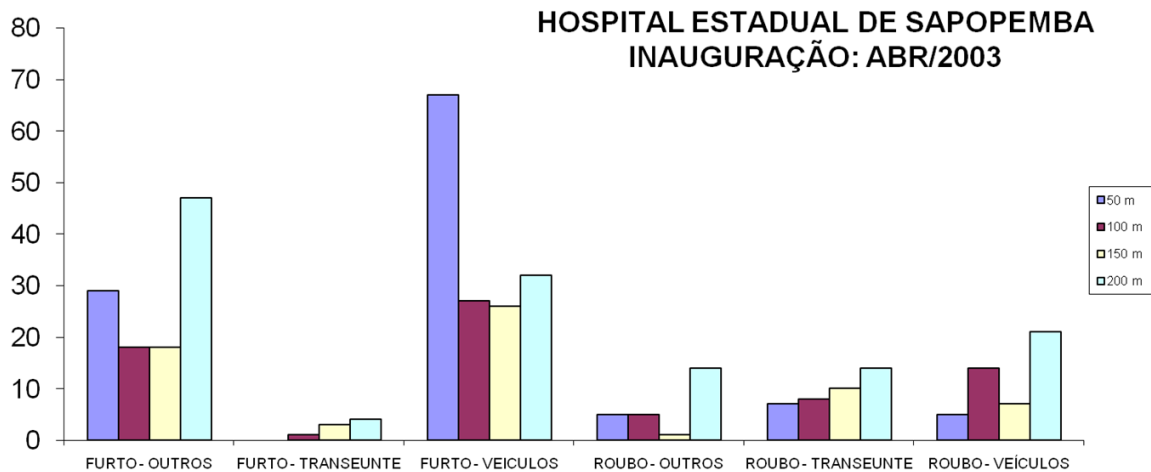
- Manutenção das instalações e do paisagismo permite a constatação da presença indesejada ocupando o espaço;
- Fornecer árvores em áreas residenciais. Os resultados de investigações indicam que, ao contrário da tradicional visão das comunidades, espaços exteriores residenciais com mais árvores são vistos como muito mais atraentes, mais seguros e mais susceptível de ser utilizado do que espaços similares, sem árvores;
- Restringir as atividades privadas em áreas definidas como privadas;
- Posicionar displays de sinalização de segurança nos pontos de acesso;
- Evite cercas de arame farpado ou similares, o que comunica a ausência de uma presença física o que reduz o risco de um invasor ser detectado;
- Instale locais de atração, tais como assentos ou de bebidas em áreas comuns, em área comercial ou institucional, pois contribuem para atrair um maior número de usuários desejados, e
- Programação de atividades em áreas comuns aumenta a utilização adequada, atrai mais pessoas e aumenta a percepção de que estas áreas são controladas.

Medidas de reforço territorial fazem com que o usuário normal se sinta seguro e fazem o potencial infrator consciente de que existe um risco substancial de ser apreendido ou descoberto.

### **c) Controle de Acesso Natural**

O natural acesso a uma determinada área contribui para a sua segurança, na medida em que uma pessoa desconhecida não pode acessá-lo sem ser vista por alguém. O mais difícil de controlar, pelas pessoas, são os espaços públicos e comunitários. O natural controle de acesso visa promover estratégias e concepções naturais ou controle social sobre o acesso a um determinado espaço. Por exemplo, barreiras podem ser simbólicas ou reais, para ajudar a subdividir uma área residencial específica tornando-as mais fáceis de controlar. Um efeito colateral desta estratégia é que pode promover o desenvolvimento de laços emocionais para aumentar o senso de controle sobre o espaço. Outra forma natural para atingir o controle de acesso é, por exemplo, através da iluminação ou da localização da infraestrutura urbana. Exemplos extremos de controle de acesso está representado por condomínios ou ruas fechadas ao livre acesso a um espaço físico, através de um portão que impede o livre fluxo de pedestres. Esta solução é considerada indesejável, pois leva a outras dificuldades, como a redução adicional nas alternativas para as potenciais vítimas poderem fugir ou obstruções para as operações policiais.

O controle de acesso natural limita a possibilidade do crime pois diferencia, claramente, o limite entre o espaço público e o espaço privado.



**Fonte:** Seção de Estatística da CAP/SSP sob orientação do autor, 2009

**Gráfico 6-** Representação gráfica dos indicadores criminais resultante dos "buffers"

Confirmando-se o apresentado neste item, no estudo realizado, os Hospitais Públicos são os representantes do baixo nível de controle de acesso. Não somente a falta de estacionamentos, mas a falta de controle ambiental do entorno, bem como de seus acessos facilita as ações criminosas. No gráfico acima, baseado nos "buffers", pode-se observar que uma grande quantidade de eventos se concentra nas proximidades do empreendimento imobiliário, praticamente o inverso do observado no hospital particular.

A mesma situação ocorre no Hospital Santa Marcelina, na zona leste de São Paulo, onde, a segunda rua de maior indicador de roubo e furto de veículo, trata-se da Rua Santa Marcelina. Outras duas ruas são a sétima e décima colocadas, totalizando até novembro de 2008, cerca de 13% (treze por cento) de todos os eventos criminosos desses indicadores citados. A primeira colocada nesses indicadores é a Estrada do Pêssego, com 64 eventos de furto e roubo de veículos, mas que pela sua extensão, cerca de 10 Km (dez quilômetros), não se pode comparar com as ruas do entorno do Hospital citado.

Posicionar entradas e saídas, vedações, iluminação e paisagismo ocorre a limitação do acesso, seu controle de fluxo, propiciando o controle de acesso;

- Utilize um único ponto de entrada claramente identificável;
- Utilizar estruturas para desviar as pessoas da área de recepção;

- Incorporar labirinto na entrada em banheiros públicos. Isso evita o isolamento que é produzido por uma antecâmara ou porta dupla como sistema de entrada;
- Use arbustos baixos e espinhosos abaixo do nível das janelas;
- Eliminar as características que dão acesso a telhados ou níveis mais altos;
- Na frente de imóveis residenciais, utilizar um tipo de vedação, ao longo de toda extensão, ao nível da cintura, criando uma linha para controlar o acesso, e incentivar a vigilância;
- Utilize na altura dos ombros, uma vedação ao longo dos imóveis residenciais laterais entre os jardins, com prolongamento até os fundos da residência. Eles devem ser suficientemente integrados com paisagismo e devem promover a interação social entre os vizinhos, e
- Utilize substancial fechamento (por exemplo muro em alvenaria) alto o suficiente posicionado entre um quintal e uma passagem pública (beco).

Controle natural de acesso são medidas complementares aos mecânicos e operacionais de controle de acesso, tornando o alvo mais difícil.

#### **d) A Manutenção do Espaço Público**

A manutenção ou a recuperação de ambientes é vital para uma estratégia de prevenção sustentável. Isto pode ser conseguido de duas maneiras. Por um lado, pode ser através de programas de manutenção municipais, quando as autoridades são responsáveis por questões como a limpeza dos espaços. Entretanto, pode-se delegar parte das tarefas de cuidar para a comunidade, que podem ter benefícios econômicos além de fortalecer os vínculos. Para este último, no entanto, é importante ter incorporada na comunidade a participação ativa no processo de recuperação e concepção do espaço.

A manutenção é uma expressão de propriedade do imóvel. A deteriorização indica um menor controle do ambiente e aponta para uma maior tolerância à desordem. A “Broken Windows Theory” é um instrumento valioso para a compreensão da importância da manutenção como forma de dissuadir a criminalidade. Os defensores da “Teoria das Janelas Quebradas” apóiam-se em uma abordagem de “Tolerância Zero” quanto à manutenção da propriedade,

observando que a presença de uma janela quebrada vai seduzir vândalos para quebrar mais janelas nas imediações. Quanto mais cedo janelas quebradas são consertadas, menos provável é que tal vandalismo irá ocorrer novamente no futuro.

A manutenção e aspectos da atividade foram incorporados no CPTED atual, mas são muitas vezes tratados separadamente, porque não são elementos físicos dentro do ambiente construído.

#### **4.1.4 Atividades de Apoio**

Atividade de apoio fomenta o uso de um ambiente construído para a realização de atividades seguras, com objetivo de aumentar a coesão social de uma comunidade e proporcionar a construção da cidadania local, aumentando o risco de detecção de atividades criminosas e indesejável. A vigilância natural é destinada a utilizadores casuais e não existe um plano específico para as pessoas cuidarem de uma atividade criminosa.

#### **4.1.5 Eficácia e críticas**

As estratégias do CPTED obtêm melhor resultado e sucesso quando são minimizados os inconvenientes aos usuários finais, esforço este que se baseia na conjugação de esforços de paisagistas, empreendedores imobiliários, líderes comunitários e da aplicação de leis adequadas.

O objetivo é a dissuasão do crime através do desenho.

A investigação demonstra que os agressores não podem ser literalmente impedidos de cometer crimes com a aplicação dos conceitos do CPTED. O CPTED depende de mudanças no ambiente físico que causará ao infrator uma mudança de comportamento. Essas mudanças são habilmente inseridas como forma de encorajar o comportamento e, portanto, em vez de dissuadir concluem que “previnem” o comportamento. Foi apenas a partir da introdução de 2ª Geração do CPTED que o CPTED finalmente construiu tentativas voltadas ao reforço da coesão



social e construir um forte sentimento de comunidade ao impacto dos motivos que provocam a criminalidade.

Além do atrativo de ser economicamente eficiente na redução da incidência da criminalidade, o CPTED tipicamente reduz os custos globais de prevenção da criminalidade. A reconstrução de um ambiente já existente para atender ao CPTED por vezes pode ser caro, mas, quando incorporadas no desenho original da instalação, na fase de planejamento, os custos de concepção dos princípios do CPTED, são muitas vezes inferiores aos com abordagens tradicionais. Os custos operacionais são geralmente mais baixos, também, quando são utilizados projetos de iluminação, com base nos conceitos do CPTED, o que demanda gasto significativamente menor de energia. Desta forma a atratividade do CPTED está na redução de custos. Atualmente esses conceitos são aplicados nos "Green Buildings".

Tais conceitos levaram ao questionamento de qual seria a quantidade de prevenção da criminalidade realmente necessária para um determinado local. Foi sugerida que uma abordagem de gestão de risco poderia ser superior ao temor resultante. A questão é, "pode uma comunidade desistir de sua liberdade, geralmente, em termos de circulação e de reunião, perante o medo do crime?" Esta foi uma questão que não foi amplamente divulgada na década de 1990, e podemos observar um aumento em torno do mundo de condomínios fechados e o de monitoramento por CFTV em espaços públicos.

#### **4.1.6 Quatro obstáculos à adoção do CPTED**

Existem quatro principais obstáculos à adoção do CPTED.

O primeiro é a falta de conhecimento do ambiente CPTED por arquitetos, designers, administradores de imobiliários, e dos membros da comunidade. Por esta razão, a alocação de recursos substanciais para programas educacionais muitas vezes são necessários.

O segundo grande obstáculo é a resistência à mudança. Muitos resistem especificamente ao tipo de planejamento cooperativo, que é necessário para usar o CPTED. Além disso, alguns especialistas rejeitam as investigações históricas e precedentes que apóiam a validade dos conceitos do CPTED.

O terceiro obstáculo é a percepção de que o CPTED pretende ser uma “panacéia” para o crime, que será utilizado para substituir outras abordagens mais tradicionais abordagens, em vez de uma pequena, mas importante ferramenta complementar na dissuasão do comportamento do delinquente.

O quarto obstáculo é que muitas das atuais áreas construídas não foram concebidas com o CPTED em mente, e modificações seriam caras, politicamente difíceis ou exigiriam mudanças significativas em algumas áreas do ambiente construído existente.

No coração das cidades, a vitimização é principalmente ocasionada por crimes violentos contra a propriedade (roubos e furtos).

Neste contexto, a metodologia CPTED pode contribuir para melhorar ou recuperar áreas já construídas e inseguras, como forma preventiva através da revisão dos projetos arquitetônicos. Ambas recomendações são realizadas para reduzir o risco da criminalidade. A experiência Internacional indica que existem tipos de zonas urbanas, lugares que muitas vezes são mais vulneráveis à localização de determinados crimes do que outros, a saber:

**a) Locais de Transportes:** estacionamentos, paradas de ônibus, metrô, terminais de passageiros, bicicletários, passeios públicos. Estes locais são muitas vezes isolados ou cheios demais, de forma que é necessário tomar medidas de precaução especiais. Muitos projetos foram implementados com êxito, utilizando-se de estratégias ambientais, em países como os Estados Unidos e Canadá.

**b) áreas de negócio:** Eles se tornam mais vulneráveis durante os horários que o comércio está fechado, durante o qual as ruas têm pouco tráfego, com pouca disponibilidade dos recursos naturais de vigilância. Em alguns países é incentivada a

concepção de utilização mista dos solos, ou seja, sempre que exista um comércio, existem residências sendo ocupadas à noite.

**c) As áreas de desenho industrial:** áreas industriais muitas vezes não consideram as necessidades de segurança dos funcionários, passeios públicos, iluminação ou o acesso adequado para o transporte público. Como resultado, o funcionário fica vulnerável. Comumente tenta-se criar rotas seguras para funcionários, por intermédio de uma boa iluminação e de fácil acesso para ajudar em emergências.

**d) Parques:** Parques são comumente percebidos como locais inseguros pelas pessoas, tendo em vista a sua deterioração. De um modo geral a facilidade de visualização, melhora da iluminação e a eliminação de riscos potenciais de lugares que forneçam esconderijos e a promoção de ações atrativas para as pessoas muitas das vezes são a solução.

**e) zonas residenciais:** Podem ser alvos atraentes para o crime por estarem normalmente desertas durante o dia. As características da arquitetura da habitação (por exemplo, muro em toda a volta, sem transparência) podem facilitar o furto ou roubo à residência.

Para reforçar tal preocupação, o Coronel PM Roberson Luiz Bondaruk<sup>40</sup>, apresenta estudo muito esclarecedora.

Foram entrevistados 287 (duzentos e oitenta e sete) internos recolhidos às unidades do Departamento Penitenciário (DEPEN) da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU), os quais cumpriam pena por diversos delitos.

Com relação ao tipo de delito mais praticado foi o roubo e o furto. O meio utilizado para a prática do furto qualificado foi a utilização de chave falsa e arrombamento.

O critério adotado para a escolha do local para as práticas dos delitos foram os que apresentavam “menor trânsito de pessoas” e “obstáculos que dificultassem a visão de testemunhas”. Complementando tal questão, os entrevistados afirmaram que preferiam locais com muros uma vez que “ocultavam melhor a ação”, sendo que a maioria também afirmou que residências com muros, com no máximo 2 (dois) metros de altura eram melhores para a sua ação que as com grades. E por fim, as estatísticas comprovaram que locais “próximos de terrenos baldios”, com “menor luminosidade” e “locais com cantos escuros” eram os favoritos desses delinquentes.

---

<sup>40</sup> Bondaruk, Roberson Luiz, “A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano”, Curitiba:Edição do autor, 2007, pág. 295.

**f) Universidades:** Em muitos países, existe uma preocupação crescente quanto a segurança dos “*campus* universitários”. Esses lugares são atraentes para os potenciais agressores. Experiência canadense aponta que os locais mais vulneráveis são os parques, trilhas e salas de reuniões, que são tratados com estratégias de CPTED.

#### **4.1.7 Tipos de problemas abordados pelo CPTED**

O crime como um fenômeno tem muitas manifestações, é essencialmente complexo e multivariado. Pode-se sugerir que há pelo menos três tipos de problemas de insegurança distintos. O CPTED tem desenvolvido estratégias para fazer face a estes tipos de problemas:

##### **a) O local do crime ou da vitimização**

Um crime normalmente tem referência com a conduta incompatível com a lei. Induz comportamento, tais como roubos, brigas, resultando em lesões, entre outros. É comum descobrir que os crimes estão concentrados em áreas específicas, levando ao chamado “hot spots”.

##### **b) A localização da percepção do medo**

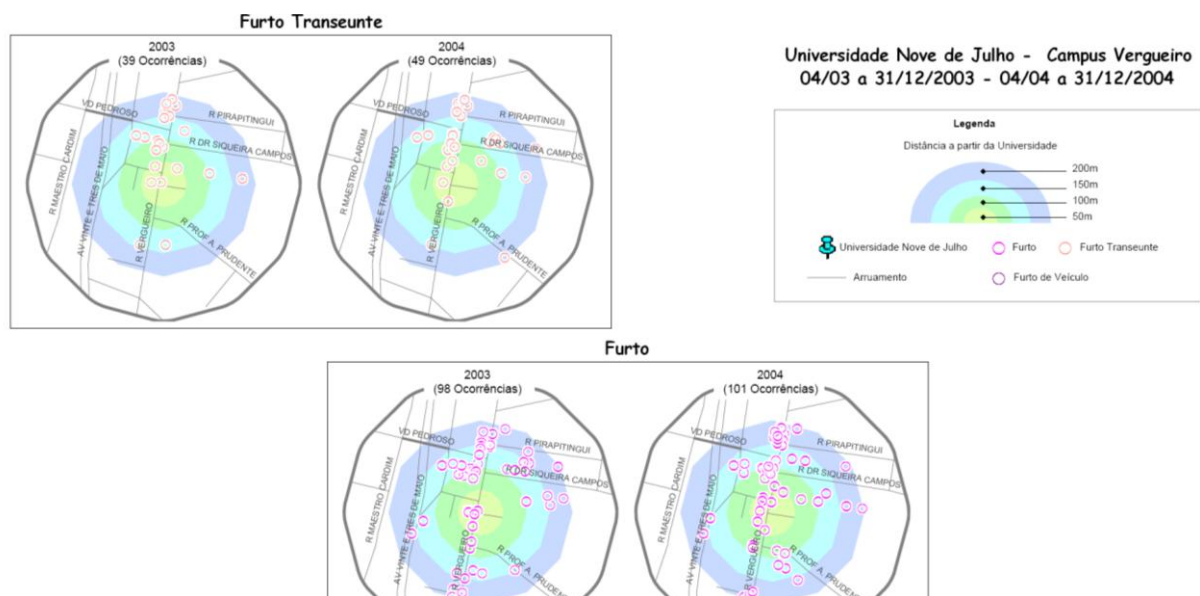
Refere-se à percepção de que uma pessoa tem sobre o risco de ser vítima de um crime em circunstâncias diferentes (dentro e fora de casa, durante a manhã, à noite ou de madrugada). Altos níveis de percepção de temores estão associados com a inibição do comportamento de pessoas, que deixam de realizar atividades cotidianas como, por exemplo, freqüentar lugares onde se sentem inseguras. Embora o medo e o crime estejam associados, a sua localização pode ser diferente. Alguns estudos mapearam algumas áreas, com base na distribuição espacial dos “indicadores de medo”, extraída de uma determinada região, através do mapeamento da percepção subjetiva de insegurança. É necessário ter em conta que as pessoas muitas vezes têm medo que não são reais, derivados muitas vezes pela percepção ambiental, tal como a falta de iluminação.

### c) A localização da percepção de desordem social

Finalmente, um terceiro componente que tem a ver com a insegurança é a existência percebida da desordem social, no lugar onde você vive. Por exemplo, é possível que uma comunidade esteja assustada porque em uma praça se reúnem jovens em seu tempo livre para se utilizarem de bebidas ou realizarem atos de incivilidade e pichações.

A questão de desordem social não é somente relacionada com ambientes feios ou mau iluminados. A excessiva movimentação de pessoas e veículos pode propiciar insegurança e criar um ambiente que ao invés da vigilância, cria a facilidade. É o caso das Universidades que se encontram no Avenida Vergueiro. Região servida por três estações do metrô e que possui quatro Universidades, com picos de fluxos de alunos concorrentes. Tal situação gera o caos e se torna impossível gerenciar e delimitar o que é espaço público, privado, onde devem se locomover os pedestres e onde trafegam os veículos.

Nos “buffers” confeccionados para a Universidade Nove de Julho, fica claro a alta taxa de crimes e a sua concentração próxima a Universidade e próximo ao metrô.



**Fonte:** Seção de Geoprocessamento da CAP/SSP sob orientação do autor, 2009

**Figura 19-** Mapa dos "buffers" de furtos na Universidade Nove de Julho – Vergueiro/SP

Atualmente o CPTED passou para uma nova dimensão, o desenvolvimento de uma rotina de análise criminal baseada em 60 (sessenta) passos. Denominada “CPTED 60 steps”. Tal trabalho procura orientar o “analista criminal” passo-a-passo, mostrando os caminhos da correta e científica avaliação que deve ser realizada de um ambiente criminal.

#### **4.1.8 Terceira Geração do CPTED**

Atualmente o CPTED trabalha de forma a desafiar e influenciar pesquisadores e projetistas (arquitetos e designers) a pensarem de maneira holística, sobre cada novo projeto de construção. Um princípio fundamental é que não existe uma solução universal para todos os problemas. Cada local é único, e assim como funciona em um lugar pode não funcionar em outro. É importante que profissionais de muitas disciplinas trabalhem com estreita colaboração, focados nas necessidades de cada projeto.

Comunidades sustentáveis são aquelas que são bem sucedidas economicamente, socialmente e ambientalmente, e respeitam as necessidades das futuras gerações. Existem ambientes bem projetados e concebidos quando as pessoas se sentem tranquilas e seguras; onde o crime e a desordem, ou o medo do crime não prejudique a qualidade de vida ou de coesão da comunidade. Locais com essas garantias são, portanto, fundamentais para a criação de comunidades sustentáveis.

#### **4.1.9 Atributos da Sustentabilidade**

São 7 (sete) os atributos de sustentabilidade, que são particularmente relevantes para a prevenção da criminalidade. Apesar de não ser aplicada a todas as situações, devem ser consideradas como um meio de pensar sobre prevenção da criminalidade, e promover a segurança da comunidade através do sistema de planejamento. Os atributos da segurança sustentável dos ambientes, são os seguintes:

- Acesso e Movimento: lugares ou ambientes com caminhos, rotas, direcionamentos bem definidos, com espaços e acessos que assegurem a circulação cômoda sem comprometer a segurança;
- Estrutura: lugares que são estruturados de modo que diferentes utilizações não causem conflitos;
- Vigilância: lugares onde todos os espaços acessíveis ao público são observados
- Propriedade: locais que promovem um senso de propriedade, respeito, responsabilidade territorial e da comunidade;
- Proteção Física: lugares que incluem necessariamente características de segurança bem projetadas;
- Atividade: locais onde o nível de atividade humana é apropriado para o local e proporciona baixo risco de criminalidade e um sentimento de segurança em qualquer momento, e
- Gestão e Manutenção: locais que são projetados com a gestão e manutenção em mente, para desencorajar o crime no presente e no futuro.

#### O que torna uma comunidade sustentável?

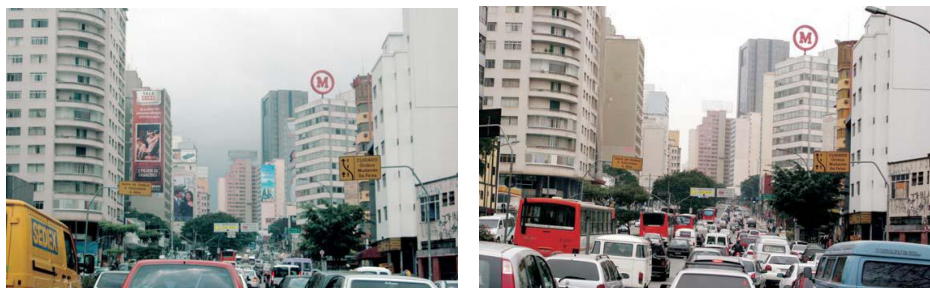
Um plano para formar uma comunidade sustentável identifica as principais necessidades de comunidades sustentáveis como as que possuem:

- uma florescente economia local para fornecer empregos e riqueza;
- uma forte liderança para responder positivamente à mudança;
- efetivo envolvimento e participação das populações locais, grupos e empresas, especialmente para o planejamento, concepção e gestão de longo prazo da sua comunidade, e uma comunidade ativa e voluntária;
- um local seguro e saudável com o ambiente bem concebido e com espaços verdes públicos;
- suficiente tamanho, magnitude e densidade, bem como com adequado “lay-out” para acomodar as instalações básicas na vizinhança e com redução de gasto de recursos (incluindo terrenos);
- bons transportes públicos e outras infra-estruturas de transporte, tanto no seio da comunidade quanto realizando a ligação urbana, rural e com regiões centrais ao urbano, rural e os centros regionais;

- edifícios, tanto individualmente como coletivamente - que possam satisfazer as diferentes necessidades ao longo do tempo, e que minimizem a utilização de recursos;
- uma integração de diferentes tipos de residências compatíveis aos usuários e com tamanho adequado para a família, idade e renda;
- boa qualidade dos serviços públicos locais, incluindo a educação e oportunidades de formação, aos cuidados de saúde e a atividade comunitária, principalmente para o lazer;
- um diversificado, dinâmico e criativo apoio da cultura local, incentivando o orgulho da comunidade e da coesão dentro dela;
- um "sentido de lugar", e
- aplicação das relações no plano regional, nacional e internacional.

#### 4.1.10 Custo da não Aplicação do CPTED

O prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab, reeleito em 2008, está investindo em muitas técnicas importantes do CPTED. De forma orientada ou não, adotou uma polêmica medida denominada programa “Cidade Limpa”, que vetou a publicidade externa e outdoors na cidade. Para muitos parece ser uma ação isolada e sem resultado a não ser a estética. Mas está sendo a aplicação da mais pura ciência. Muitas edificações se utilizavam dos painéis para propaganda numa guerra da “falta de identidade”. Cada comunidade necessita mostrar sua identidade de diversas formas para que as pessoas possam se sentir parte dela.



**Fonte:** Olhar São Paulo: planejamento e ação. São Paulo, SEMPLA, 2008

**Foto 1:** Rua da Consolação antes (esquerda) e depois (direita) da “Operação Cidade Limpa”



Outra questão é que os apelos propagandísticos escondiam as edificações, e da mesma forma as edificações não podiam ver a cidade. O conceito de “ver e ser visto” utiliza-se da técnica da vigilância do CPTED.

Muitas vezes não vemos os custos embutidos em manutenção de áreas públicas, mas quando contabilizados em toda a cidade podem envolver gastos significativos. Somente como exemplo, o prefeito de São Paulo, em entrevista à Revista Engenharia nº 584 de 2007, afirmou o seguinte:

“Quanto às pichações, as 31 subprefeituras da cidade estão agindo constantemente. Não só na fiscalização, mas também na recuperação de áreas. Até o meio do ano, já repintamos nada menos que 1 milhão de metros quadrados de áreas pichadas.”

O prefeito aproveita para comentar das intervenções realizadas na cidade de São Paulo. Como exemplo podemos citar a região do Largo 13 de Maio e da Praça Floriano Peixoto, em Santo Amaro, que estavam tomados por ambulantes por mais de 20 anos e foi totalmente recuperada. As barracas causavam uma desordem no urbanismo, uma vez que nem as ruas, tampouco as calçadas podiam ser visualizadas. Mais de 900 bancas de ambulantes foram retiradas do Largo da Concórdia, na Zona Leste, sendo que permitiu-se restituir 10.000 metros quadrados totalmente urbanizados à população. Afirma ainda que os indicadores criminais de furtos nesses locais foi diminuído, pois muitas vezes ações criminosas eram mascaradas. Muitas outras regiões de São Paulo estão passando por revitalização, sendo que estão sendo substituídas por valorização urbana, voltadas para área de tecnologia, cultura, “call center” e publicidade.



**Fonte:** Olhar São Paulo: planejamento e ação. São Paulo, SEMPLA, 2008

**Foto 2:** Largo da Concórdia, antes (esquerda) e depois (direita) da intervenção

Uma outra questão importante foi a aplicação de multas, no valor de mais de 25 (vinte e cinco) milhões, por excesso de barulho, sendo que foram emitidos 598 (quinhentos e noventa e oito) multas por descumprimento à “Lei da 1 hora” (que dispõe sobre horários de funcionamento de bares no município de São Paulo).

O Secretário Estadual de Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos, afirmou em entrevista à Revista Engenharia<sup>41</sup> que, atualmente, 34% dos deslocamentos são realizados à pé na cidade de São Paulo, apenas 10% das quais nas calçadas, o que significa 3.000 (três mil) quilômetros lineares, cuja recuperação total custa menos do que uma grande obra viária, da ordem de R\$ 250 (duzentos e cinquenta) milhões de reais, para recuperar todas as calçadas. Dessa forma, afirmou ainda, pode-se concluir que os camelôs deverão ser realocados.

O que vemos aqui é mais uma política de sustentabilidade do CPTED, pois caminhos bem definidos, iluminados e sinalizados adequadamente são um incentivo para a mobilidade e a vigilância. Trata-se de uma oportunidade para revitalização de toda uma região, inclusive importante para os negócios.

## **4.2 Prevenção do Crime na Inglaterra**

### **4.2.1 Conceito de Prevenção do Crime através do Design - DAC**

O “Design Against Crime” é uma iniciativa do Governo Britânico, Universidades juntamente com a “Royal Society of Arts” que busca aumentar significativamente o potencial e a contribuição do design na prevenção do crime. Embasado em pesquisas e em evidências que buscam identificar a natureza e os benefícios das melhores práticas nesta área, o DAC está desenvolvendo uma fonte de conhecimentos para fundamentar a prática do design, em conjunto com pesquisas e incentivos para a introdução de um pensamento do design contra o crime, dentro de programas de formação dos designers, tanto em escolas secundárias quanto em nível universitário. Resumidamente, esta iniciativa

---

<sup>41</sup> (nº 590 do ano de 2008, no artigo sob título de “Um programa que faz jus à complexidade da megalópole”)

representa a atenção mais radical e, a longo prazo, adotada por um governo, no sentido de conectar o design com uma área crítica em termos de política social.

“Design Against Crime” (DAC), produz boletins principalmente voltados para a resistência à criminalidade (nesse caso denominado mundialmente como endurecimento em relação ao alvo, ou seja aumentar as regras de segurança do alvo do criminoso), em relação aos equipamentos e bens, como por exemplo: laptops, caixas eletrônicos, bicicletas e mochilas, em hospitais e escolas.

O “UK Designing Out Crime Association (DOCA)”, associação Britânica contra o crime, fornece um Forum para os profissionais que aplicam as técnicas de “Crime Prevention Through Environmental Design - CPTED”, incluindo policiais, civis, arquitetos, pesquisadores criminais, professores universitários, urbanistas, comunidades oficiais de segurança, paisagistas e consultores de segurança. “Secured By Design (SBD)” é uma outra iniciativa da Polícia Britânica como iniciativa emblemática, apoiando os princípios de projetos preventivos do crime através de uma efetiva prevenção da criminalidade e normas de segurança para uma gama de aplicações, incluindo residências e estacionamentos.

O DAC se utiliza das estratégias orientadas pelo alvo, objeto de desejo do criminoso, e são divididas em cinco características:

**a) Eliminar ou destruir o alvo**

Esta estratégia está voltada para a diminuição da atratividade de uma determinada meta possível, removendo-a do local onde pode ser potencialmente agredido. Como exemplo, pode-se citar a implantação de sistema eletrônico de recolha de bilhetes com objetivo de remoção das transações financeiras.

**b) Editar o alvo**

Editar um alvo é alterar seus atributos, de modo que perca seu apelo para um potencial agressor. Por exemplo, a utilização de invólucro descaracterizado para o transporte de um notebook ou valores.

**c) Aperfeiçoamento da meta**

Reforçar as características físicas de um alvo para torná-lo mais resistente a um ataque. Por exemplo, substituindo a tradicional iluminação por iluminação anti-vandalismo (mais resistente).

**d) Marcar o alvo**

Identificar o alvo para que ele possa ser facilmente identificado, dificultando a venda, se for roubado. Formas de marcação do alvo, como, por exemplo, o número de registro de uma arma, ou o número de série do motor de um carro. Outra forma mais avançada é o monitoramento de veículos, que podem identificar e localizar o bem roubado.

**e) Proporcionar alternativas**

Pretende-se proporcionar alternativas, socialmente aceitáveis, para o uso de um alvo específico. Por exemplo, prover paredes e murais para a expressão artística ou pichações, com características materiais que facilitem a manutenção.

**4.2.2 Abordagens Contemporâneas da Prevenção do Crime**

Prevenção da criminalidade para o DAC pode ser definida como “qualquer coisa que reduz a delinquência”, violência e insegurança por enfrentar com êxito, cientificamente identificados, fatores causais. O DAC dá especial atenção às atividades que se consubstanciam em “solução de problemas participativos”, ou seja, medidas desenvolvidas como resultado de cuidadoso esforço na identificação de fatores causais, através da interação de órgãos oficiais ou civis capazes de influenciar na alteração desses fatores. As abordagens de prevenção do crime normalmente são divididas entre as que incidem sobre as vítimas, e aqueles que incidem sobre os infratores. Estes podem ser resumidos da seguinte forma:

- 1- **Oportunidade de redução:** tornar o crime mais difícil, maior risco ou menor recompensa para os potenciais infratores - muitas vezes centrados em vítimas potenciais;

- 2- **Desenvolvimento social:** reduzir a fatores sociais que predisõem as pessoas a se tornarem persistente criminosos - muitas vezes centrados sobre os potenciais infratores.

As quatro principais estratégias de prevenção do crime são: a aplicação da lei e da justiça penal; abordagens da comunidade; desenvolvimento de pesquisas e prevenção do crime situacional.

#### **4.2.3 Aplicação da Lei e da Justiça Penal**

A prevenção da criminalidade é a principal justificativa para a manutenção de um sistema penal, e leis penais existem e são aprovadas a fim de que os comportamentos criminais tenham menos espaço na sociedade. As forças da lei e do sistema de justiça criminal são convencionalmente vistos como prevenção da criminalidade através de dissuasão, incapacitação, reabilitação, e, indiretamente, através de efeitos sobre a socialização.

Potenciais infratores avaliam os riscos apresentados que tendem a dissuadi-lo, por conta do temor de sanções, e acredita-se que alguns crimes sejam impedidos, mas há consenso por parte de pesquisadores e representantes públicos da Inglaterra de que somente a lei não consegue impedir a ação ofensiva, pois muitos crimes são cometidos por impulso e existem criminosos que vivem o momento, não importando-se com leis ou regras.

Outro aspecto é de que a diversidade de crimes e criminosos é uma razão pela qual a aplicação da lei é uma condição necessária, mas insuficiente, por si só como estratégia para prevenção da criminalidade.

#### **4.2.4 Prevenção de crime em comunidades**

Crimes que são cometidos frequentemente em uma determinada área estão ligados normalmente a criminosos que residem nas imediações.

Esta é uma “idéia-chave” da prevenção da criminalidade em comunidades, sendo que, mudando-se de comunidade, pode-se alterar o comportamento social e alterar tal assertiva.

Um dos focos de estudo está voltado para o comportamento da comunidade no ambiente como forma de promover a criminalidade.

Ao longo dos últimos trinta anos, considerável energia e dinheiro tem sido gastos em prevenção e esforços para modificar as propriedades físicas e de organizações sociais das comunidades. Comumente as sociedades tem se esforçado para controlar a criminalidade, utilizando-se de alterações de edifícios e da vizinhança, aumentando a vigilância natural, melhoria da aparência física das áreas através da organização dos moradores e de ações preventivas tais como gastos com implantação de programas para áreas de recreação para crianças e jovens.

Entre alguns programas estão o “Neighborhood Watch”, iniciativa que apresenta resultados modestos.

#### **4.2.5 Desenvolvimento da prevenção do crime**

Porém, na última década, trabalhos têm sido desenvolvidos para aumentar a abordagem na evolução da criminalidade.

Pesquisadores, normalmente das áreas de psicologia, educação, psiquiatria e saúde pública têm documentado que fatores de risco, que são preditivos da delinqüência e da criminalidade, também são preditivos de muitas outras formas de comportamentos anti-sociais. Por conseguinte, a redução desses fatores de risco, aumentam a proteção e podem resultar em amplos e rentáveis benefícios.

Na Inglaterra, País de Gales, Países Baixos e nos Estados Unidos da América, cientistas tem realizado estudos com jovens e concluiu-se que existe um grupo persistente de delinqüentes:

- menos de 5% dos machos nascidos em um determinado ano representaram 70% dos delitos. Ocorrem picos de delinqüência durante a adolescência, mas diminui significativamente quando chegam próximo aos vinte anos.

Estes estudos mostram que criminosos persistentes tendem a vir de famílias que tenham sofrido:

- (a) privações socioeconômicas, tenham morado em habitações pobres, convivido em comunidades desorganizadas, e
- (b) tenham vivenciado conflitos familiares.

Intervenções que melhorem as relações familiares, as condições de saúde física e mental das crianças, o desempenho escolar e reduzam os riscos de abusos dessas crianças, tendem a reduzir, no futuro, as ações criminais.

No entanto, os benefícios do desenvolvimento da prevenção da criminalidade apresentam resultados a longo prazo, não sendo encarado como uma técnica que tem efeito imediato significativo.

#### **4.2.6 Prevenção do crime situacional**

Desde o final dos anos 1970, “Situational Crime Prevention” (SCP), tem crescido rapidamente como uma estratégia viável para reduzir a ocorrência de crimes. Com base na premissa de que o crime é muito contextual e oportunista, iniciativas para diminuir as oportunidades do cometimento do crime têm sido desenvolvidas.

Conceitualmente SCP não é novo. As pessoas geralmente respondem a riscos percebidos, alterando o seu comportamento. Trancar portas, janelas blindadas, adquirir cães e instalação de sistemas de alarme, tem o objetivo de dificultar a ação criminosa. O que é diferente sobre o SCP é que envolve o estudo da atuação criminosa e o desenvolvimento de estratégias adequadas contra a ação delituosa. Analisando-se as circunstâncias que dão origem a determinados crimes,

introduzindo-se alterações específicas que influenciam na sua decisão ou interferem na sua habilidade de cometer o crime.

Exemplos incluem a maior dificuldade de acesso ao alvo (denominado endurecimento do alvo), o controle de acesso, remoção do alvo para diminuir a “tentação” do cometimento do crime.

Vale dizer que há três abordagens fundamentais: dissuasão (que torna o crime mais arriscado), desencorajamento (o que torna mais difícil, ou menos gratificante) e remoção de facilidades. Trata-se sistematicamente:

1-de mudar o “crime alvo” que está mais vulnerável e atrativo, controlando o crime (prevenindo-o);

2-da retirada do alvo ou o aumento do risco desse alvo;

3-modificar o facilitador do crime, que são negligentes e agem de forma deliberada ou pela falta de condições seguras do ambiente em que se encontra o que facilita a ação.

O SCP pode ser aplicado a todo e qualquer tipo de crime, mesmo dos mais oportunistas aos crimes mais elaborados, realizado por criminosos contumazes.

As mudanças tecnológicas apresentam novos alvos para os criminosos (computadores portáteis, celulares, vírus em computadores etc), no entanto, qualquer problema criminal emergente pode ser antecipado, avaliando-se o impacto da implantação dessas novas medidas, podendo as soluções, ser incorporadas ao produto na linha de montagem.

Uma das críticas a esse método é que trata a criminalidade nos sintomas, mas não nas causas.

A redução de oportunidades é vista como um mecanismo de bloqueio - uma forma de prevenir a criminalidade mecanicista de acontecer, embora não afetem a motivação para ofender.



Há quem relata, afirmando que a abordagem SPC somente desloca o crime para outros locais com alvos bem menos protegidos, é o “efeito deslocamento”, mas outros afirmam que existem um efeito de “difusão”, ou seja, o aumento do risco em uma área pode refletir para um entorno maior.

Alguns tipos de intervenções podem ser entendidos como ameaça à vida privada (por exemplo, usos indevidos do monitoramento por CFTV e das informações do cadastramento em edifícios). A investigação demonstrou que as pessoas estão dispostas a aceitar o uso legítimo da vigilância CFTV em lojas e lugares públicos, mas são resistentes à obrigação de identificação (Ekblom 1999). Clarke (1995) conclui que a preocupação com a criação de “cidades fortaleza” geralmente têm diminuído nos últimos anos. As preocupações também foram manifestadas sobre o efeito da distribuição sonora dos alarmes de veículos.

Todavia, existe um consenso de que o SPC é eficaz em algumas circunstâncias.

#### O Design Estratégico - Iniciativas contra o Crime

O objetivo desta iniciativa é promover a colaboração entre designers da indústria e comércio, agências criminais, pesquisadores acadêmicos, para desenvolver o adequado fluxo de informações e conhecimento para garantir a adoção por parte de todos os profissionais do DAC.

A ênfase estratégica da iniciativa está voltada na conscientização dos empresários da vantagem competitiva na utilização do DAC.

As ações específicas no âmbito da iniciativa são as seguintes:

- 1-Identificar as necessidades específicas para troca de informação e conhecimento entre todos os interlocutores;
- 2-O Governo dá o exemplo, garantindo que o DAC está embutido em seu plano de governo e em suas políticas de gestão;
- 3-Um programa de sensibilização dirigido às empresas e profissionais, cujo objetivo inclui:

- apresentação de artigos relevantes na Imprensa para sensibilizar a prática do designer, explorando o interesse demonstrado pelos jornalistas durante a elaboração do projeto de investigação;
  - realização de debates e eventos em torno do tema do projeto contra o crime, fazendo uso das ofertas de entidades e associações, bem como utilizando-se de grandes marcas de design para divulgação de produtos;
  - introdução de cursos de formação para arquitetos e designers;
  - implantação de um prêmio anual de “Design Against Crime”, lançado como forma de conscientização do programa DAC;
- 4- Realização de investigações orientadas para analisar os custos e benefícios do investimento do DAC contra a criminalidade.

O “Urban Design – Iniciativa contra o crime” é um programa com ações com base nos conceitos de DAC que abordam as questões da exclusão social e do ambiente urbano. Trata-se de uma abordagem voltada para capacitar comunidades e promover a inclusão social.

Ações específicas no âmbito da iniciativa contra o crime são as seguintes:

- 1-a criação e experimentação de “projetos-piloto” em colégios e organizações comunitárias poderem combater a criminalidade;
- 2-apresentação de módulos de ensino como ferramenta para a educação de jovens marginalizados, bem como uma ferramenta para a expressão criativa;
- 3-o estabelecimento de parcerias para aprendizagem unindo educadores, líderes comunitários e especialistas em prevenção à criminalidade;
- 4- troca de informações e orientações para órgãos públicos;
- 5-desenvolvimento de “folders” e modelos exemplares para divulgação em exposições;
- 6-criação de uma fundação para desenvolver ações e fundos para ajudar profissionais a desenvolverem seus projetos nas comunidades, tanto para completar o financiamento do governo quanto para envolver ativamente os profissionais.


A “Educational DAC Initiative”, é outra iniciativa que visa inserir o DAC no currículo escolar e profissionalizante. Destina-se a fornecer e promover o

desenvolvimento de recursos pedagógicos e fomentar a comunidade de informações, incentivando educadores e alunos para explorarem questões criminais. A iniciativa também visa promover estudos de especialização universitária.

As ações específicas no âmbito dessa iniciativa são as seguintes:

- 1-desenvolver um projeto-piloto de ensino, com base no ensino à distância, concebido por profissionais designers, como parte do ensino contínuo desses profissionais;
- 2-desenvolver ensinios modulares, combinando ensino à distância, ensino presencial e desenvolvimento de projetos para estudantes de designer, adaptados às diversas disciplinas do curso;
- 3-estabelecer uma aprendizagem interativa com os recursos da internet para alunos, lançado juntamente com exposição e publicação;
- 4-patrocínio de prêmio bienal para as melhores iniciativas de DAC, e
- 5-desenvolvimento de seminários e publicação de livros sobre DAC.

#### 4.2.7 Casos de sucesso do DAC



	<p>Projeto iniciado em abril de 2004. Trata-se de um "saco imobiliário 'anti-furto' e acessórios imobiliários 'anti-furto'" para ambientes de bares e restaurante. O objetivo era criar e implantar como teste avaliando a eficácia e a conveniência de novos modelos de dispositivos, tanto em termos de sua capacidade para ajudar a reduzir o furto em bares, cafés e restaurantes e criando e mantendo espaços organizados e facilmente identificados contra aquelas pessoas esquecidas. Os objetos criados por este projeto foram "testados" para a redução do crime em uma cadeia de restaurantes na Inglaterra e tem atraído o interesse do público britânico<sup>42</sup>.</p>
---	--

<sup>42</sup> (fonte:<http://www.designagainstcrime.com/web/projects.htm#projects>, data 17/02/2009, às 19h45)

	<p>O projeto de iniciativa da Central Saint Martins College visa maximizar o valor da cadeira, culturalmente reconhecido como um ícone do design industrial, tornando-a mais seguras através do design. Uma etapa do projeto envolveu restaurantes associados à “Capital Link” (na região de Covent Garden - Inglaterra), bem como na rede “Pizza Express”. Primeiramente a cadeira foi testada em restaurantes locais e após foram disponibilizados para teste e re-teste no centro de Londres (primavera de 2001). A segunda etapa envolveu uma equipe que identificaram restaurantes com indicadores recordes de crimes relacionados. O desenvolvimento está atualmente na terceira fase, financiada pelo “Arts and Humanities Research Board – AHRB” e pela “Metropolitan Police em Islington”. Este trabalho envolve protótipos de modelos desenvolvidos para restaurantes locais específicos para que os protótipos possam ser testados e retestados em situação real da localidade durante um período de seis meses.<sup>43</sup></p>
 	<p><b>Bikeoff Secure Bike Parking Stands</b></p> <p>Este projeto visa catalisar uma revolução na concepção da disposição segura das bicicletas para o século 21.</p> <p>Em 2005 e 2006, 439.000 (quatrocentos e trinta e nove mil) bicicletas foram furtadas em toda Inglaterra e País de Gales. A pesquisa visou a utilização de soluções criativas para superar os efeitos adversos de furto de bicicletas, por ser um transporte sustentável nas cidades européias, dessa forma incentivando o seu uso e benefícios, pois seus benefícios de melhoria da qualidade de vida e da qualidade do ambiente urbano são insuperáveis.</p> <p>O projeto visou utilizar os conceitos de DAC tanto no design de bicicletas, travas de segurança e estacionamento, através da geração de novos referenciais em termos de normas de concepção, desenho de metodologias e recursos de desenho. O trabalho contou com a participação de um grupo de ciclistas denominado de “Bikeoff”, que contribuíram com 8500 observações. Os “Bikeoff” são uma comunidade cujos integrantes sofreram danos ou perdas de suas bicicletas.</p> <p>Os designers, com as informações, criaram projetos seguros que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•incentivaram ciclistas a bloquear as duas rodas e o quadro de sua bicicleta como procedimento padrão;</li> </ul>

<sup>43</sup> (fonte: <http://www.designagainstcrime.com/web/projects.htm#Projects>, data 17/02/2009, às 20h13)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>•desencorajar os ciclistas para o travamento do tubo superior da bicicleta (uma prática insegura bloqueio)</li> <li>•apoiar a queda da bicicleta e o movimento da roda dianteira, e</li> <li>•aumentar a segurança dos usuários que se utilizam de um cadeado</li> </ul>
 	<p>O projeto-piloto iniciado em 2004, que procurou criar “clipes anti-furtos” para bares, cafés e restaurantes. O projeto visa prevenir o furto e avaliar a gama de acessórios de segurança, sendo que, o impacto desses resultados poderão oferecer provas sólidas da redução da criminalidade nesses ambientes e fornecer um padrão de equipamentos.</p>
	<p><b>Dissimulação do alvo</b>  A ocultação de alvo é uma estratégia do DAC. O objetivo é ocultar um objeto, através de um invólucro ou atrás de uma barreira, disfarçando-o. Por exemplo, substituindo uma caixa de objeto valioso substituindo por um invólucro comum. O exemplo é uma criativa apresentação de um invólucro no formato de caixa de pizza.  O “PowerPizza” é uma caixa de pizza italiana autêntica, mas que se destina ao transporte de um laptop.</p>

	<p>Outra solução é afastar os objetos das vistas dos criminosos.</p> <p>Por exemplo, retirando das vistas, sistemas de navegação por satélite, telefones móveis ou dinheiro de automóveis, ou deixar objetos de valor em cofres hotel quando em viagens.</p> <p>Alguns estilistas se basearam nisso para criarem jaquetas com compartimentos internos para guarda de objetos.</p> <p>“Evolution <b>Jacket</b>Scottevest”, também conhecido como “o Espião Jacket”, projetado para agentes federais tem 40 bolsos (a maior parte deles escondidos no forro), permitindo a discussão, bem como facilitam utilização de fios para interligação de equipamentos. Então, você pode facilmente manter o seu celular, as chaves, o iPod (e qualquer outro objeto) seguro e escondido.</p>
	<p>A iluminação desempenha um papel importante na segurança das pessoas e dos seus valores. O mundo cada vez mais está consciente dos produtos ambientalmente seguros, a iluminação do tipo LED está se tornando uma opção popular. Além de serem mais econômicas, por consumirem menos energia, são compactas, ocupando pouco espaço e são mais seguras que as lâmpadas de mercúrio, pois demoram no processo de acendimento. O que prejudica a segurança no caso de instalação em ambientes para vigilância, ou ligação intermitente, por conta dos sensores de presença ou de CFTV.</p>

#### 4.2.8 Futuras questões do “DAC”

Para a evolução dos trabalhos do DAC são realizadas pesquisas e muito trabalho científico, apoiado pelo Governo Britânico, Ministério da Justiça, Universidades, diversos profissionais especialistas e colaboradores, formando um grupo multidisciplinar que possuem os seguintes objetivos:

1-Realizar pesquisas fundamentais sobre as causas da criminalidade e pesquisas com enfoque técnico contra as ações criminosas;

2-Evolução e desenvolvimento de produtos, serviços e ambientes através de um “processo de solução orientada ao problema”, centrado na prevenção da criminalidade, englobando todo tipo de abusos e contravenções;

3-Contribuir para a divulgação das informações colhidas voltadas para "o que funciona" na prevenção da criminalidade com troca de informações (networking); bem como o desenvolvimento de normatizações de projetos, evolução das técnicas de avaliação do impacto do crime e obtenção do “*modus-operandi*” do criminoso;

4-Conduzir a investigação aplicada, unindo conhecimentos das ciências sociais voltados para concepções e soluções práticas. Desenvolver projetos conceituais, intelectuais e recursos práticos para permitir o desenvolvimento e a produção de produtos, serviços e ambientes que sejam mais resistentes à criminalidade, tornando as soluções sustentáveis;

5-Facilitar a captura e partilha de conhecimento da prevenção da criminalidade, combinando aumento do rigor legal e criatividade;

6-Estabelecer modelos de boas práticas para promover o DAC como área de investigação acadêmica, sendo uma das disciplinas de cursos;

7-Divulgação de temas para estudo e aperfeiçoamento acadêmico, bem como interação com empresas, para troca de conhecimento e parcerias “Knowledge Transfer Partnerships (KTP's)”;

8-Apresentar focos acadêmicos e de infra-estrutura para o desenvolvimento de boas práticas de investigação.

### **4.3 O Desafio do Novo Urbanismo**

Arquitetura, por definição, é construir para as pessoas. Lembra-se uma frase do filósofo suíço, Alain de Botton, quando de sua entrevista para o programa da Rede Globo – “Cidades e Soluções-novos olhares”

“Os arquitetos tem de pensar em projetos que deixem nossas cidades menos tristes e tragam o melhor do ser humano...”.

A frase acima é a expressão do poder da arquitetura e de como a arquitetura é a responsável, por meio da técnica, ao utilizar de todas as ciências acumuladas ao longo de séculos, de transformar o ambiente e, mais importante, transformar o ser

humano, lembrando-lhe de seu grandioso espírito inovador, humanitário e parte da aldeia global.

A arquitetura é o recinto em que as pessoas vivem, não interessa onde seja. Uma laje de uma residência em uma favela pode ser o ambiente em que todas as expressões e angústias podem ser acalmadas. O comportamento das pessoas dentro da arquitetura demonstra a dinâmica do tecido social, mas é verdade também que o comportamento de um grupo também define uma arquitetura. É a estética da favela, que não necessariamente tem que ser um lugar ruim, basta ter um olhar mais aguçado para saber aproveitar o que ela tem de bom. Mas o desarranjo da arquitetura pode comprometer o comportamento das pessoas, alterando a dinâmica do movimento de construção das pessoas.

Muitos sociólogos, embora reconheçam a quebra da função social, não conseguem ver que a arquitetura está relacionada com tal desagregação funcional da comunidade. Como exemplo, podemos verificar que a arquitetura pode influenciar um determinado edifício, particulares ambientes ou um determinado grupo de pessoas. Porém, quando a arquitetura é concebida como um processo de construção, afeta a cultura de uma sociedade. Dessa forma, a decisão da localização de programas de “baixa renda”, com altas densidades, sem significativos programas sociais, torna tal empreendimento um construtor de desagregação do comportamento e dos relacionamentos.

Por exemplo, a localização de um empreendimento denominado “Cabrini Green Housing” foi determinada e estabelecida como base no design e não como decisão social.

O proprietário e arquiteto definiu a construção, a localidade, a densidade e a configuração sem o apelo social.

Esse conjunto habitacional fica próximo do centro de Chicago, que segundo seus moradores, tornou-se uma habitação sinônimo de gangues, drogas, miséria e mortes. Atualmente demolida e reconstruída seguindo os padrões do “New Urbanism/Traditional Neighborhood Design”.



Posteriormente, e após dezenas de projetos equivocados, os Estados Unidos acordaram para a gigantesca inércia burocrática da “U.S. Housing Urban Development” (Entidade Nacional de desenvolvimento urbano residencial).

Atualmente estão sendo incorporados aos projetos os conceitos e estratégias do CPTED, bem como os princípios do “New Urbanism/Traditional Neighborhood Design”.

A ênfase é a valorização dos moradores de habitações populares, não somente a revitalização de suas residências em habitações populares.<sup>44</sup>

Atuais desenvolvimentos públicos residenciais necessitam estar voltados para proporcionar ambientes limpos, funcionais e seguros, mas também proporcionar uma oportunidade para os moradores serem auto-suficientes, conceito de sustentabilidade. Além da boa arquitetura, outras necessidades criticadas pelos moradores, é a "triade": formação profissional (para que as pessoas possam trabalhar), creche (para que as pessoas possam estar livres para se desenvolver profissionalmente), e uma sólida educação, especialmente para os adolescentes.

Para que o processo de construção ganhe vida existem três atores principais. O primeiro é o arquiteto, que projeta o edifício para o proprietário. O conselho de moradores ou de proprietários, formado após a entrega da obra. O terceiro papel é o das reguladoras governamentais, locais, estaduais e federais. O arquiteto, que opera para o proprietário, trabalha dentro dos limites da regulamentação governamental, expressa através de restrições, zoneamento, leis, saneamento, incêndio, códigos de construção. Assim, construir um ambiente é um reflexo das necessidades do proprietário, conforme definido pelo proprietário, um produto orientado pelos regulamentos das agências do governo para proteger a saúde e a segurança. A experiência e a visão do arquiteto, como demonstrado através de sua concepção. Se a mudança ocorrer dentro desse processo de construção, somente vai ocorrer entre esses três papéis.

---

<sup>44</sup> (HOPE VI Developments, Issue 35, April 1999.P.3)

Novo Urbanismo é um movimento com base no desenho urbano, que surgiu nos Estados Unidos no início dos anos 1980 (The New Urbanism/Traditional Neighborhood Design). Sua meta é reformar vários aspectos do desenvolvimento imobiliário e do planejamento urbano, a partir de renovações de áreas suburbanas. O Novo Urbanismo dos bairros é concebido para conter uma gama diversa de moradia e trabalho, e congregar as necessidades da circunvizinhança.

Novo Urbanismo pode incluir uma concepção “nova-tradicional” de vizinhança, melhor desenvolvimento e orientação do trânsito, e renovação urbana e de uso dos calçamentos. Novo Urbanismo é a re-invenção do velho urbanismo, comumente visto antes do advento da era do automóvel, enquanto a renovação urbana de uso dos calçamentos, é como um passo adiante, menos comum, baseando-se nos experimentos do século 20 de orientação para o pedestre e projetos urbanos, tais como o Crime Prevention Through Environmental Design – Prevenção do crime através do desenho urbano.

Em 1991, uma comissão local de Sacramento, Califórnia formou um grupo privado sem fins lucrativos, convidando diversos arquitetos para desenvolverem um conjunto de princípios de ordenamento para a comunidade. Nomeado de “Ahwahnee Princípios” (nome do hotel em que se realizou a reunião - Yosemite National Park's Hotel Ahwahnee), a Comissão apresentou os princípios para cerca de cem funcionários do governo no outono de 1991, na sua primeira conferência..

Em 1993, foi fundada a Comissão para o Novo Urbanismo – CNU, que tem aumentado o número de participantes, atualmente com cerca de 3.000 membros, sendo até o momento a principal organização internacional que promove a nova concepção urbanística.

Um documento formulado pela Comissão apresenta um rol de assuntos relacionados com a reestruturação das políticas públicas de desenvolvimento:

1. a utilização dos bairros deve privilegiar a diversidade e à população;
2. as comunidades deverão ser concebidas para servir aos pedestre e sua mobilidade;

3. as cidades e edifícios devem ser adequados através de definições físicas, espaços públicos universalmente acessíveis e criação de ambientes comunitários;
4. ambientes urbanos devem ser enquadrados com base na arquitetura e paisagismo para celebrar a história local, o clima, a ecologia e a boa prática construtiva.

Os novos urbanistas apóiam o planejamento regional para abrir espaço, em um contexto adequado de arquitetura e planejamento; o desenvolvimento equilibrado para trabalho e moradia. Eles acreditam que as suas estratégias podem reduzir o congestionamento, aumentar a oferta de habitação acessível, e controlar a expansão urbana.

A Carta do Novo Urbanismo abrange também temas como a preservação histórica, **ruas seguras**, prédios verdes (Green building) e da reabilitação de terrenos (industriais, comerciais ou serviços) abandonados.



**Foto 3** - Perspectiva da nova característica construtiva. Prédio misto à direita (residencial com comercial) e à esquerda a tradicional residência unifamiliar, 2009

O Novo urbanismo está sendo uma influência crescente sobre como e em que regiões metropolitanas escolher a crescer. Pelo menos 14 (catorze) novos projetos iniciados em grande escala são baseados nos princípios da CNU.

## **5 ESTUDOS DE CASOS E SUAS SOLUÇÕES, UTILIZANDO-SE CPTED E DAC**

### **5.1 Implantação de CFTV nos estacionamentos do entorno do Metrô de Londres**

Como exemplo da aplicação do POP e do CPTED passamos a apresentar um estudo de caso relatado pelo London Home Office, em seu relatório (Assessing the impact of CCTV: the Hawkeye Case Study), que demonstra estatisticamente o impacto da implantação de monitoramento através de CFTV em estacionamentos do metrô de Londres.

A Companhia de Metrô de Londres (London Underground Limited) e a British Transport Police (BTP), espécie de Polícia dos Transportes Britânica receberam financiamento proveniente de um programa de redução de crime para a instalação, em todos os estacionamentos do Metrô, de 646 câmeras de CFTV em 58 (cinquenta e oito) dos 60 (sessenta) estacionamentos, realizando cobertura de cerca de 100% desses locais, ou seja 9.283 (nove mil duzentos e oitenta e três) vagas de estacionamento.

São quatro os objetivos principais:

1. para fornecer 100 por cento de cobertura do estacionamento, abrangendo determinados espaços definidos em todos os parques de estacionamento pertencente ao “London Underground Limited”;
2. reduzir a incidência da criminalidade em automóveis nos estacionamentos em 55% (cinquenta e cinco por cento) até Março de 2003;
3. melhorar as informações sobre comportamentos criminosos, e
4. melhorar a segurança pessoal para o parque de estacionamento usuários.

Os objetivos da implantação do sistema são:

1. dissuasão de potenciais infratores através da presença de câmeras de CFTV e sinais de alarme de invasão;

2. aumentar a detecção de infrações fornecendo provas, levando a processos judiciais com êxito e uma maior taxa de processos penais;
3. aumentar a detecção de infrações por maior vigilância e imediata presença da polícia na cena de um crime;
4. tranqüilidade do público através da presença de câmeras de CFTV e sinais de alarme de invasão, e
5. tranqüilidade do público através da presença de pontos de chamada de emergência.

O sistema teve problemas de implantação por conta da economia de custo inicial, como exemplo a colocação de postes mais esbeltos prejudicou a visualização quando do “efeito vento”. Outro problema foi a limitação do número de imagens que poderiam ser exibidas nas telas de projeção nas salas dos controladores, somente 16% das imagens poderiam ser projetadas por vez. Câmeras estáticas e a falta de possibilidade de interação do operador para operações tais como zoom, inclinação e movimentação de imagem, prejudicaram os trabalhos. As câmeras foram posicionadas em 58 (cinquenta e oito) dos 60 (sessenta) estacionamentos.

Em 1999, o número de crimes nesses estacionamentos representava mais de 9% (nove por cento) do total de crimes contra veículos na região Metropolitana de Londres.

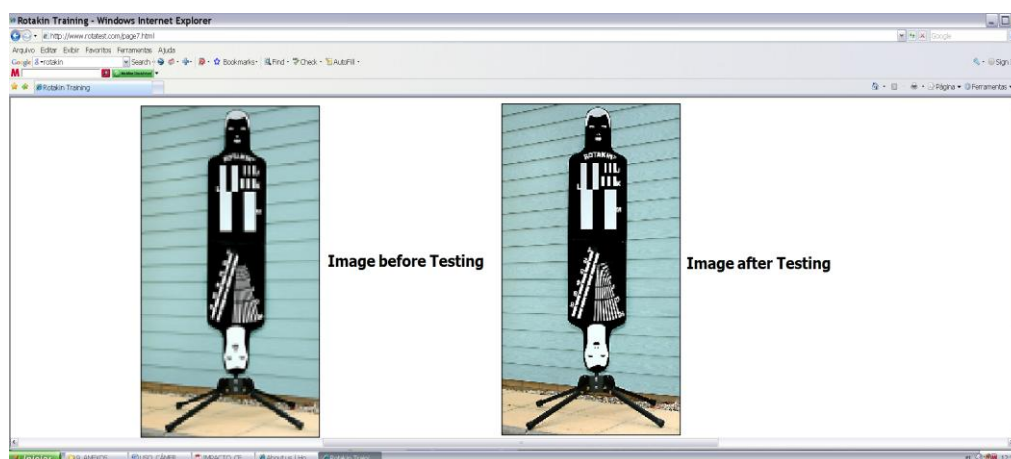
O objetivo era reduzir em 13 dos 58 estacionamentos que sofreram mais de 50 crimes contra veículos entre Janeiro de 2000 e Setembro de 2003.

O CFTV, em um contexto estratégico, foi identificado como uma ferramenta viável para a redução da criminalidade e para tranquilizar os clientes, principalmente porque foi financiado pelo Home Office, que é o principal departamento governamental em matérias de: imigração e passaportes, política contra as drogas, de luta contra o terrorismo e polícia.

O projeto também agiu como um catalisador para a “London Underground Limited” insistir para que empresas de estacionamentos contratadas se utilizassem do sistema.

O sistema CFTV foi obrigado a dar cobertura, a partir de cada ponto instalado, em toda área do estacionamento, cumprindo o critério “Rotakin”.

“Rotakin” é uma medida padrão, tendo com objeto-base um homem de 1,60 (um metro e sessenta) de altura. Quando o objeto-base preenche verticalmente a altura da tela em 100% (cem por cento), afirma-se que o sistema está 100% (cem por cento) “Rotakin”. Rotakin foi desenvolvido pelo Home Office e é o único dispositivo especificado na BSI EN 50132-7:1996 para testar a performance das câmeras de CFTV.



**Fonte:** <http://www.rotatest.com/page7.html>, acesso 21 de março de 2008, 13h01.

**Figura 20** Teste de imagem do sistema Rotakin

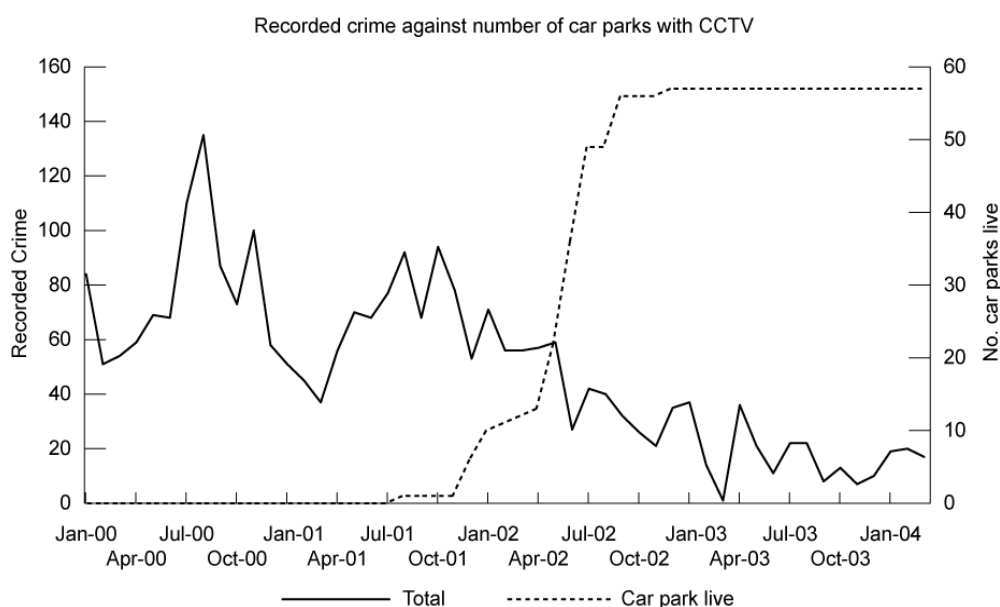
Em cada parque de estacionamento, uma câmera foi colocada na entrada/saída para capturar a placa de matrícula de cada veículo.

Pontos de acionamento de emergência também foram instalados para melhorar a segurança dos funcionários do estacionamento.

Em 58 dos 60 parques de estacionamento, este nível de cobertura pretendido foi alcançado.

Cada entrada ou saída foi coberta, a fim de obter uma visão clara do número de registro do automóvel, e isto foi alcançado em todos os estacionamentos após ajustes que foram feitos no ângulo de algumas câmeras.

O nível de crime no período de um ano após a instalação (Janeiro – Dezembro 2003) foi de 73% (setenta e três por cento) menor que o nível de crime no mesmo período da instalação completa do sistema de CFTV. Essa redução contribuiu para uma redução de 45% (quarenta e cinco por cento) dos crimes contra veículos em toda a área do Metrô de Londres, constando no Relatório Anual Estatístico 2002/2003, da British Transport Police.



**Fonte:** Assessing the impact of CCTV: the Hawkeye Case Study, London Home Office, pag.12, 2009

**Gráfico 7-** Gráfico comparativo entre a evolução criminal e implantação do monitoramento CFTV para todos os estacionamentos

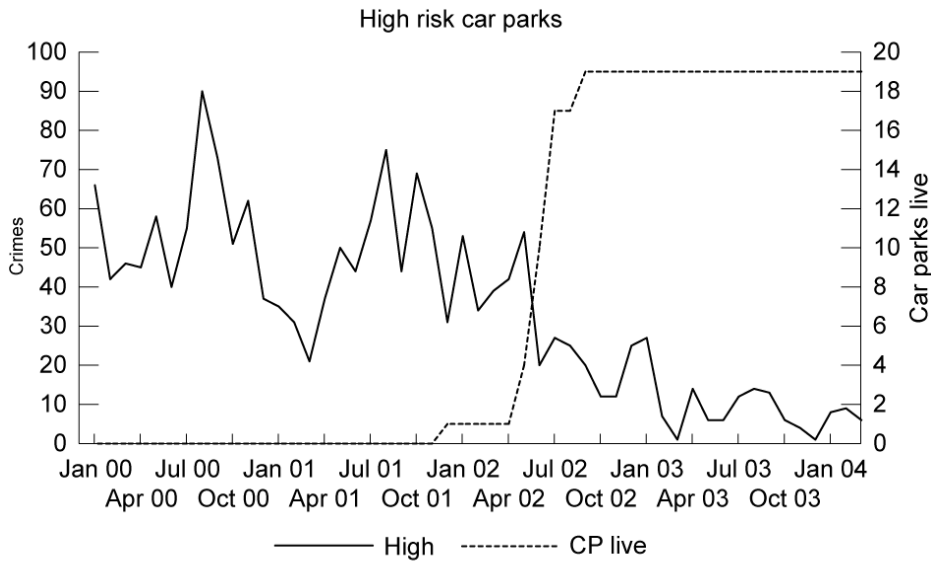
Os estacionamentos foram separados em: Alto risco, Médio Risco e Baixo Risco.

Nos estacionamentos de Alto Risco, ocorreu redução de 80% (oitenta por cento), passando de 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) para 111 (cento e onze) eventos criminosos.

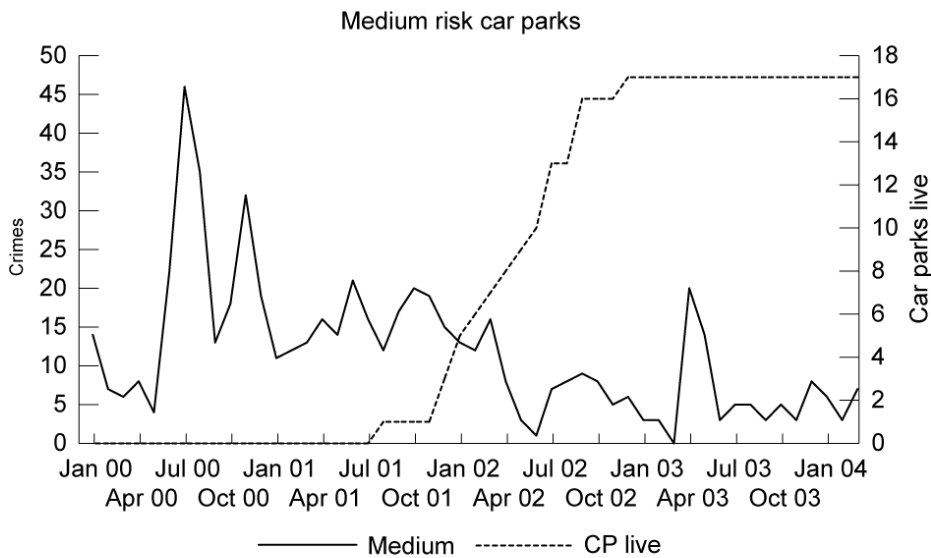
Nos estacionamentos de Médio Risco, ocorreu uma redução de 62% (sessenta e dois por cento), passando de 190 (cento e noventa) para 72 (setenta e dois) eventos criminosos.

Nos estacionamentos de Baixo Risco, ocorreu uma diminuição de 37% (trinta e sete por cento), passando de 49 (quarenta e nove) para 31 (trinta e um) eventos criminosos.

Abaixo são apresentados os gráficos que comparam a evolução dos crimes em relação a implantação do sistema CFTV.

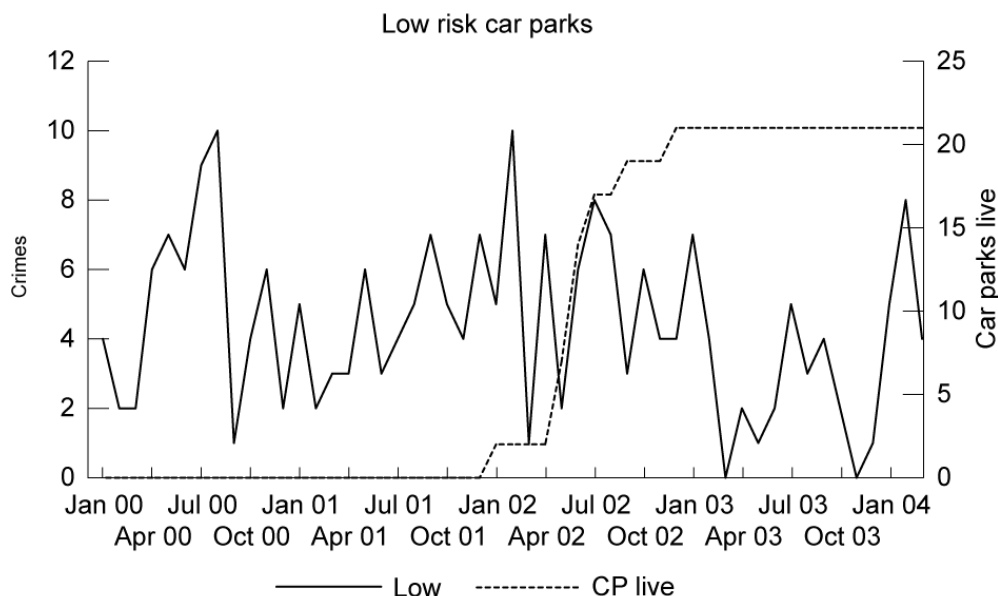


**Fonte:** Assessing the impact of CCTV: the Hawkeye Case Study, London Home Office, pag. 13, 2009  
**Gráfico 8-** Gráfico comparativo entre a evolução criminal e implantação do monitoramento CFTV para Estacionamentos de Alto Risco



**Fonte:** Assessing the impact of CCTV: the Hawkeye Case Study, London Home Office, pag. 13, 2009  
**Gráfico 9-** Gráfico comparativo entre a evolução criminal e implantação do monitoramento CFTV para Estacionamentos de Médio Risco





**Fonte:** Assessing the impact of CCTV: the Hawkeye Case Study, London Home Office, pag. 14, 2009

**Gráfico 10-** Gráfico comparativo entre a evolução criminal e implantação do monitoramento CFTV para Estacionamentos de Baixo Risco

### 5.1.1 Conclusão

O sistema CFTV alcançou globalmente o seu objetivo principal de reduzir a criminalidade contra automóveis dentro de estacionamentos, sendo que a taxa de criminalidade diminuiu 73% (setenta e três por cento) durante o período de avaliação e isso foi largamente alcançados até Março de 2003.

Isso pode ter ocorrido por alguns motivos:

- 1- em parte pela detecção, dentro de nove meses do período de avaliação a polícia apreendeu 143 (cento e quarenta e três) eventos com provas, elevando o número de detecções, base para o sucesso das detecções;
- 2- o uso de câmeras em 100% (cem por cento) dos estacionamentos, que pode ter dissuadido os infratores;
- 3- a melhoria do sistema de gravação das imagens;
- 4- estreitamento das relações entre o British Transport Police's Squad e as salas de controle do monitoramento

Alguns problemas apresentados:

- 1- as imagens ficavam arquivadas somente por 14 (catorze) dias, o que dificultada muitas vezes servirem como provas;

- 2- os parques de estacionamento não eram bem iluminados, o que dificultava a captação das imagens nos períodos noturnos ou em mau tempo;
- 3- problemas de visualização no momento de chuvas, e
- 4- algumas câmeras foram posicionadas em postes de iluminação que estavam propensos a movimentação pelo “efeito vento”;
- 5- os operadores somente poderiam exibir 6% (seis por cento) das imagens por vez e não podiam operar as câmeras estáticas;
- 6- em raras ocasiões quando um evento criminoso acontecia, a resposta da polícia foi impedida por dificuldade de comunicação.

## **5.2 Estudo da implantação de Controle de Acesso, Limitação Territorial e Vigilância Natural na Empresa Mercedes-Benz do Brasil, em São Bernardo do Campo**

Inaugurada em 28 de setembro de 1956, em São Bernardo do Campo, fabricante de ônibus e caminhões, com cerca de 12 (doze) mil trabalhadores, está localizada na margem esquerda da Rodovia Anchieta (sentido litoral), sendo que o seu acesso, a partir desta via principal, se dá pela Avenida 31 de Março.

Possui cinco estacionamentos com capacidade para 2.940 (dois mil novecentos e quarenta) veículos com segurança 24 horas.

Possui, a partir da Rua 31 de Março, quatro ruas de acesso, tanto para a empresa quanto para os estacionamentos.

Está inserida na área territorial da 2ª Companhia do 6º Batalhão de Polícia Militar do Estado de São Paulo, do 6º Comando de Policiamento Metropolitano (Região Metropolitana do ABC Paulista).

Possui cerca de 980.000 (novecentos e oitenta mil) metros quadrados de terreno e 480.000 (quatrocentos e oitenta mil) metros quadrados de área construída.

Em meados de julho de 2005, quando este autor assumiu a 2ª Companhia de Policiamento implantou um mapa aerofotogramétrico de toda a Companhia,

sendo que eram realizados lançamentos dos principais crimes (furto outro e de veículo, roubo outro e de veículo), que eram os maiores indicadores da 2ª Companhia.

Em meados de agosto de 2005, uma rua em particular se destacava, pois no ano de 2004 e 2005, ocorreram 7 (sete) e 9 (nove) furtos de veículos respectivamente. Lembrando-se que os furtos de veículos ocorridos em 2005, ocorreram somente no primeiro semestre, ou seja, havia tendência de crescimento **(Anexo-2)**.

A Rua objeto do estudo é a “Alfred Jurzykowski” possui cerca de 600 (seiscentos) metros e dá acesso aos estacionamentos da empresa.

Observando a rua e o ambiente do entorno, pode-se constatar que os veículos ficavam estacionados nos dois lados da calçada durante o horário comercial, mas os estacionamentos não estavam perto de completar a lotação.

Ao estacionarem os veículos dos dois lados da rua, não sobrava espaço para a passagem dos pedestres, uma vez que muitos veículos ficavam sobre a calçada.

Em levantamento na Prefeitura de São Bernardo do Campo, constatamos que se tratava de uma rua que pertencia à própria empresa e que a Prefeitura não poderia realizar qualquer intervenção, inclusive a de fiscalização.

Solicitou-se reunião com o Chefe da Segurança e da reunião descobriu-se que não havia restrição alguma para que as pessoas ou prestadores de serviço estacionassem seus veículos nas vagas dos estacionamentos da Empresa. O que se detectou, foi que as pessoas muitas vezes chegavam atrasadas e para não perderem o horário, por conta da espera na fila de veículos que adentravam os estacionamentos, estacionavam os veículos em cima das calçadas nessa rua.

Como a solução poderia ser concretizada pela Empresa, estudou-se em conjunto o problema e a solução foi proposta por parte da equipe de engenheiros da própria empresa.

Seriam colocados blocos de concreto sinalizados em amarelo, para facilitar a visualização, de forma a diminuir a largura da rua e impedir a possibilidade de estacionar o veículo nas calçadas.

### **5.2.1 Conclusão**

A solução para o caso pareceu a mais acertada uma vez que não havia um padrão ou concentração de horários da atuação dessa modalidade criminosa na região, para que se pudesse empregar o policiamento preventivo. E ainda, tal problema criminal, levantado no Infocrim, estendia-se pelas 24 (vinte e quatro) horas do dia, uma vez que, na empresa, existem 3 (três) turnos de trabalho de 8 (oito) horas.

A estatística prova o acerto da decisão, uma vez que desde a implantação da solução, não existe qualquer condição física para que os veículos, quer sejam de funcionários ou de prestadores de serviço, deixem o carro estacionado na referida rua, sendo que é índice zero o número de furtos de veículos ou de qualquer outro evento nessa localidade.

Além disso, a solução facilitou também o trânsito de pedestres na região o que aumentou a vigilância natural.

### **5.2.2 Estatísticas e Fotos**

As comprovações dos indicadores criminais constam no **Anexo-3**.

## **5.3 Implantação de Controle de Acesso, Delimitação de Área, Vigilância Natural em evento “Festa das Nações”, em São Bernardo do Campo**

Trata-se de uma festa realizada no mês de agosto, todos os anos.

Trata-se, portanto, de uma festa tradicional que ocorre aos finais de semana, iniciando-se na sexta-feira e terminando no domingo. Na sexta-feira e sábado normalmente tem início às 19h00 sendo o término por volta da 01h00. Aos domingos tem início mais cedo, por volta das 18h00 com término previsto às 22h00.

Está inserida na área territorial da 2ª Companhia do 6º Batalhão de Polícia Militar do Estado de São Paulo, do 6º Comando de Policiamento Metropolitano (Região Metropolitana do ABC Paulista).

O local do evento está situado próximo a Avenida Kennedy, ao lado do Parque Raphael Lazzuri e atrás do Ginásio Poliesportivo Adib Moisés Dib, sendo que existem bolsões de estacionamento na Rua do Túnel (ver figura 6 do **Anexo-2**).

O evento, por ser tradicional atrai cerca de 10.000 (dez mil) pessoas por dia.

Era constante a reclamação dos visitantes, a maioria famílias da região, por conta da entrada de jovens com bebida alcoólica, ingeridas em garrafas de refrigerantes e certos conflitos e incivildades na região central das barracas, que era de responsabilidade da Guarda Civil Metropolitana.

Eram vendidos lanches, comida de diversas nacionalidades, vinho e outras bebidas alcoólicas.

Os jovens encontravam facilidades na aquisição de bebidas alcoólicas pela proximidade de vendedores ambulantes, que ofereciam todo tipo de bebida alcoólica, bem como pela existência do Hipermercado Carrefour. Uma vez que no interior das barracas não lhes seriam vendidas bebidas alcoólicas, eles já preparavam as suas bebidas com refrigerantes, ou somente substituíam o frasco para que pudesse inserir o produto alcoólico adquirido.

Outra questão que se despontou como prejudicial ao gerenciamento do policiamento preventivo era o fato de que não havia a previsão de controle de acesso, uma vez que não havia a delimitação territorial para o evento.

No ano de 2005, após levantamento do histórico com policiais que trabalharam nos eventos anteriores, o efetivo empregado foi aumentado, por conta do risco, chegando, nos dias de maior movimento (aos sábados), contar-se com as Equipes de Polícia Montada, ROCAM, Força Tática e policiamento “à pé”, como reforço de outras Companhias de Policiamento e mesmo de outros Batalhões. Alguns dias chegou-se ao total de 100 (cem) policiais militares.

A maior dificuldade apontada pelo autor, posteriormente, ao Comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar, foi a questão da dificuldade de delimitação de ações, uma vez que cabia à Guarda Civil Metropolitana de São Bernardo do Campo o trabalho preventivo interno e, à PMESP, o policiamento preventivo externo.

O fato era que se não existe delimitação territorial, como se pode afirmar o que é dentro ou fora do evento?

Desta forma, reuniões foram realizadas antes do evento do ano posterior, em 2006, sendo que foi solicitada a instalação de “tapumes” de madeira, pintadas de branco, para facilitar a visualização do ambiente externo com a iluminação noturna e a instalação de monitoramento por CFTV. Foram posicionados somente dois acessos ao evento, um para a revista pessoal, feita pela PMESP e outra para a saída de emergência e acesso logístico. O acesso principal também funcionava como saída de emergência.

### **5.3.1 Conclusão**

Com a delimitação territorial, não mais foi necessário o reforço por parte de outros Batalhões, sendo que o reforço do policiamento do próprio Batalhão, no ano de 2006, foi com a utilização da ROCAM e Força Tática para a prevenção dos bolsões de estacionamento criados e policiamento preventivo na saída dos jovens ao término do evento, pois havia histórico de ações de incivildades, com destruição de telefones públicos, pontos de ônibus, quebra de lixeiras públicas e de jardins.

O efetivo adotado para o evento de 2006 diminuiu consideravelmente, para cerca de 20 policiais e o efetivo empregado no ano de 2008 foi de 5 (cinco) policiais (Consulta realizada junto ao P/3 da 2ª Companhia de Policiamento do 6º BPM/M).

Os ambulantes também sofreram fiscalização da prefeitura e somente os cadastrados realizam o seu comércio nas imediações e atualmente não existe mais a venda de bebidas alcoólicas para menores.

Não é permitida a entrada de jovens embriagados, com materiais que possam ofender terceiros, como braceletes de couro com “ofendículos” ou com bebida que pareçam possuir teor alcoólico.

Não ocorrem mais atos de incivildades e conflitos do lado interno, sendo que a festa continuará sua tradição com a presença segura das famílias.

#### **5.4 POP – Problem-Oriented Policing no mundo**

Passa-se a partir deste tópico, a apresentar uma tradução livre, como forma de comprovar que as ações de “Policiamento Orientado a Problemas” podem ser aplicadas em qualquer situação que se apresente, sendo que as ações que serão apresentadas sempre estarão amparadas pelos conceitos do CPTED e do DAC.

Policiamento Orientado a Problemas (Problem-Oriented Policing), criado pelo professor Herman Goldstein, da Universidade de Wisconsin-Madison, é uma estratégia de policiamento que envolve a identificação e análise de problemas específicos de crime e desordem, a fim de desenvolver respostas estratégicas eficazes em conjunto com a avaliação em curso.

Esta estratégia coloca mais ênfase na investigação e análise, bem como prevenção da criminalidade e do envolvimento de organizações públicas e privadas da comunidade na redução de problemas.

O Policiamento Orientado a Problemas baseia-se na identificação dos problemas através de um “ranking” de prioridades. Nem todas as Instituições

deverão definir os problemas da mesma forma, mas uma definição tipicamente utilizada é a seguinte:

- 1 Repetidos incidentes;
- 2 Ocorrem em uma comunidade;
- 3 Com características relacionadas (por exemplo, o comportamento, a localização, as pessoas, tempo);
- 4 Que dizem respeito tanto a comunidade quanto a polícia.

Quando, em um sistema tradicional, uma equipe policial responde repetidas vezes uma determinada modalidade de crime ou desordem ou área "hot spot", lida apenas com cada incidente isoladamente. O Comandante responsável por aquela área territorial é incentivado a se utilizar das ferramentas do POP para descobrir a "causa raiz" do problema e chegar a formas de resolvê-lo.

O objetivo é encontrar uma cura para a doença em vez de simplesmente tratar os sintomas. A exploração das possíveis respostas para um problema é conduzida pelo Comandante da área territorial. Quando um problema é identificado, o Comandante trabalha em estreita colaboração com os membros da comunidade para desenvolver uma solução, que pode incluir uma vasta gama de alternativas à detenção.

Essa técnica tem foco no infrator, na comunidade, no meio ambiente, outras Instituições ou a necessidade de algum tipo de mediação. As situações frequentemente demandam que polícia e cidadãos realizem ajustes e adequações para responder adequadamente ao problema, por isso um alto grau de importância é colocado na criatividade e na discricção.

Trabalho similar foi desenvolvido no Largo 13 de Maio, na região de Santo Amaro, cuja marginalidade representava 3,7% dos roubos na Capital. Um trabalho conjunto foi desenvolvido entre Polícia Militar, Polícia Civil, CET (monitoramento das vias principais) e Conseg e Associação Comercial Americana. Segundo o Dr. Túlio Khan:



“Foi realizada uma reunião com o Comando do CPM 10 juntamente com a subprefeitura, guarda metropolitana, representantes da associação comercial local, Eletropaulo e Sabesp, com o objetivo de iniciar ações conjuntas entre os dias 15 e 17 de março, para a retirada de todas as barracas de camelôs, apreensão de objetos ilegais, com a participação da Seccional, viaturas, policiais civis e militares e Delegacia Móvel. Cerca de 1,120 barracas foram retiradas durante as ações, que contaram com 400 fiscais, guardas civis e policiais civis e militares. A operação inicial durou por 30 dias. A intenção da subprefeitura era realocar os ambulantes para o POP Centro da Rua Antonio Bento, criado para organizar o comércio de rua.”

O resultado foi a redução de 13% de roubos outros e 45,6% dessa modalidade no polígono traçado em torno do lago 13 de Maio.

Em todos os países tal técnica já é aplicada há muito tempo.

#### **5.4.1 Estudo das ferramentas de POP na Holanda**

Na maioria dos países industrializados o número de crimes interpessoais duplicou a cada 12 ou 14 anos (Waller, 1991). A Holanda não tem sido imune a tal aumento. Em 1965 policiais registraram 1.362 infrações por 100.000 habitantes. Em 1985 este número tinha aumentado para 7.473, e o valor para 1991 foi de 7.747 por 100.000 habitantes. Até o início do ano de 1980, o público e o governo estavam satisfeitos com estes índices criminais, em comparação com países estrangeiros. A taxa de criminalidade ainda era baixa e a aprovação da maioria das pessoas refletiram em pouca preocupação com o assunto.

A pena de morte estava excluída da Constituição Holandesa e a população carcerária era (e é) uma das menores do mundo (em 1990 a taxa de encarceramento era inferior a 10% da taxa americana, 40 em comparação aos 426 por 100.000 da população).

As discussões políticas na década de 1980 estavam concentradas na discriminação do aborto, eutanásia, uso de drogas e relações homossexuais.

Mais recentemente, o crime tornou-se uma notável carga, bem como a situação está cada vez menos aceitável para o público. Isto não é surpreendente: repetidos furtos de uma bicicleta ou rádio de carros tornaram as pessoas menos tolerantes. Além disso, a probabilidade de que a polícia recuperasse os bens,

tornou-se muito baixa, como evidenciado pela taxa apurada: baixou de 51% em 1965 para 24% em 1985. Para essas pessoas, especialmente criminologistas, que pensavam que o aumento dos crimes envolvendo bens, poderiam ser devido a uma melhor comunicação e da gravação do crime (CFTV), os resultados do primeiro “Internacional Crime Survey” (Van Dijk et al., 1990), apontaram na direção oposta.

A Holanda parecia ter se tornado um país de alta criminalidade. Porém, deve-se notar que a enorme quantidade de furtos de bicicletas em parte explica esta classificação, sendo que mais crimes graves como homicídio, estupro, seqüestro, e o crime organizado não foram incluídos no levantamento (a taxa de homicídio, por exemplo, ainda é baixa na Holanda, cerca de 1 por 100.000 habitantes; nos Estados Unidos, o número de homicídios culposos durante o ano de 1989 foi de cerca de 9 por 100.000 habitantes). No entanto, a conclusão foi de que o crime já merecia nova atenção.

A combinação de aumento da criminalidade geral e uma atitude não-punitiva transferiu o problema aos políticos. Algo tinha que ser feito, mas simplesmente empregando mais policiais e construção de muitas prisões era tanto inaceitável quanto ineficaz. Além disso, uma reforma social geral e de reabilitação tinha perdido muito de sua credibilidade (Young. 1988). Em resposta a este dilema, houve uma mudança para uma abordagem que foi desenvolvida e subutilizada por um longo tempo: prevenção ao crime.

A primeira prova dessa mudança de política criminal foi a de que a força policial se associou em 1979 à National Prevention Bureau. Apesar dos esforços preventivos da polícia as ações não apresentaram resultados significativos (Horn. 1990). Muito mais importante, em 1983, foi a criação de uma comissão de peritos (the Roethof committee) para reavaliar as práticas de controle criminal da polícia. A comissão recomendou um reforço do compromisso do governo nacional para prevenção da criminalidade, com o envolvimento dos cidadãos e das empresas privadas, e o fomento da cooperação entre autoridades a nível local.

A partir dessas recomendações, um Comitê Interministerial Social para Prevenção da criminalidade foi criado em 1985. Sua responsabilidade foi administrar

um fundo de US\$ 27 (vinte e sete milhões de dólares) para subsidiar projetos promissores de autoridades locais para a prevenção do crime em cinco anos. Foi dado um sentido mais amplo para prevenção da criminalidade. A antiga e exclusiva orientação para os pré-delinquentes, agora, foram ampliados para incluir as vítimas e fatores situacionais.

O novo “slogan” passou a ser: endurecimento do alvo, prevenção da criminalidade através do “environmental design”. “defensible space” e “opportunity reduction” (Newman, 1972; Mayhew et al, 1976; Brantingham e Brantingham, 1981; Kube. 1986). Além disso, nova ênfase foi dada, no controle social no interior de comunidades, por exemplo, “neighborhood watch”, “caretakers in building estates” e “surveillance by security firms”, que estamos traduzindo respectivamente como “vizinhos vigilantes”, “zeladores” e “segurança particular” (Hope and Shaw, 1988).

Ao nível local, a prevenção primária da criminalidade foi colocada nas mãos do prefeito, o Chefe da polícia local e o Ministério Público. Muitos dos maiores municípios criaram comissões de prevenção do crime, que incluíram departamentos de urbanismo, educação e transporte.

Além de novas iniciativas nacionais como a distribuição de um novo jornal trimestral sobre a prevenção da criminalidade, o desenvolvimento e a oferta de ensino nos moldes de “pacotes de prevenção da criminalidade”, e ainda a criação de um centro de documentação com o Ministério da Justiça.

Centralizado no Ministério da Justiça, a Comissão criada contribuiu para o financiamento de cerca de 200 projetos locais. Na maioria dos casos, estes projetos foram co-financiados pelos meios locais ou por outros ministérios. Por exemplo, o Ministério da Previdência Social, da Saúde e da Cultura, lançaram cerca de 25 (vinte e cinco) projetos locais que visam a integração social dos grupos de alto risco, utilizando “street-corner workers” (podemos entender como camelôs) no sentido de chamar os jovens para atividades recreativas, educação e trabalho.

Outros projetos foram voltados para os jovens pertencentes a minorias étnicas, projetos especiais e trabalhos foram iniciados permanentemente para

jovens desempregados. O vandalismo foi o foco orientado de cerca de 40% dos projetos, uma estratégia comum nos cursos, especialmente para crianças. Muitos dos projetos restantes foram orientados contra furtos em comércio e furtos de bicicletas (por exemplo, pela disponibilização de guarda-bicicletas, gerenciado por pessoas desempregadas). Em muitas cidades, foram apoiadas a renovação urbana e a implantação de programas do tipo “neighborhood watch”.

## **5.4.2 Quatro casos de sucesso de prevenção aplicada**

Para dar uma idéia mais concreta do que foram na prática, quatro casos de sucesso de “problemas orientando soluções” bem sucedidos serão aqui descritos. Tais projetos estavam voltados para transportes públicos, escolas, habitação social e “Shopping” centers.

### **5.4.2.1 Os agentes de vigilância em transportes públicos.**

No início de 1980, o sistema de transporte público holandês começou a experimentar um aumento vertiginoso no número de perda de arrecadação. Ao mesmo tempo, vandalismo e comportamento agressivo também aumentaram drasticamente. Para reduzir estes fenômenos, um novo tipo de funcionário foi introduzido em carros elétricos e no metrô: o VIC (a sigla em holandês para a Segurança, Informação e Fiscalização).

A entrada para o sistema de ônibus também foi modificada para que condutores não tivessem outra alternativa a não ser passar pelo motorista do ônibus e apresentar o bilhete. O sistema foi introduzido nas cidades de Amesterdam, Rotterdam e Hague. A avaliação (Van Andel. 1989) mostrou que o percentual de tarifa “desviada” (passageiros sem bilhete válido ou sem bilhetes) caiu em todas as três cidades após a introdução do VIC 1300, e a mudança de procedimento de embarque. Ilustramos o caso de Amesterdam (ver Tabela 1). O número de ataques e incidentes com agressão verbal contra motoristas e condutores também diminuiu durante o projeto. Além disso, a tripulação, passageiros e funcionários concordaram

que a introdução de tal sistema tinha barrado a tendência ascendente de vandalismo.

O projeto VIC criou aproximadamente 1.200 (um mil e duzentos) novos postos de trabalho, que teve o benefício social adicional de reduzir o desemprego. Muitos destes empregos foram proporcionados aos grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, tais como as pessoas jovens, mulheres e indivíduos de grupos étnicos minoritários com um baixo nível de ensino. Excepcionalmente, os custos financeiros e os benefícios poderiam ser calculados de forma exata. A tarifa extra de receitas provenientes dos desvios são estimadas entre US\$ 7 e US\$ 8,5 milhões. Cerca de US\$ 0,7 milhões por ano, foi o acréscimo de receitas pela arrecadação de multas, tendo em vista a aplicação do projeto.

A redução dos custos associados ao vandalismo foi estimada em US\$ 1 milhão.

A poupança em subsídios de desemprego elevou-se a US\$ 14 milhões por ano, embora não se possa precisar, nesse valor total, o benefício direto gerado pelo novo programa. O lucro de cerca de US\$ 23 milhões ainda foi inferior aos de implantação dos VICs de US\$ 29 milhões. A diferença pode ser interpretada como investimento na redução da pequena criminalidade, redução do medo do crime e da promoção da utilização do transporte público.

#### **5.4.2.2 Escolas: O Projeto de prevenção ao absentismo**

O absentismo foi escolhido como alvo da prevenção da criminalidade, por duas razões. Primeiro, porque o absentismo é uma forma de desvio que merece atenção. Em segundo lugar, porque investigações concluíram que o insucesso escolar, absentismo e abandono da escola, estão fortemente relacionados ao comportamento delinqüente (ex. Rutter. 1979; Junger-Tas et al .. 1985). Além disso, tais práticas geram oportunidade para transformar os jovens em pré-delinquentes e, posteriormente, em jovens com discreta delinqüência.

Neste projeto específico, (Mutsaers. 1990) três escolas de educação profissional foram selecionadas, por possuírem alunos com as características acima. A primeira medida adotada foi a introdução de controle informatizado contra o absenteísmo. Com o uso desse sistema, os pais eram chamados na mesma manhã ou à tarde para serem comunicados da ausência de seus filhos. Trabalhou-se de forma preventiva para faltas ocasionais. Uma segunda medida foi a nomeação de um Conselho Escolar, responsável pelo acompanhamento dos problemas disciplinares. O conselheiro discutia o caso de cada jovem com os professores, orientando-os a respeito da necessidade de reforçar a disciplina. Uma terceira medida foi a de disponibilizar uma classe especial para os “alunos-problemas”, gerida por um professor mediador e um professor com habilidades técnicas adequadas.

Um programa especial foi oferecido por um período máximo de três meses, a fim de possibilitar o retorno ao currículo normal tão suave quanto possível, que deu resultado positivo.

Grande parte da redução do absenteísmo ocorreu logo após a introdução do sistema de alerta aos pais. O aumento da fiscalização e controle possibilitaram o sucesso do projeto. Para muitos dos “alunos-problema”, maior atenção e cuidado também ajudaram a reforçar o vínculo entre escola e alunos.

#### **5.4.2.3 Habitação Popular: “The Neighborhood Project”**

Da mesma forma que países como a Inglaterra (Bottoms e Wiles. 1986) e os E.U.A (Skogan 1986), algumas das moradias subsidiadas para a população de baixa renda nas cidades holandesas, muitas delas em edifícios verticalizados, sofrem com problemas, a saber: problemas com as condições decadentes das moradias, a má qualidade da construção e de seus materiais, pobreza, aluguel em atraso e criminalidade.

A abordagem preventiva escolhida para combater a criminalidade foi uma mistura de proteção dos potenciais-alvos e renovação ambiental, bem como reforço

da estrutura social. Por exemplo, o projeto em Delft (Elsinga. 1990) constou das seguintes medidas:

(1) Novas instalações recreativas para os jovens ficaram sob a coordenação ex-desempregados.

(2) Zeladores foram nomeados para intensificar a fiscalização, dar informações, emitir avisos e manter os imóveis limpos.

(3) Foi realizado novo projeto ambiental para toda a área, implantação de vigilância em parques e ruas foram melhoradas, construções foram feitas à prova de vandalismo, e as entradas dos edifícios tornaram-se mais seguras

(4) Unidades que, antigamente, acomodavam grandes famílias foram reprojctadas para uma ou duas pessoas por família, a fim de diminuir a desproporção do número de jovens no bairro.

(5) Nenhum plano era executado sem consulta aos moradores. O projeto começou em 1985, e as medidas foram introduzidas sucessivamente, alguns dentro de um curto espaço de tempo (por exemplo, zeladores), alguns, ao longo de vários anos (por exemplo, reprojeto).

Todas as medidas foram muito bem sucedidas.

A aparência dos edifícios foi restaurada para um nível muito aceitável; moradores, autoridades municipais, bem como o trabalho de gerenciamento, tudo foi realizado de maneira coordenada, e os zeladores foram capacitados a manter a ordem e limpeza. Em suma, todas as partes envolvidas ficaram satisfeitas com o resultado, e, além disso, os níveis de criminalidade diminuíram consideravelmente.

No entanto, ocorreram custos inesperados no projeto. As famílias com uma ou duas pessoas não se integraram bem com a população existente. A maior parte destes novos moradores viam suas casas como temporárias e tinham pouco interesse no bairro, e suas diferenças deram origem a queixas por parte dos habitantes originais.

Um outro problema foi que, enquanto os zeladores eram bem aceitos, alguns moradores não podiam ou não queriam pagar pela parte do condomínio. Por último, os moradores se esforçavam pouco para manter o edifício limpo. A retirada de lixo e

outros cuidados eram vistos como de responsabilidade do zelador e não dos próprios residentes (Elsinga, 1990). Apesar desses custos, o projeto era visto como altamente bem-sucedido. Como consequência, o Ministério da Justiça contribuiu por um período de 3 (três) anos nos custos da contratação de 150 (cento e cinquenta) zeladores, em áreas verticalizadas do município e com graves problemas sociais.

Estes zeladores utilizavam, em média, 30% do seu tempo em limpeza, 25% na vigilância geral, 20% tratando de assuntos com os inquilinos e 20% em manutenções. Na maioria dos casos, parte dos custos da contratação de zeladores é responsabilidade dos locatários.

A partir da avaliação global da política (Hesseling. 1002) pode-se concluir que o emprego de zeladores ajudou a reduzir os problemas com lixo, vandalismo, desorganização, desordens relacionadas com drogas e furtos nos subsolos e caixas de correio. Isto é reflexo do maior número de moradores satisfeitos com a limpeza do imóvel, e da mudança do comportamento social de todos. Embora não tenha havido qualquer efeito sobre as mais grave formas de criminalidade, como os roubos a residências ou violências, mais moradores ficaram satisfeitos com a segurança em suas propriedades.

#### **5.4.2.4 Lojas: Um “Shopping” Center em “Utrecht”**

A fim de lidar com problemas persistentes de furto, vandalismo e assalto em um “Shopping” center em Utrecht, um projeto de prevenção da criminalidade projeto foi introduzido (Colder, 1988), que consistia nas seguintes medidas:

(1) Fornecimento de instrução para funcionários e gerentes de lojas referente a furtos.

(2) Nomeação de 2 (dois) agentes de segurança para o duplo objetivo de serem consultores e dar assistência para os clientes e comerciantes.

(3) Instalação de um sistema de alarme eletrônico para os comerciantes, possibilitando avisarem uns aos outros, e aos agentes de segurança.

(4) Campanha publicitária e na Imprensa para apoio ao projeto.



(5) Penas alternativas para os vândalos, e sessões de tribunal especial para os casos de furtos.

Tabela 4: Total de perdas financeiras por causa do resultado do crime, antes e depois da introdução das medidas de prevenção do crime em 2 (dois) “*Shoppings*” centers.

Os custos totais sofridos pelos comerciantes, resultante da criminalidade baixou consideravelmente. Pesquisa com as vítimas apontou para a redução de 50% nos crimes (Colder. 1988).

Do ponto de vista econômico, o projeto parece ter sido rentável para os comerciantes, bem como a poupança produzida pelas medidas de prevenção ao crime foram maiores do que os custos, com a utilização de dois agentes de segurança. Quando a subvenção do governo chegou, a Associação Comercial decidiu continuar financiando o projeto. Como no caso do projeto do Conjunto Habitacional Delft, em Utrecht, a qual levou o governo a apoiar semelhantes projetos em todo o país.

#### **5.4.2.5 Avaliação de Projetos de Prevenção**

Em todos os projetos subsidiados pelo Ministério da Justiça da Holanda existe o requisito de avaliação. Os quatro exemplos acima descritos cumpriram integralmente as exigências, o que não ocorria com os demais.

Em uma mega-avaliação, apenas 31 (trinta e um) relatórios de avaliação, entre 200 (duzentos), foram considerados adequados, a maioria fornecia apenas descrições da execução de projetos, eram inconclusivos ou pouco confiáveis nos resultados (Polder Van Vlaardingen. 1992).

Embora decepcionante, uma vez que cerca de 10% de todos os subsídios foi dedicada à pesquisa, isto não foi um resultado incomum. Por exemplo, na revisão das avaliações dos efeitos dos projetos residenciais norte-americanos, Rosenbaum

(1988) concluiu: "A principal razão pela qual não sabemos o que funciona na prevenção ao crime comunidade é a qualidade da avaliação da investigação. "

Apesar da decepcionante qualidade de muitas avaliações, a mega-avaliação dos projetos holandeses concluiu que as medidas preventivas podem ser muito eficazes (Polder e Van Vlaardingen, 1992), e que o sucesso está relacionado a três fatores.

Primeiro, o esforço preventivo deve ser forte e intensivo (uma câmera de monitoramento em um grande centro comercial não terá qualquer efeito mensurável).

Em segundo lugar, para os crimes mais graves, a maior dificuldade é obter resultados com a prevenção (o comportamento das pessoas com um histórico de crimes graves não é facilmente alterado por simples medidas preventivas).

Terceiro, o aumento perceptível e a probabilidade de punição parecem ser os elementos necessários para projetos bem sucedidos. Exemplos deste terceiro critério incluem: reduzir a acessibilidade "neighborhood watch" e reforço de proteção aos alvos, combinados com uma suficiente e elevada probabilidade de receber alguma sanção informal ou formal.

A ausência desses critérios, por exemplo, em projetos que só forneciam informações ou só facilidades extras para os jovens em risco ("espaços para grafite", áreas de lazer, assistência social para trabalhadores) quase sempre produziu melhorias insignificantes. Embora estas conclusões são semelhantes às de uma outra mega-avaliação (Poyner. 1991), há algumas limitações que devem ser anotadas. Em primeiro lugar, mesmo nos estudos selecionados, na maioria dos casos, uma combinação de medidas de prevenção foram aplicadas, isto significa que uma exata determinação do efeitos com medidas específicas era impossível, o que aponta para um conflito básico de interesse entre pesquisadores e profissionais.

Pesquisas de avaliação têm necessariamente de ser definidas e medidas específicas, aplicadas de forma consistente por um período de tempo. Profissionais,

por outro lado, querem uma combinação de medidas para aumentar a chance de sucesso global, e estão inclinados a mudar as políticas se surgirem imprevistos. O resultado é geralmente prejudicial para a maioria das medidas acrescentadas: efeitos, inexpressivos, neutros e efeitos negativos de outras medidas reduzem a efetividade das medidas originais. Outra limitação diz respeito a projetos que não apresentaram números confiáveis para comprovação de seu sucesso. Medidas de prevenção ao crime, particularmente do tipo situacional, são muitas vezes tão imperceptíveis que as medidas e os resultados são um dado adquirido, e não envolvimento de investigação detalhada.

Um exemplo é dado pelo problema de estudantes de colégio em uma cidade holandesa, que eram responsáveis por incivildades e pequena criminalidade durante o intervalo das aulas para o almoço.

Como havia várias escolas perto uma das outras, grandes grupos de alunos enchiam as ruas: iniciaram brigas entre si, arremessavam objetos, realizavam pequenos furtos em comércios próximos, danificavam telefones, bens públicos, etc. A presença policial somente aumentava a emoção para o cometimento dos atos.

Durante entrevistas envolvendo comerciantes, escolas, policiais e funcionários municipais, uma série de medidas foram propostas, tais como: criação de uma “lista negra” dos principais envolvidos; impondo pesadas multas sobre os detidos; fechando as lojas durante o intervalo do almoço, e realização de um levantamento dos alunos para obter uma imagem mais clara das suas motivações, origens sociais, o comportamento perante a escola, etc.

Ocorreu, entretanto, que antes mesmo do início do desenvolvimento do projeto, com a participação de todos os envolvidos, os diretores escolares, decidiram de forma unilateral mudar os horários de intervalo de modo que nenhuma escola pudesse coincidir com a outra. Os problemas desapareceram em um curto espaço de tempo, embora todos os outros planos foram adiados e nenhuma pesquisa tenha sido conduzida.

Da mesma forma, uma série de circunstâncias semelhantes, relativamente modestas, mas mudanças situacionais eficazes devem ser citadas. A obrigação legal de os condutores de ciclomotor e ciclistas para usarem capacete de segurança, inesperadamente reduziu o número de furtos a ciclomotores e bicicletas, já que muitos ladrões aparentemente não estavam preparados com um capacete na mão (Mayhew et al., 1989, Walker, 1992).

Cita-se, ainda, que cd's de música encontraram menor vulnerabilidade quando seu conteúdo foi retirado da exposição.

A oferta de transporte público especial para aqueles que visitam lojas de discos em áreas afastadas da cidade, reduziu a presença de condutores embriagados, incivildades e outros problemas no entorno desses estabelecimentos. (Etman, 1990).

Em suma, a pesquisa holandesa fornece fortes evidências de que a prevenção situacional da criminalidade tem um excelente potencial para fornecer uma resposta mais eficaz para o presente e o futuro com relação aos crimes. O mais convincente apoio a esta posição pode ser encontrado na seleção internacional de 22 (vinte e dois) casos bem sucedidos estudos reunidos por Clarke (1992).

#### **5.4.2.6 Após as experiências: Institucionalização**

Após cinco anos de experiência na prevenção da criminalidade estimulada pela Comissão Interministerial para a Prevenção Social da Criminalidade, os resultados na Holanda foram vistos como encorajador incentivo para continuar com os esforços.

Em 1989, uma Diretoria de Prevenção da Criminalidade foi criada dentro do Ministério da Justiça. Esta Diretoria é pequena, sendo composta por cerca de 20 (vinte) pessoas, mas está no mesmo nível de outros órgãos burocráticos, como diretorias prisionais, a Polícia e Departamento de Imigração. Com um orçamento permanente de cerca de US\$ 12 milhões, tem quatro principais responsabilidades:

- (1) Promover a prevenção ao crime com participação dos municípios e empresas.
- (2) Apoiar a Polícia com base em prevenção ao crime.
- (3) Coordenação de políticas de vitimização.
- (4) Regulação do setor do setor industrial de segurança.

Algumas destas responsabilidades foram compartilhadas com outros ministérios. Por exemplo, o Ministério da Educação que atua ativamente na promoção de projetos anti-absenteísmo, oferecendo incentivos financeiros às escolas secundárias e introduzindo medidas para evitar vandalismo. Os Ministérios da Previdência, da Saúde e da Cultura estão envolvidos em programas para jovens marginalizados, concebidos para reduzir vandalismo, álcool e drogas.

O Ministério da Economia lançou um novo programa para a prevenção do furto em lojas e o Ministério dos Transportes reforçou a vigilância nos transportes públicos, através da melhoria tecnológica de controle dos bilhetes. Particularmente, podemos destacar as "novas políticas sociais", que estão sendo promovidas pelo Ministério da Administração Interna, que consistem em medidas direcionadas contra o desemprego, a falta de educação e habitação inadequada nos bairros. Esses projetos administrados localmente visam reduzir a carência nessa área habitacional, incluindo elementos para a prevenção do crime, tais como melhoria da vigilância, análise de novos inquilinos, a melhoria da limpeza e manutenção, reforço dos alvos, e ampliação dos serviços policiais.

#### **5.4.2.7 O futuro da prevenção do crime na Holanda: Considerações**

Diante do desafio do aumento da criminalidade, uma ampla mudança de apoio político para a prevenção foi realizada na Holanda. Uma série de modelos experimentais de projetos foram executados, sucessos exemplares foram demonstrados e novas políticas foram institucionalizadas em muitos setores da sociedade.

Apesar deste progresso, no entanto, deve ser reconhecido que, na Holanda, como em todos os outros países industrializados, a prevenção da criminalidade é ainda pequena, quando comparada ao controle do crime com a aplicação da lei. Com base nos gastos da Polícia, Tribunais e Cadeias nos E.U.A, Reino Unido, França, Canadá, Waller (1991) conclui que, menos de 1% vai para prevenção. Na Holanda, onde a prevenção do crime fundou sólidas raízes nas políticas governamentais, este percentual ainda é inferior a 2% dos gastos governamentais em matéria de justiça (Willemsse. 1992).

Também deve ser reconhecido que demonstrou-se que o sucesso da prevenção ainda é limitado, principalmente em pequenos projetos.

A redução da criminalidade em larga escala, como resultado de políticas de prevenção, ainda não foi demonstrada. Isso exigiria uma maior ampliação da adoção de medidas de prevenção da criminalidade, mas isso é improvável de ocorrer a curto prazo, pelas seguintes razões:

(1) A aplicação da lei já está consolidada, enquanto a abordagem preventiva ainda não está. A longa história do primeiro, provavelmente baseada em uma arraigada necessidade humana de vingança, deu origem a um único vetor de soluções, tornando-se um reflexo condicionado contra o aumento da criminalidade. Apesar da falência catastrófica (Waller, 1991) da redução da criminalidade, por meio de prisões e reabilitações, há necessidade de que o Sistema de Justiça Penal e os políticos sejam auto-evidentes para o público. Aliada a esta força conservadora, existem ainda enormes interesses em se manter o Sistema de Justiça Criminal da mesma forma.

(2) O conhecimento de toda gama de medidas de prevenção é limitado. Para muitas pessoas o conceito de prevenção da criminalidade é limitado a algumas medidas de reforço dos alvos (fechaduras e trancas, e avisos para evitar áreas perigosas). A gama de medidas é geralmente desconhecida, tais como, as aplicadas através da classificação bidimensional da prevenção primária, secundária e terciária e o uso da técnica do agressor-orientado, o ambiente situacional orientado e a vítima-orientada (Dijk e De Waard, 1991).

(3) A crença no deslocamento é generalizada. Medidas situacionais, em particular, são amplamente consideradas como superficiais, ineficazes e interessam somente para o deslocamento. A conclusão de Gabor (1990), baseada em uma profunda revisão de relevantes investigações, é que o completo deslocamento do crime nunca foi demonstrado e não existem meios amplamente conhecidos ou aceitos. Igualmente preocupante é o desprezo para o reverso de deslocamento, ou seja, a "substituição" dos presos condenados por novos grupos de criminosos (Anneveldt. 1991). O potencial de deslocamento controlado como um instrumento para distribuir mais equitativamente a vitimização sobre a população também é raramente realizado (Barr and Pease, 1990).

(4) Ênfase sobre os mais perigosos e persistentes adultos delinquentes diminuem a eficiência das medidas de prevenção. Criminosos contumazes com uma longa história de crimes graves e violentos são, de fato, dificilmente influenciados por simples medidas preventivas. No entanto, é frequentemente esquecido que mesmo os mais graves crimes geralmente começam pelo cometimento de crimes menores e que uma parte considerável de todos os crimes é induzida por fatores situacionais.

Apesar destes enormes obstáculos para a propagação da abordagem preventiva, o seu potencial parece ser grande, especialmente quando considerada no contexto dos relativos êxitos em problemas diferentes do crime. Muitas doenças letais contagiosas, no mundo ocidental, têm alcançado êxito primariamente pela construção de sistemas de esgotos. As inundações em muitos países foram eliminadas através da construção de diques. Grande escala de intoxicações alimentares têm sido reduzida por inspeções regulares de alimentos. A incidência de desastrosos incêndios diminuiu através da regulamentação da construção e concepção urbana. Empíricos sucessos convincentes, através da prevenção, podem levar a uma mudança fundamental na política criminal.

Além disso, a adoção em grande escala de medidas eficazes de prevenção poderia igualar as chances de se tornar a vítima de um crime grave às de ser atingida por um relâmpago, ou seja, de fato remotas.

## **6 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A EVOLUÇÃO CRIMINAL NO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO E A EVOLUÇÃO CRIMINAL NA ÁREA TERRITORIAL DA COMPANHIA PM.**

Apresentamos a seguir algumas análises, como base nos gráficos dos Anexos 6, 7 e 10, em complemento as apresentadas no Capítulo 4 desta Monografia.

Os “Anexos 6 e 7” são as avaliações dos empreendimentos imobiliários. São apresentados mapas e gráficos da evolução criminal de seis indicadores (furto outros, furto de veículos, furto a transeunte, roubo outros, roubo de veículos e roubo a transeunte).

No “Anexo-10” são apresentados os gráficos e evolução comparativa dos índices criminais totais das modalidades de crimes “roubos” e “furtos”, mas deste vez de toda área territorial da Cia PM onde está localizado o empreendimento imobiliário.

A comparação visa confirmar que a instalação do empreendimento imobiliário apresenta variação criminal impactante na área dos “buffers” (50, 100, 150 e 200 metros do endereço estudado), ou seja, na circunvizinhança, bem como se trata de “variação independente” de outras ocorridas em toda a área da Cia PM territorial responsável.

### **6.1 “Shopping” Metrô Boulevard Tatuapé**

Inauguração: 08/05/2007

Área territorial da 6ª Cia do 8º BPM/M, 52º DP

Foram realizadas comparações entre as informações apresentadas no “Anexo-6” com as do “Anexo-10”.



Pode-se comprovar, com base no Anexo-6, que desde a inauguração, em 08/05/2007, o indicador criminal “furto outros” aumentou de forma significativa em relação ao ano anterior, sendo que o número de “roubo a transeunte” diminuiu.

Quanto ao índice de “furto de veículo”, ocorreu aumento significativo no mês de julho de 2007 e redução irregular nos meses seguintes.

Avaliando-se os índices criminais em toda área territorial da Cia PM (Anexo-10), **em relação ao ano anterior**, pode-se observar que nos meses de maio, julho, novembro e dezembro de 2008 ocorreram, respectivamente, **diminuição de 11,06%**, aumento em torno de 0,57%, **diminuição de 10,19%** e aumento de 4,32%.

Diferente do acima exposto, nos meses de maio, julho, novembro e dezembro, ocorreram os maiores índices criminais no entorno do empreendimento (ver Anexo-6), inclusive valores maiores que os mesmos períodos do ano anterior.

Nos meses de maio, julho, novembro e dezembro ocorreram aumentos (em relação ao ano anterior), respectivamente de, 16,67%, 63,64%, 120% e 85,71%.

Pode-se concluir que o empreendimento é impactante na circunvizinhança, uma vez que ocorreram alterações nas modalidades criminais e certa independência entre as variações dos índices criminais da Companhia territorial e os índices no entorno do empreendimento.

A única ressalva que necessitaria de maior avaliação, foi o aumento ocorrido na área territorial da Cia PM, no mês de dezembro de 2008 (de 4,32%), uma vez que, como a variação comparativa do Anexo-10, não apresenta a separação entre roubo e furto, não se pode afirmar qual das modalidades criminais foi a mais impactante, uma vez que no mês de dezembro ocorreu o maior aumento do número de “furto outros” (Anexo- 6), em relação ao ano anterior, de 2 (dois) eventos para 9 (nove) eventos na circunvizinhança.

Outra questão que merece consideração é o fato de que tal empreendimento imobiliário está ligado fisicamente com a estação do metrô Tatuapé, o que pode ter favorecido tal aumento.

Somente com a leitura de cada Boletim de Ocorrência é que se poderia dirimir tais dúvidas.

Uma questão que se mostrou de grande importância, é a necessidade de avaliação do impacto dos empreendimentos “estações de Metrô”, para que se possa medir, também, a influência dessa modalidade construtiva na circunvizinhança.

## 6.2 Hospital São Luiz – Tatuapé

Inauguração: 03/03/2008

Área territorial da 1ª Cia do 8º BPM/M, 30º DP

Foram realizadas comparações entre as informações apresentadas no “**Anexo-7**” com as do “**Anexo-10**”.

Pode-se comprovar, com base no Anexo-7, que desde a inauguração, em 03/03/2008, a modalidade criminal de maior impacto foi a de furto de veículos que passou de 17 (no período de março a dezembro de 2007) para 47 veículos (no período de março a dezembro de 2008).

Nos meses de maio, junho e agosto de 2008, os índices criminais em toda área territorial da Cia PM, em relação ao ano anterior, **diminuíram** respectivamente, 10,54%, 5,75% e 10,36%.

Diferente desse panorama, no entorno do empreendimento, ocorreram os maiores aumentos nos índices criminais (em relação ao ano anterior). No mês de maio ocorreu aumento de 300%, no mês de junho ocorreu aumento de 250% e por fim, no mês de agosto ocorreu aumento de 100%.

Pode-se concluir que o empreendimento é impactante na circunvizinhança, uma vez que ocorreram alterações nas modalidades criminais após a implantação do empreendimento, independência entre as variações dos índices criminais na Companhia territorial e os índices no entorno do empreendimento. Pode-se afirmar

também que ocorreu aumento significativo de determinadas modalidades criminais, como exemplo o aumento da modalidade “furto de veículo”.

### 6.3 Bourbon “Shopping” Pompéia

Inauguração: 28/03/2008

Área territorial da 2ª Cia do 23º BPM/M, 23º DP

Foram realizadas comparações entre as informações apresentadas no “Anexo-6” com as do “Anexo-10”.

Pode-se comprovar, com base no “Anexo-6”, que desde a inauguração, em 28/03/2008, o indicador criminal “furto outros” aumentou de forma significativa em relação ao ano anterior.

Comparando-se, ainda, o período após a inauguração do empreendimento (março a dezembro de 2008) com o período anterior (março a dezembro de 2007), somente na área delimitada pelos “buffers” (50, 100, 150 e 200 metros), **o índice de crimes aumentou** nesse período, a saber: 275% em março/2008, 114% em abril/2008, 517% em maio/2008, 58,33% em junho/2008, 177% em julho/2008, 53,33% em agosto/2008, 23,10% em setembro/2008, 27,27% em outubro/2008, 7,7% em novembro/2008 e 5% em dezembro/2008.

Diferente do acima exposto, pode-se observar que ocorreram diminuições significativas nos índices criminais, nesse mesmo período avaliado, quando comparamos os aumentos apresentados no parágrafo anterior com a variação dos índices criminais em toda área territorial da 2ª Cia PM do 23º BPM/M.

No “Anexo-10”, pode-se verificar que somente nos meses de março e abril de 2008 é que ocorreram aumento nos índices criminais, de 7,44% e 0,70%, respectivamente.

No mês de abril de 2008, ocorreu aumento de 0,70% no índice criminal, sendo que a diferença entre 2007 e 2008, foi de 6 (seis) crimes a mais. Pode-se

notar que o aumento no número de crimes no entorno (“buffer”) do empreendimento nesse mesmo mês, em comparação com o ano anterior, foi de 33 crimes. Dessa forma há indício forte de que houve um trabalho da Cia PM para a diminuição dos índices, mas mesmo assim, o impacto do empreendimento foi tão significativo que aumentou o indicador naquele mês.

Fato idêntico ocorreu no mês de inauguração (março de 2008), quando (Anexo-10) ocorreu aumento de 7,44% (59 crimes) nos índices criminais na área da Cia PM.

Da mesma maneira, pode-se afirmar que o aumento do índice criminal no entorno do empreendimento é impacta o resultado de toda a Cia PM, uma vez que no mês de março de 2008 ocorre um aumento 59 (cinquenta e nove) crimes, sendo que a colaboração do empreendimento é de 33 (trinta e três) crimes.

Observando-se ainda as variações do “**Anexo-10**”, do número de crimes (roubos e furtos), na área territorial da Cia PM, ocorrem no período de março a dezembro de 2008, **diminuições nos índices (roubos e furtos), com variações entre 1,32% (julho de 2008) a 24,30% (novembro de 2008)**, sendo que na circunvizinhança do empreendimento, em todo o período avaliado, ocorrem aumentos, como já apresentado anteriormente.

A maior alta foi relacionada com o indicador furto outros, sendo que os demais indicadores continuaram com pouca variação.

Como, na pesquisa dos índices criminais na área territorial da Cia PM (Anexo 10), foram somados os indicadores criminais de “roubos e furtos”, não se teve a possibilidade de verificar qual foi o impacto, nesta Cia PM, do aumento significativo do número de “furto outros”, ocorrido no entorno da referida Universidade.

## Conclusão

Pode-se realizar a comparação de diversos gráficos e mapas geoprocessados, sendo que fica claro, em diversos indicadores, que os empreendimentos imobiliários são impactantes na circunvizinhança, quer seja pelo aumento nos índices criminais no entorno, quer seja na alteração das modalidades criminais ou da “migração” do local de preferência para o cometimentos dos delitos.

Em alguns locais ocorre a delimitação da ação por conta da própria limitação territorial do ambiente (existência de muros, avenidas) em outros a deficiência (problemas de iluminação) ou até por conta da grande movimentação pessoas, como é o caso de algumas universidades, como exemplo as da Avenida Vergueiro.

É necessário aprofundar com mais pesquisas e cruzamento de informações, tais como, operações policiais realizadas, alterações de regime de funcionamento dos empreendimentos, eventos realizados na circunvizinhança, e outras alterações ambientais, para se consolidar o tamanho, em termos numéricos, desse impacto na circunvizinhança.

Pode-se concluir também que na maioria dos empreendimentos analisados, quanto mais afastado do local objeto da pesquisa, maiores são os indicadores, comprovando-se a importância dos conceitos apresentados nesta monografia, principalmente os relacionados no capítulo 4, tais como a “vigilância natural” e o “reforço territorial”.

## CONCLUSÃO

A Prefeitura do Município de São Paulo com a criação do Gabinete de Segurança e a elaboração e aprovação do novo Plano Diretor Estratégico demonstra preocupação com os assuntos relacionados com a Segurança Pública.

A questão da Segurança Pública sempre foi um problema da sociedade e multidisciplinar e não da PMESP. E como o cidadão mora nas cidades, nada mais lógico que o despertar dessa preocupação por parte dos municípios, devendo incorporar o tema em seu Plano Diretor, que deverá ser denominado, para se aproximar de sua real responsabilidade, de “Plano Diretor Estratégico Participativo”.

O tema Segurança Pública também já faz parte da agenda do Ministério da Justiça, quando coordena, através do Programa Nacional de Segurança Pública, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, na qual será tratado temas relacionados com a prevenção da criminalidade.

Trata-se, portanto, de uma oportunidade para a PMESP apresentar propostas temáticas que são de responsabilidade dos municípios, baseados em concepções internacionais de segurança preventiva primária, como já apresentado neste trabalho, CPTED, DAC e POP.

Como não poderia faltar, o PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública vem desenvolvendo cursos de capacitação e trabalhos direcionados para a padronização nacional de procedimentos de policiamento, bem como, patrocinando programas sociais como forma de se aumentar a integração social local.

Em pesquisa realizada, na viagem de estudos a Brasília, na semana de 07 a 15 de fevereiro de 2009, participei de palestras e conversei com o Comandante da Força Nacional, o Coronel de Polícia Militar Edson, ex-comandante da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Em sua apresentação afirmou, dentre outras coisas que: “O Comandante de Companhia deve assumir a sua função de gestor de segurança... e que a Polícia

Militar deve se utilizar de seu Poder de Polícia...Fomos sempre força bruta e sustentação para os governantes, ...devemos ser os construtores da cidadania, defender a cidadania em nome da cidadania...". Em outra passagem; "Devemos participar do Plano Diretor", quando afirmou que temos que nos interessar por tudo que possa interferir no nosso trabalho e que os governantes sempre nos viram como "...o PM burro que não tem soluções complexas...". Disse ainda que o município não pode de forma omissiva ou ativa, realizar ações que possam alterar a paz social, cabendo às Polícias Militares a fiscalização, vigilância e o resguardo das leis, devendo aplicá-las a todo e qualquer momento, inclusive elaborando "...TAC com o município...", quando se referiu em um prazo para que o município realize as correções em Termo de Ajustamento de Conduta - TAC. "Até 88 fomos o braço armado do Governo, e após 88 não mais podemos ser o braço armado!"..."Ela (referindo-se às Polícias Militares em geral) não é o braço armado do Estado e nem do Governo...Nós somos os construtores da Segurança Pública e da Paz Social...". Apresentou um exemplo do Estado de Goiás, onde ocorreu baixa de 40% no índice criminal de determinada área depois que se iniciou operação similar ao fecha bares nos "bares impactantes...". Afirmou ainda que "devemos atuar diretamente na Justiça e não no Ministério Público...". Em outra passagem: "...somos formados para sermos chefe militar e não chefe de polícia...devemos ser capacitados para a Gestão de Risco à Segurança Pública...temos que ser chefes de Polícia...o produto que a Academia forma não pode ser um Comandante de tropa (manobras, acampamentos) é o espírito do PRONASCI...prevalecer o espírito da cidadania...Devemos fazer Laudo Técnico de Segurança Pública e encaminhar para a Justiça...o primeiro passo é o RAlIA, damos um prazo para a solução, após esse prazo é Laudo Técnico de Segurança Pública e enviar para a Justiça...". Afirmou ainda que: "...a função da Força Nacional é a de cooperação federativa (artigo 1º da Lei 11.473/2007), para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio da Unidade Federativa..."

Em 11 de março de 2009, em palestra proferida no Clube dos Oficiais da Polícia Militar de São Paulo, ouvimos a preocupação da PMESP a respeito da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, patrocinada pela Secretaria Nacional

de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça, a ser realizada em Brasília/DF de 27 a 30 de agosto de 2009.

Na primeira palestra, ouvimos o Sr. Cel PM Messias afirmar: “...que existem milhares de policiais militares participando de treinamentos à distância e a PMESP não tem o controle desse processo e nem sabe o conteúdo didático, e teremos, daqui um tempo, um problema, pois as informações do treinamento poderão consolidar em uma tropa que não entenderá as ordens de seus comandantes. Afirma ainda que 80% de todo o material que é divulgado pertence aos conhecimentos desenvolvidos na PMESP e, portanto, sendo utilizada de forma irregular, sem os devidos créditos...”

Após isso, o Sr. Cel PM Miller explicou: “...a Conferência (referindo-se à Conferência Nacional de Segurança Pública) é para tratar da Segurança Pública e não para tratar das Polícias Militares...Que devemos realizar outra leitura, apartidária, mesmo porque o SENASP foi implantado no governo Fernando Henrique, portanto do PSDB, e agora, não podemos deixar de aceitar as suas atribuições. Afirmou que o que deve ser discutido são as políticas públicas, abrindo, como estratégia da PMESP, o leque das responsabilidades pela Segurança Pública, que deve ser compartilhada, além dos Estados, pela União e Prefeituras. Afirmou ainda: “...outras questões que não podem ser deixadas de lado são a morosidade do Judiciário, a desvinculação da Inspeção Geral das Polícias Militares – IGPM, as políticas sociais equivocadas, citando como exemplo o recente caso de uma mulher, em uma região do nordeste do Brasil que iria processar um médico que realizou nela uma laqueadura. O motivo do processo é que ela iria perder a ‘bolsa’ de R\$.1.500,00 (mil e quinhentos reais) recebido por cada filho que nascia. Tal política de ‘bolsas’ de nada ajudam no crescimento social de um país...portanto, a Conferência deve ser entendida como uma oportunidade para discussão e apresentação de propostas voltadas para toda e qualquer questão relacionada com Segurança Pública e não como uma ameaça à Instituição Polícia Militar. O conhecimento adquirido e desenvolvido pela PMESP não pode ser entendido como ‘estanque e blindado à difusão’. Nossa PMESP é muito capacitada, mas não é a única e devemos trocar informações para, além da cultura, o fortalecimento da Instituição Polícia Militar no Brasil. O efetivo da PMESP não vai conseguir acompanhar o desenvolvimento das



idades (abordando a questão dos GCM)...”, e ainda “...diversas regiões do Estado de São Paulo, a exemplo do CPI-9 já estão vivenciando tal problema, uma vez que são 2.845 (dois mil oitocentos e quarenta e cinco) policiais militares contra os 2.758 (dois mil setecentos e cinquenta e oito) Guardas Municipais nessa região...”

Do acima apresentado, podemos realizar diversas leituras, mas, a mais importante para este trabalho monográfico é a leitura da oportunidade, já apresentada nos capítulos anteriores. Oportunidade de desenvolvimento de novas técnicas científicas e a troca de informações entre as Polícias Militares do Brasil e do mundo, para o crescimento e expansão da PMESP.

A ênfase dada pelo Governo Federal para as cidades é um fator positivo, pois demonstra a preocupação, responsabilidade e a necessidade de que as cidades se preocupem em reorganizar o meio urbano como forma de controle social e combate à criminalidade. Nesta pesquisa realizada, pode-se constatar também que o grande incentivador de políticas preventivas, no mundo inteiro é o Ministério da Justiça a exemplo dos Estados Unidos, Inglaterra e Holanda.

A mobilização da sociedade, resultado do aumento de consciência do “caos” gerado por governos municipais anteriores, que não enfrentaram adequadamente a desorganização urbana e não se adequaram ante o avanço da criminalidade, é um resgate da cidadania que será alcançada, entre outras medidas gerenciais, nas intervenções urbanas, mas somente com a participação ativa da PMESP.

Há necessidade de mudarmos o foco das discussões centrado em Polícias Militares, e que devem ser pensadas de forma mais ampla, como sempre deveria ter sido, ou seja, a Segurança Pública na construção da cidadania, mesmo porque não fomos nós, Polícias Militares, que construímos as cidades e facilitamos a implantação do “caos urbano”. O trabalho das Polícias Militares tem sido árduo e a PMESP tem investido pesadamente em ferramentas gerenciais baseadas em ciência.

Temos, nesse contexto histórico, a oportunidade de ampliarmos nossa influência em todos os municípios paulistas, mostrando com números o resultado da falta de gerenciamento adequado por parte dos municípios.

Foi isso que se provou nesta monografia, quando se apontou a influência e o impacto nos indicadores criminais quando da implantação dos empreendimentos imobiliários.

A oportunidade é da criação de ferramentas gerenciais com base na prevenção primária para ensinar aos municípios como tratar da criminalidade, dessa forma diminuindo, para as Polícias Militares, o atendimento assistencial e social, para que as Polícias voltem a realizar o seu trabalho preventivo.

O “crime organizado” adotou o “caos” urbano para criar territórios estanques, controlando a sociedade local de forma cultural e econômica, a exemplo do Estado do Rio de Janeiro.

Esse é o problema que deve ser enfrentado hoje, de forma científica; e as ferramentas apresentadas, neste trabalho, devem ser discutidas e ampliadas, como propostas aos municípios do Brasil, pois já demonstrou ser uma importante ferramenta no mundo.

A “reboque” do item anterior, em diversos momentos da pesquisa pode-se constatar que a PMESP é muito respeitada em todo o Brasil, sendo inclusive reproduzida nos cursos de capacitação do próprio SENASP. Isso é motivo de orgulho, pois somente com a padronização de procedimentos técnico-científicos, como foi demonstrado neste trabalho monográfico, é que teremos uma Polícia Militar aprovada pela sociedade, uma vez que o crime, da mesma forma que as comunidades tenderão a se globalizar. E, em um momento de crise mundial como a que está à nossa porta não podemos falar em aumento de efetivo, uma vez que ainda podemos falar em aumento de eficiência e de reorganização do espaço territorial, por parte dos municípios.

Fica claro nesse ponto que as Polícias Militares devem ser os gestores da Segurança Pública e incentivar os municípios, com técnicas e padrões, a realizar intervenções pontuais e adequadas para diminuir o medo na sociedade. Da mesma forma, apresentar para todo o Brasil e para o mundo tais avanços, criando literaturas e estudos de casos, para que possam ser replicados. Realizar a divulgação das ações, replicando experimentos já realizados com sucesso em outros países, desde a década de 1960 e melhorando o intercâmbio com as Polícias de outros estados e nações, como forma de acelerar o aprendizado.

Torna-se imprescindível a apresentação de normas de padronização na construção de edificações, com base em experiências de outros países, com a participação multidisciplinar, influenciando outras ciências.

É preciso se construir uma agenda produtiva, na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, com cobrança dos Municípios e União, nas questões sociais, educacionais, culturais, para a construção da cidadania com apoio das Polícias Militares.

Em um texto do ex-reitor da Universidade de São Paulo, José Goldemberg (texto publicado originalmente na revista Science, de fevereiro de 1998. Trad. Thereza Christina Motta) traz a seguinte afirmação, baseada em cientistas da Europa e Estados Unidos:

“ O talento pode ser encontrado em qualquer parte. Mas o que eles têm feito para ajudar seus conterrâneos a resolver seus problemas de desenvolvimento? As respostas, na minha opinião, são as seguintes:

1)colaborar para adaptar a tecnologia às circunstâncias locais.

Mesmo quando as tecnologias são importadas de fora, a pesquisa torna-se necessária para poder empregá-las. Melhor do que insistir em desenvolver tecnologias locais, quando há tecnologias abundantes e bem desenvolvida, os cientistas podem ajudar a escolher os métodos mais apropriados...”

Esse texto é muito elucidativo, uma vez que aborda a questão da divulgação e participação no desenvolvimento de uma organização. Aborda também que as tecnologias podem advir de qualquer lugar, como exemplo disso é a filosofia de policiamento comunitário; oriundo do Japão, sendo que o importante é termos capacitação para adaptar e vontade de implementar.

Portanto, o conhecimento pode ser aprendido em qualquer área de ciência, mas, o mais importante, é a forma que é utilizada e aperfeiçoada em prol da PMESP e da Comunidade.

## PROPOSTAS

Como contribuição deste trabalho monográfico e com base em tudo que foi apresentado até o momento, elencam-se abaixo algumas propostas estratégicas, para a implantação das técnicas científicas já utilizadas na maioria dos países.

1. Criação do Comitê Brasileiro de Segurança Pública junto à ABNT, sediado no CAES, para o desenvolvimento de normas técnicas para edificações com enfoque em: padronização do sistema de monitoramento em edificações, e padronização de procedimentos para implantação de empreendimentos imobiliários (estacionamentos, acesso de pedestres e de viaturas, integração de sistemas públicos com sistemas privados etc). Para os “serviços” com enfoque em: padronização de serviços de estacionamento, serviços “currier” e “motoboys”. Para a padronização de processos, com enfoque nos “Desmanches”;

2. Criação de Comissões de Estudo junto a esse Comitê criado para elaboração de Normas da ABNT, com foco nos seguintes grupos de edificações: “*Shopping*” centers, universidades, hospitais, igrejas, escritórios, indústrias, terminais aeroportuários, rodoviários e ferroviários, terminais de metrô, praças desportivas, locais de reunião de público, edifícios residenciais, hotéis e conjuntos habitacionais de interesse social. As edificações estudadas nesta monografia já se mostraram como impactantes, mas outras necessitam ser estudadas;

3. Participação nessas Comissões, além de oficiais e praças da PMESP e das demais Polícias do Brasil, de representantes das: Secretarias de Planejamento dos municípios, Secretarias Estaduais e Municipais de Habitação, Secretaria Municipal de Transportes, Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, Desenvolvimento Rodoviário S.A. – Dersa, AES Eletropaulo e concessionárias afins, Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS e concessionárias afins, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e concessionárias afins, Secretaria de Estado dos Transportes, Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo -FIESP, Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação

e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo – SECOVI, Sindicato da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo – SindusCon-SP, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo – CREA-SP, Instituto de Engenharia de São Paulo, Instituto de Arquitetura de São Paulo, Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, Universidade de São Paulo – USP e outras que agregarão valor aos estudos;

4. Firmar “Convênio com as Prefeituras” de todos os municípios, como forma de consolidar a participação da PMESP na elaboração dos Planos Diretores, que deverão ser denominados de “Planos Diretores Estratégicos Participativos”. É urgente a necessidade de discussões técnicas nos mesmos moldes participativos que as do EIA/RIMA, bem como na participação da PMESP nos “Estudos de Impacto de Vizinhança” e do “planejamento urbano das cidades”, “padronização construtiva de residências” para diminuir as “vulnerabilidades tanto física quanto social”, bem como o cumprimento das Normas desenvolvidas pelo novo “Comitê Brasileiro de Segurança Pública”.

5. A participação na elaboração dos Planos Diretores Estratégicos Participativos será útil também para o Corpo de Bombeiros, uma vez que as Instruções Técnicas 05/2004 (Segurança contra Incêndio – Urbanística) e 06/2004 (Acesso de Viatura na Edificação e Áreas de Risco), estabelecidas no Decreto Estadual 46.076/2001, revisada em 2004, possuem restrições quanto a plena aplicação, pois não são tratadas em Planos Diretores atuais. Outra questão está relacionada com a interessante possibilidade de intervenção urbanística para delimitar algumas tecnicamente algumas áreas, para o posicionamento de viaturas de patrulhamento, como forma de melhorar a segurança em “operações visibilidade” ou “operações bloqueio”, sem impactar a fluidez do trânsito.

6. Transformar o RAlIA em uma das Normas do novo “Comitê Brasileiro de Segurança Pública”, como forma de padronizar a comunicação entre Estados e Municípios para todo o Brasil;

7. Elaboração de Projeto de Lei para acrescentar o inciso VIII, no Artigo 37, da Lei Federal 10.257/2001 (Lei do Estatuto da Cidade), com o seguinte texto: “impacto na Segurança Pública na circunvizinhança.”

8. Criação do curso de “Analista Criminal” e do curso de “Aplicação de ferramentas gerenciais CPTED, DAC e POP”, ministrado na 2ª EM/PM, para todos os Oficiais que estiverem na função de Comandantes de Companhia. Tais cursos

seguirão currículo elaborado em conjunto com os seguintes órgãos: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública, 2ª EM/PM e CAES;

9. Criação em todos os Comandos de Policiamento de Área e do Interior da Seção de Análise Criminal, para dar suporte aos estudos e projetos a serem elaborados pelos Comandantes de Companhia;

10. Criação de curso de capacitação de policiais na área de geoprocessamento e estatística, para dar suporte a essa nova Seção criada;

11. Estímulo por parte da PMESP para a utilização das técnicas de CPTED, DAC e POP, na elaboração participativa e acompanhamento de “projetos-piloto” realizados pelas Companhias de Policiamento;

12. Tradução e teste de “projetos-piloto” das técnicas existentes de CPTED, DAC e POP;

13. Incentivar através de parcerias com as Universidades, principalmente dos cursos de Arquitetura e Design, para implantação nos currículos escolares dos assuntos de CPTED, DAC e “New Urbanism”. Como primeiras propostas, a apresentação de equipamento de segurança para estacionamento, nas áreas comerciais, de bicicletas e motocicletas, e soluções arquitetônicas para a criação de estacionamentos em edifícios residenciais e comerciais;

14. Criação da Semana Nacional de Segurança Pública nas empresas públicas e privadas, universidades e demais outras de interesse, nos mesmos moldes da SIPAT – Semana Interna de Prevenção a Acidentes do Trabalho, com palestras e fóruns de debates;

15. Elaborar programa participativo com todos os órgãos do Governo Estadual, principalmente com a secretaria Estadual da Educação, com objetivo de alterar a política de premiação das escolas e professores que não apresentam ocorrências envolvendo alunos. A premiação, se for mantida, deve primar em prestigiar a solução de problemas e a tabulação da resolução desses problemas, da mesma forma que nos demais países, para que a difusão das soluções possam ser reproduzidas;

16. Palestras e treinamento em condomínios, no momento de sua implantação, nos mesmos moldes da formação de Brigadistas pelo Corpo de Bombeiros, como forma de aumentar a consciência da “vigilância natural”, “reforço territorial” e os demais conceitos da prevenção primária, formando um grupo que poderá contribuir com os Comandantes de Companhia, com a troca de informações.

Tais cursos são importantes para que realmente se possa aplicar o conceito de vigilância natural, uma vez que no estudo de caso da Empresa Mercedes-Benz, neste trabalho monográfico, mostrou-se que a “vigilância natural” deve ser “despertada” nas pessoas;

17. Implantação de um “projeto-piloto” denominado “5C” – “Canal de Comunicação Civil Contra o Crime”, que nada mais é do que a utilização de sistema de comunicação direta entre as localidades e a Companhia territorial. Tal sistema já é utilizado pelos policiais militares no seu dia-a-dia, que se utilizam do sistema de comunicação via rádio “NEXTEL”, para informar de situações ou atividades suspeitas. Tal implantação nada mais seria do que a ampliação da filosofia do “Neighborhood Watch”, sendo que os acionamentos seriam tabulados pela Companhia Territorial e enviados para escalões superiores para controle;

18. Criação de um “Forum de Debates e Notícias” relacionados com a prevenção primária, apresentação de soluções aplicadas, para acesso a todos os policiais militares;

19. Ampliar os estudos ora desenvolvidos para todas as edificações impactantes do município de São Paulo, para o desenvolvimento de uma agenda gradual e positiva de soluções preventivas primárias, para essas e para as posteriores a serem edificadas, com a utilização do CPTED, DAC e POP, com apoio da 2ª EM/PM. Tais estudos serão sustentáculo para as Comissões de Estudo da ABNT;

20. Incentivar a utilização dos programas preventivos como política de governo, em todas as novas obras (Metrô, CPTM, CDHU, Cadeias Públicas, Delegacias, Fóruns, Tribunais), bem como a criação de cartilhas para órgãos estaduais, municipais, empresas privadas e públicas;

21. Utilização da mídia da CPTM, Metrô e demais outras existentes em comércios, para divulgação de ações preventivas;

22. Programa de premiação anual para os policiais militares e para membros da sociedade, como forma de incentivo para o desenvolvimento de projetos sustentáveis baseados em CPTED, DAC e POP;

23. Programa de incentivo e premiação para as Universidades para o desenvolvimento de projetos e equipamentos com base no CPTED e DAC;

24. Implantação nos currículos de formação e aperfeiçoamento da PMESP, das ferramentas de CPTED, DAC e POP, e



25. Elaboração de Fórum Nacional de discussão e apresentação de casos de sucesso na aplicação de projetos de prevenção primária, conjugando membros do Ministério Público, Magistratura, SindusCon, Secovi, Instituto de Engenharia e Instituto de Arquitetura, CONSEG e o Comitê Brasileiro de Segurança Pública, criado junto à ABNT.

26. Tendo em vista que o CPTED, DAC e POP, foram desenvolvidos em outros países, e o tempo para a tradução de textos pode ser uma “ameaça” para tais estudos, por conta da língua estrangeira; a PMESP deverá licitar e contratar, ou realizar convênio, com empresa ou entidade especializada, para apresentação de tradução juramentada dos textos de interesse. Tal procedimento visa diminuir o tempo de acesso e aumentar a velocidade para obtenção de informações de outras instituições policiais;

27. Criar cursos de “Inglês Instrumental” para os policiais militares no CAES, no período noturno, para que os textos de interesse possam ser mais rapidamente traduzidos;

28. A PMESP deverá realizar convênio com Institutos de pesquisa para a realização de trabalhos científicos voltados para a “vitimologia”, como base para o desenvolvimento de soluções aplicáveis em CPTED, DAC e “New Urbanism”;

29. Propor ao Governo do Estado e aos municípios, através das secretarias de transporte, isenções para as empresas “adotarem pontos de ônibus”, de forma a facilitar o seu posicionamento, manutenção e monitorização, para aumentar a segurança dos usuários;

30. Aplicação dos conceitos de CPTED, DAC, POP e “New Urbanism” no novo bairro que estará sendo criado em São Caetano do Sul. O bairro denominado de “Cerâmica”, por conta de estar sendo implantado na área de uma antiga indústria cerâmica, pode servir de “projeto-piloto” para a PMESP e como laboratório de testes para o Governo do Estado. Tal proposta foi aceita pelo Comandante do 6º BPM/M, Ten Cel PM Drigo, e já faz parte do rol de assuntos a serem tratados com o Prefeito de São Caetano do Sul. Trata-se de uma oportunidade ímpar, uma vez que o projeto pretende implantar uma área residencial térrea, residencial verticalizada, escritórios verticalizados, serviços e um “shopping” center. Todos de interesse de estudo, acompanhamento e impactantes;

31. Desenvolvimento de estudos com a utilização de “buffers” pelo Corpo de Bombeiros, para melhor definição das áreas em que ocorrem os maiores

acionamentos para incêndios, salvamentos e resgate, para iniciar programas preventivos ou reposicionamento de Postos de Bombeiros;

32. Implantação de procedimentos padronizados para a solução de problemas de segurança pública com base no ciclo: levantamento, análise, resposta e avaliação, criando uma Norma Brasileira, para facilitar o entendimento e troca de informações entre todas as Polícias Militares, com as seguintes características:

No item “Levantamento” deverá constar:

-Identificação dos problemas recorrentes que preocupam as pessoas e a polícia;

-Elencar as prioridades dos problemas a serem enfrentados, que deverá ser realizado em conjunto com o Comandante do Batalhão, uma vez que outras tarefas não poderão interpor na proposta de enfrentamento;

-Estabelecer os objetivos definidos para o estudo;

-Confirmar a existência e a dimensão dos problemas, com gráficos, mapas, avaliação da evolução criminal, comparação do “antes” e “após” determinadas mudanças do ambiente etc;

-Selecionar um problema para avaliação, uma vez que muitas variáveis podem interferir e prejudicar o estudo;

-Coletar e examinar informações e dados estatísticos a respeito do problema definido, em literaturas especializadas, monografias e em *sites* especializados;

No item “Análise” deverá constar:

-Procurar identificar e compreender os eventos e condições que precedem e acompanham o problema;

-Identificar as conseqüências do problema para a comunidade, bem como o impacto criminal;

-Identificar a freqüência do problema e há quanto tempo ele vem ocorrendo;

-Identificar as condições que facilitaram o surgimento do problema e a sua manutenção na localidade, procurando comparar com outras localidades;

-Definir o problema da forma mais precisa e específica possível e fixar condições que possam ser controladas e medidas;

-Ser criativo e identificar os recursos disponíveis que possam auxiliar o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada do problema, sendo que a utilização policiamento preventivo ou operações policiais deverão ser o último recurso;

No item “Resposta” deverá constar:

-Pesquisar o que já foi feito em outras comunidades que enfrentaram o mesmo problema e quais os resultados obtidos;

-Ser participativo, consultando outros policiais, entidades, permitindo que todos possam dar sua opinião através da “tempestade de idéias” (brainstorm);

-Elencar todas as soluções possíveis e definir com o Comandante do Batalhão a solução mais viável e possível de aplicar, definindo um prazo para a solução;

-Elaborar um planejamento concreto, identificando oportunidades, ameaças, forças e fraquezas de cada envolvido;

-Estabelecer objetivos específicos e prazos reais com cronograma de ações;

-Identificar os dados e informações relevantes a serem coletados durante a implementação do planejado, para permitir uma avaliação após o término do prazo estabelecido;

-Os CPA, CPM e CPI deverão dar sustentabilidade para as atividades planejadas, considerando que na implantação a “segurança preventiva primária” demanda tempo para os resultados;

No item “Avaliação” deverá constar:

-Determinar mensalmente se o plano está ou não seguindo o cronograma, e se está sendo totalmente implementado;

-Identificar se os objetivos foram alcançados e coletar dados quantitativos e qualitativos;

-Identificar qualquer nova estratégia que deva ser acrescentada, mantendo a busca de soluções outras ou mudanças de rumos necessários para aperfeiçoar o planejado;

-Manter-se firme na constante avaliação, persistindo nas ações até ter a certeza de que o caminho é o correto ou ter a certeza de que não resultará em sucesso;

-Entender que o não-sucesso se trata de uma nova oportunidade de aprendizado na busca da eficiência técnica com base na ciência.

O trabalho monográfico procurou apresentar técnicas e estudos internacionais, confeccionaram-se estatísticas e mapas, que comprovaram a ciência

por traz das técnicas preventivas existentes e que poderão ser reproduzidas pela PMESP, como mecanismo de “segurança preventiva primária”.

Não resta dúvida que os empreendimentos imobiliários são impactantes e alteram a ecologia do entorno, conforme foi apresentado, neste trabalho, com base nos Anexos 6, 7, 8 e 10. Todos os locais analisados apresentam algum aumento nos índices criminais em seu entorno como já apresentado no capítulo 6.

Mostrou-se que algumas ações gerenciais do município de São Paulo apontam para a utilização das ferramentas CPTED, DAC e POP, mas a PMESP é quem tem a experiência, capacidade e oportunidade de ampliar esses conhecimentos e repassá-las aos municípios de forma cooperativa através de Convênios.

O Laudo Técnico de Segurança Pública vai nascer dessa maior capacitação de seus profissionais e da abertura desse novo caminho, em parceria com os municípios, trabalhando de forma cooperativa, multidisciplinar, construindo uma fonte inesgotável de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1998.

ATLAS, Randall. AIA 2005 NATIONAL CONVENTION AND DESIGN EXPOSITION. Mandalay Bay: The American Institute of Architects: 2005.

ATLAS, Randall. **THE ALCHEMY OF CPTED: LESS MAGIC, MORE SCIENCE**. As presented at the International CPTED Association Convention, Sept 1999.

BONDARUK, Roberson Luiz. **A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano**. Curitiba: Edição do autor, 2007.

**Código de obras e edificações**: Lei nº 11.228, de 25/06/1992: regulamento: Decreto nº 32.329, de 23/09/1992, legislação sobre utilização de gás combustível, normas de proteção contra incêndios, índice remissivo / org. Henrique Hirschfeld. São Paulo: Atlas, 1993.

**CPTED: Durham Guide to Creating a Safer Community**. Durham County, North Carolina.

**Crime Prevention through environmental design – Policy and Guidelines**. City of Rockingham:GHD Pty Ltd, 2005.

CROWE, T. (2000) **Crime Prevention Through Environmental Design**. Butterworth-Heinemann, Stoneham, Massachusetts.

CROWE, T. (2003) **Advanced Crime Prevention Through Environmental Design** (Seminar notes). American Crime Prevention Institute, Louisville, Kentucky.

DALLARI, Adilson Abreu e outros. **Estatuto da Cidade (Comentários à Lei Federal 10.257/2001)**. São Paulo: PC Editorial Ltda., 2003.

Design Against Crime in Practice. Extract from a report to the Home Office and the Department of Trade Industry. Crown Copyright, 2000

FILHO, Lauro Luiz Francisco Filho. **Distribuição espacial da violência em Campinas – Uma análise por geoprocessamento**. Monografia (Tese de Doutorado apresentado ao programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

FIRE DEPARTMENT, CITY OF NEW YORK. **ANNUAL REPORT 2007**. City of New York, 2007.

FISCHER, Daniela. **PERCEPÇÃO DE RISCO E PERIGO: UM ESTUDO QUALITATIVO**. ABERGO 2002 – VI Congresso Latino Americano de Ergonomia. 2002.

HOME OFFICE. **ASSESSING THE IMPACT OF CCTV: THE HAWKEYE CASE STUDY**. Home Office Online Report 12/05. London: Crown, 2005.

JUNIOR, Orlando Taveiros Costa. Sistema de Videomonitorização urbana como instrumento da PMESP para o controle e prevenção da criminalidade. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2009.

KAHN, Tulio. **Ferramentas e Técnicas de Análise Criminal - Estudos Criminológicos**. Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública. São Paulo: 2008.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: MALHEIROS EDITORES LTDA, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: PC Editorial Ltda, 2005.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. TEXTO-BASE para a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – Brasília, 2009.

MONET, J.-C. 2001, *Polícias e Sociedade na Europa*. São Paulo, Edusp.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NATIONAL FIRE PROTECTION ASSOCIATION. *Fire Protection Handbook*. Quincy, Massachusetts: National Fire Protection Association, 1991.

NEWMAN, O. 1996, **Creating Defensible Space**, US Department of Housing and Urban Development.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2008-2011**. Secretaria de Segurança Pública. São Paulo: 2007.

**Revista Engenharia** - INSTITUTO DE ENGENHARIA. São Paulo: Engenho Editora Técnica, 2008. ed. nº 589.

**Revista Engenharia** - INSTITUTO DE ENGENHARIA. São Paulo: Engenho Editora Técnica, 2007. ed. nº 584

**Revista Engenharia** - INSTITUTO DE ENGENHARIA. São Paulo: Engenho Editora Técnica, 2008. ed. nº 590

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SÃO PAULO (ESTADO). POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. CORPO DE BOMBEIROS. **Regulamento de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco: Decreto Estadual nº 46.076/01**. São Paulo: Corpo de Bombeiros, 2005.

SAVILLE, Greg. 2<sup>ND</sup> GENERATION CPTED: An Antidote to the Social Y2K Virus of Urban Design. School of Criminology and Criminal Justice, Florida State University.  
Smith, M. S. (1996) Crime Prevention Through Environmental Design in Parking Facilities. National Institute of Justice, Washington D.C.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópolis: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TAVARES, José da Cunha. **Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho**. São Paulo: Senac, 2008

UNIVERSITY OF CAMBRIDGE – The Judge Institute of Management Studies. A Report to the Design Council, The Home Office and the Department of Trade and Industry. SHEFFIELD HALLAM UNIVERSITY, 2000.

VELOSO, Fernando e outros. **É possível: gestão da segurança pública e redução da violência**. Rio de Janeiro: Casa das Garças, 2008.

WILLEMSE, Hans M. **DEVELOPMENTS IN DUTCH CRIME PREVENTION**. Netherlands Ministry of Justice.



## ANEXO 1 – Site com apresentação de manuais para solução de problemas – “PROBLEM-ORIENTED POLICING- POP”

**Center for Problem-Oriented Policing**

Home | About Us | POP Guides | Translations | Library | Learning Center | POP Conference

POP Center » Problems

### Problem-Specific Guides

The Problem-Specific Guides for Police summarize knowledge about how police can reduce the harm caused by specific crime and disorder problems.

**Anonymous Peer Review:** Each guide is informed by a thorough review of the research literature and reported police practice, and each guide is anonymously peer-reviewed by a line police officer, a police executive and a researcher prior to publication. The review process is independently managed by the COPS Office, which solicits the reviews.

These guides are web versions of the guides with links to many additional resources designed to be read on-line.

These are shorter printed versions of the guides for easy download and printing.

Sort Web Guides: Guide Number Alphabetical Category Guide Author Year

Sort PDF Guides: Guide Number Alphabetical Category Guide Author Year

#1 Assaults in and Around Bars 2nd Ed.	#2 Street Prostitution 2nd. Ed.
#3 Speeding in Residential Areas	#4 Drug Dealing in Privately Owned Apartment Complexes
#5 False Burglar Alarms 2nd Edition	#6 Disorderly Youth in Public Places
#7 Loud Car Stereos	#8 Robbery of Automated Teller Machines
#9 Graffiti	#10 Thefts of and from Cars in Parking Facilities
#11 Shoplifting	#12 Bullying in Schools
#13 Panhandling	#14 Rave Parties
#15 Burglary of Retail Establishments	#16 Clandestine Methamphetamine Labs
#17 Acquaintance Rape of College Students	#18 Burglary of Single-family Houses
#19 Misuse and Abuse of 911	#20 Financial Crimes Against the Elderly
#21 Check and Card Fraud	#22 Stalking
#23 Gun Violence Among Serious Young Offenders	#24 Prescription Fraud
#25 Identity Theft	#26 Crimes Against Tourists
#27 Underage Drinking	#28 Street Racing
#29 Cruising	#30 Disorder at Budget Motels
#31 Drug Dealing in Open-Air Markets	#32 Bomb Threats in Schools
#33 Illicit Sexual Activity in Public Places	#34 Robbery of Taxi Drivers
#35 School Vandalism & Break-ins	#36 Drunk Driving
#37 Juvenile Runaways	#38 Exploitation of Trafficked Women
#39 Student Party Riots	#40 People with Mental Illness
#41 Child Pornography on the Internet	#42 Witness Intimidation
#43 Burglary at Single-Family House Construction Sites	#44 Disorder at Day Laborer Sites
#45 Domestic Violence	#46 Thefts of and from Cars on Residential Streets & Driveways
#47 Drive by Shootings	#48 Bank Robbery
#49 Robbery of Convenience Stores	#50 Traffic Congestion Around Schools
#45 Domestic Violence	#46 Thefts of and from Cars on Residential Streets & Driveways
#47 Drive by Shootings	#48 Bank Robbery
#49 Robbery of Convenience Stores	#50 Traffic Congestion Around Schools
#51 Pedestrian Injuries & Fatalities	#52 Bicycle Theft
#53 Abandoned Vehicles	#54 Spectator Violence in Stadiums

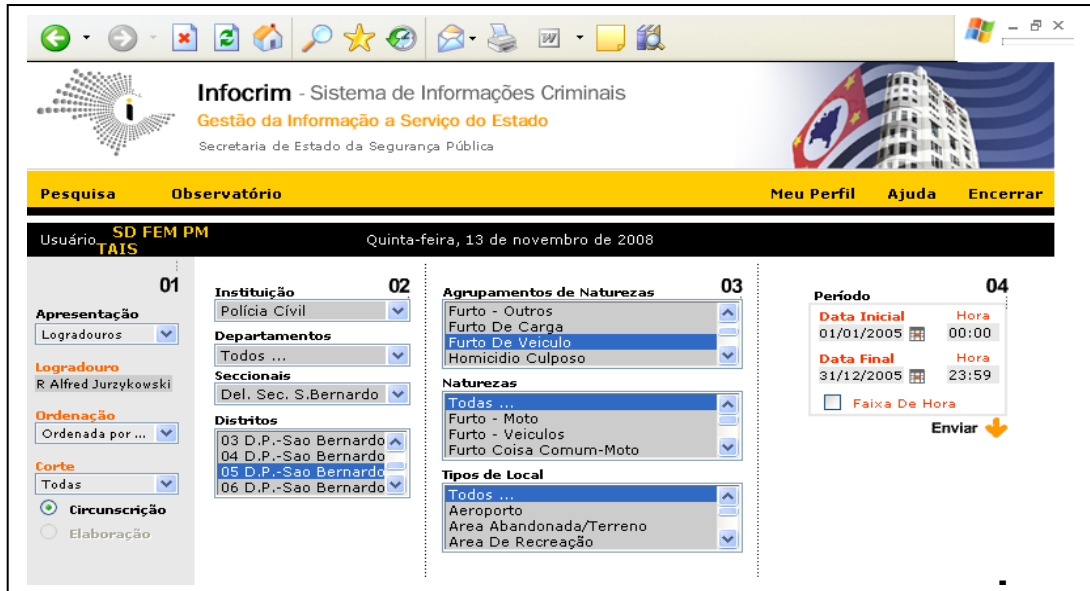
**Free Bound Copies of the Problem Guides**

You may order free bound copies in any of three ways:  
 Online at: [Department of Justice COPS Response Center](http://www.popcenter.org/)  
 Email: [askCopsRC@usdoj.gov](mailto:askCopsRC@usdoj.gov)  
 Phone: 800-421-6770 or 202-307-1480  
 Allow several days for delivery.

Home | About Us | Problems | Responses | Analysis Tools | Library | Learning Center | Contact Us  
 Privacy Policy | Copyright © 2009 Center for Problem Oriented Policing

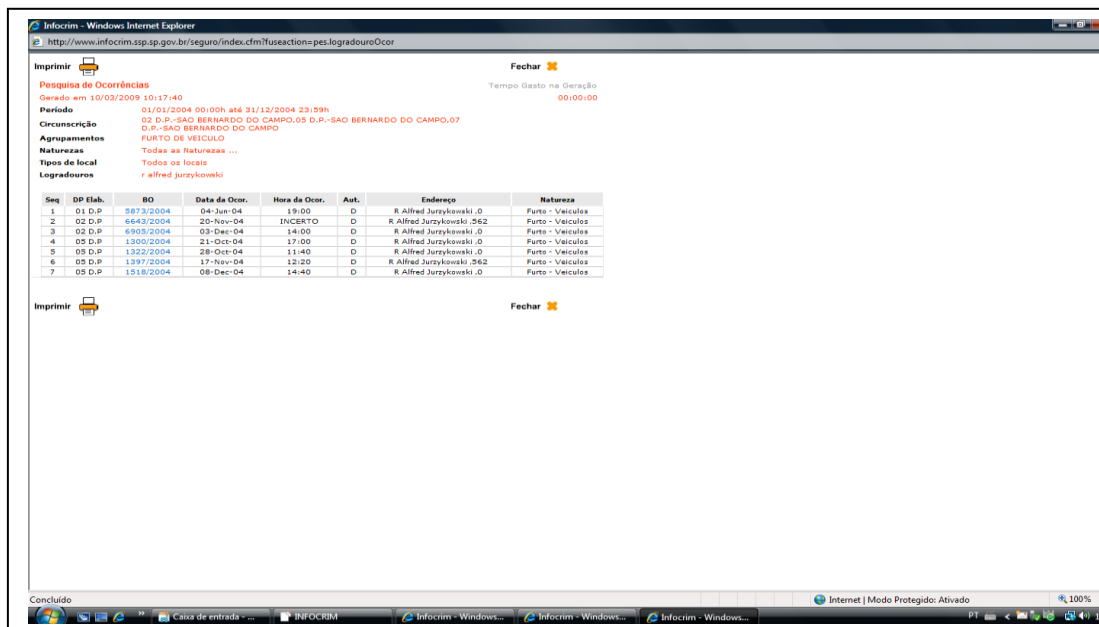
Fonte: <http://www.popcenter.org/>, acesso em 22/03/2009, às 23h00  
 Figura 1: Imagem do site apresentando manuais de solução de problemas

**ANEXO 2 – Resultados Criminais da Utilização do CPTED na unidade Mercedes-Benz do Brasil e Mapa da localização do evento “Festa das Nações”, todos em São Bernardo do Campo.**



Fonte: <http://www.infocrim.ssp.sp.gov.br/seguero/index.cfm?fuseaction=pes.formPesq>, em 13/11/2008, às 14h31

Figura 1: Imagem da pesquisa no Infocrim



Fonte: <http://www.infocrim.ssp.sp.gov.br/seguero/index.cfm?fuseaction=pes.formPesq>, em 10/03/2009, às 10h17

Figura 2: Imagem da pesquisa no Infocrim da Rua Alfred Jurzykowski

Imprimir Fechar

**Pesquisa de Ocorrências**

Gerado em 13/11/2008 14:31:37

Tempo Gasto na Geração 00:00:00

**Período** 01/01/2005 00:00h até 31/12/2005 23:59h

**Circunscrição** 05 D.P.-SAO BERNARDO DO CAMPO

**Agrupamentos** FURTO DE VEICULO

**Naturezas** Todas as Naturezas ...

**Tipos de local** Todos os locais

**Logradouros** R Alfred Jurzykowski

Seq	DP Elab.	BD	Data da Ocor.	Hora da Ocor.	Aut.	Endereço	Natureza
1	02 D.P.	2806/2005	02-May-05	INCERTO	D	R Alfred Jurzykowski ,562	Furto - Veiculos
2	03 D.P.	2190/2005	06-Apr-05	21:30	D	R Alfred Jurzykowski ,0	Furto - Veiculos
3	05 D.P.	33/2005	07-Jan-05	11:30	D	R Alfred Jurzykowski ,0	Furto - Veiculos
4	05 D.P.	581/2005	04-May-05	14:10	D	R Alfred Jurzykowski ,0	Furto - Veiculos
5	05 D.P.	644/2005	19-May-05	10:00	D	R Alfred Jurzykowski ,0	Furto - Veiculos
6	05 D.P.	657/2005	20-May-05	07:30	D	R Alfred Jurzykowski ,0	Furto - Veiculos
7	05 D.P.	674/2005	25-May-05	10:40	D	R Alfred Jurzykowski ,0	Furto - Veiculos
8	05 D.P.	687/2005	31-May-05	08:00	D	R Alfred Jurzykowski ,562	Furto - Veiculos
9	05 D.P.	694/2005	01-Jun-05	17:30	D	R Alfred Jurzykowski ,562	Furto - Veiculos

Imprimir Fechar

Fonte: <http://www.infocrim.ssp.sp.gov.br/seguro/index.cfm?fuseaction=pes.formPesq>, em 13/11/2008, às 14h31

Figura 3: Imagem da pesquisa no Infocrim da Rua Alfred Jurzykowski (01/01/2005 a 31/12/2005)

Imprimir Fechar

**Pesquisa de Logradouro**

Gerado em 13/11/2008 14:36:04

Tempo Gasto na Geração 00:00:00

**Período** 01/01/2008 00:00h até 12/11/2008 23:59h

**Circunscrição** 05 D.P.-SAO BERNARDO DO CAMPO

**Agrupamentos** FURTO DE VEICULO

**Naturezas** Todas as Naturezas ...

**Tipos de local** Todos os locais

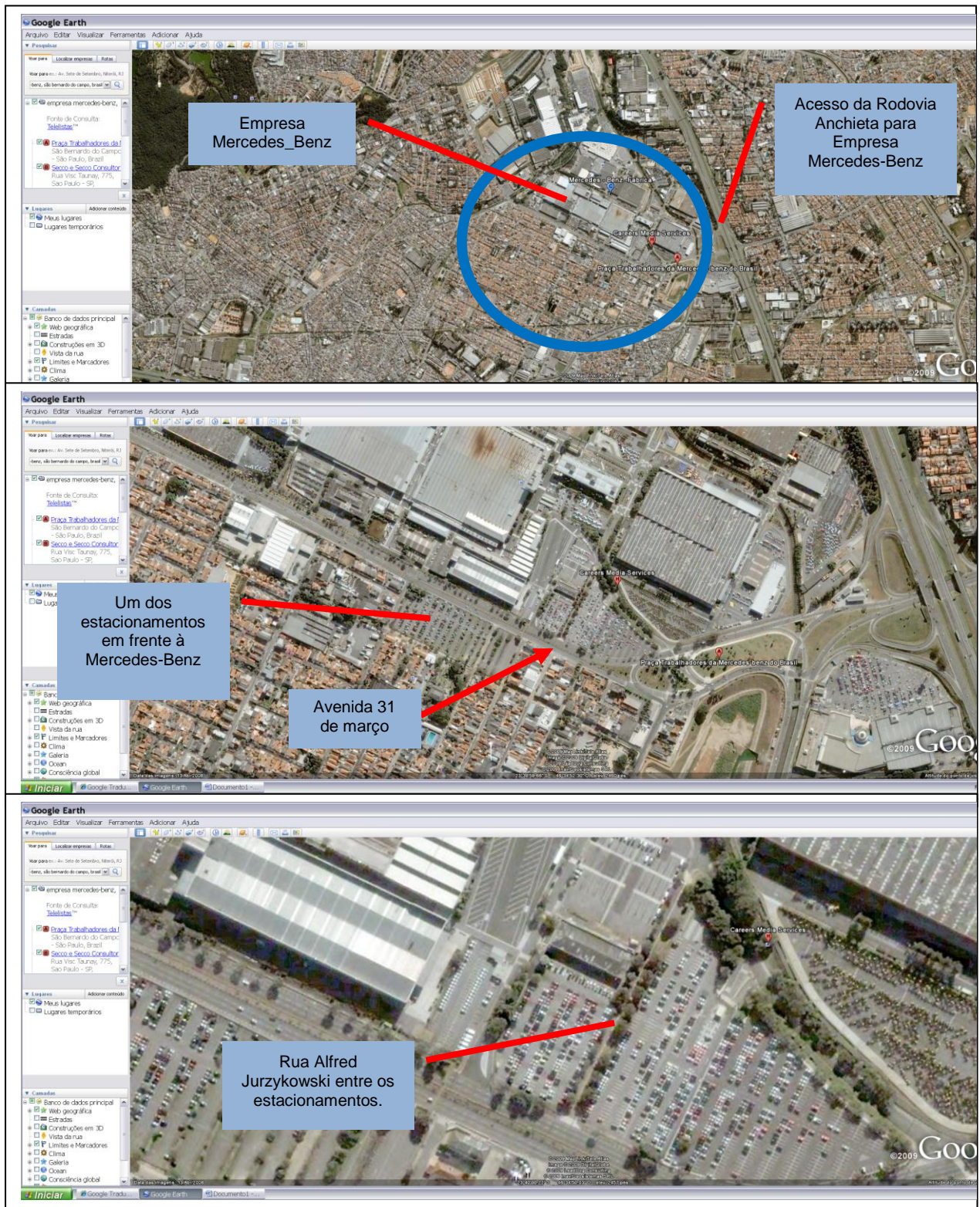
**Logradouros** R Alfred Jurzykowski

**Nenhuma ocorrência encontrada nestas condições**

Imprimir Fechar

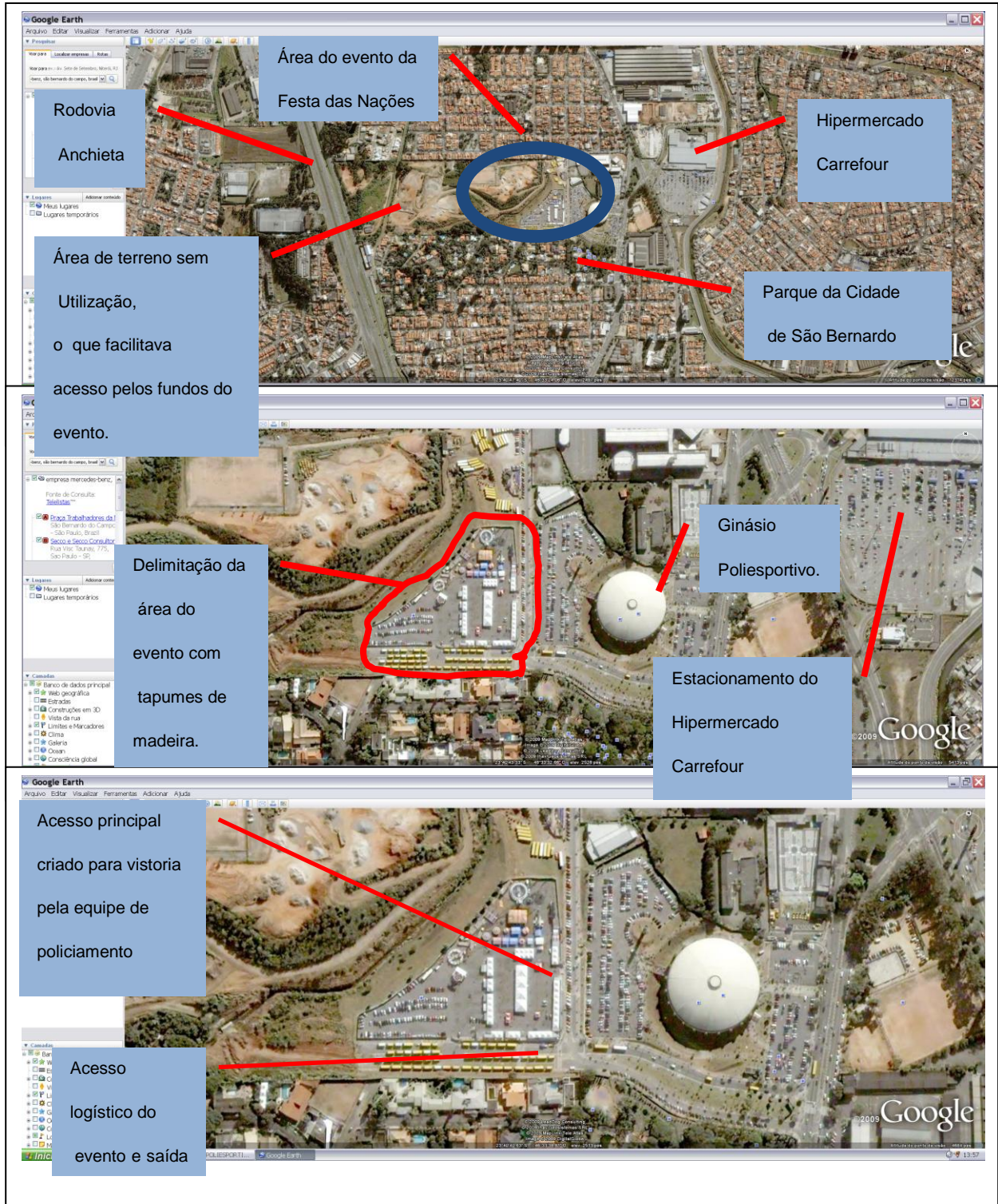
Fonte: <http://www.infocrim.ssp.sp.gov.br/seguro/index.cfm?fuseaction=pes.formPesq>, em 13/11/2008, às 14h36

Figura 4: Imagem da pesquisa no Infocrim da Rua Alfred Jurzykowski (01/01/2008 a 12/11/2008)



Fonte: Programa Google Earth, acesso 22h22 de 02/03/2009

Figura 5: Imagens do Programa Google Earth da Empresa Mercedes-Benz do Brasil



Fonte: Programa Google Earth, acesso 13h57 de 07/03/2009

Figura 6: Imagens do Programa Google Earth da localização do evento “Festa das Nações” em São Bernardo do Campo

## **ANEXO 3 – Conceitos Básicos de Geoprocessamento**

**Cartografia:** Especialidade científica voltada à elaboração de mapas. É ela que oferece os subsídios para análise e interpretação destes e de outros recursos gráficos.

**Geoprocessamento:**

Tecnologia que integra cartografia e banco de dados, proporcionando a comunicação da informação através do mapa.

O geoprocessamento permite a execução de análises geográficas complexas, organizando, documentando, modelando, relacionando uma série de informações que, por meio da exibição visual dos componentes geográficos dos seus dados, é possível que se observe rapidamente e de modo simples a existência de padrões e relações, ou não, entre elas.

**Mapinfo:**

É uma ferramenta de mapeamento eletrônico que tem como objetivo permitir a visualização e análise conjunta de dados gráficos (pontos, linhas, regiões etc.) e convencionais (números, conjunto de caracteres etc.).

## **ANEXO 4 – Manual Básico com os principais critérios de aplicação do CPTED**

Apresentamos a seguir algumas das características e possibilidades de utilização dos conceitos do CPTED aplicadas na arquitetura, nos ambientes e serviços.

Trata-se de uma apresentação que visa elucidar possíveis dúvidas que tenham surgido na leitura do Capítulo 4 desta Monografia.

Este material não visa esgotar as possibilidades de aplicação do CPTED, mas tão somente apresentar exemplos que podem ser plenamente incorporados em todo e qualquer ambiente construído.

Este material tomou como base os seguintes trabalhos:

- 1- **“CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESIGN - POLICY GUIDELINES / CITY OF ROCKINGHAM”;**
- 2- **Metropolitan Design Center, College of Design – University of Minnesota, e**
- 3- **Design Against Crime (DAC) Research Centre – University of the Arts London, Central Saint Martins**

O projeto das edificações pode maximizar a vigilância natural para ruas e avenidas próximas e demais áreas públicas.



Figura 1 Janelas voltadas para as ruas e áreas públicas proporciona vigilância natural



Figura 2 Evitar muros sem utilização que escondem a vigilância natural e encorajam a pichação



Figura 3 Assegure que o acesso a lotes fechados não estejam voltados para vielas ou áreas de pouca vigilância.

Janelas e pontos de entrada das edificações devem estar voltadas para as ruas e áreas públicas, para promover vigilância natural e aumentar a percepção de observação.

Sinalizar áreas edificadas para propiciar a vigilância natural.

Distribuir aberturas nas edificações para propiciar o mesmo nível de vigilância natural.

Áreas que requerem mais vigilância natural podem ser cercadas por grades ou por ocupações comerciais.



Figura 4 Áreas que requerem vigilância natural, tais como estacionamentos devem estar próximas a áreas construídas. Exemplo: cafés, lanchonetes

Assegurar que as laterais de lotes possuam aberturas que possibilitem a vigilância natural.

Na medida do possível, o fundo de lotes fechados não deve ficar voltado para vielas.

Sempre que possível, a localização das cercas, portas de garagem e parques de estacionamento devem ficar posicionados em frente às ruas, devido à sua capacidade de fornecer vigilância natural.



As entrada ou saída de edificações devem proporcionar fácil acesso para a utilização, proporcionar clara visibilidade da rua e a partir da rua, minimizando potenciais ambientes que sirvam como esconderijos para “tocaiais”.



Figura 5 O projeto da entrada e saída da edificação deve permitir clara identificação e melhor campo de visão, minimizar o potencial de esconderijos – o projeto deve permitir visualização clara.



Figura 6 Áreas delimitadas e com permanência humana.

Evite a concepção de entradas das edificações em forma de “funil”, pois limita a visibilidade das pessoas ao saírem das edificações.

Assegurar que os elevadores de acesso para “portadores de necessidades especiais” estejam posicionados em áreas acessíveis, com boa vigilância natural.

A entrada e saída das edificações devem ser claramente definidas, iluminadas com visibilidade da rua.

As áreas de acesso público e o privado devem estar delimitados e com atividade.



Figura 7 O projeto desse acesso limita a visibilidade.



Figura 8 A vegetação não deve obscurecer o campo de visão a partir das janelas

O projeto de ruas e espaços públicos deve minimizar a criação de barreiras para a vigilância bem como a oportunidade de esconderijos.

Posicionar a vegetação de modo a permitir um claro campo de visão do edifício para o nível da rua.

Evite arbustos e plantas de rápido crescimento que possam bloquear a vigilância natural.

Escolha plantas que tenham

Escolha vegetação que contenha

características de “crescimento lento” e de fácil manutenção, para reduzir o custo e o esforço de manutenção.

atributos de vigilância, isto é, que possuam a sua “copa” acima de dois metros ou aquelas que se mantenham no máximo a um metro do nível do solo, quando “adultas”.



Figura 9 Edificações do tipo “côncavo” em avanço cria ambientes para emboscada e esconderijo

Evite configurações “côncavas” em edificações ou que permitam pontos de “esconderijo”.



Figura 10 Acesso identificado mas com baixa possibilidade de vigilância e com a possibilidade de esconderijo.

Projetos urbanos devem encorajar atividades para aumentar a presença de “olhos sobre a rua” por longos períodos do dia e da noite.

Garanta que parques, áreas públicas abertas e áreas de jogos sejam visíveis das ruas, casas e outras edificações.



Figura 11 Área pública com boa visibilidade da área residencial.

Distâncias podem ser barreiras contra a vigilância. Minimize o medo do crime, projetando espaços públicos com alcance visual das edificações da circunvizinhança ou atividades geradoras de presença humana.



Figura 12 Proporcionar ambientes abertos para a realização de atividades externas em todos os horários.

Crie um ambiente agradável para atividades próximas aos parques através da densidade de ocupação de uso residencial, como forma de aumentar a vigilância natural.

Crie “ambientes multiuso” e não



Figura 13 Esta área inclui uma boa ocupação multiuso (parque, comércio e residencial)

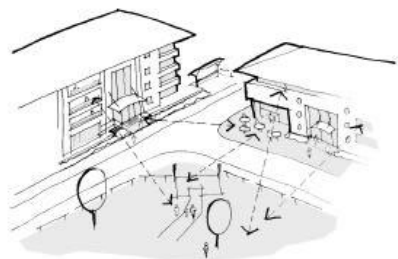


Figura 14 Aumente sempre a possibilidade de interação entre as edificações e suas atividades internas com os ambientes e atividades externas.

Assegurar que as janelas dos ambientes internos mais ativos, tais como cozinhas e salas de estar, estejam voltadas para a área de pedestres, garantindo a vigilância natural.

A densidade residencial ou comercial aumenta a probabilidade de atividade nas imediações.



Figura 15 Área multiuso com boa atividade, vigilância natural e demarcação entre público, "semi-público" e privado.

conflitantes.

As áreas de recreação devem manter distâncias adequadas para encorajar atividades externas.



Figura 16 Área multiuso com boa vigilância natural, identificação das áreas públicas e privadas e boa sinalização orientativa.

\* NOTA: A mistura de atividades, através da introdução de áreas ou recursos de recreação, requerem cuidadosa consideração, como forma de se identificar e evitar potenciais conflitos.

Por exemplo, instalando-se atividades para adolescentes (instalações de pista de skate) ao lado de instalações para crianças ou idosos, pode-se gerar conflitos, devido a:

- percepção de ameaça;
- diferença de cultura, e
- risco de Bullying.



Figura 17 Atividades externas não devem gerar conflito de gerações.

Os projetos devem definir claramente as zonas de transição entre os espaços públicos, semi-públicos e os privados.



Figura 18 Residências devem possuir identificação que delimita o espaço público do privado.

A delimitação clara para o público do ambiente “semi-público” (jardim frontal) e privados (residência) demonstra uma clara mensagem da transição.



Figura 20 As calçadas e ruas devem permitir boa visibilidade de seu entorno, garantindo a vigilância Natural.

As áreas de quintais em residências e pátios privados devem ser posicionadas na parte lateral ou na parte traseira de lotes, para minimizar a necessidade de posicionar paredes ou outras barreiras naturais de vigilância próximos às ruas.



Figura 19 Não permita que o ambiente fique degradado.



Figura 24 Área comercial com boa demarcação das limitações do espaço público e do privado.



Figura 21 Edificações devem possuir identificação clara da limitação do espaço público do privado.



Figura 22 Acesso com boa demarcação territorial.



Figura 23 Área residencial com boa identificação entre público e privado.

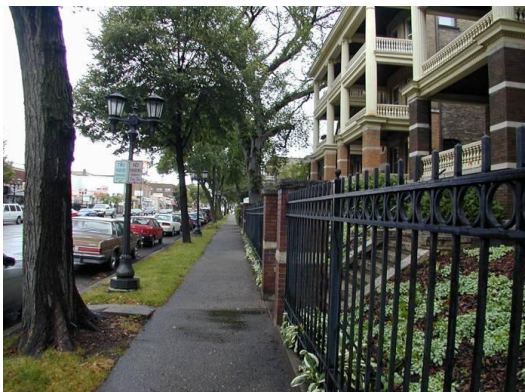


Figura 26 Residências com controle de acesso e barreiras que permitem a vigilância natural.

Lotes residenciais devem ser colocados com quintais 'lado a lado' para maximizar a segurança e minimizar a necessidade de muros.

A mesma estratégia pode ser utilizada para instalações comerciais.



Figura 25 A concepção arquitetônica das edificações deve se preocupar com a garantia da vigilância natural de todo seu perímetro. Este é um exemplo da falta da aplicação dessa regra.



Figura 27 Controle de acesso e limitação territorial.

A localização e os projetos para áreas de acesso para pedestres devem proporcionar caminhos seguros com clara identificação de direção e limites, boa vigilância natural e não permitir ambiente para esconderijos e emboscadas.



**Figura 28** Acesso em desnível, com baixa presença humana e com áreas que funcionam como esconderijos.



**Figura 29** Evite calçadas que direcionem os pedestres através de áreas isoladas sem boa vigilância natural.



**Figura 30** Evite áreas cegas ao longo do calçamento.

Evite que o caminho traçado passe por áreas isoladas sem boa vigilância natural ou aumente a monitorização.

Alguns elementos do projeto podem permitir que “ofensores em potencial” possam prever para onde as pessoas estão se encaminhando.

Por exemplo, túneis para pedestres, passagens estreitas, escadas rolantes e escadas servem como orientação ao ofensor.

Estes elementos de projeto podem contribuir para facilitar eventos criminosos. Tais “movimentos previsíveis” são piores em área de pobre vigilância natural.



**Figura 32** Áreas propensas a emboscadas devem ser monitoradas.

A segurança dos usuários deve ser sempre considerada, evitando-se os “movimentos previsíveis”.

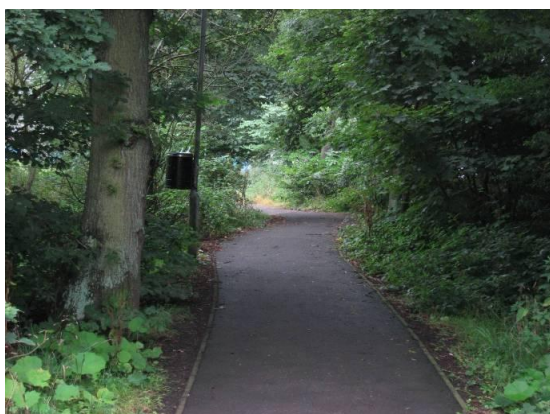
Quando tal problema não puder ser evitado, deve-se melhorar a vigilância natural, a iluminação a proximidade com atividades nas adjacências e o aumento do reforço territorial através da monitorização.



**Figura 31** Passagem subterrânea permite previsão de movimentos previsíveis para o agressor



**Figura 34** Passagem nos fundos de residências com muros altos não permitem a vigilância natural.



**Figura 35** Caminhos que não permitem a visualização a longa distância, com muitas curvas, não permitem a antecipação da ameaça e aumentam a sensação de insegurança.



**Figura 33** O reforço territorial pode ser conseguido através da monitorização.

Minimizar potenciais esconderijos.

Evite que os pedestres passem ou tenham acesso a áreas com “pontos cegos”.



**Figura 37** Não direcione os usuários para áreas inseguras.



Figura 36 Os acessos com pouca vigilância natural e em desnível devem ser evitados. Evitar o isolamento.



Figura 40 Áreas públicas devem ser mantidas para aumentar a ligação social, permitir a realização de atividades e aumentar a sensação de “domínio territorial da comunidade.”



Figura 41 A boa sinalização evita que o pedestre seja direcionado para áreas inseguras e ajuda no auxílio quando em emergências.



Figura 38 Não dê sinais de abandono, isso pode incentivar o potencial criminoso.



Figura 39 Passagens subterrâneas sem iluminação aumentam a sensação de insegurança

Evite passagens subterrâneas ou superiores quando possível. Tais ambientes limitam a capacidade de fuga dos pedestres.

Fornecer aos pedestres, sinalização direcional clara.



Os projetos devem maximizar a vigilância natural e encorajar atividades para pedestres e ciclistas.



**Figura 42** Calçada limite com a rua e com comércio facilitando a vigilância natural



**Figura 44** Proteções contra intempéries encorajam as atividades e a presença de pedestres

Calçadas principais e locais de transporte público devem proporcionar proteção contra intempéries para encorajar atividade em todo tipo de clima.

A fiscalização natural e a percepção de vigilância podem melhorar se as janelas das residências forem posicionadas com orientação para a rua.

Os percursos para pedestres que estão localizados, atravessando áreas vazias ou abandonadas, devem ter critérios de segurança, através da introdução de novas residências ou área de comércio para reforçar a vigilância natural.



**Figura 43** Áreas com manutenção deficiente e com vegetação inadequada, o que facilita “emboscada”.



**Figura 47** Área com altura adequada da copa das árvores e nenhum obstáculo ao nível do solo.

Percursos em curva devem ser evitados, pois diminuem a visibilidade, mas se forem implantados, o raio da curva deve ser longo, o que facilita a visibilidade e permite a antecipação do pedestre diante de potenciais ameaças.



Figura 45 Evite construções que propiciem a “escalada”



Figura 46 Boa visibilidade de obstáculos e ameaças para os ciclistas.



Figura 48 Área sinalizada e caminhos bem definidos e demarcados para os pedestres, permitindo a vigilância natural.

Percursos para pedestres ou ciclistas devem estar posicionados em conjunto com serviços públicos de transporte e passar por áreas comerciais, escolas e parques.

Assegurar para que os pedestres e ciclistas possuam boa visão de todo o trajeto, o qual deverá possuir boa sinalização orientativa das mudanças de direção.

Os projetos devem garantir que as áreas verdes não comprometam a vigilância natural.



Figura 49 O paisagismo pode obscurecer a iluminação artificial ou reduzir a vigilância natural

Garanta que parques e espaços abertos públicos sejam claramente visíveis a partir das ruas de acesso, residências e áreas comerciais.

Vegetações em áreas públicas não devem bloquear o campo visual entre 0,7 e 2,4 metros a partir do nível do solo.



Figura 52 Estacionamento com boa visualização e demarcação com vegetação em altura adequada.



Figure 50 Essas árvores estão localizadas de forma a bloquear vigilância natural das residências da circunvizinhança



Figure 51 Área com boa visibilidade e atrativa para atividades externas.

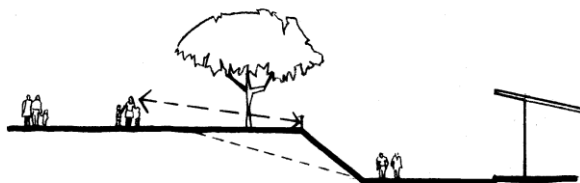


Figure 53 Garanta a vigilância natural também em desníveis.



Figure 54 Proporcione iluminação adequada nas calçadas e acessos às edificações.

Evitar grandes alterações, ao nível do solo, que possam bloquear a vigilância natural.

Os parques e espaços públicos abertos devem possuir ligação com ruas e áreas de estacionamentos no entorno.

As plantas quando crescidas, que possuïrem altura e volume em torno de 1,0 metro ou mais, podem criar espaços que facilitam os esconderijos. Tais plantas não devem ser implantadas próximo de parques ou muros.

A vegetação não deve obscurecer a iluminação (natural ou artificial) durante a fase de crescimento ou quando está totalmente desenvolvida.

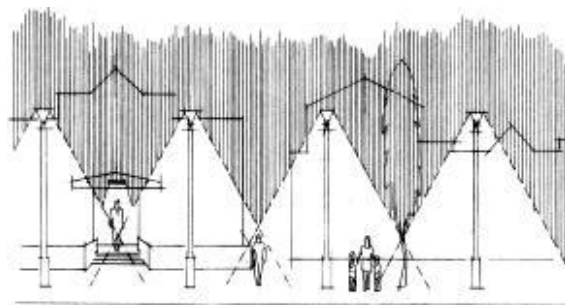


Figure 56 Área com boa visibilidade e atrativa para atividades externas.

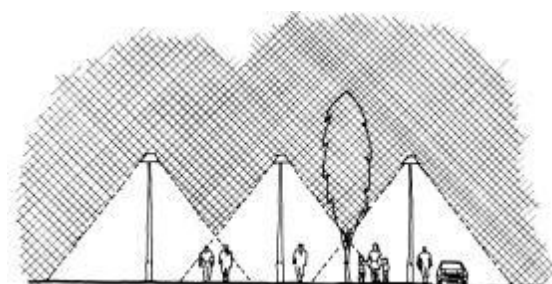


Figure 57 A iluminação deve estar posicionada de forma a garantir que os obstáculos não criem áreas de "penumbra".

As áreas de espera de transporte público devem ser localizadas em locais com grande atividade, iluminação, boa vigilância natural e possuir clara visualização das chegadas e partidas dos veículos de transporte.



Figure 55 Edificações que recebem grande público devem possuir projeto de iluminação adequado para aumentar a sensação de segurança e aumentar a sensação de propriedade.



Figura 58 Procure escolher vegetação de manutenção fácil para a vigilância natural

Os projetos devem garantir que atividades de grandes riscos, tais como caixas eletrônicos, playgrounds e banheiros públicos, sejam posicionados em locais próximo de atividades seguras e com boa vigilância natural.



Figura 59 Adequado paisagismo e proximidade com áreas residenciais permitem boa vigilância natural.

Caixas eletrônicos devem estar localizados em ruas comerciais, ao nível da rua, com direta visualização das calçadas, facilitando a visualização.



Figura 60 Área demarcada, sinalizada e posicionada em local de passagem de pedestres.



Figura 61 Diversos elementos arquitetônicos 'concavos' ou que promovam a falta de visibilidade, criam potenciais ameaças ao redor de caixas eletrônicas.

Trancar banheiros públicos à noite ou durante momentos do dia, de baixa atividade local, e aumentar a identificação da entrada para permitir às pessoas observarem à distância, se os banheiros públicos estão abertos ou fechados.



Figura 62 Evitar projetos e ambientes que proporcionem o bloqueio da vigilância natural para banheiros públicos.



Figura 63 Ambiente com boa visualização tanto interna quanto externa.

Caixas eletrônicas devem ser posicionados em ambientes seguros ou próximos desses, com passagem de pedestres, de forma a evitar emboscadas e assaltos.

Equipamentos de alto risco (playgrounds e banheiros públicos) devem ser instalados em ambientes de grande visibilidade e facilidade de acesso, para promover o uso, aumentando a sensação de segurança.



Figure 64 Caixas eletrônicas devem ser localizados em áreas abertas com atividades com boa vigilância natural.

A aproximação e a entrada para banheiros públicos devem ser projetadas para facilitar a visibilidade.

As pichações devem ser removidas dos equipamentos públicos para aumentar a percepção de segurança perante a comunidade.

Os equipamentos públicos devem ser projetados contra as ações de "vandalismo" e "pichações".

Os projetos devem garantir que telefones públicos estejam localizados em ambientes seguros com atividade e boa vigilância natural.



Figura 66 Serviços públicos de telefonia devem ser posicionados em áreas públicas abertas.

Evitar o posicionar telefones públicos em áreas de risco, tais como caixas eletrônicos e banheiros. O telefone pode funcionar como desculpa para a permanência humana indesejada.

Evitar que ambientes para descanso ou telefones públicos sejam posicionados próximos a banheiros públicos, tendo em vista que tais ambientes podem facilitar ou atrair a permanência humana indesejada.

Telefones públicos devem ser localizados em locais de alto tráfego e áreas que possuem atividades à noite, tais como restaurantes e comércios.



Figura 65 Identificação e controle de acesso é uma maneira de dissuasão do potencial agressor.



Figura 67 A localização de telefones e acentos públicos deve ser em áreas de alto risco, tal como banheiros públicos, promovendo a presença humana.

Os projetos devem garantir que áreas para guardar bicicletas estejam localizadas em áreas seguras e com boa vigilância natural.



Figura 68 Área sinalizada e posicionada em ambientes de grande visibilidade e próxima a fluidez de tráfego.

Áreas para guarda de bicicletas devem ser localizadas em ambientes de grande fluidez de tráfego e em pontos estratégicos (próximo a pontos de ônibus, restaurantes e áreas comerciais);



Figura 69 Garanta a acessibilidade das bicicletas para estimular a utilização e aumentar a sensação de segurança.

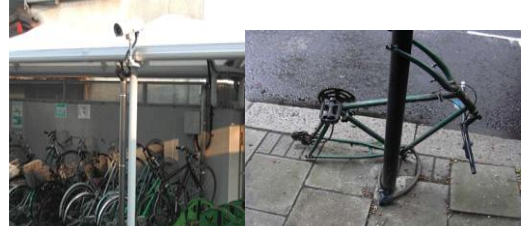


Figura 70 Sinalize e delimite ambientes seguros para guardar bicicletas. Áreas bem sinalizadas, iluminadas e com monitorização evitam perdas.

Sinalizações devem ser incorporadas nas edificações para aumentar a sensação de propriedade.



Figure 71 A sinalização aumenta sensação de propriedade.



Figura 72 Sinalização pode ajudar a evitar desculpas

As sinalizações são uma poderosa forma de mostrar domínio de propriedade.

Sinalizações devem ser robustas, resistentes contra vandalismo e protegidas contra a ação dos raios solares para que não percam sua função.

A sinalização deve ajudar a evitar desculpas tais como: “-Não sei onde estou!...”

As áreas monitoradas devem conter sinalizações para aumentar o controle territorial.



Figura 73 A sinalização pode aumentar seu reforço através de medidas complementares, tal como CFTV

<p>Projetos devem considerar a garantia de manutenção dos espaços públicos e construções.</p>  <p><b>Figure 74 Promover a remoção de pichações é importante para aumentar o reforço territorial e melhorar a percepção de segurança</b></p>	<p>Promover a remoção e reposicionamento de equipamentos danificados reforça a percepção na comunidade do sentimento de propriedade e aumenta a sensação da necessidade de cuidado. Da mesma forma que passa ao pedestre usuário sensação de segurança.</p> <p>Utilizar-se de práticas complementares para promover a percepção de segurança (remoção de pichação, ruas limpas, promover a ocupação de áreas comerciais vazias).</p> <p>A pichação é o caminho para infratores definirem seu território. Remover as pichações é o caminho que sugere que o território não é propriedade dos infratores.</p>
<p>Projetos e escolhas de materiais para iluminação devem ser considerados para diminuir a possibilidade de vandalismo.</p>  <p><b>Figura 75 Luminárias devem ser adequadas para áreas vulneráveis, evitando-se o vandalismo</b></p>	<p>Luminárias devem ser montadas no alto para evitar o vandalismo.</p> <p>Implantação de luminárias com conceitos “anti-vandalismo” devem ser utilizadas em áreas vulneráveis ou onde a vigilância passiva é limitada.</p>
<p>Planejamento e projetos devem considerar multiplicidade de atividades geradoras de encorajamento para uso dos espaços públicos e facilitar atividades.</p>	<p>Paisagismo e acessórios (equipamentos, iluminação, equipamentos automáticos para bebidas, banheiros, equipamentos de jogos) devem ser projetados e posicionados como forma de promover o sentimento de propriedade.</p>



Atividades comerciais e de conveniência (cafés, quiosques e equipamentos comunitários) podem ser implantados em áreas que requeiram garantia de reforço territorial, o que evidenciará o sentimento de propriedade.



**Figure 76** Lojas posicionadas em todo o perímetro aumentam a sensação de propriedade e aumentam a vigilância natural.

Lojas vazias podem ser utilizadas temporariamente por atividades comunitárias afins (displays, conselhos locais de informação ou promoção) para mitigar vandalismo, pichação e facilitar atividades e sentimento de propriedade



**Figura 77** Considerar a utilização de lojas vazias de forma temporária para atividades comunitárias.

## ANEXO 5 – Relação dos Locais Pesquisados

NOME DO LOCAL	ENDEREÇO	BAIRRO	DP	TELEFONE	NAUGURAÇÃO	ESTACIONAMENTO	POPULAÇÃO FIXA	POPULAÇÃO FLUTUANTE MÊS
Hospital São Luiz	Rua Francisco Marengo, 1.312	Anália Franco	30° DP	3386-1100	3/3/2008	pago (terceirizado)	450 funcionários	10.000 pessoas
Hospital Estadual de Sapopemba	Rua Manoel França dos Santos, 174	Jd. Sapopemba	69° DP	6114-6015	abr/03	Pago (terceirizado)	310 funcionários	8.000 pessoas
Universidade Nove de Julho - Campus Vergueiro	Rua Vergueiro, 235/249	Vergueiro	5° DP	2633-9111	abr/04	pago	280 funcionários + 1560 alunos	200 pessoas
Universidade Bandeirante - UNIBAN SUL - Campus Morumbi II	Rua Bela Vista, 739	Morumbi	11° DP	5180-9000	10/2/2006	pago	300 funcionários + 4.500 funcionários	400 pessoas
Universidade Bandeirante - UNIBAN TATUAPÉ - Campus Tatuapé	Avenida Guilherme Giorgi, 1.245	Vila Formosa	58° DP	2268-0010	2005	não tem	300 funcionários + 2.000 alunos	100 pessoas
Universidade Metodista de São Paulo - Campus São Paulo	Rua Silva Bueno, 1660	Ipiranga	17° DP	4366-5174	abr/08	pago	50 funcionários + 150 alunos	10 pessoas
Universidade São Judas Tadeu - Campus Butantã	Av. Vital Brasil, 1000	Butantã	51° DP	2799-1677	10/2/2006	pago	300 funcionários + 3.500 alunos	300 pessoas
Universidade São Marcos - Campus Tatuapé	Rua Coelho Lisboa, 334	Tatuapé	30° DP	2093-3131	13/2/2003	Pago (terceirizado)	380 funcionários	2.850 alunos
PUC - Pontifícia Universidade Católica - Campus Santana	Rua Voluntários da Pátria, 1653	Santana	13° DP	6221-2842	8/5/2005	Pago (terceirizado)	700 funcionários + 5.100 alunos	200 pessoas
Shopping Metrô Boulevard Tatuapé	Rua Gonçalves Crespo, 78 com Rua Tuiuti	Tatuapé	52° DP	2225-7000	8/5/2007			
Bourbon Shopping Pompéia	Rua Turiassu, 2100	Pompéia	23° DP	3874-5050	28/3/2008			
Shopping Frei Caneca	Rua Frei Caneca, 569	Consolação	4° DP	3472-2000	7/5/2001	estaciona pago		650.000
Santana Parque Shopping	Rua Conselheiro Moreira de Barros, 2780	Santana	38° DP	2238-3002	25/10/2007	estaciona pago		

## **ANEXO 6 – Gráfico da Evolução Criminal de 2001 a 2008 em “Shoppings” e demais mapas avaliados através de “Buffers” e Gráficos para empreendimento analisado: “Shopping” Metrô Boulevard Tatuapé, Santana Parque “Shopping”, Bourbon “Shopping” Pompéia**

Neste Anexo estaremos apresentando de forma seqüencial os levantamentos realizados através de mapas e gráficos dos empreendimentos do tipo “Shopping” Center, conforme segue:

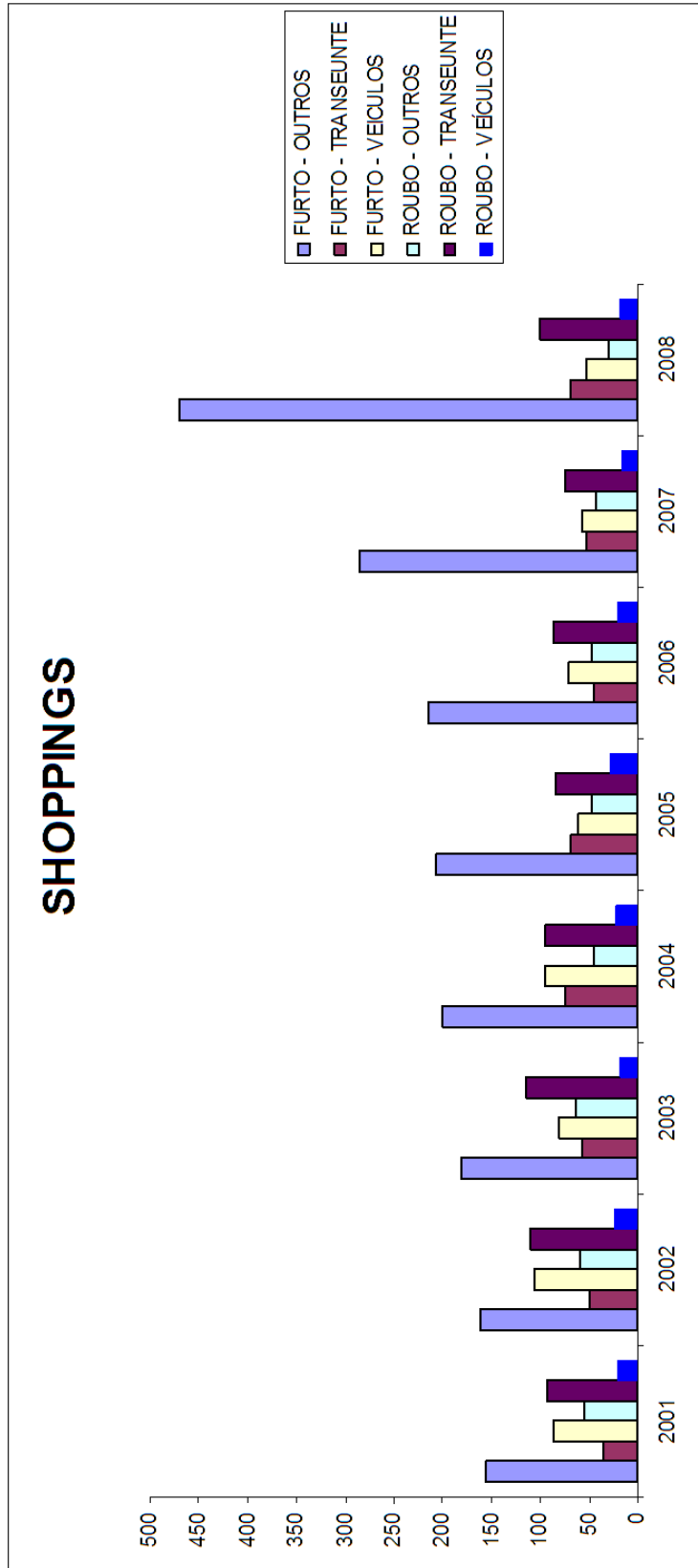
1. “Shopping” Metrô Boulevard Tatuapé,
2. Santana Parque “Shopping”,
3. Bourbon “Shopping” Pompéia.

Os crimes considerados no estudo são: furto outros, furto a transeunte, furto de veículos, roubo outros, roubo a transeunte e roubo de veículos.

A seqüência para apresentação para cada estudo é a seguinte:

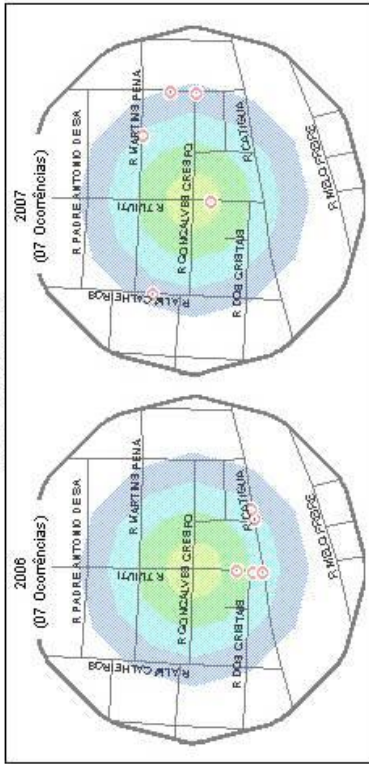
- 1 1 (um) gráfico de barras com a evolução dos indicadores criminais de 2001 a 2008 de todos os “Shopping” Centers;
- 2 2 (dois) mapas, sendo no primeiro os “buffers” de furto a transeunte, furto outros e furto de veículos e, no segundo, os “buffers” de roubo a transeunte, roubo outros e roubo de veículos;
- 3 4 (quatro) gráficos, sendo o primeiro um gráfico de barras de cada tipo de cada modalidade criminal para cada 50 metros de “buffer” traçado; o segundo um gráfico de barras comparando-se “ano a ano” todos os indicadores pesquisados; o terceiro um gráfico de barras com todos os indicadores pesquisados, mas comparando-se a evolução criminal após a inauguração do empreendimento com a evolução criminal do ano anterior, sendo que tal comparação se realiza mês a mês; o quarto é uma reprodução do terceiro gráfico, comente que agora no gráfico de linhas;

# SHOPPING CENTER

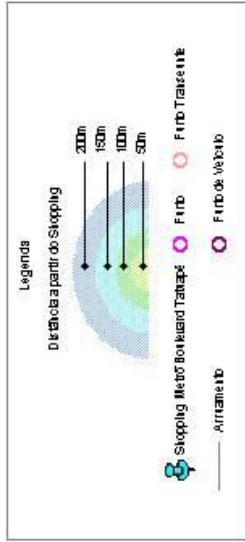


NATUREZA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
FURTO - OUTROS	156	161	181	200	206	214	286	471
FURTO - TRANSEUNTE	36	49	58	74	68	46	54	69
FURTO - VEICULOS	86	107	81	95	61	70	58	53
ROUBO - OUTROS	55	59	63	46	48	48	44	30
ROUBO - TRANSEUNTE	93	111	114	95	84	86	75	101
ROUBO - VEÍCULOS	19	24	17	21	27	20	15	17
<b>Total</b>	<b>445</b>	<b>511</b>	<b>514</b>	<b>531</b>	<b>494</b>	<b>484</b>	<b>532</b>	<b>741</b>

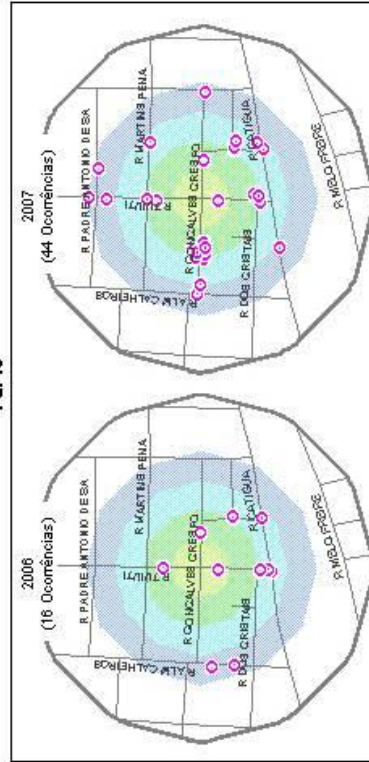
**Furto Transeunte**



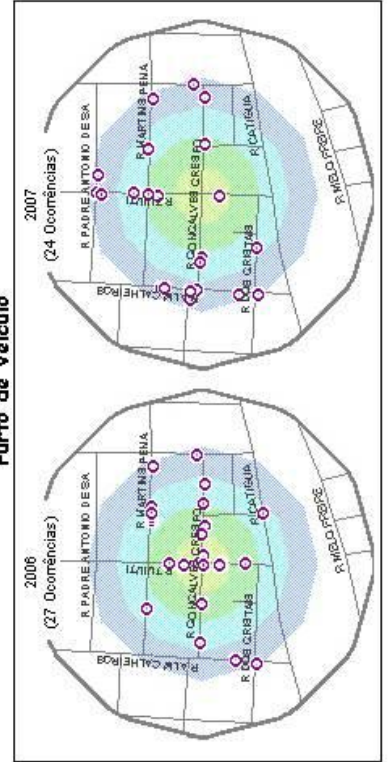
**Shopping Metrô Boulevard Tatupé - 08/05 a 31/12/2007**



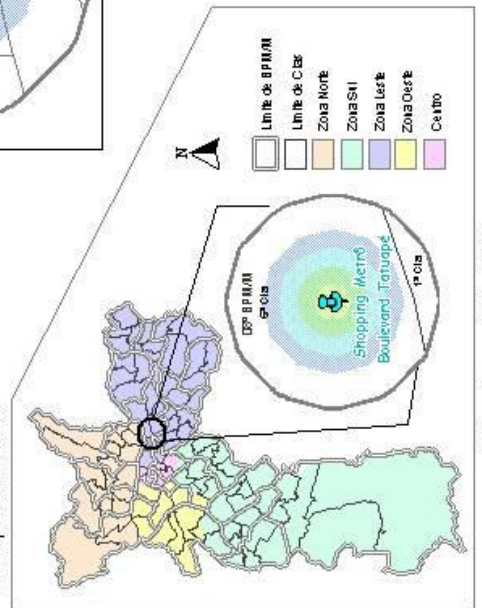
**Furto**



**Furto de Veículo**

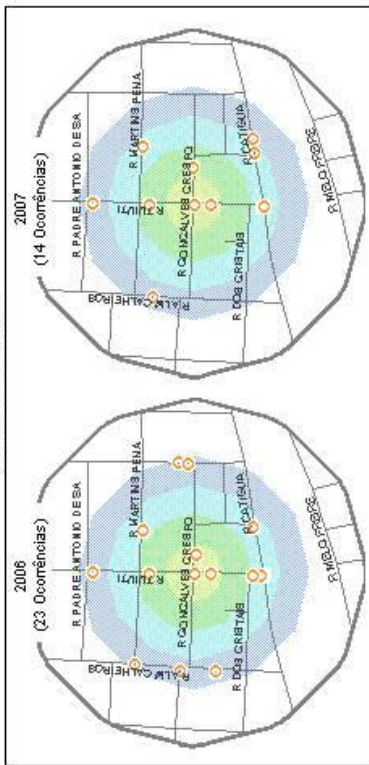


Município de São Paulo

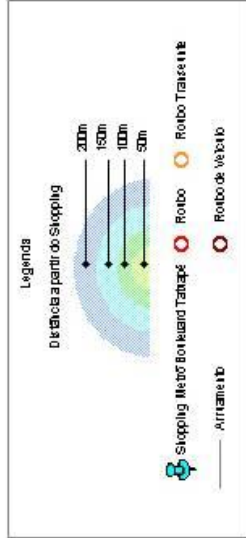


Escala 1 : 105.1 m 105.1 0 105.1 210.2

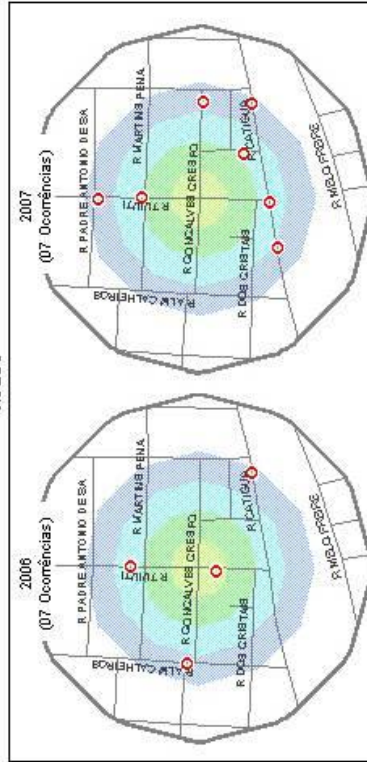
**Roubo Transeunte**



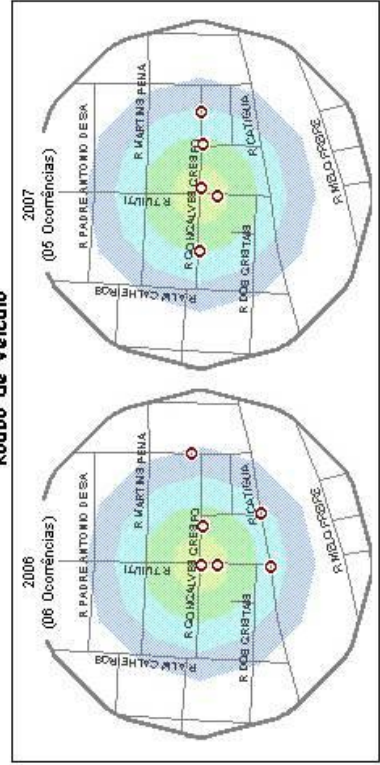
**Shopping Metrô Boulevard Tatapé - 08/05 a 31/12/2007**



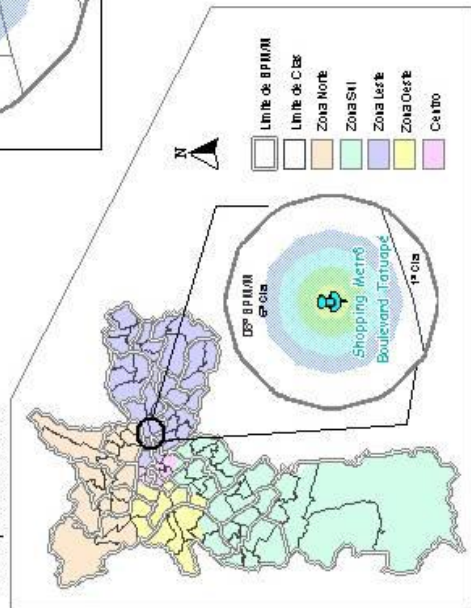
**Roubo**



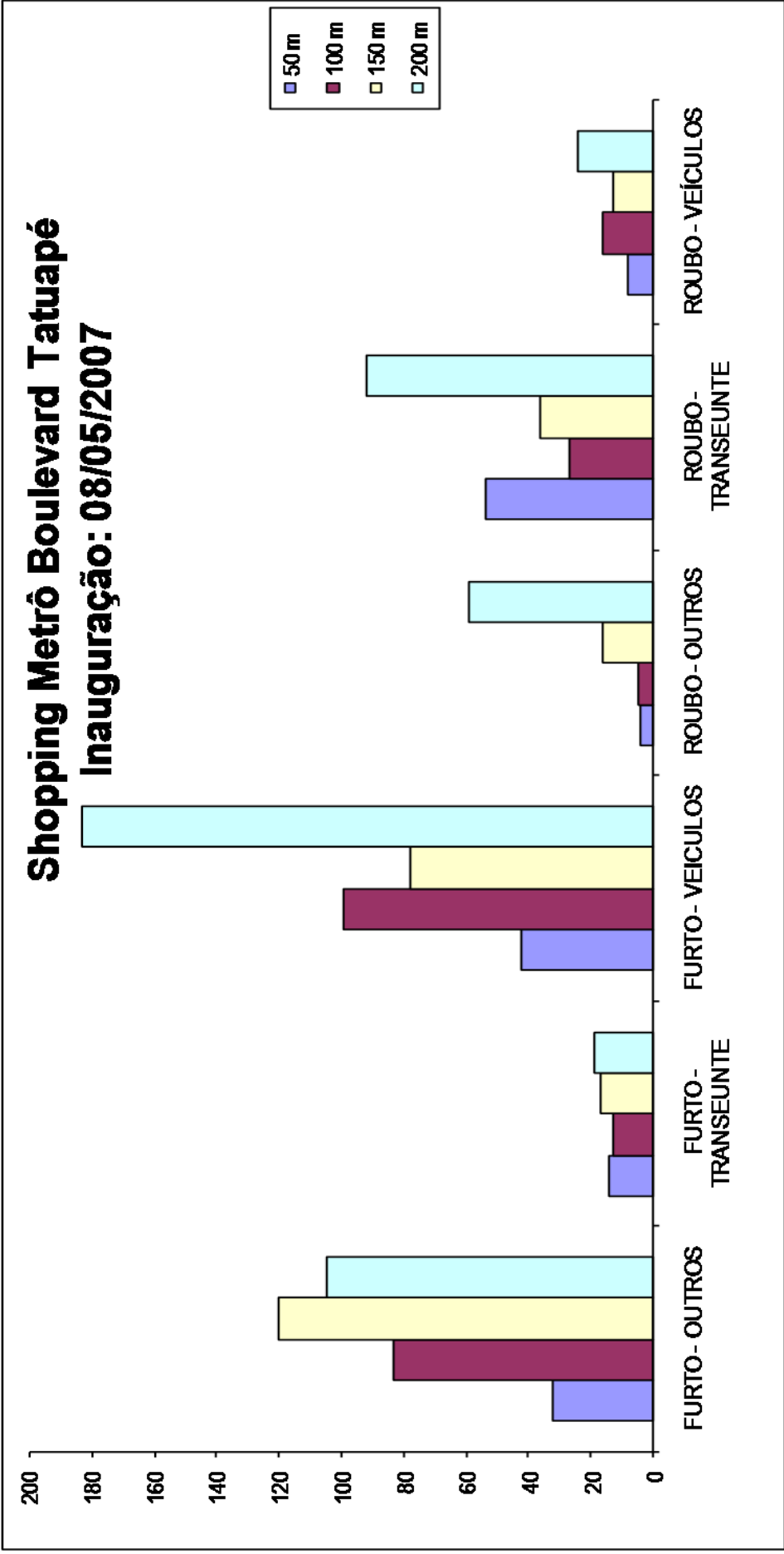
**Roubo de Veículo**



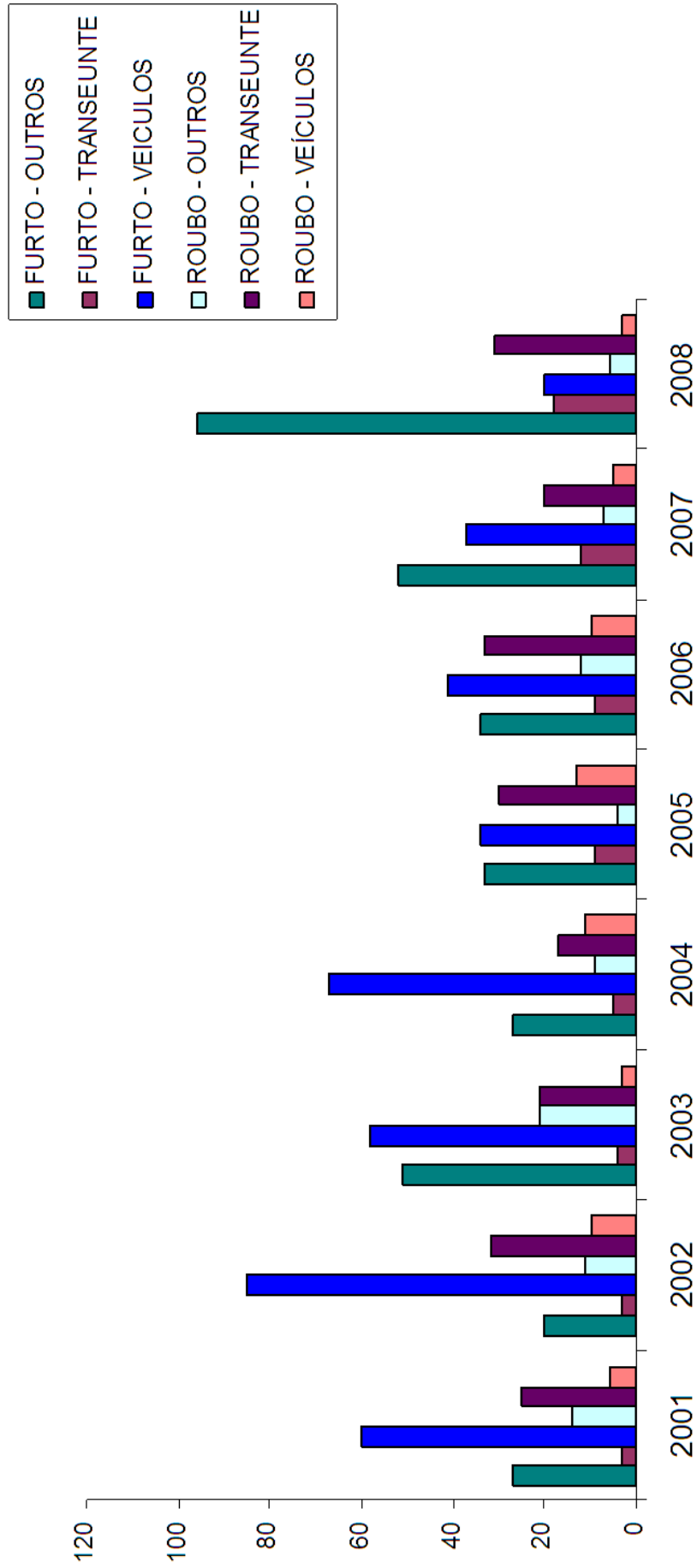
Município de São Paulo



Escala 1 : 105.1m 0 105.1 210.2



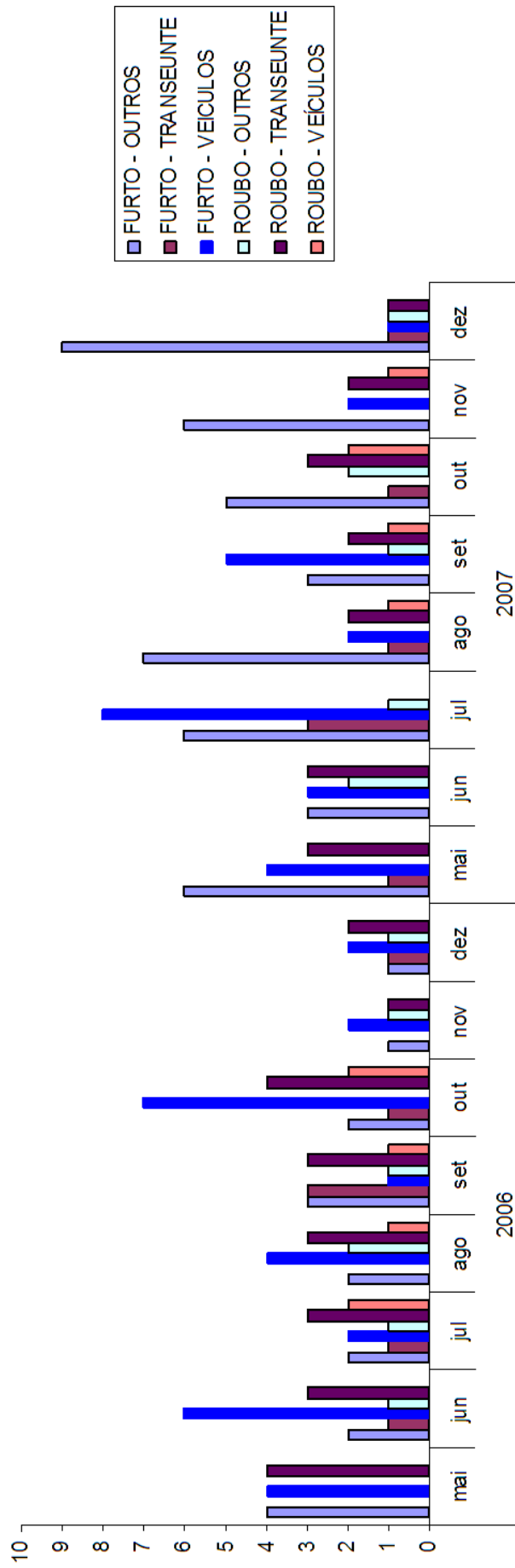
## Shopping Metrô Boulevard Tatuapé INAUGURAÇÃO: 08/05/2007





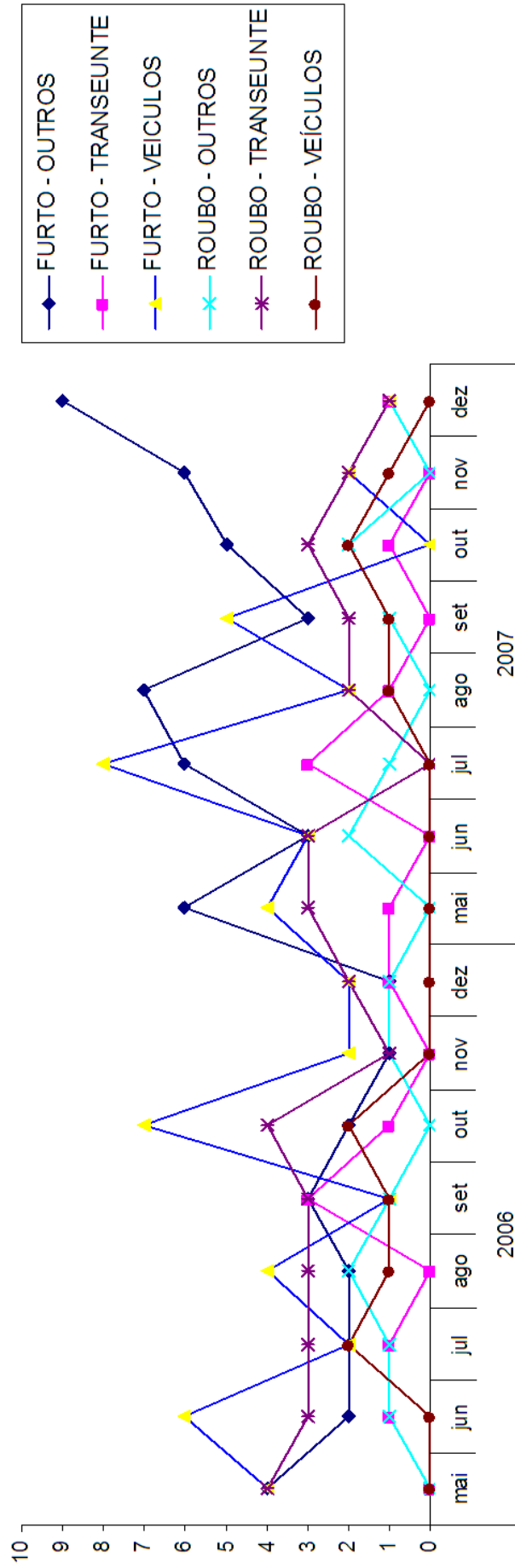
# Shopping Metrô Boulevard Tatuapé

## Inauguração: 08/05/2007

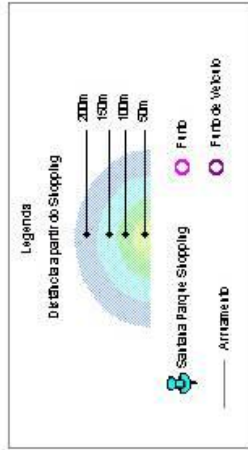


# Shopping Metrô Boulevard Tatuapé

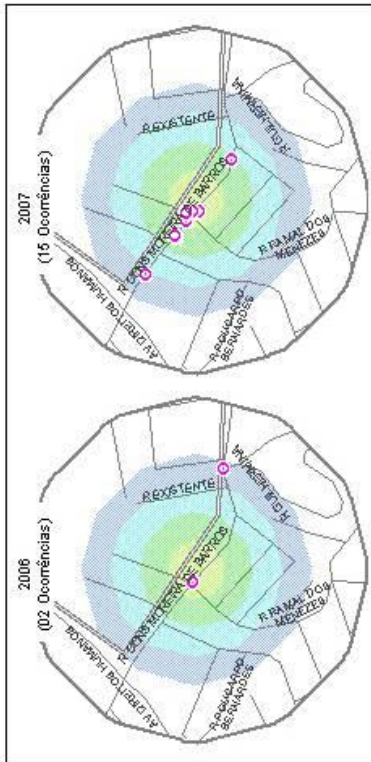
## Inauguração: 08/05/2007



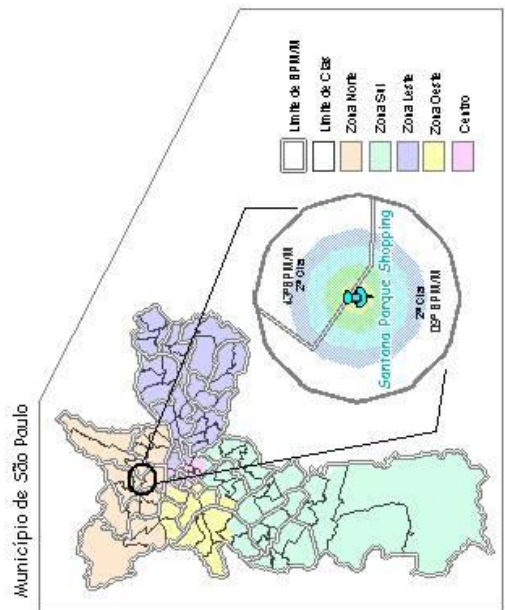
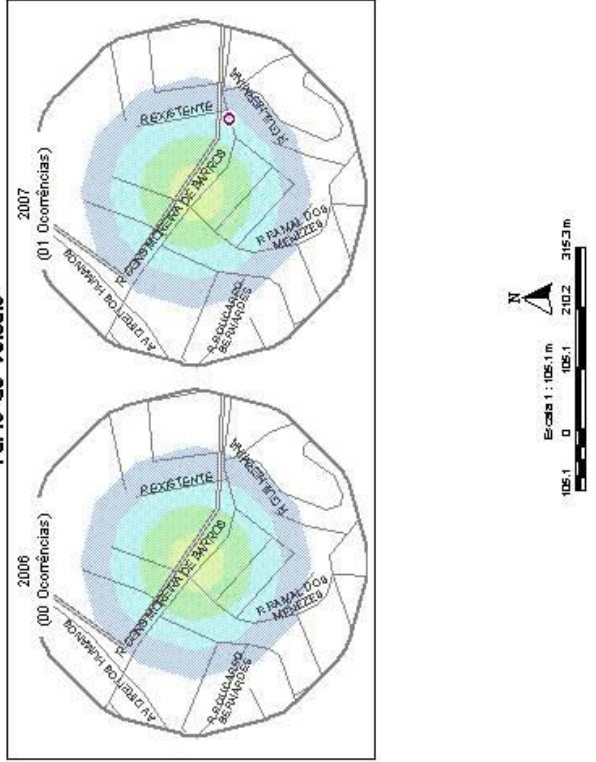
**Santana Parque Shopping**  
**25/10 a 31/12/2006 - 25/10 a 31/12/2007**



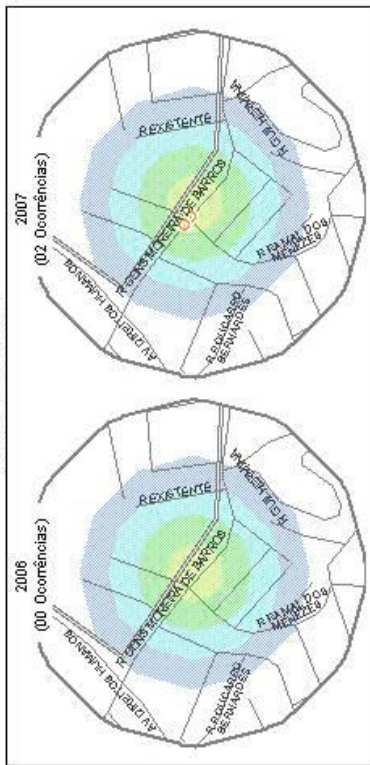
**Furto**



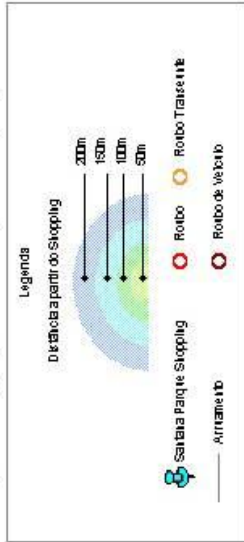
**Furto de Veículo**



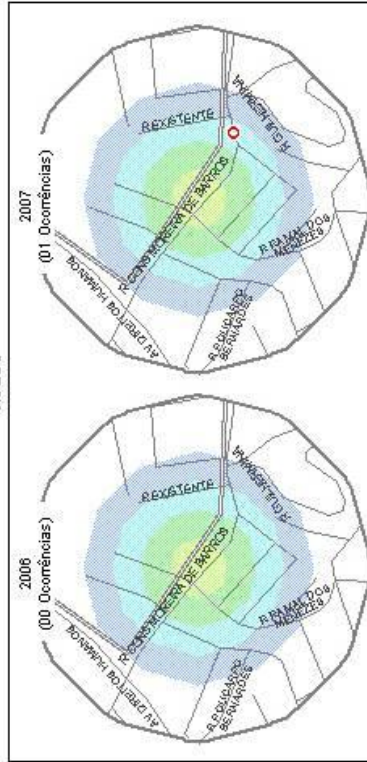
**Roubo Transeunte**



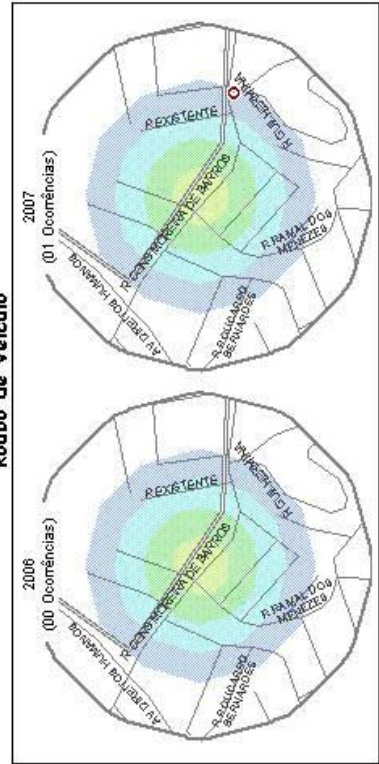
**Santana Parque Shopping**  
**25/10 a 31/12/2006 - 25/10 a 31/12/2007**



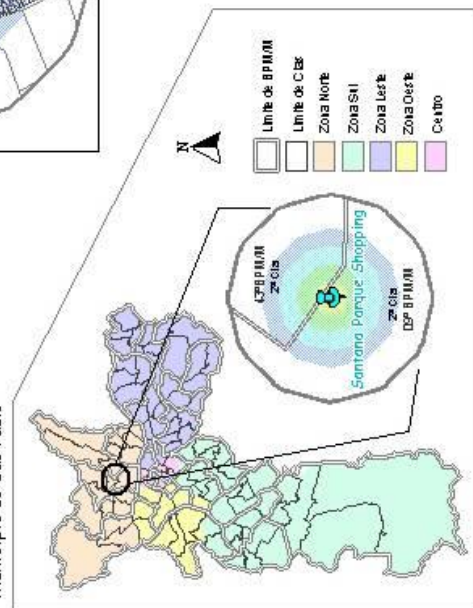
**Roubo**



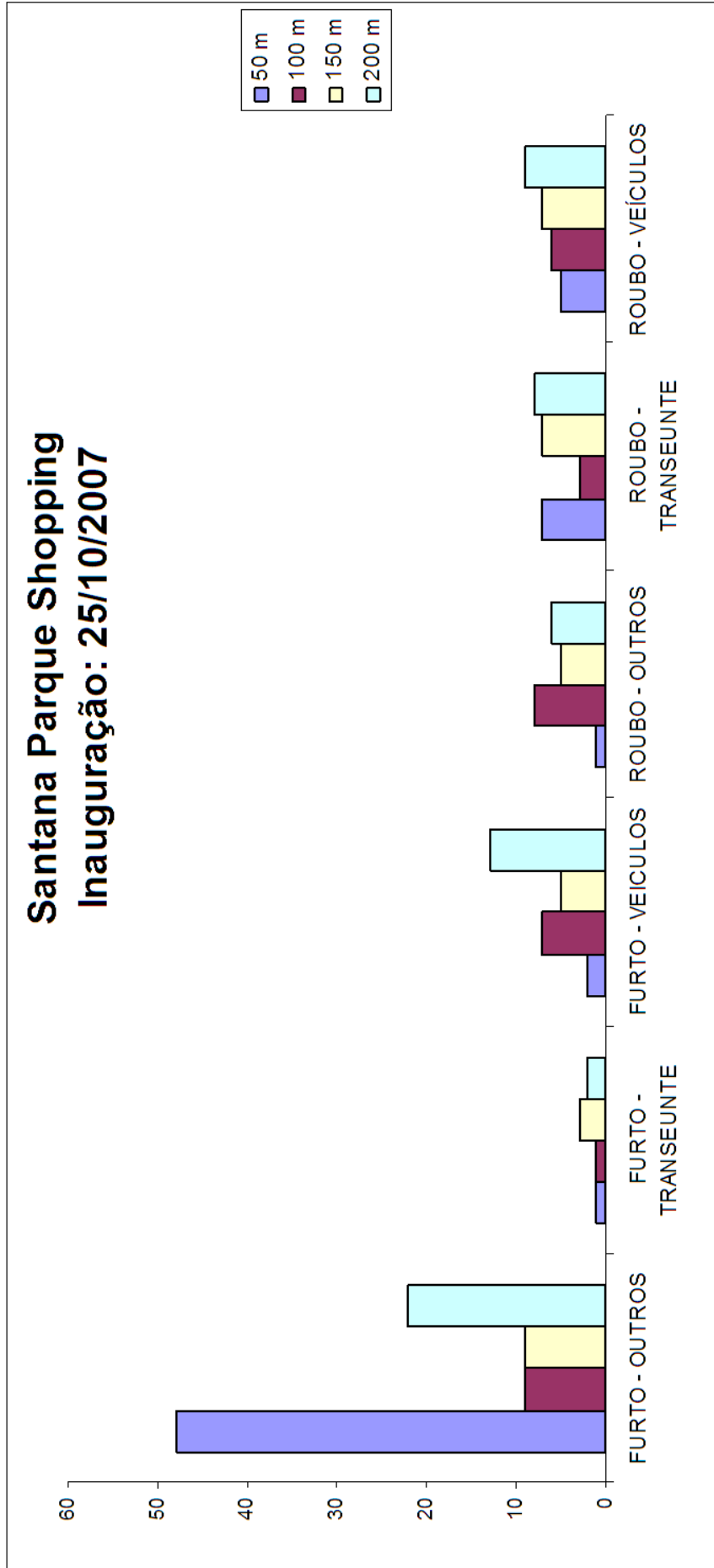
**Roubo de Veículo**



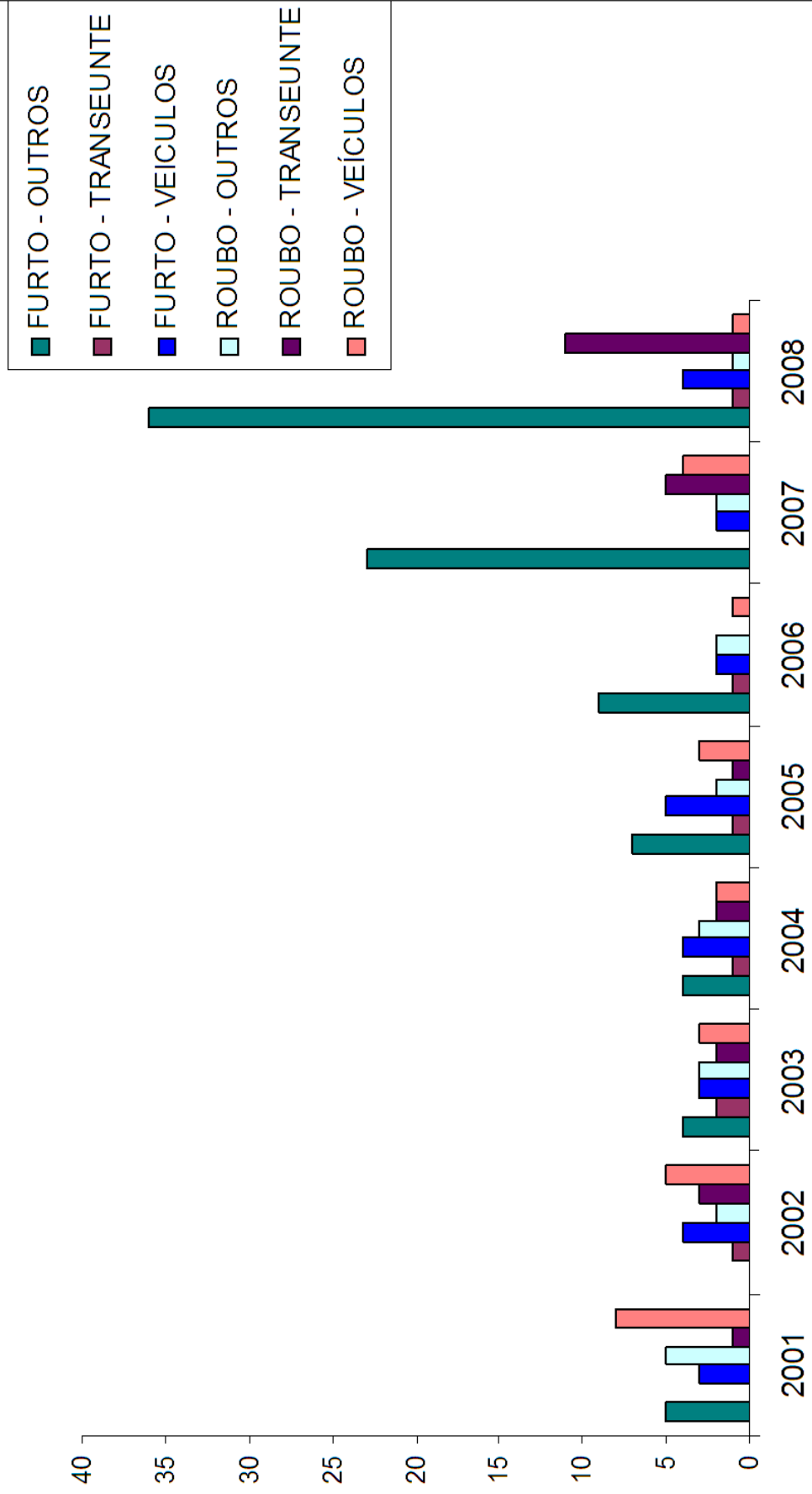
Município de São Paulo



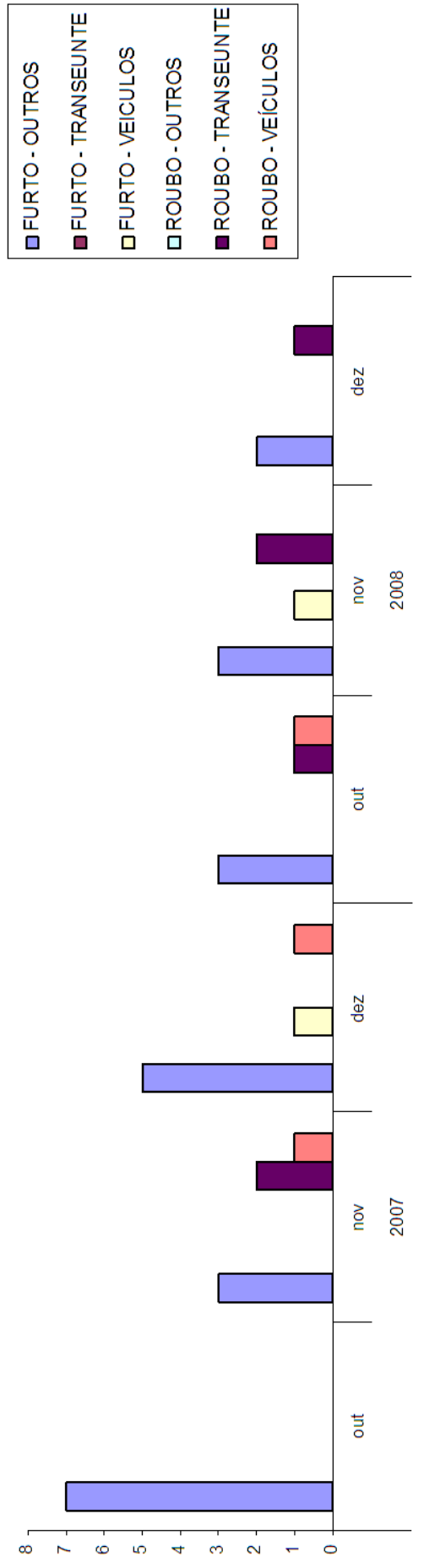
## Santana Parque Shopping Inauguração: 25/10/2007



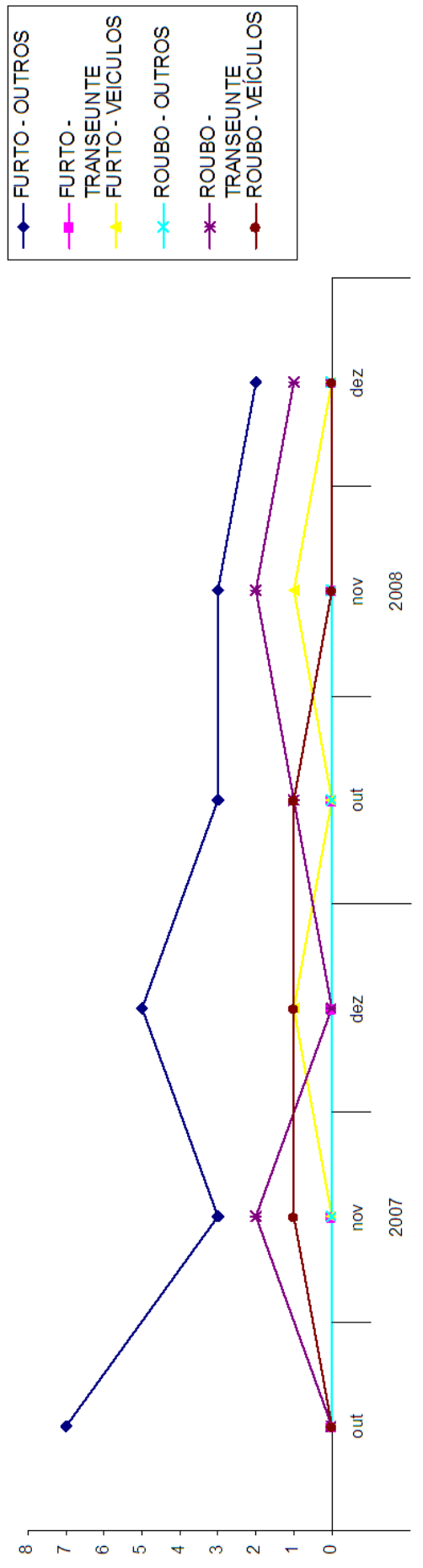
## Santana Parque Shopping INAUGURAÇÃO: 25/10/2007



## Santana Parque Shopping Inauguração: 25/10/2007

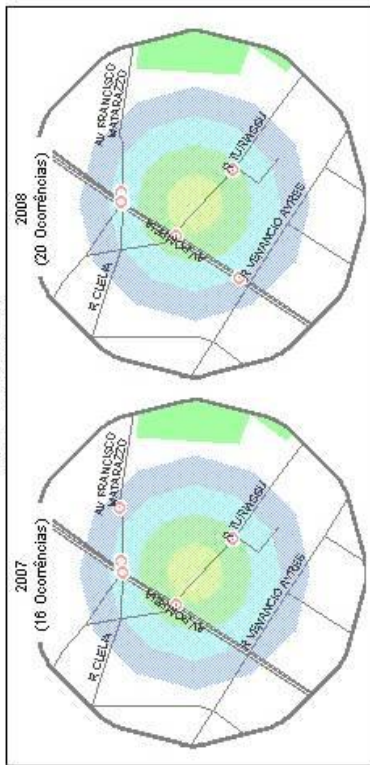


## Santana Parque Shopping Inauguração: 25/10/2007

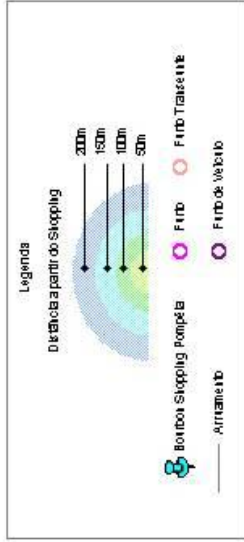




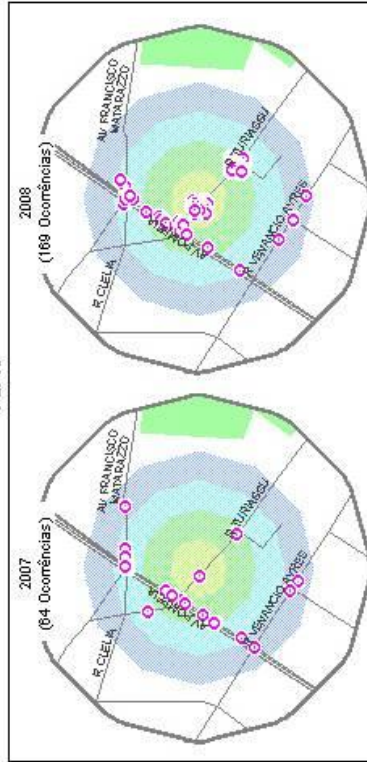
**Furto Transseunte**



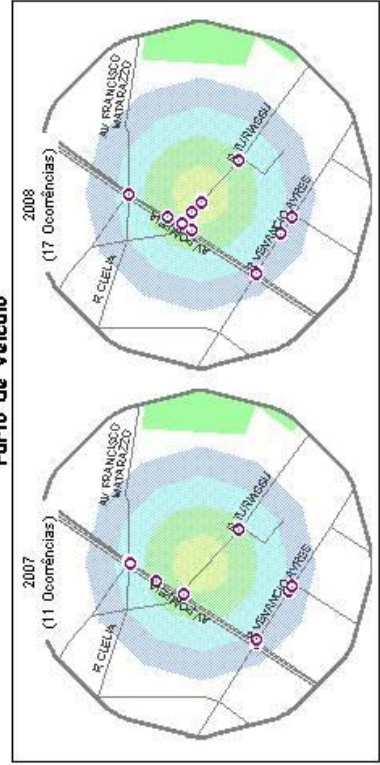
**Bourbon Shopping Pompéia  
28/03 a 31/12/2007 - 28/03 a 31/12/2008**



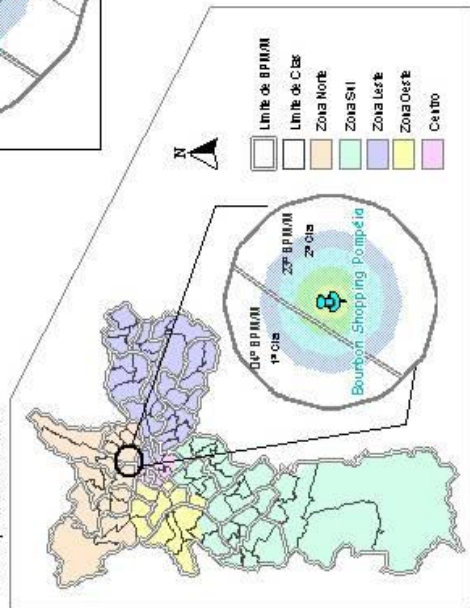
**Furto**



**Furto de Veículo**

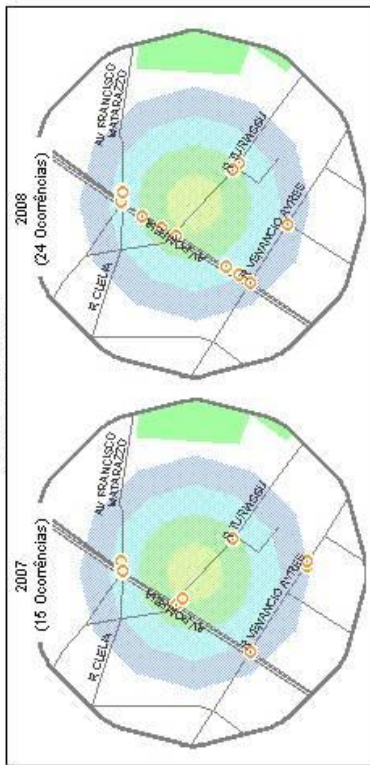


Município de São Paulo

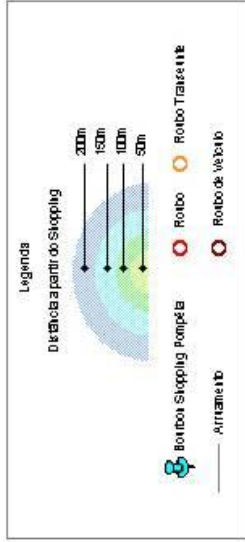


Escala 1 : 105.1 m

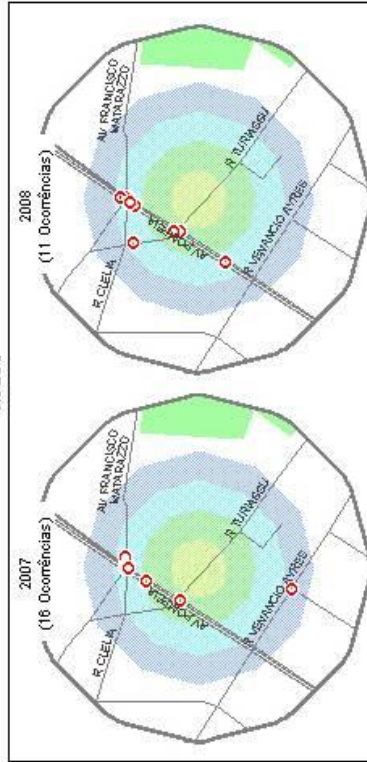
**Roubo Transeunte**



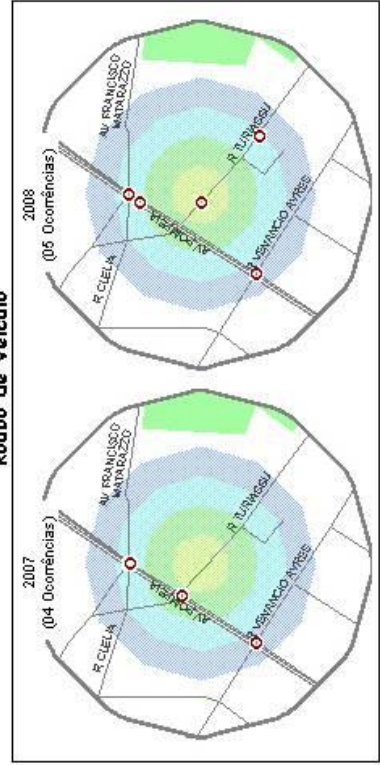
**Bourbon Shopping Pompéia**  
**28/03 a 31/12/2007 - 28/03 a 31/12/2008**



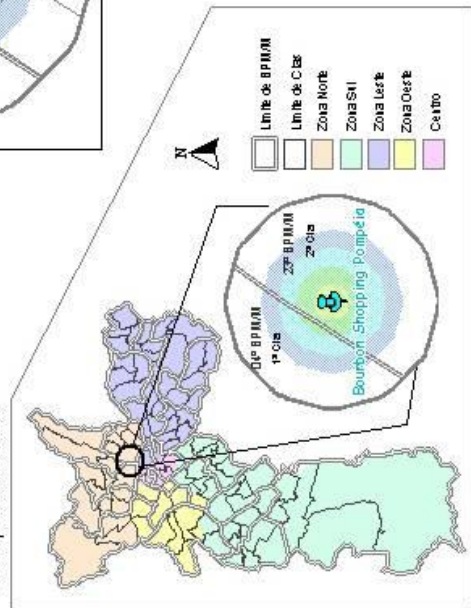
**Roubo**



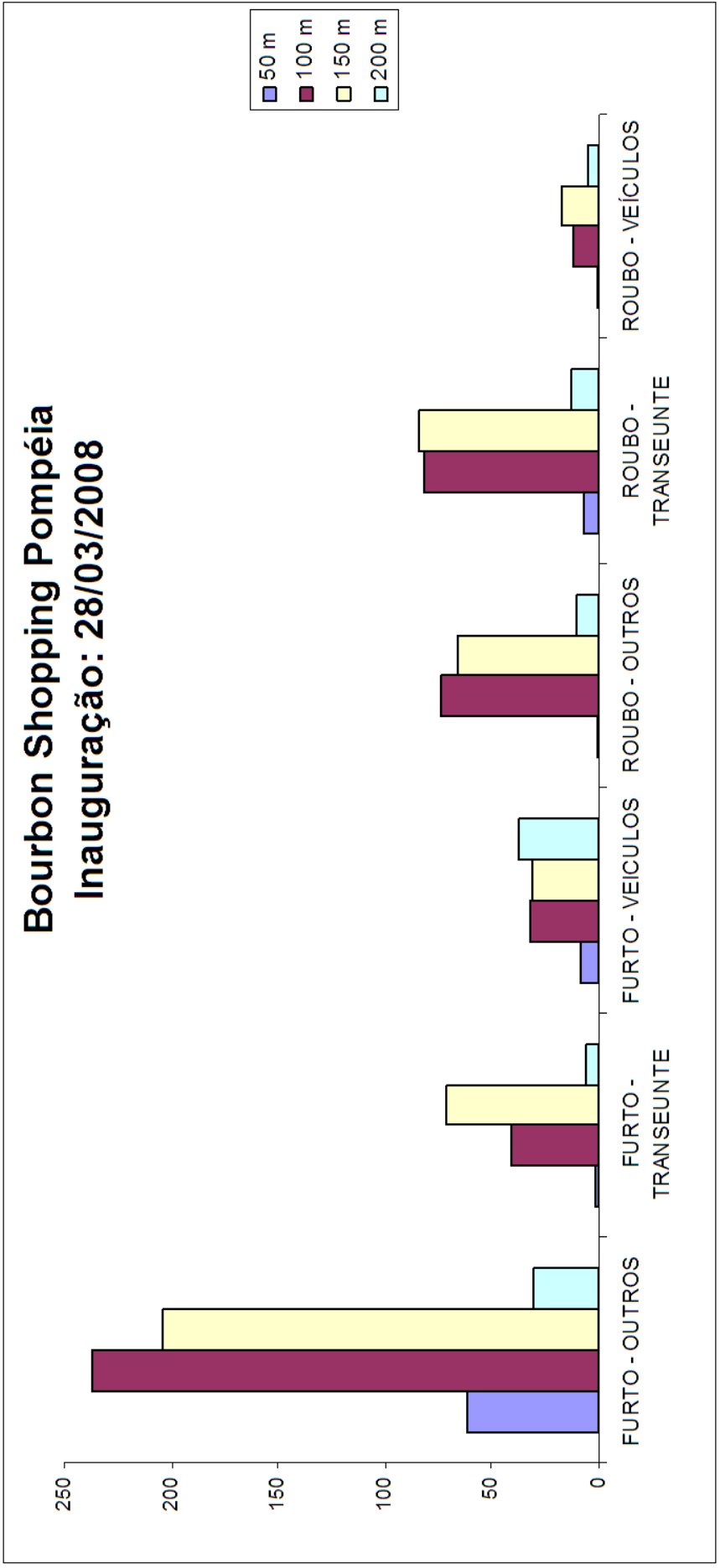
**Roubo de Veículo**



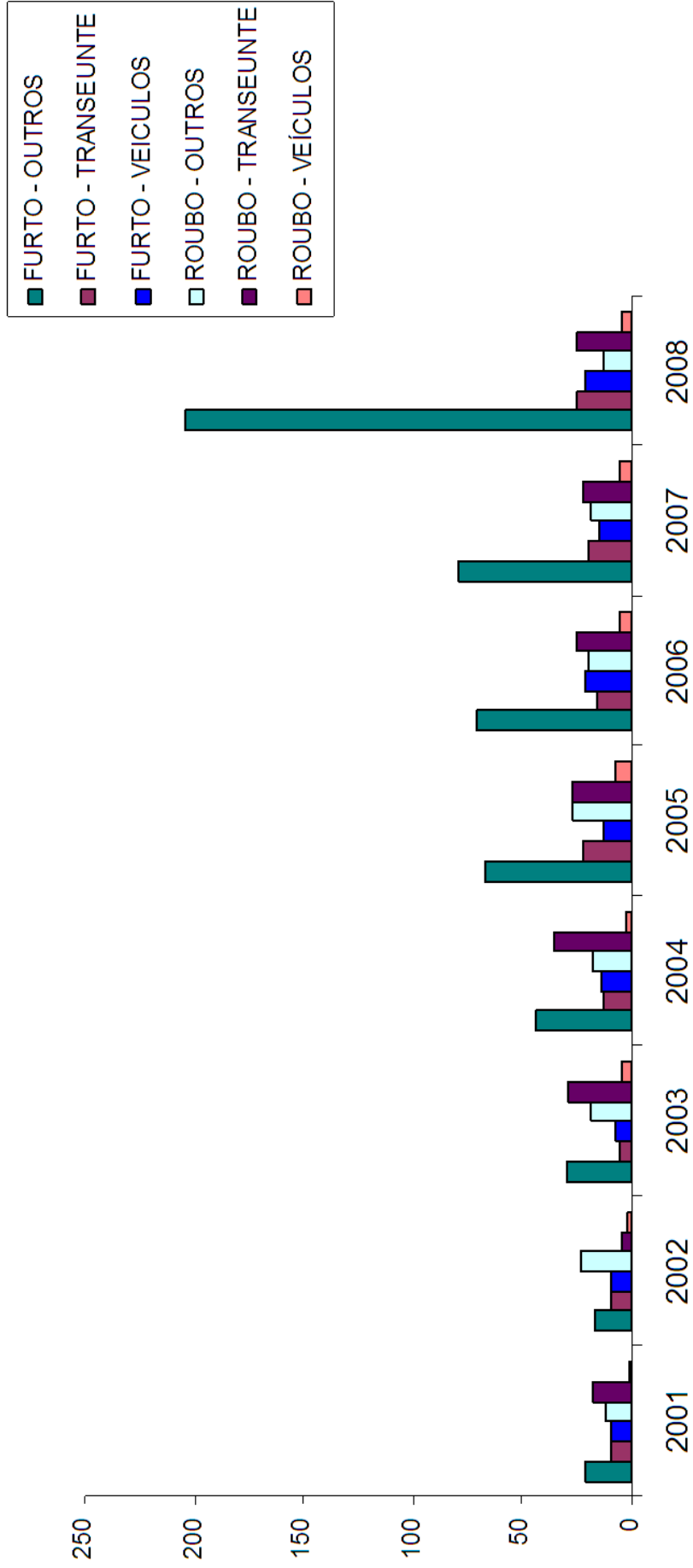
Município de São Paulo



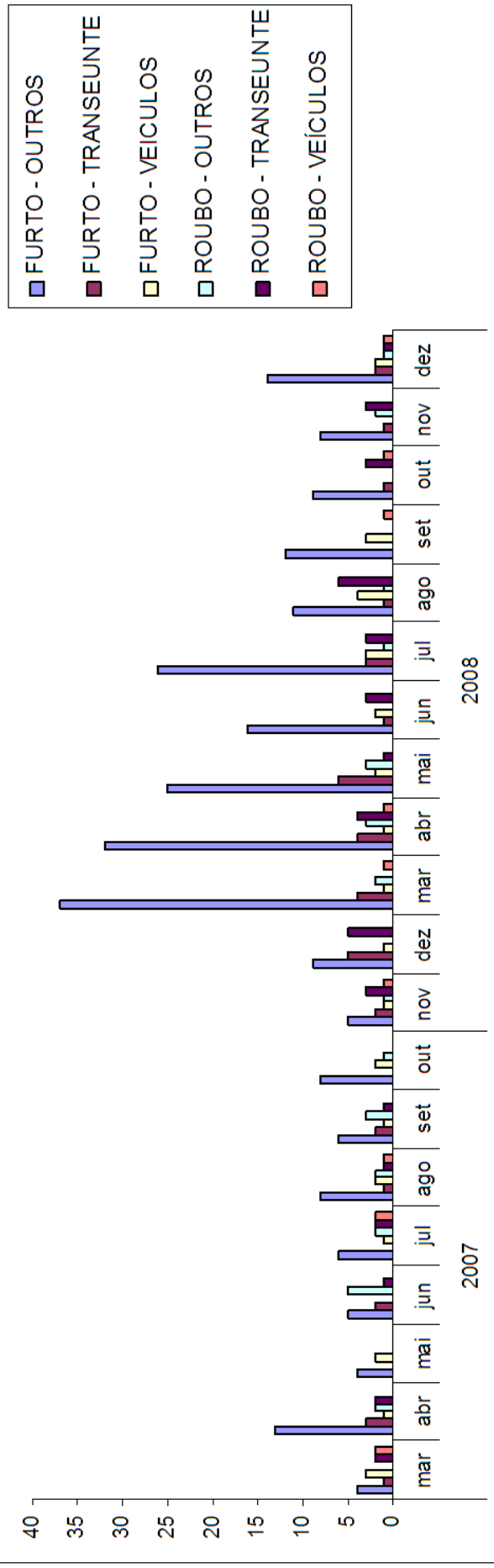
Escala 1 : 105.1 m 105.1 210.2



## Bourbon Shopping Pompéia INAUGURAÇÃO: 28/03/2008

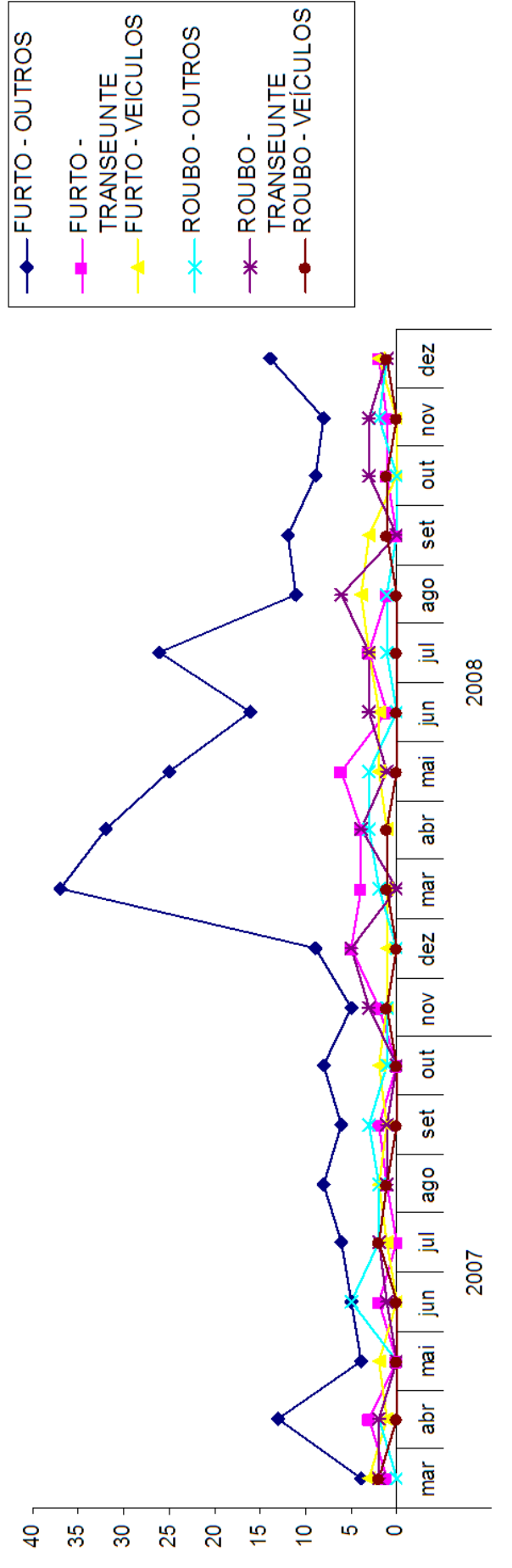


## Bourbon Shopping Pompéia Inauguração: 28/03/2008



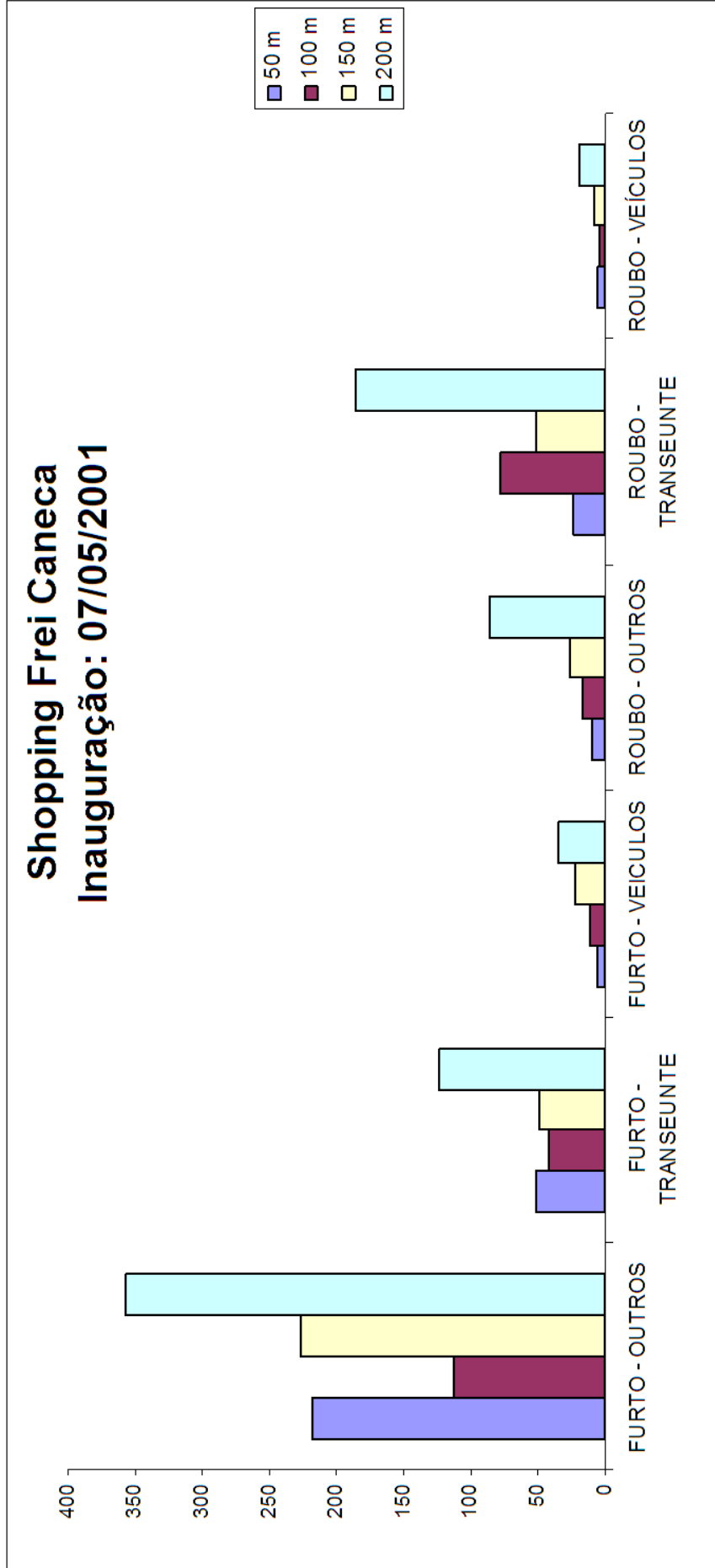
# Bourbon Shopping Pompéia

## Inauguração: 28/03/2008

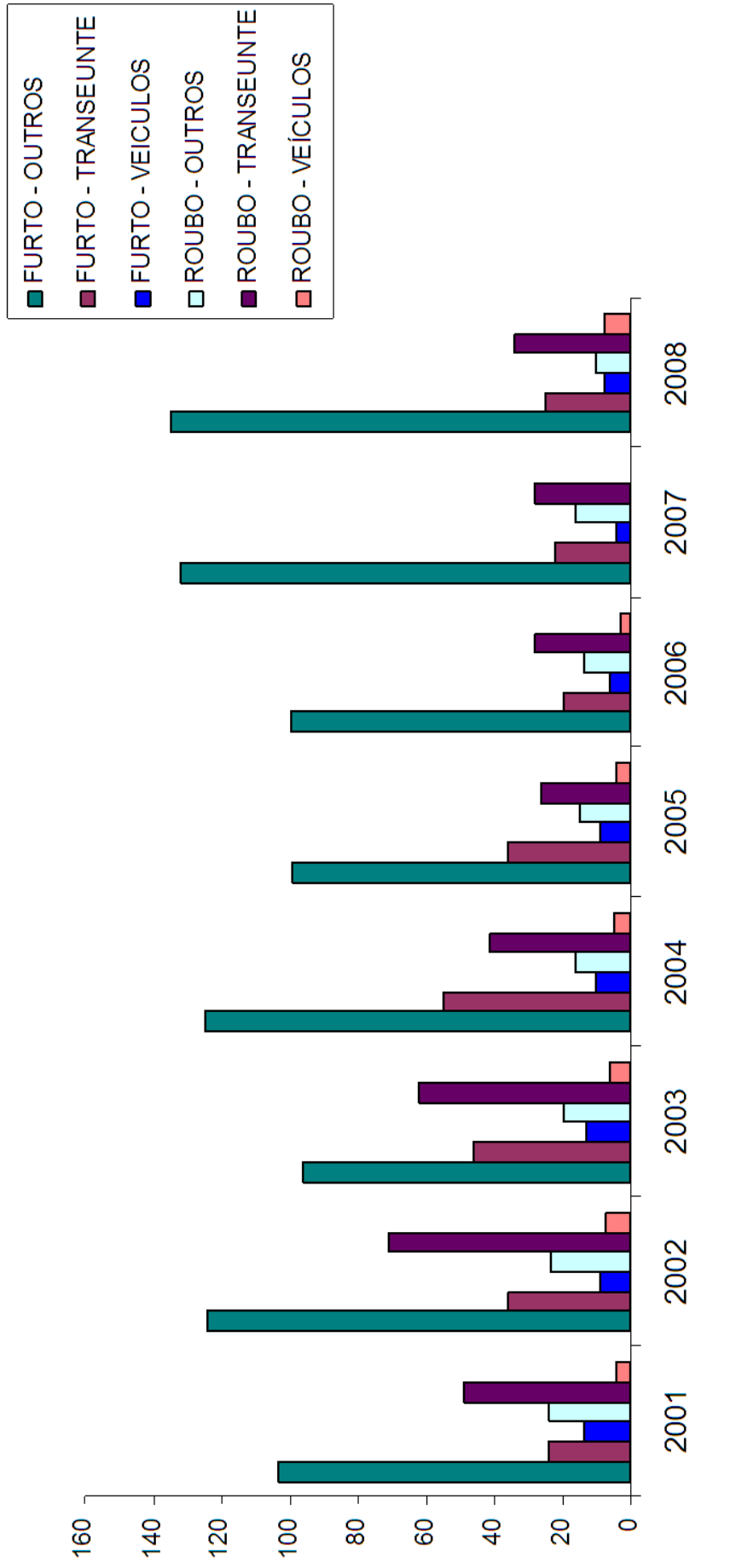


# Shopping Frei Caneca

## Inauguração: 07/05/2001



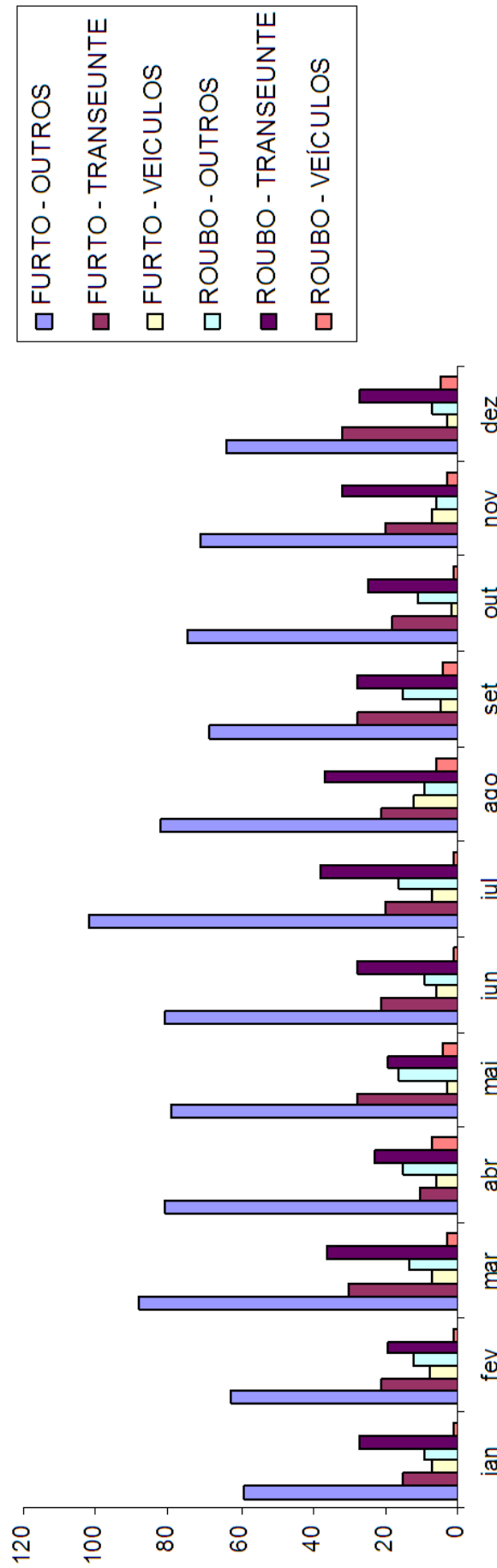
## Shopping Frei Caneca INAUGURAÇÃO: 07/05/2001





# Shopping Frei Caneca - 2001 a 2008

## Inauguração: 07/05/2001



## **ANEXO 7 – Gráfico da Evolução Criminal de 2001 a 2008 em Hospitais e demais mapas avaliados através de “Buffers” e Gráficos para empreendimento analisado: Hospital São Luiz, Hospital Sapopemba**

Neste Anexo estaremos apresentando de forma seqüencial os levantamentos realizados através de mapas e gráficos dos empreendimentos do tipo Hospitais, conforme segue:

1. Hospital São Luiz,
2. Hospital Sapopemba

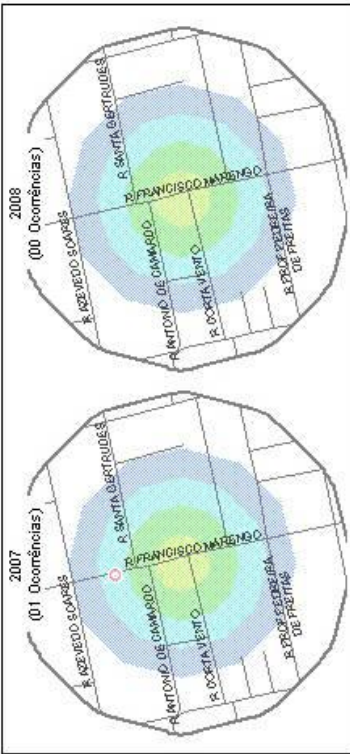
Os crimes considerados no estudo são: furto outros, furto a transeunte, furto de veículos, roubo outros, roubo a transeunte e roubo de veículos.

A seqüência para apresentação para cada estudo é a seguinte:

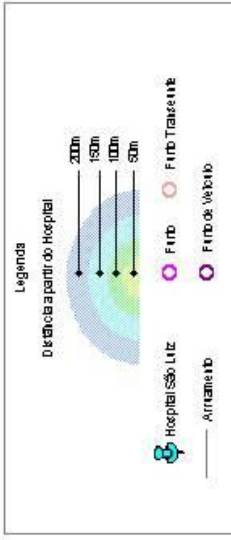
- 1 1 (um) gráfico de barras com a evolução dos indicadores criminais de 2001 a 2008 de todos os Hospitais;
- 2 2 (dois) mapas, sendo no primeiro os “buffers” de furto a transeunte, furto outros e furto de veículos e, no segundo, os “buffers” de roubo a transeunte, roubo outros e roubo de veículos;
- 3 4 (quatro) gráficos, sendo o primeiro um gráfico de barras de cada tipo de cada modalidade criminal para cada 50 metros de “buffer” traçado; o segundo um gráfico de barras comparando-se “ano a ano” todos os indicadores pesquisados; o terceiro um gráfico de barras com todos os indicadores pesquisados, mas comparando-se a evolução criminal após a inauguração do empreendimento com a evolução criminal do ano anterior, sendo que tal comparação se realiza mês a mês; o quarto é uma reprodução do terceiro gráfico, comente que agora no gráfico de linhas;



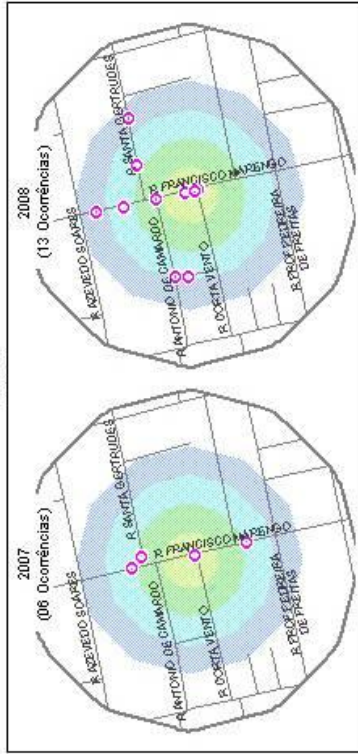
**Furto Transeunte**



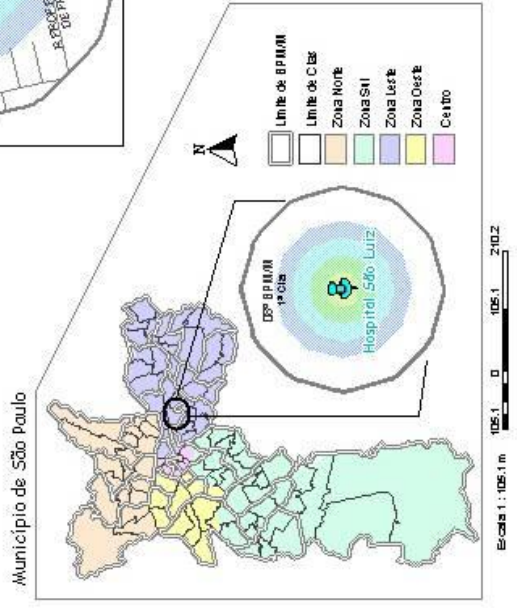
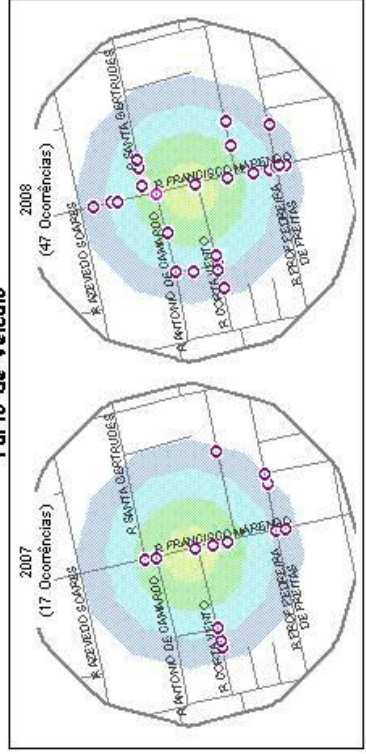
**Hospital São Luiz  
03/03 a 31/12/2007 - 03/03 a 31/12/2008**



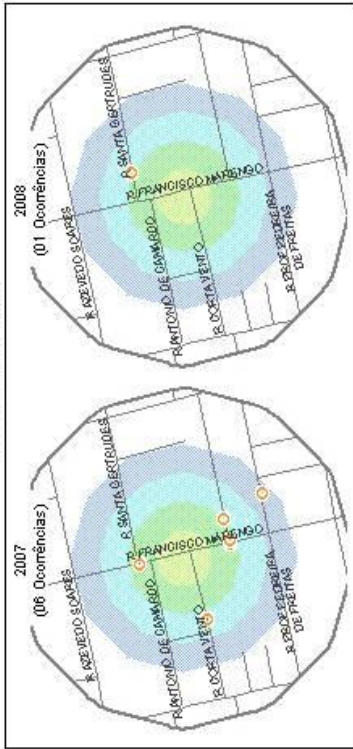
**Furto**



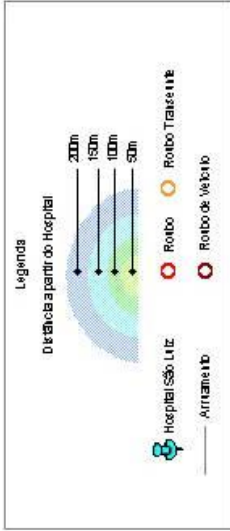
**Furto de Veículo**



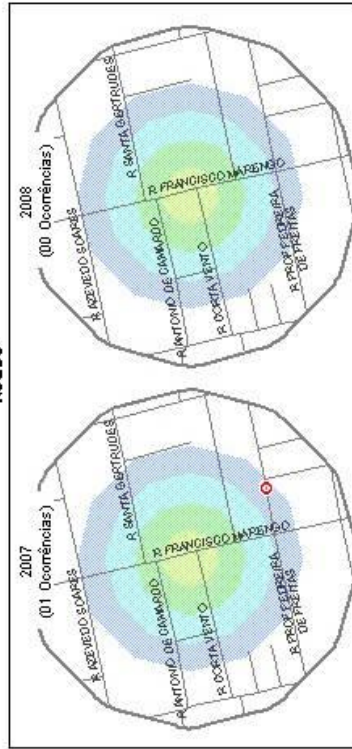
**Roubo Transente**



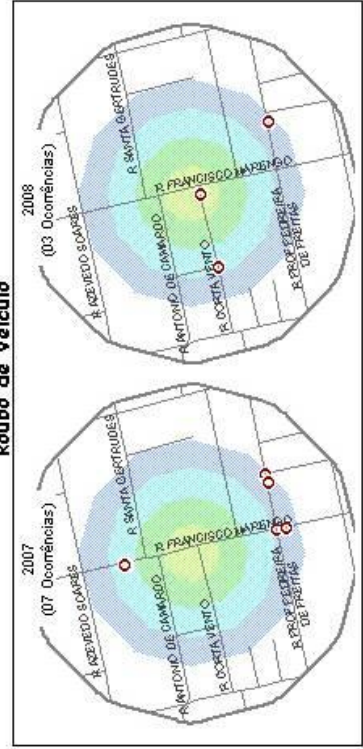
**Hospital São Luiz**  
**03/03 e 31/12/2007 - 03/03 e 31/12/2008**



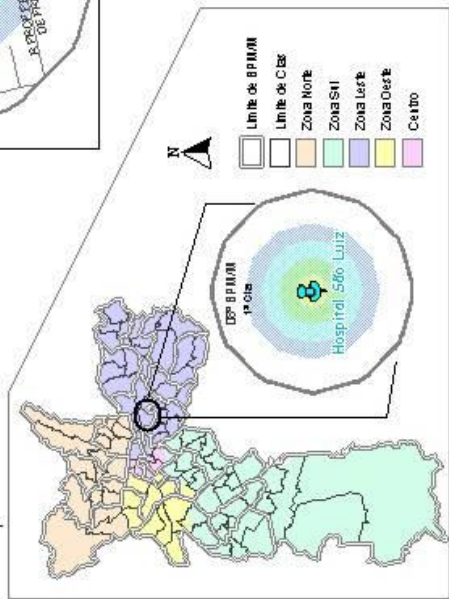
**Roubo**



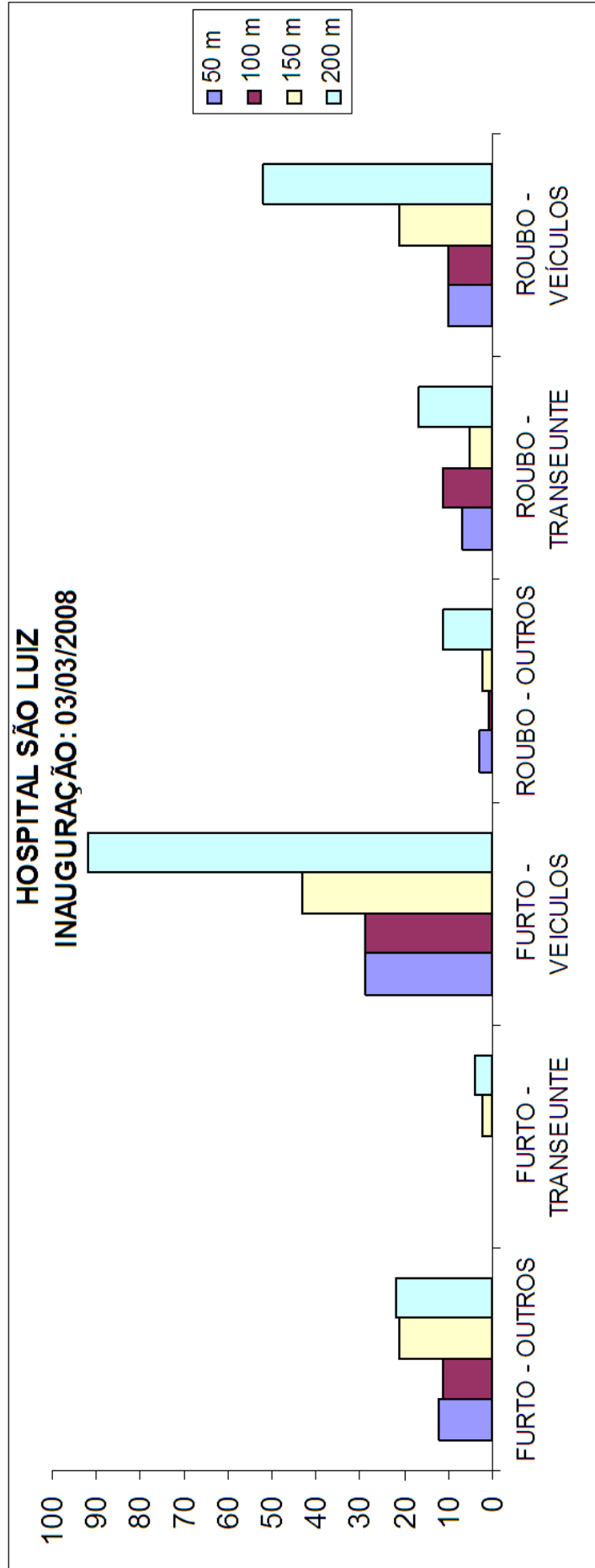
**Roubo de Veículo**



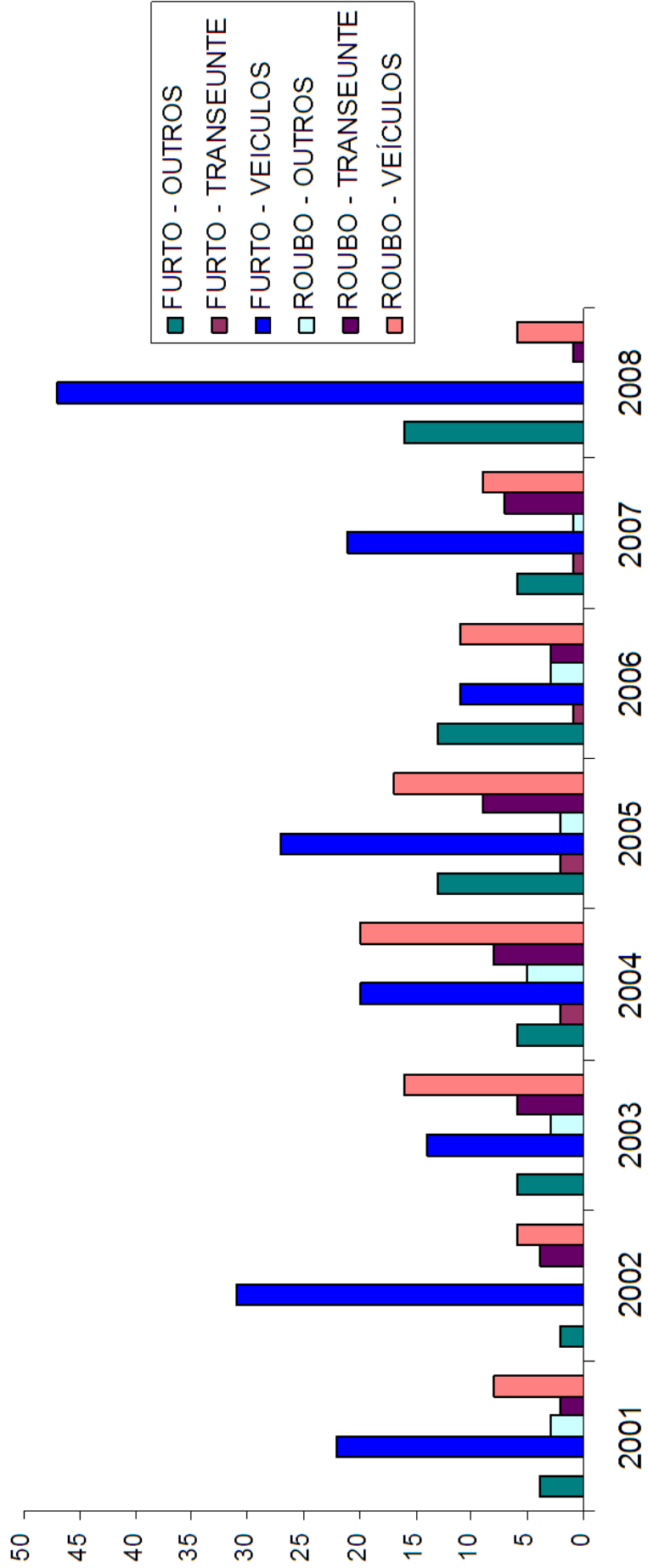
Município de São Paulo

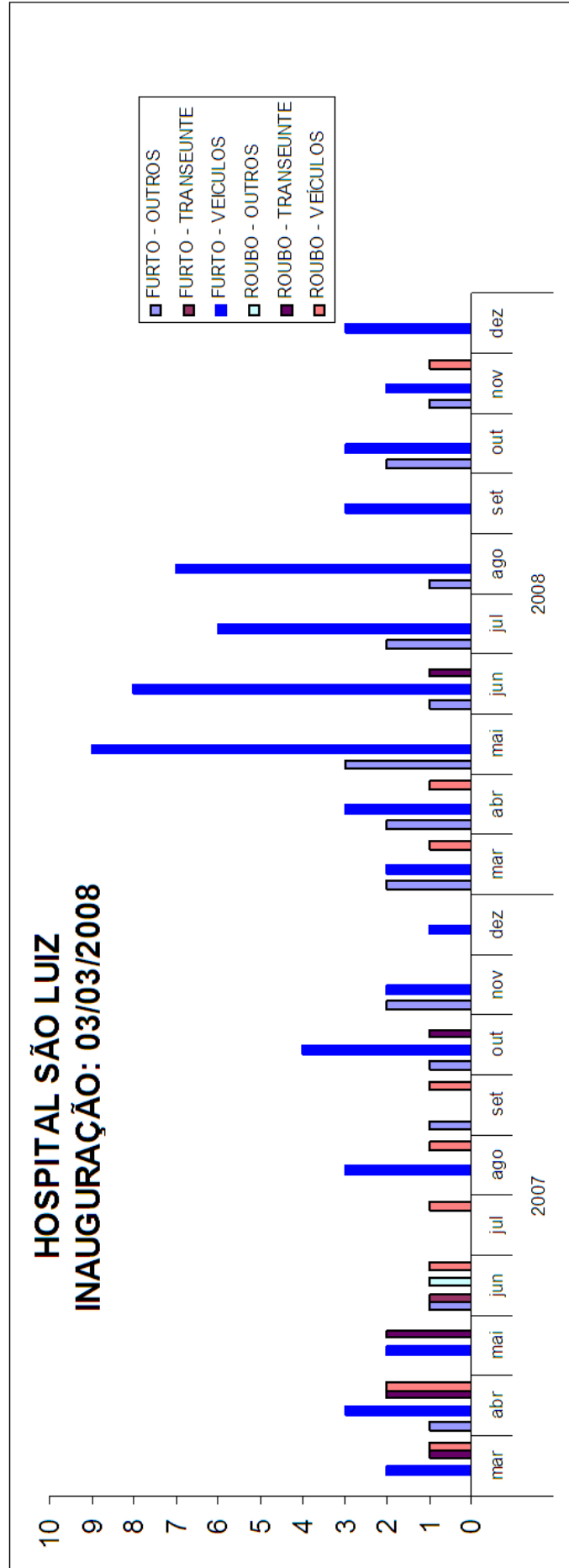


Escala 1 : 105.1 m

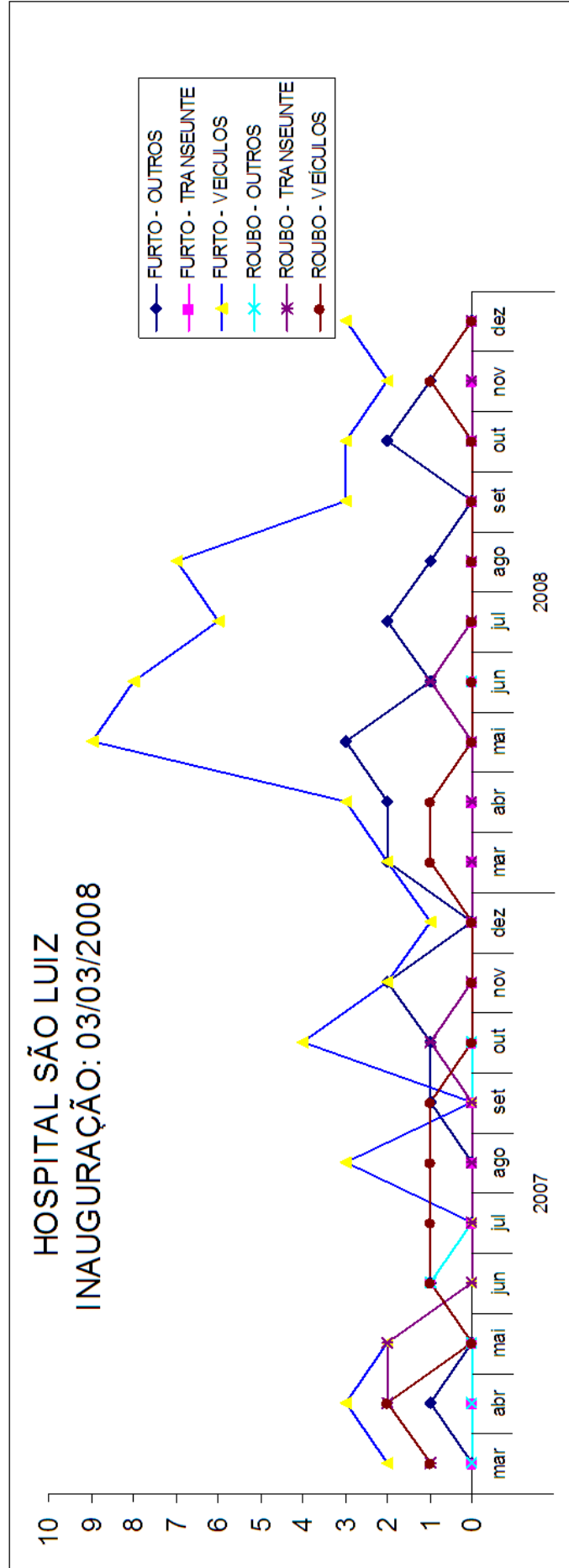


## HOSPITAL SÃO LUIZ INAUGURAÇÃO: 03/03/2008

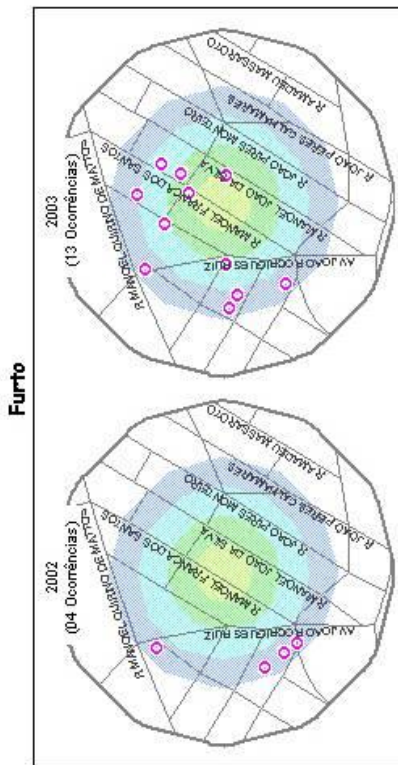
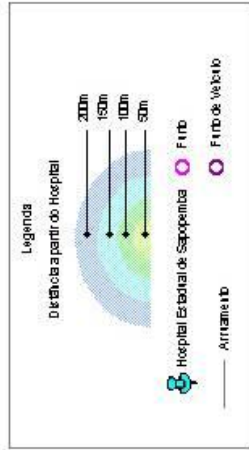




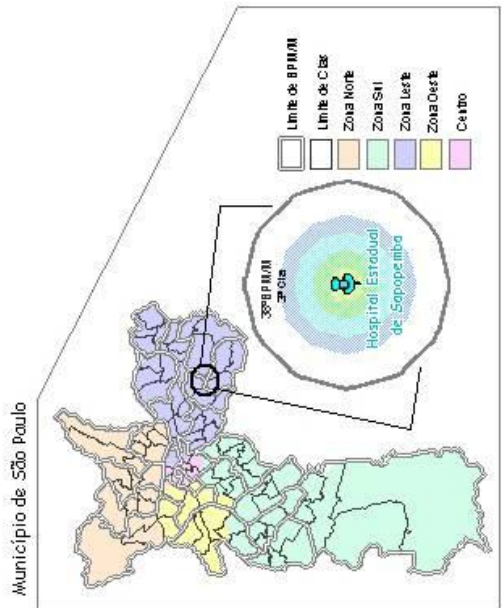
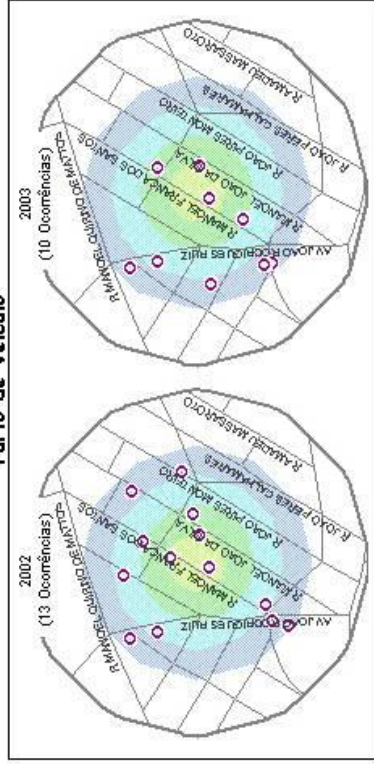




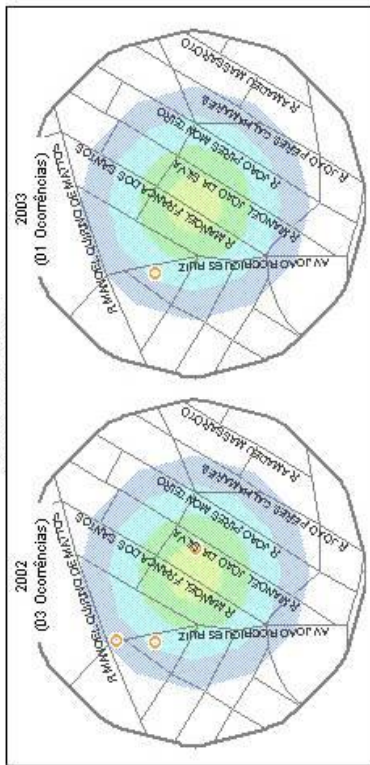
**Hospital Estadual de Sopotemba  
Abr/02 a 31/12/2002 - Abr/03 a 31/12/2003**



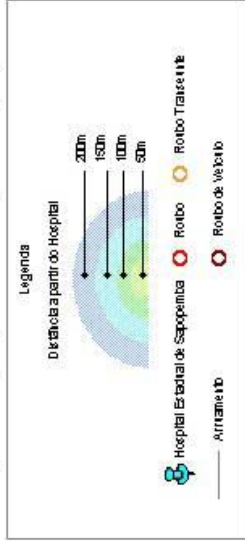
**Furto de Veículo**



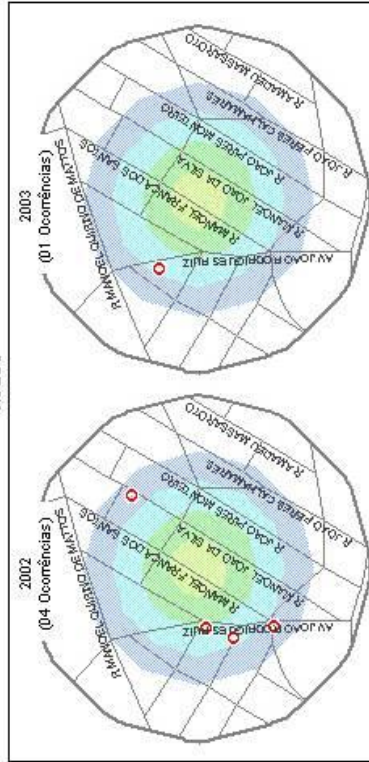
**Roubo Transeunte**



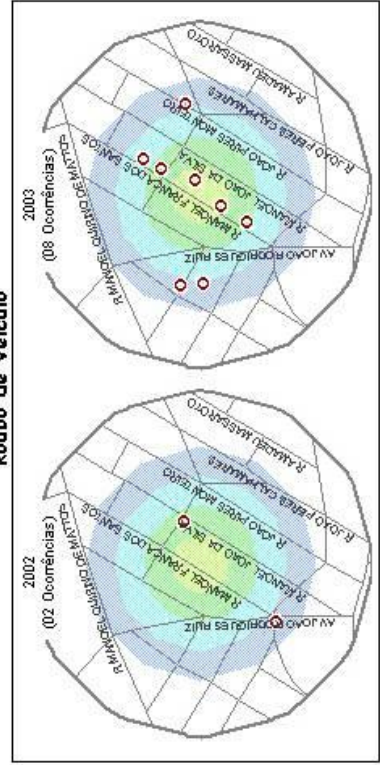
**Hospital Estadual de Sopoemba**  
**Abr/02 a 31/12/2002 - Abr/03 a 31/12/2003**



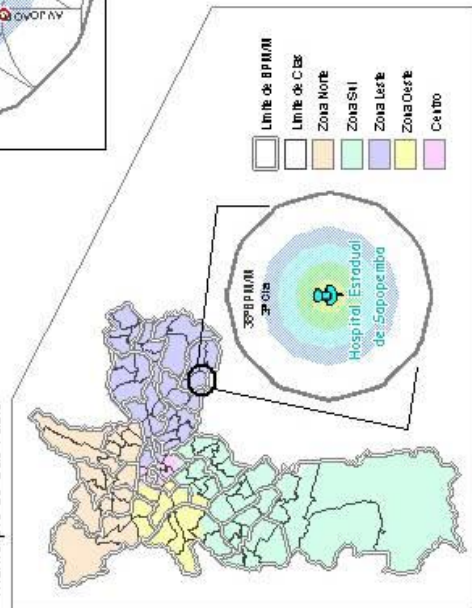
**Roubo**



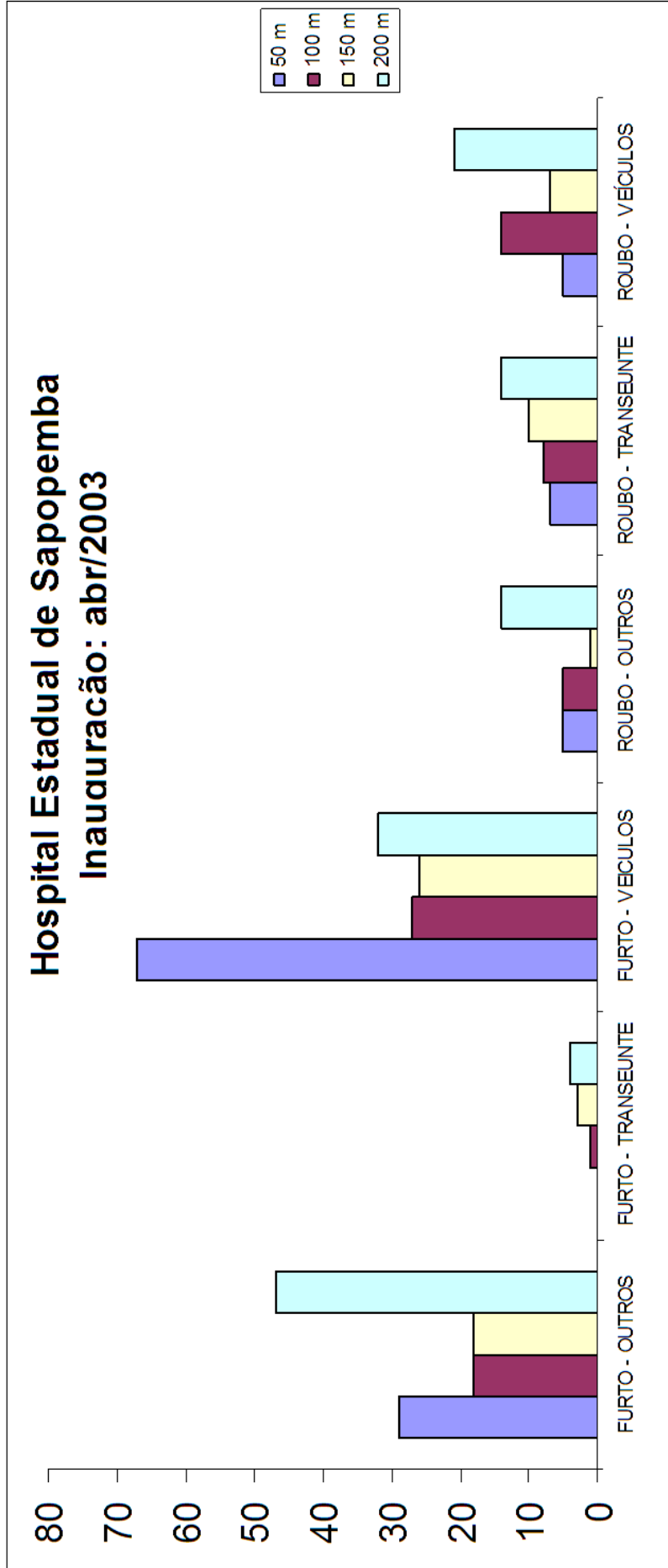
**Roubo de Veículo**



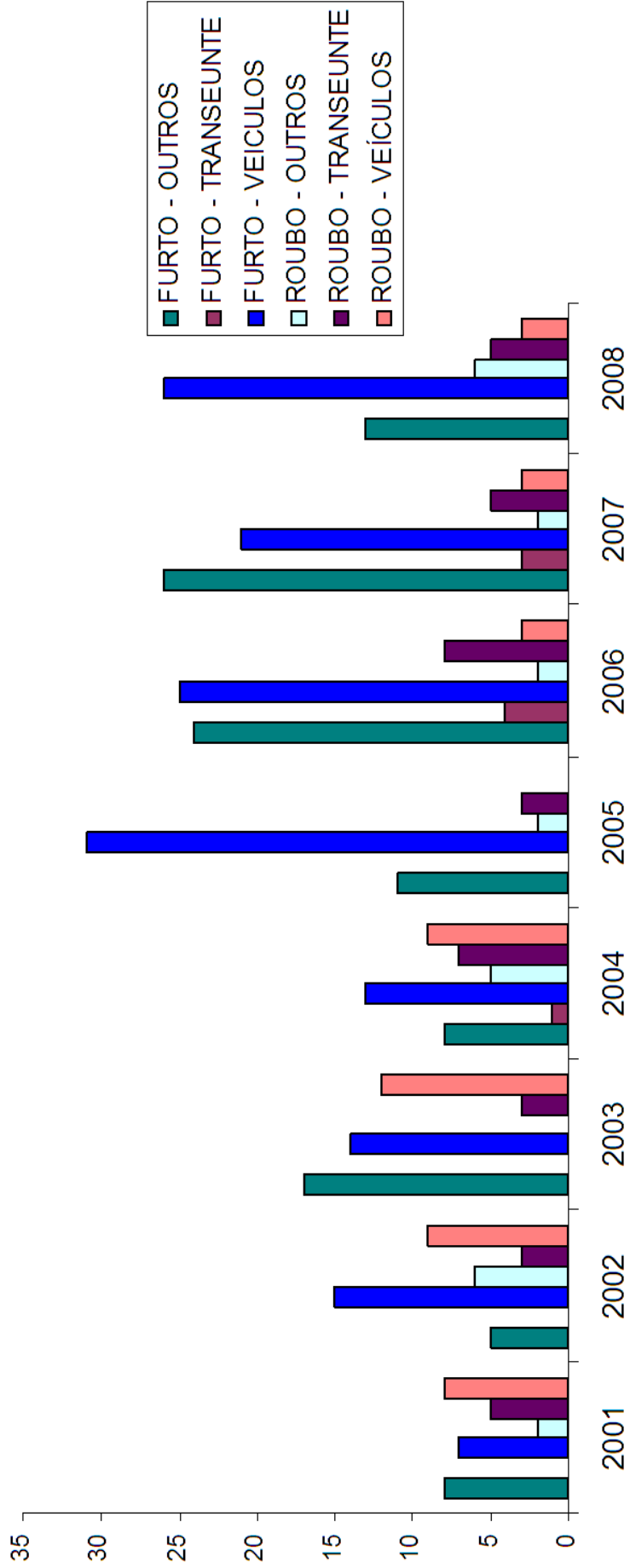
Município de São Paulo



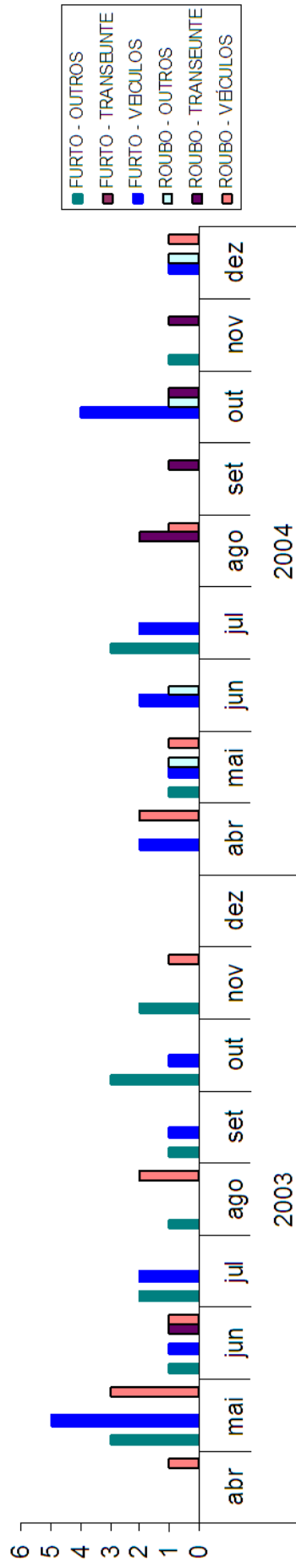
Escala 1 : 105.1 m 105.1 0 105.1 210.2



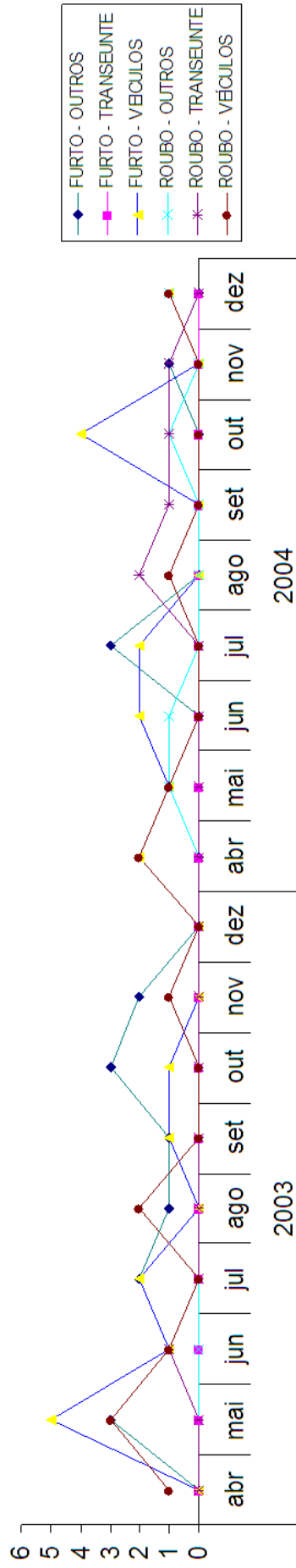
## Hospital Estadual de Sapopemba INAUGURAÇÃO: abr/2003



### Hospital Estadual de Sapopemba Inauguração: abr/2003



### Hospital Estadual de Sapopemba Inauguração: abr/2003



**ANEXO 8 – Gráfico da Evolução Criminal de 2001 a 2008 em Universidades e demais mapas avaliados através de “Buffers” e Gráficos para empreendimento analisado: Universidade São Judas Tadeu – *Campus* Butantã, Universidade São Marcos – *Campus* Tatuapé, Universidade Metodista de São Paulo – *Campus* São Paulo, Universidade Bandeirante – UNIBAN Sul – *Campus* Morumbi II, PUC – Pontifícia Universidade Católica – *Campus* Santana, Universidade Nove de Julho – *Campus* Vergueiro, Universidade Bandeirante – UNIBAN Tatuapé – *Campus* Tatuapé**

Neste Anexo estaremos apresentando de forma seqüencial os levantamentos realizados através de mapas e gráficos dos empreendimentos do tipo Universidades, conforme segue:

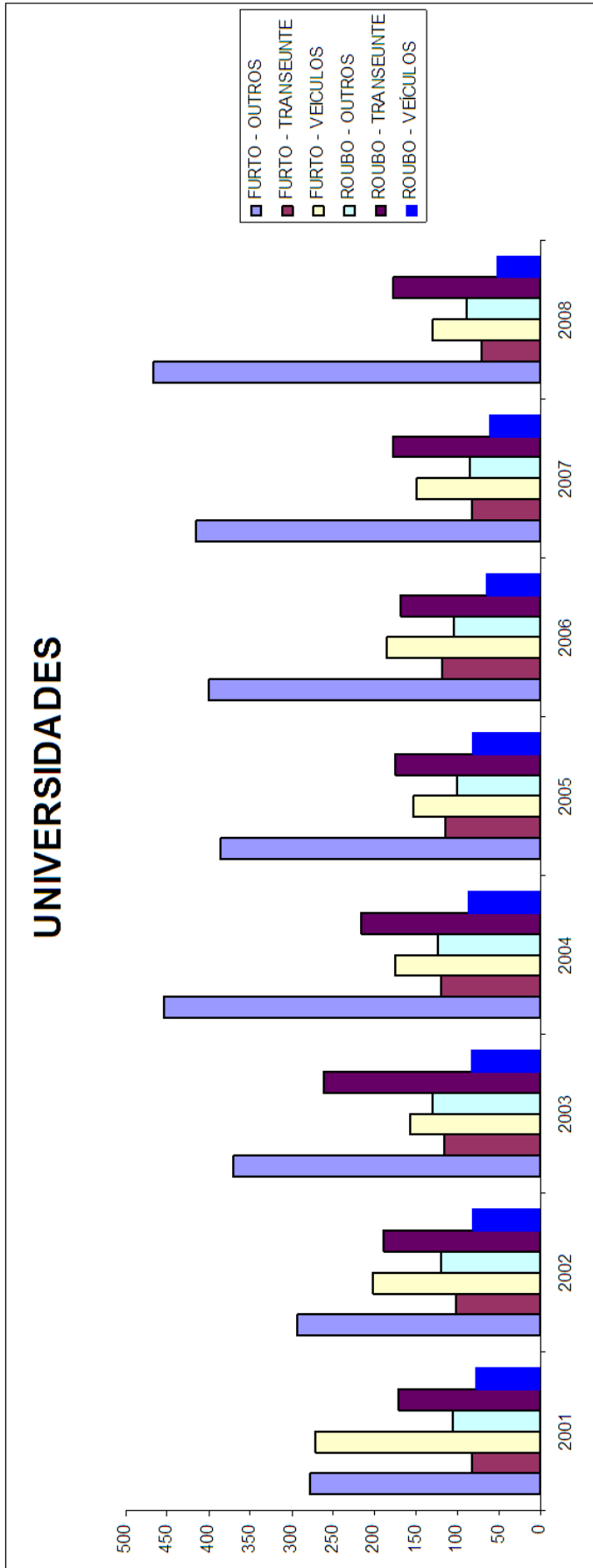
- 1 Universidade São Judas Tadeu – *Campus* Butantã,
- 2 Universidade São Marcos – *Campus* Tatuapé,
- 3 Universidade Metodista de São Paulo – *Campus* São Paulo,
- 4 Universidade Bandeirante – UNIBAN Sul – *Campus* Morumbi II,
- 5 PUC – Pontifícia Universidade Católica – *Campus* Santana,
- 6 Universidade Nove de Julho – *Campus* Vergueiro,
- 7 Universidade Bandeirante – UNIBAN Tatuapé – *Campus* Tatuapé

Foram considerados: furtos e roubos outros, a transeunte, de veículos.

A seqüência para apresentação para cada estudo é a seguinte:

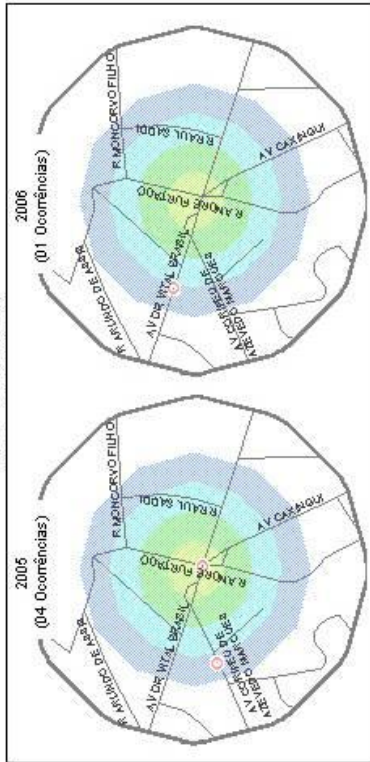
- 1 1 (um) gráfico de barras com a evolução dos indicadores criminais de 2001 a 2008 de todos as Universidades;
- 2 2 (dois) mapas, sendo no primeiro os “buffers” de furtos a transeunte, outros e de veículos e, no segundo, os “buffers” de roubos a transeunte, outros e de veículos;
- 3 4 (quatro) gráficos. O primeiro um gráfico de barras de cada tipo de cada modalidade criminal para cada 50 metros de “buffer” traçado; o segundo um gráfico de barras comparando-se “ano a ano” todos os indicadores pesquisados; o terceiro um gráfico de barras com todos os indicadores pesquisados, mas comparando-se a evolução criminal após a inauguração do empreendimento com a evolução criminal do ano anterior, sendo que tal comparação se realiza mês a mês; o quarto é uma reprodução do terceiro gráfico, comente que agora no gráfico de linhas.



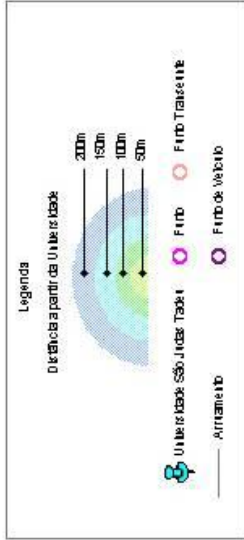


NATUREZA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
FURTO - OUTROS	278	294	371	455	386	400	416	466
FURTO - TRANSEUNTE	83	102	117	120	115	118	83	70
FURTO - VEÍCULOS	272	202	157	176	153	185	150	129
ROUBO - OUTROS	107	120	129	124	100	104	85	89
ROUBO - TRANSEUNTE	172	189	262	216	176	170	177	178
ROUBO - VEÍCULOS	76	81	82	87	80	65	62	51
<b>Total</b>	<b>988</b>	<b>988</b>	<b>1118</b>	<b>1178</b>	<b>1010</b>	<b>1042</b>	<b>973</b>	<b>983</b>

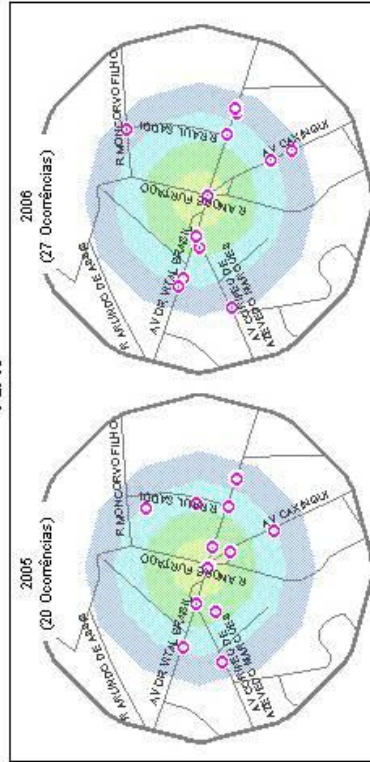
**Furto Transeunte**



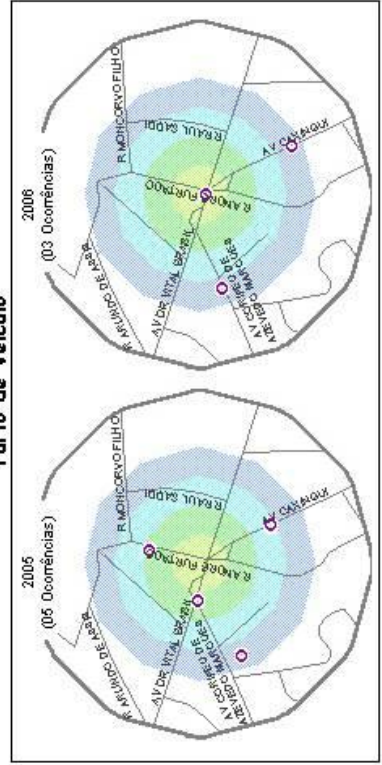
**Universidade São Judas Tadeu - Campus Butantã  
10/02 a 31/12/2005 - 10/02 a 31/12/2006**



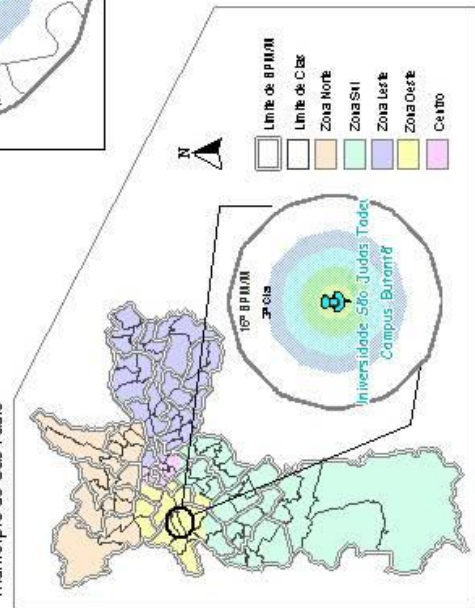
**Furto**



**Furto de Veículo**

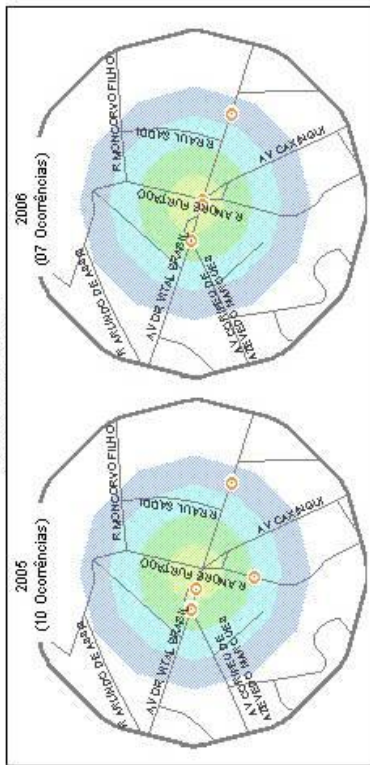


Município de São Paulo

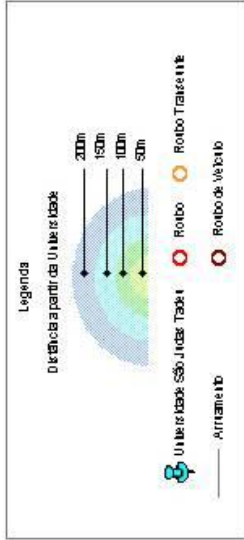


Escala 1 : 105.1 m 0 105.1 210.2

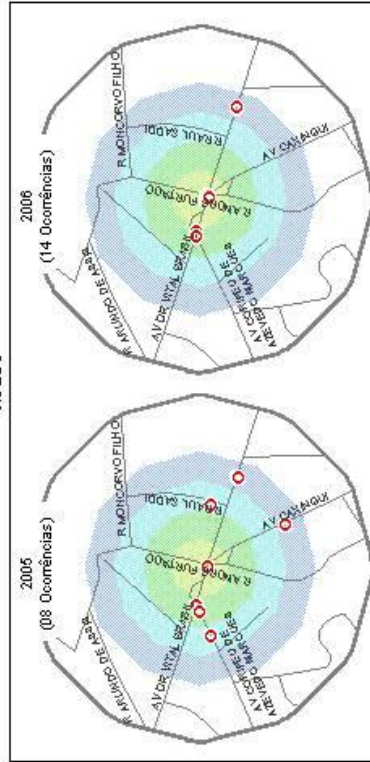
**Roubo Transente**



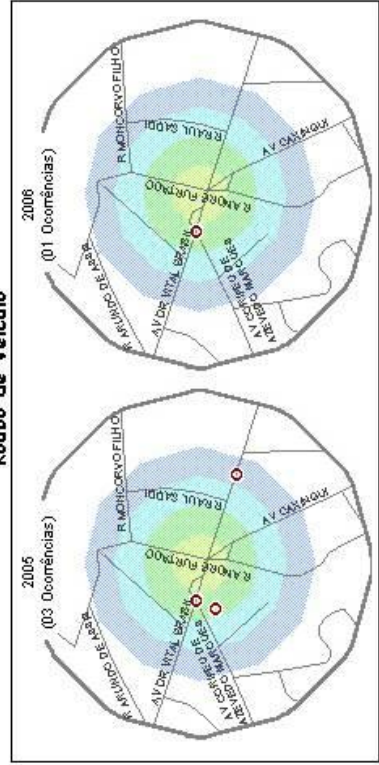
Universidade São Judas Tadeu - Campus Butantã  
10/02 a 31/12/2005 - 10/02 a 31/12/2006



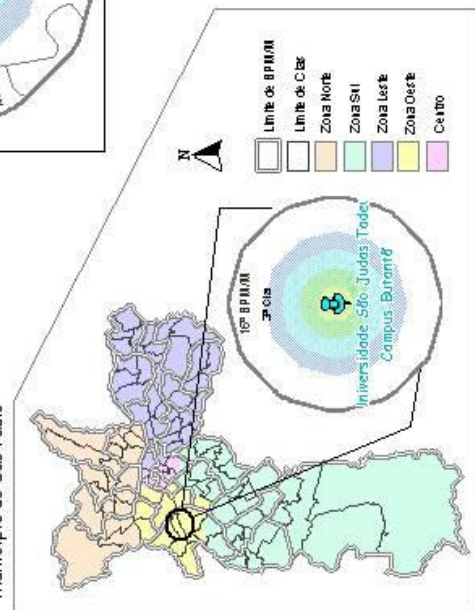
**Roubo**



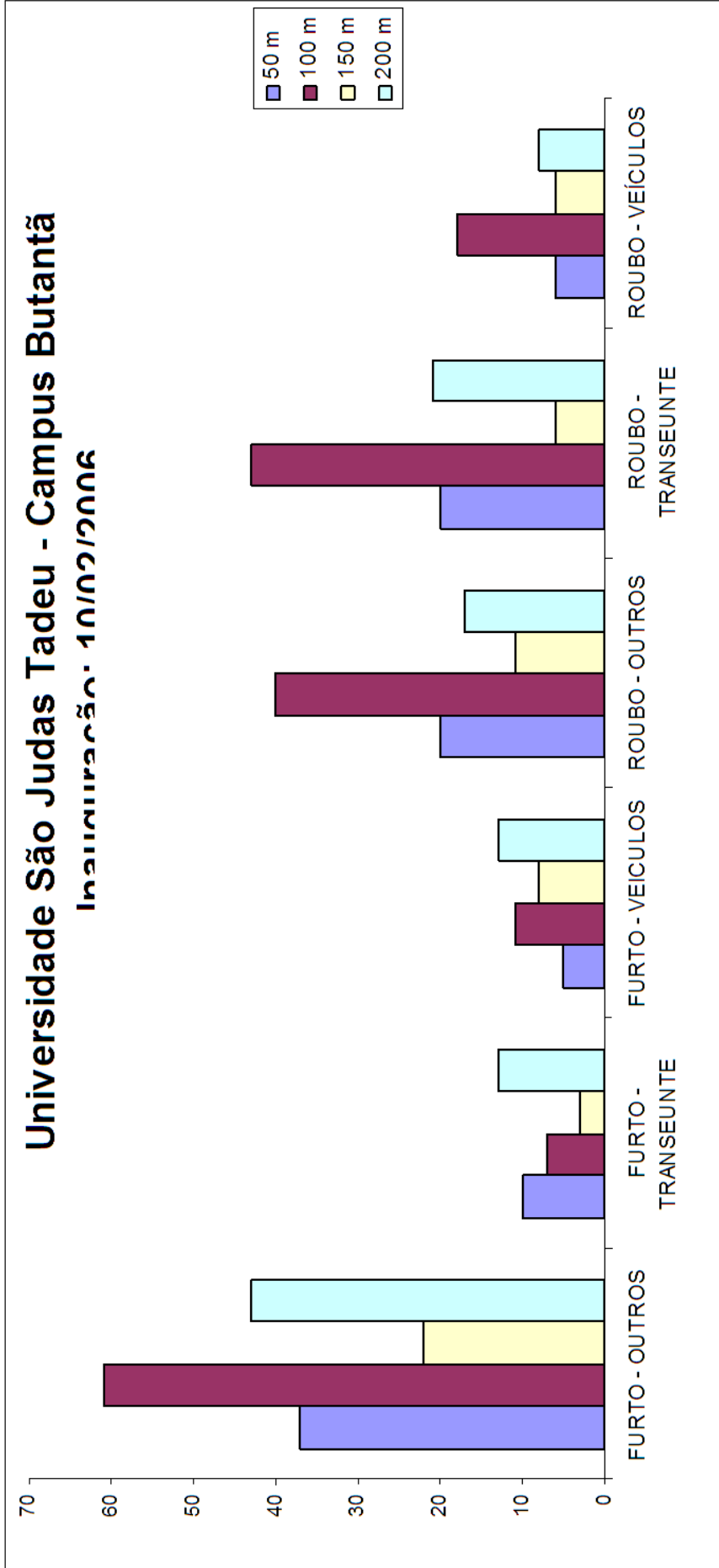
**Roubo de Veículo**



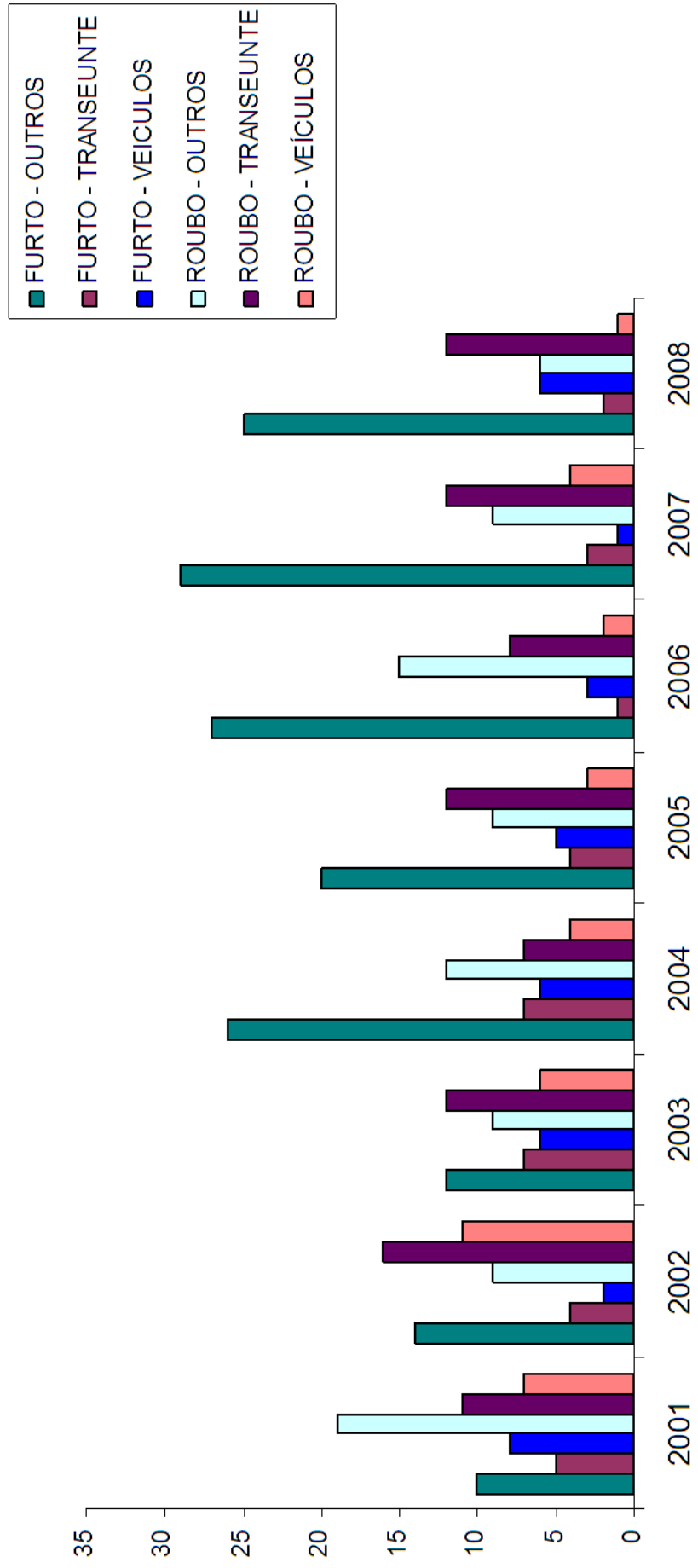
Município de São Paulo



Escala 1 : 105.1 m 0 105.1 210.2

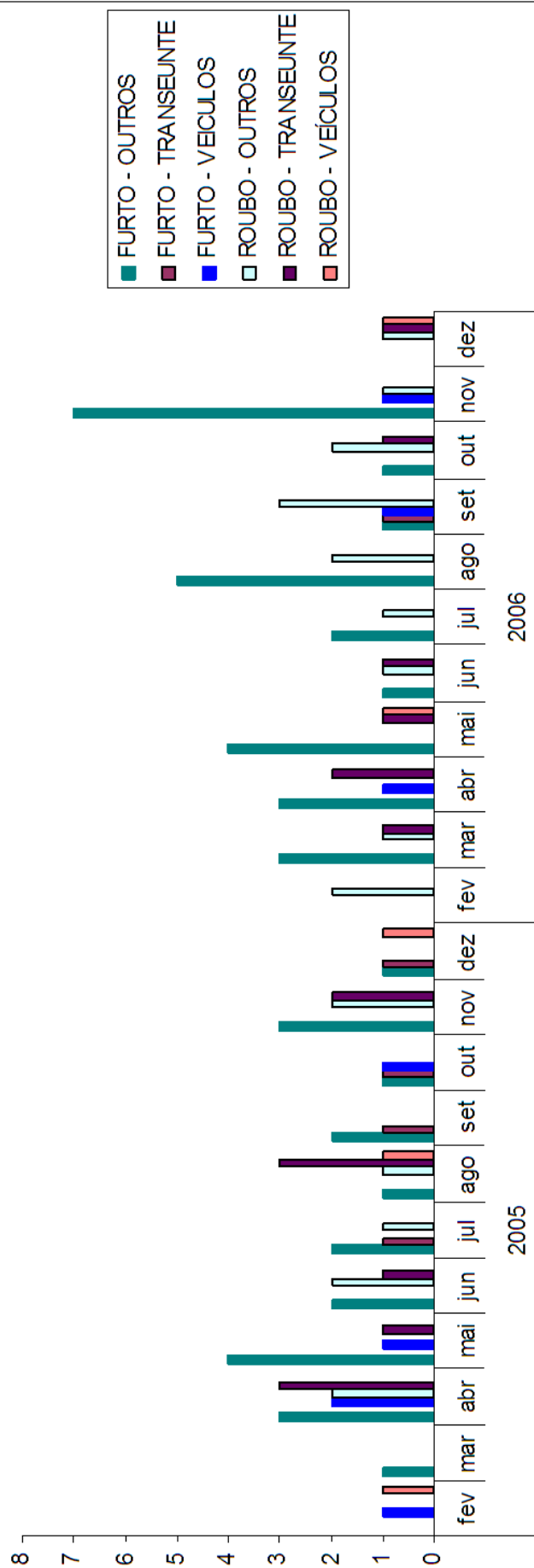


## Universidade São Judas Tadeu - Campus Butantã INAUGURAÇÃO: 10/02/2006



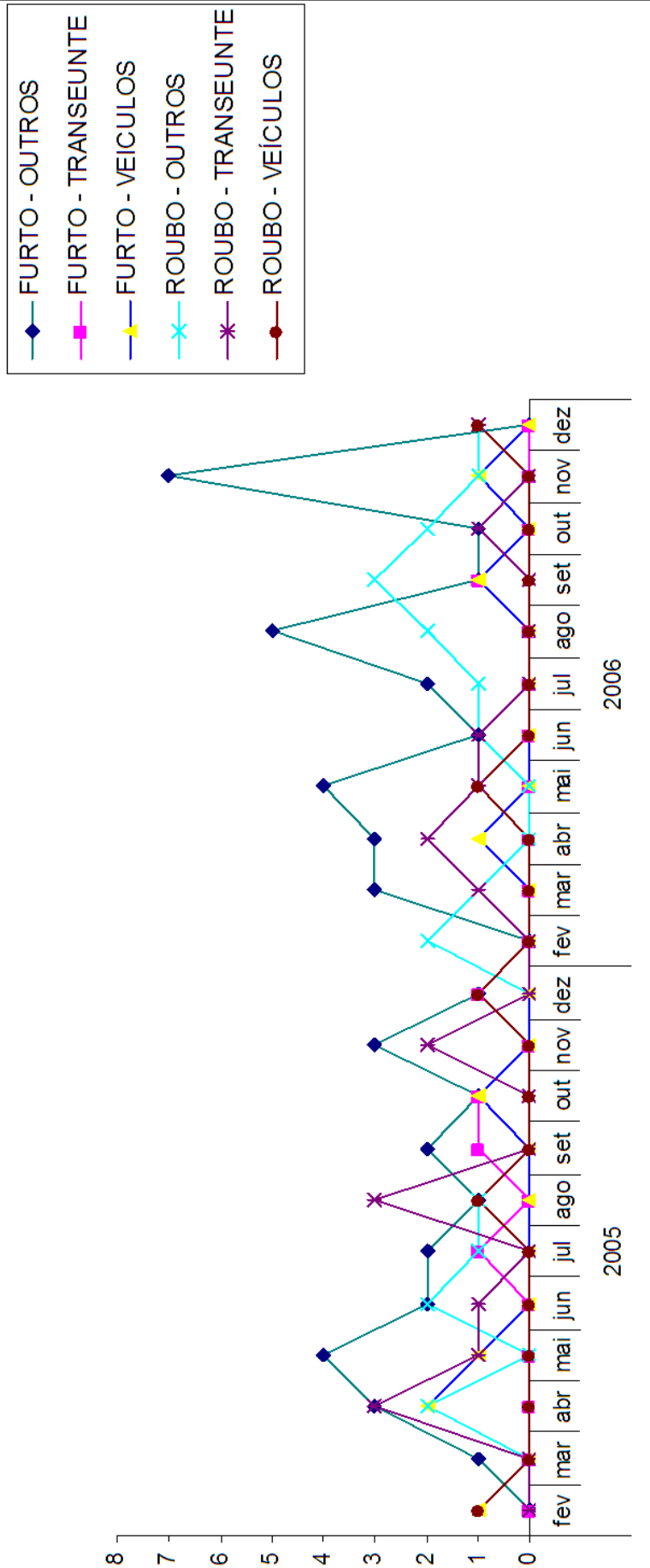
# Universidade São Judas Tadeu - Campus Butantã

## Inauguração: 10/02/2006

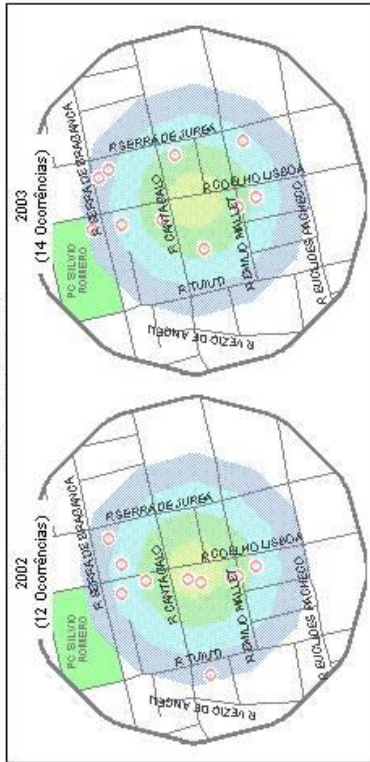


# Universidade São Judas Tadeu - Campus Butantã

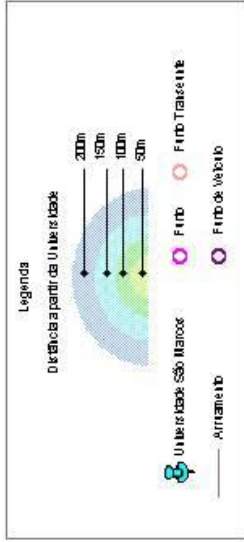
## Inauguração: 10/02/2006



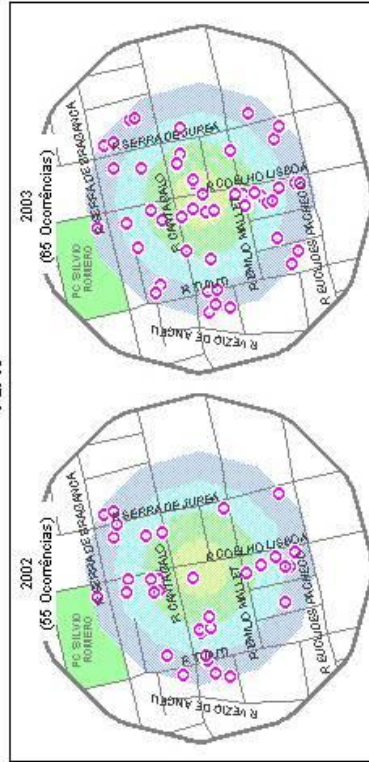
**Furto Transseunte**



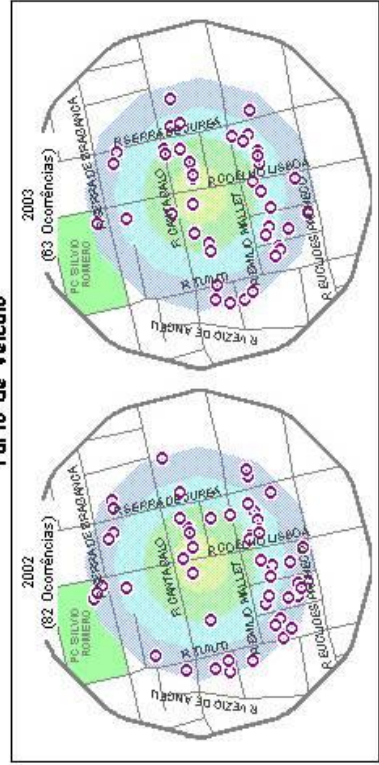
Universidade São Marcos - Campus Tatuapé  
13/02 a 31/12/2002 - 13/02 a 31/12/2003



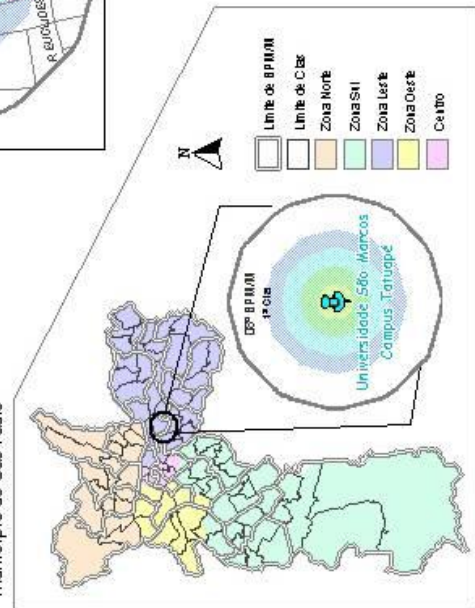
**Furto**



**Furto de Veículo**



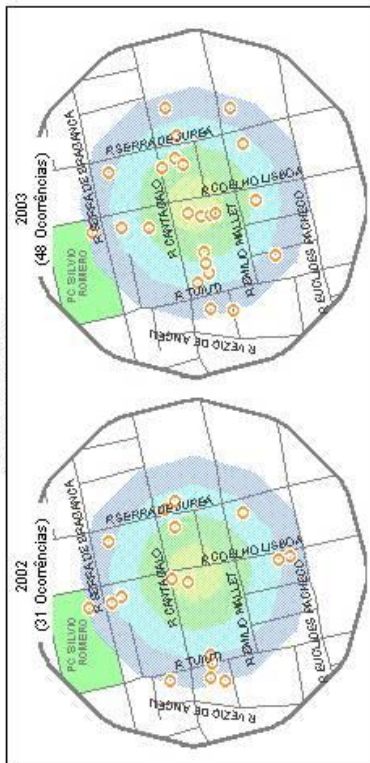
Município de São Paulo



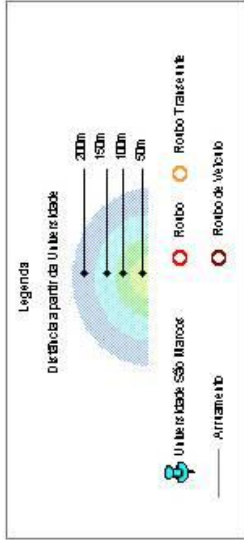
Escala 1 : 105.1m 0 105.1 210.2



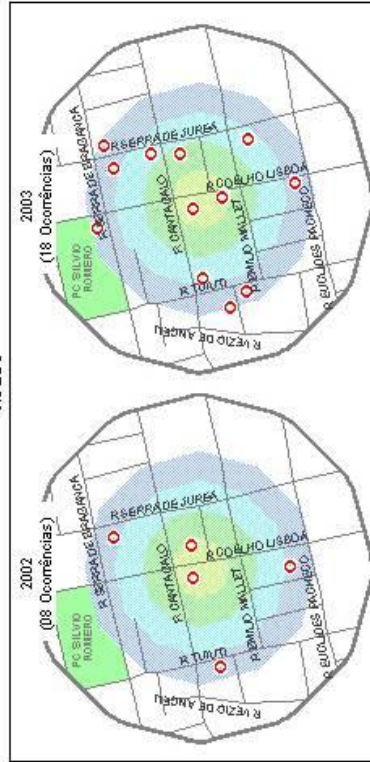
**Roubo Transente**



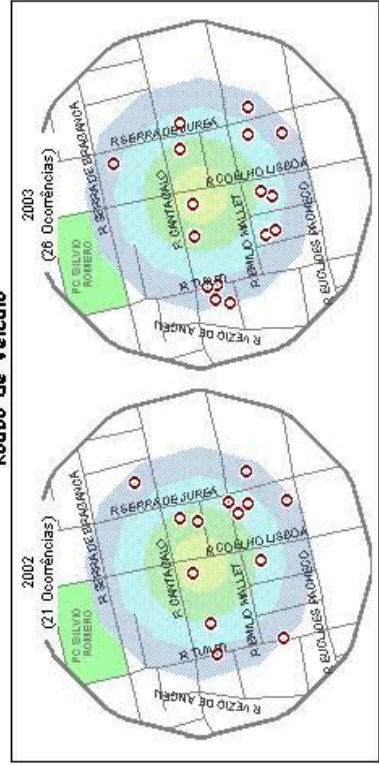
Universidade São Marcos - Campus Tatuapé  
13/02 a 31/12/2002 - 13/02 a 31/12/2003



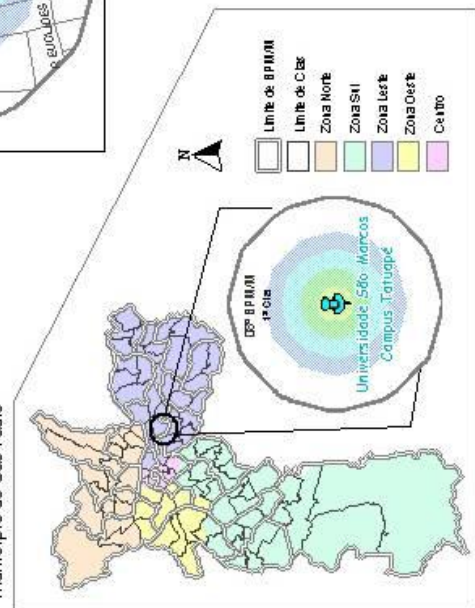
**Roubo**



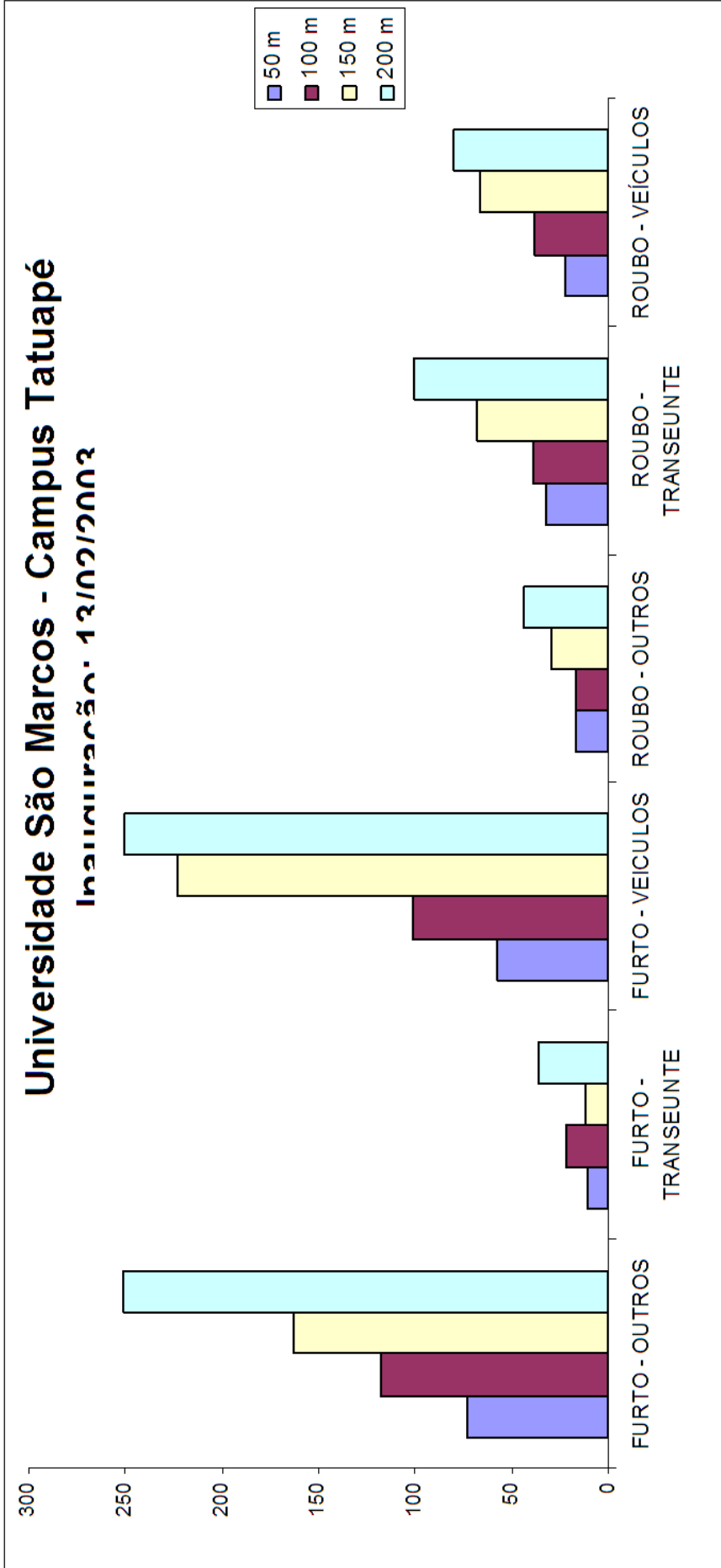
**Roubo de Veículo**



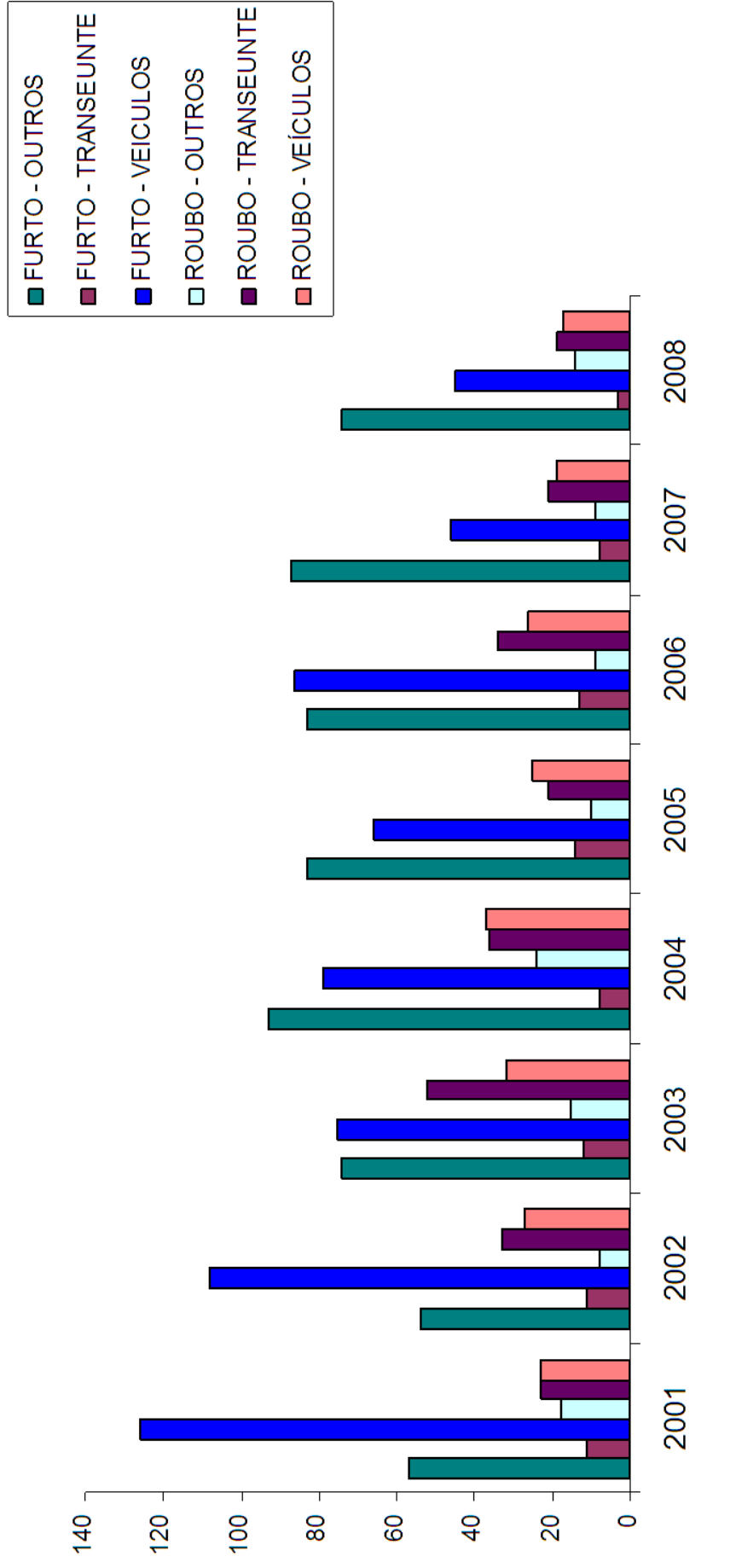
Município de São Paulo



Escala 1 : 105.1 m 0 105.1 210.2

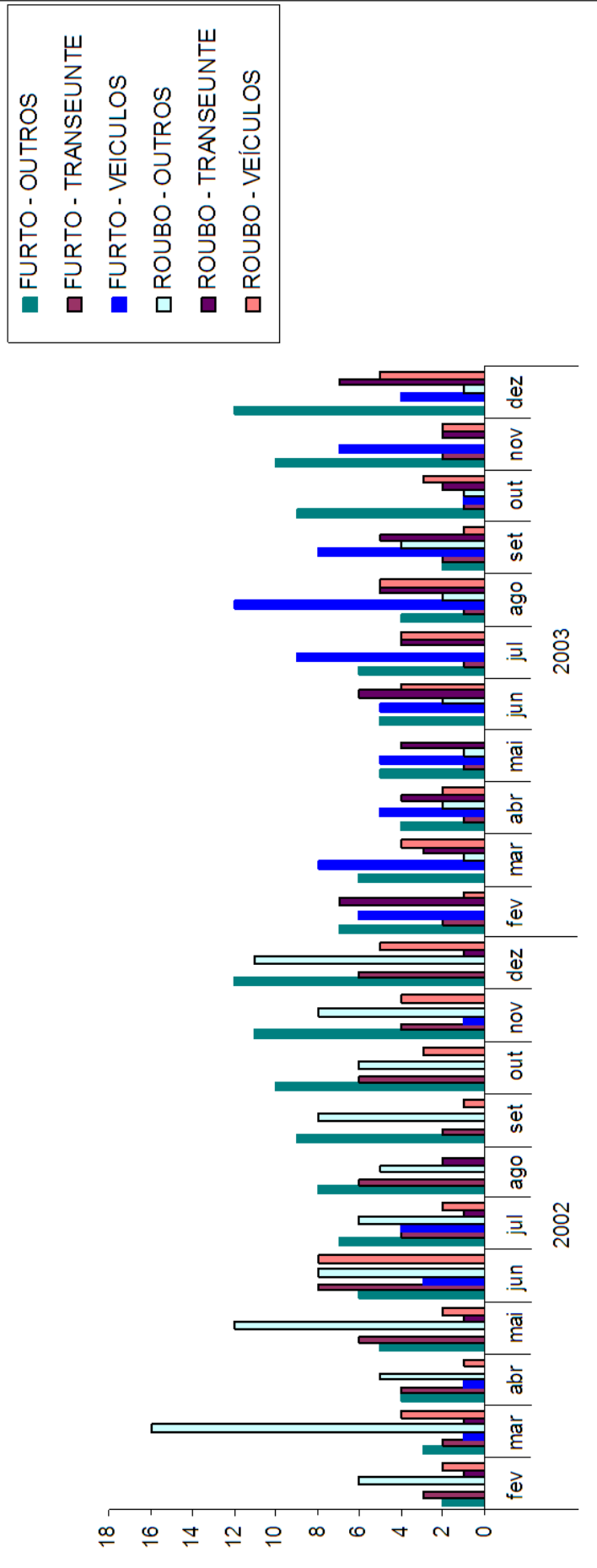


## Universidade São Marcos - Campus Tatuapé INAUGURAÇÃO: 13/02/2003



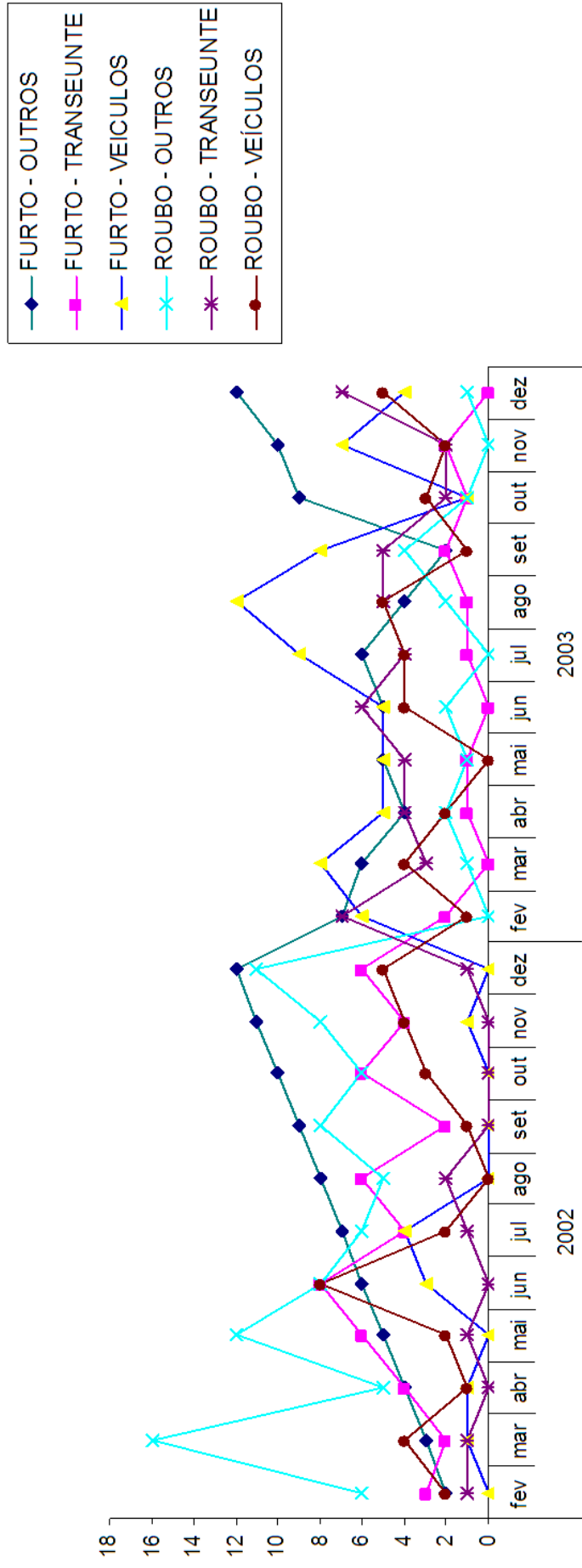
# Universidade São Marcos - Campus Tatuapé

## Inauguração: 13/02/2003

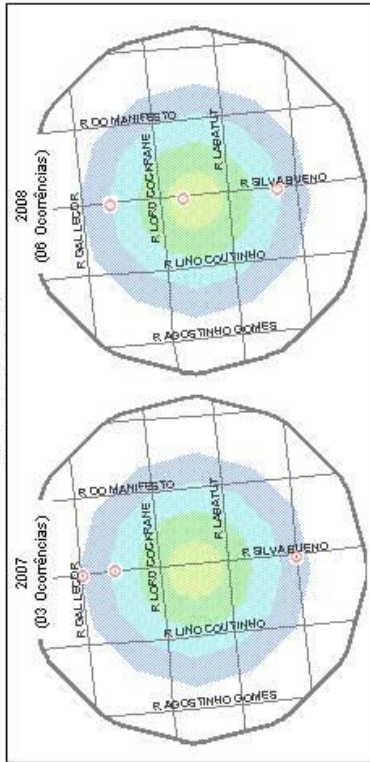


# Universidade São Marcos - Campus Tatuapé

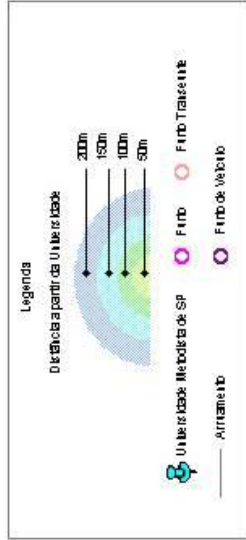
## Inauguração: 13/02/2003



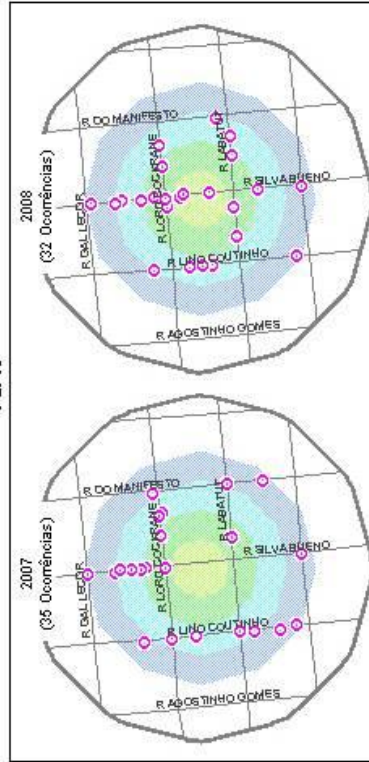
**Furto Transseunte**



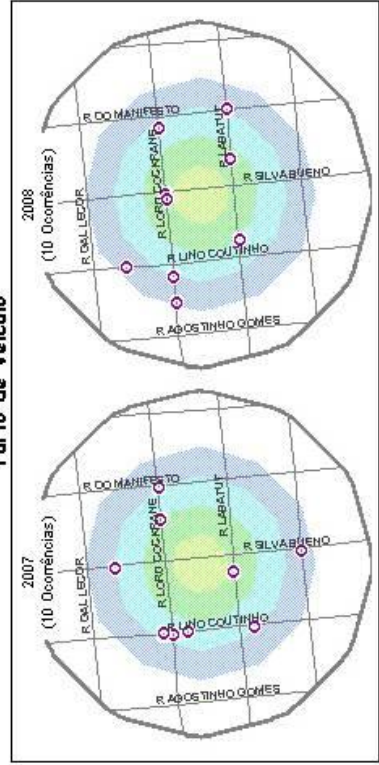
Universidade Metodista de São Paulo - Campus São Paulo  
Abr/07 a 31/12/2007 - Abr/08 a 31/12/2008



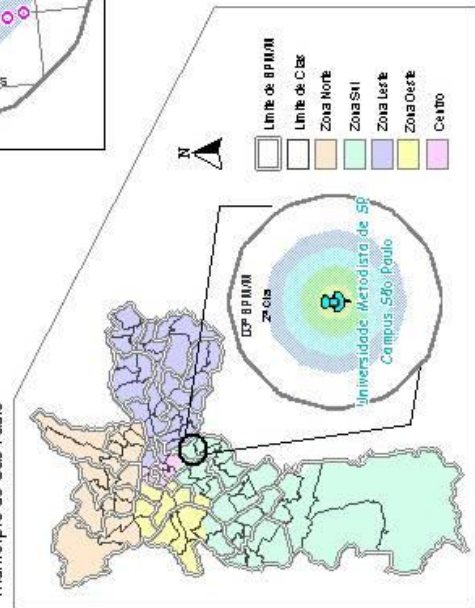
**Furto**



**Furto de Veículo**



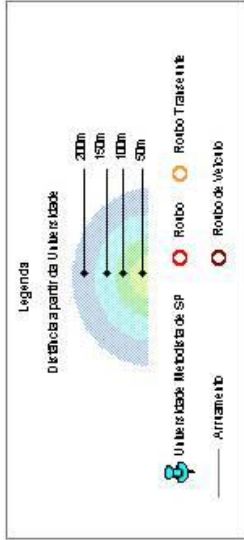
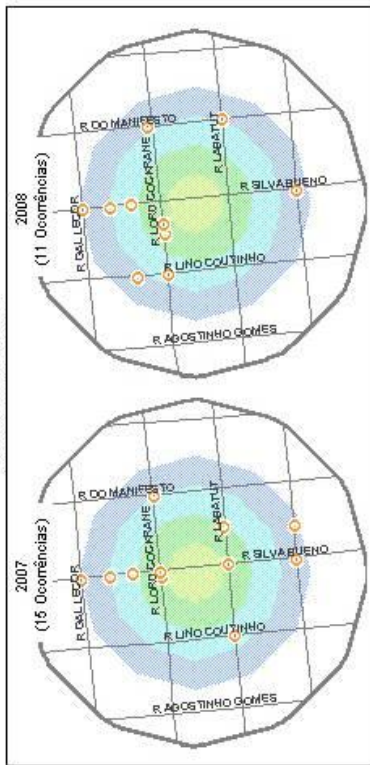
Município de São Paulo



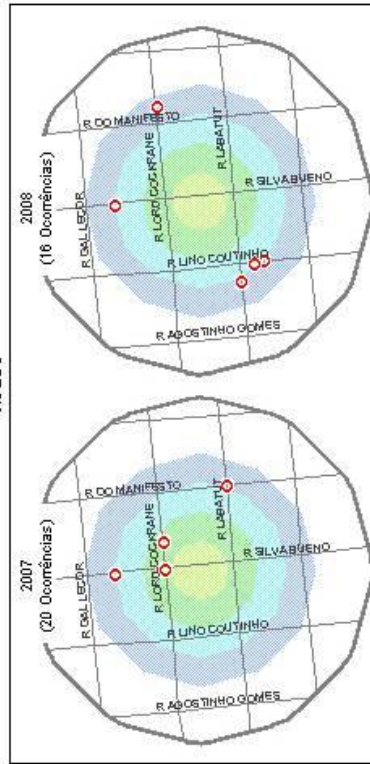
Escala 1 : 105.1 m 0 105.1 210.2

**Universidade Metodista de São Paulo - Campus São Paulo**  
**Abr/07 a 31/12/2007 - Abr/08 a 31/12/2008**

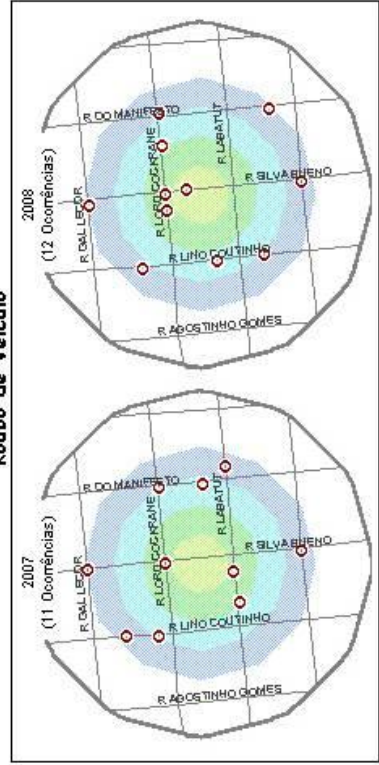
**Roubo Transente**



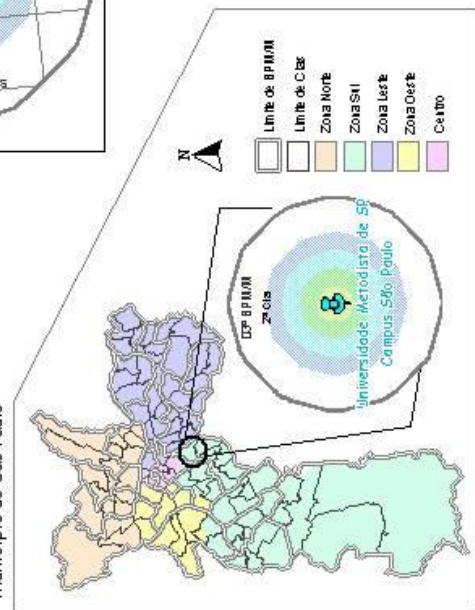
**Roubo**

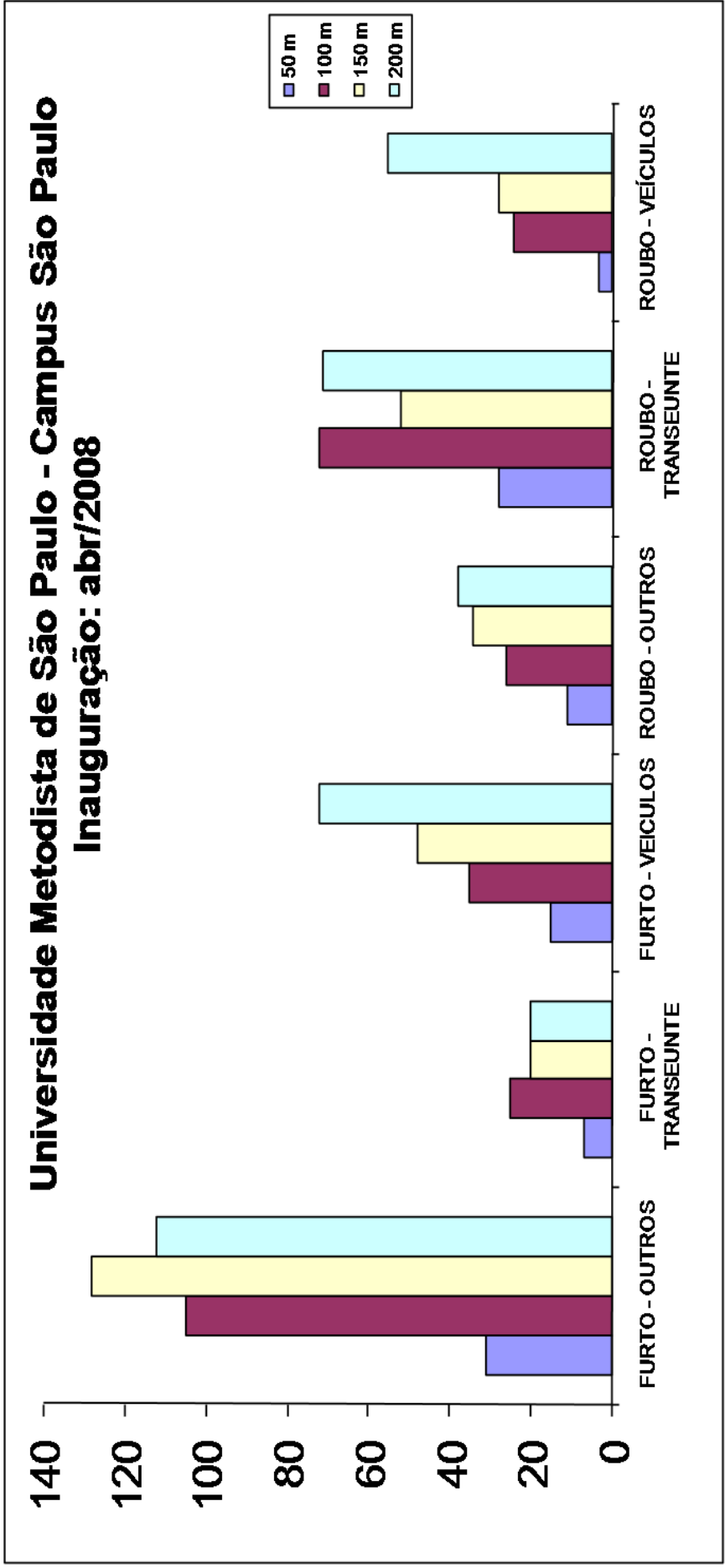


**Roubo de Veículo**



Município de São Paulo

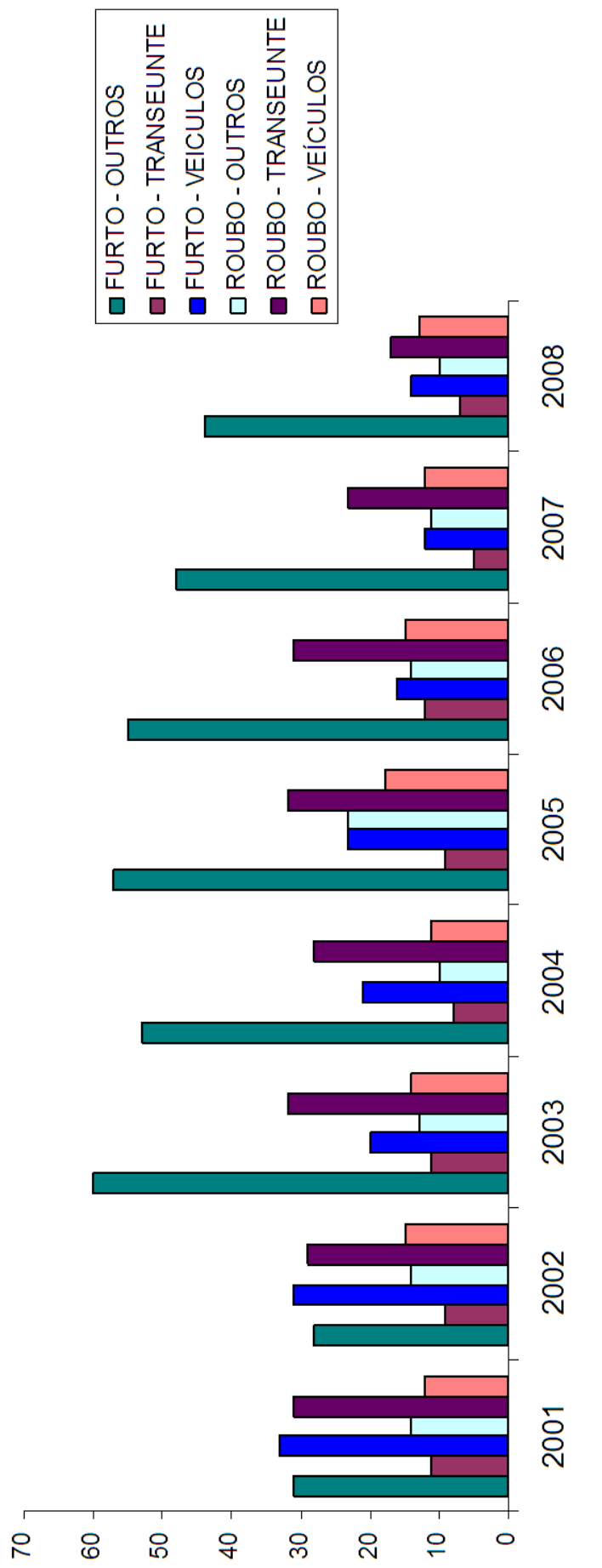






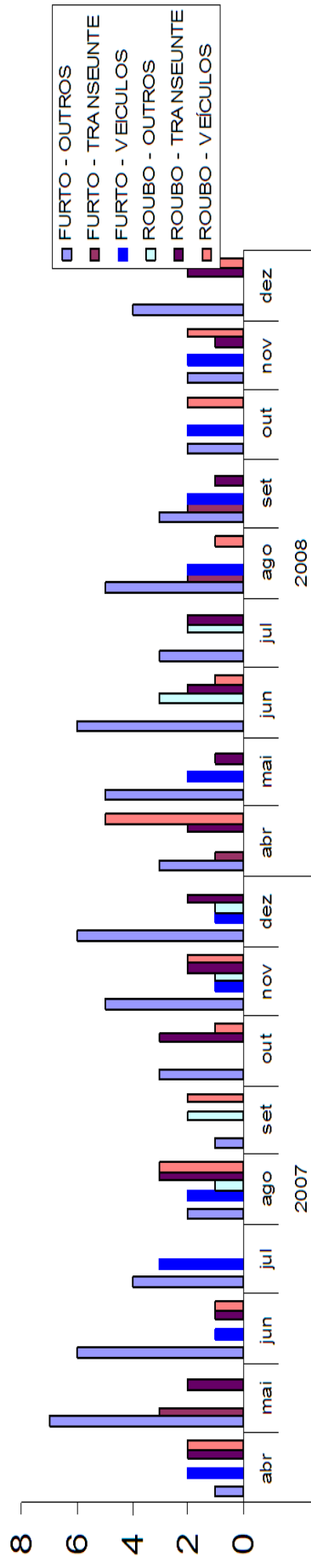
# Universidade Metodista de São Paulo - Campus São Paulo

## INAUGURAÇÃO: abr/2008



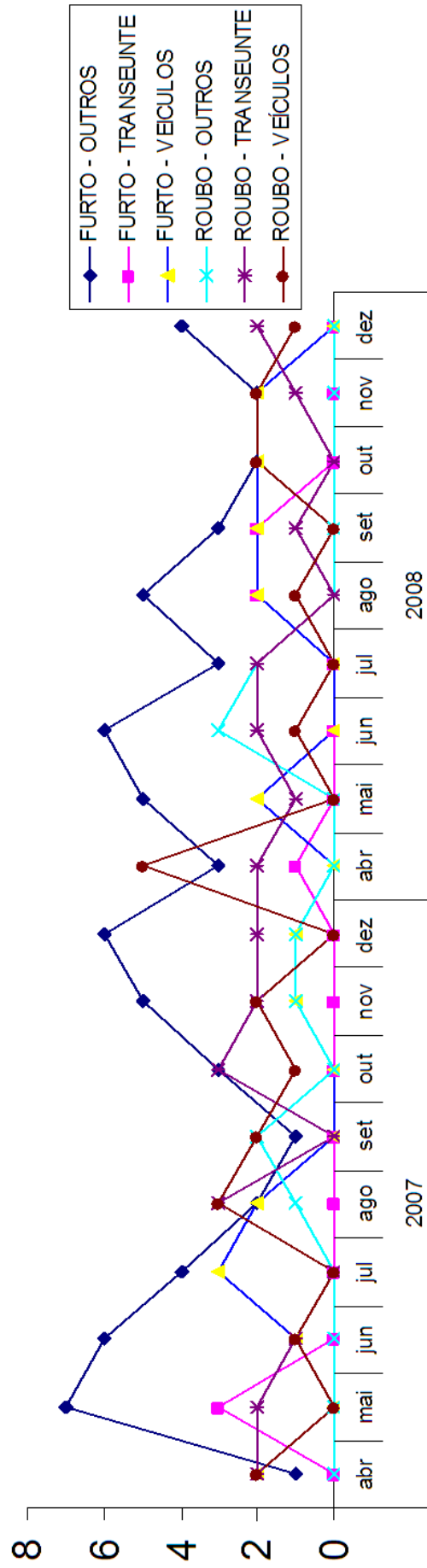
## Universidade Metodista de São Paulo - Campus São Paulo

Inauguração: abr/2008

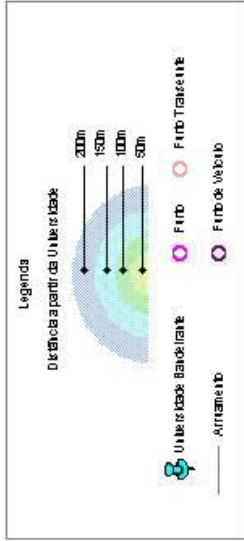


# Universidade Metodista de São Paulo - Campus São Paulo

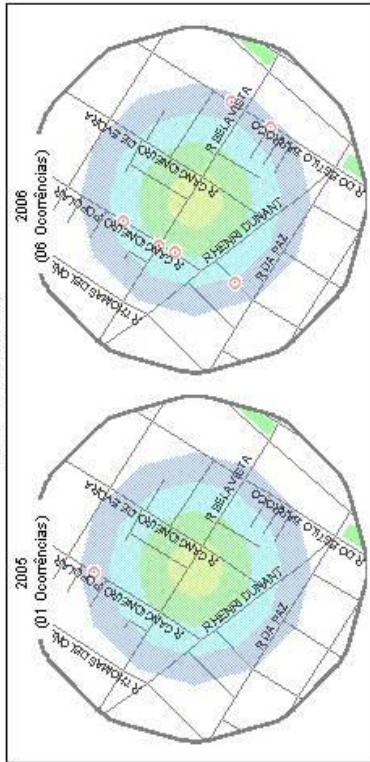
Inauguração: abr/2008



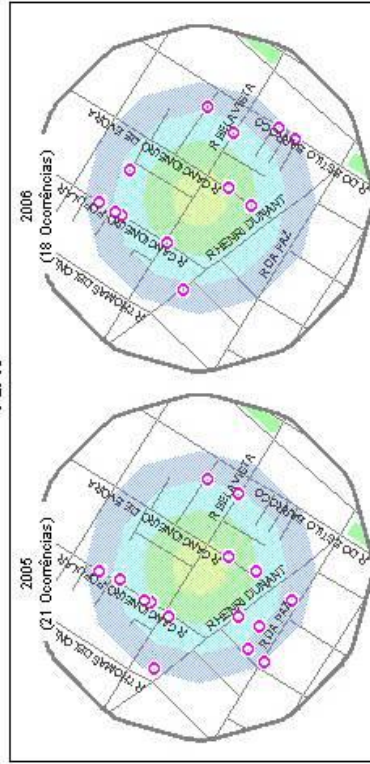
**Universidade Bandeirante - UNIBAN SUL - Campus Morumbi II  
10/02 a 31/12/2005 - 10/02 a 31/12/2006**



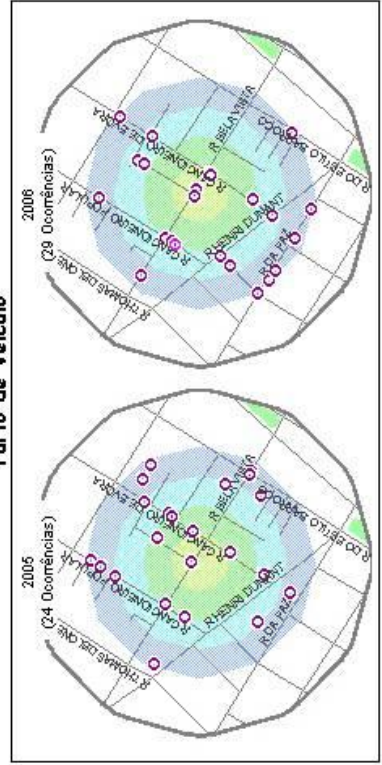
**Furto Transseunte**



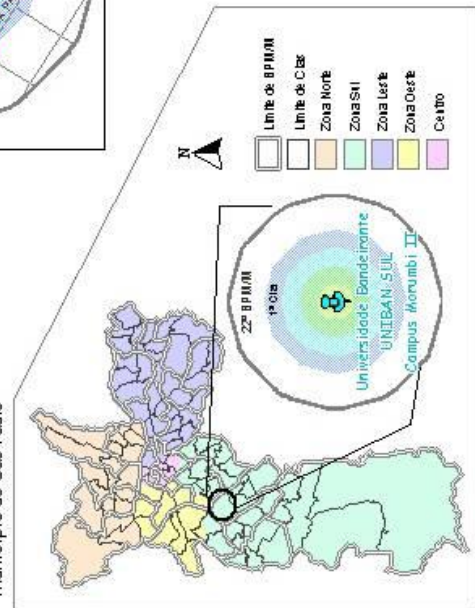
**Furto**



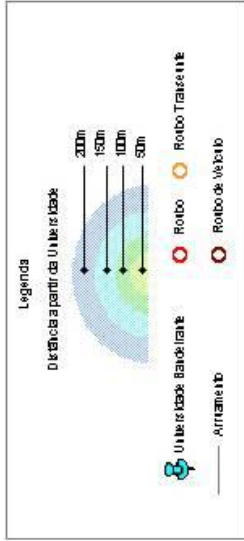
**Furto de Veículo**



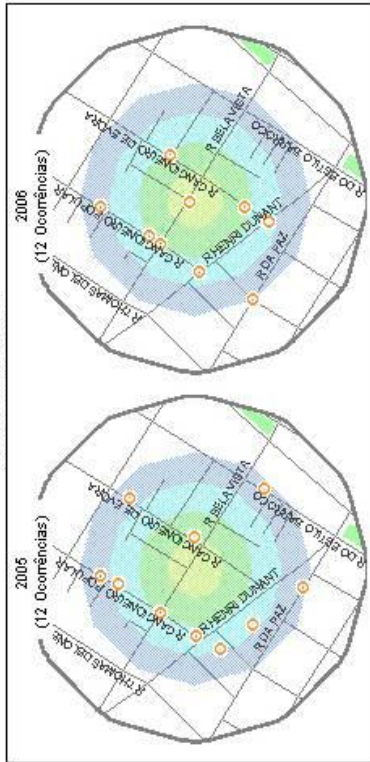
Município de São Paulo



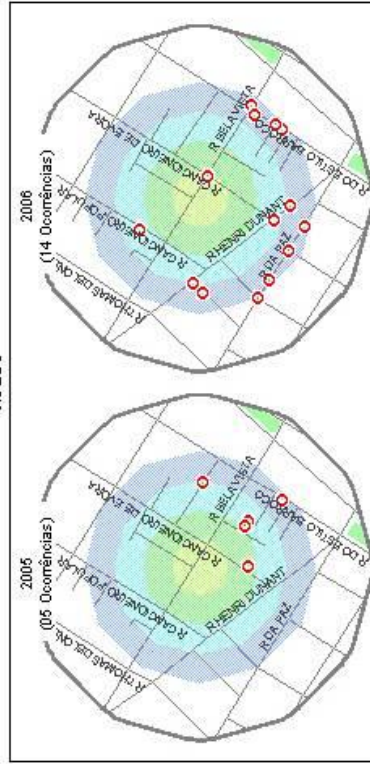
**Universidade Bandeirante - UNIBAN SUL - Campus Morumbi II  
10/02 a 31/12/2005 - 10/02 a 31/12/2006**



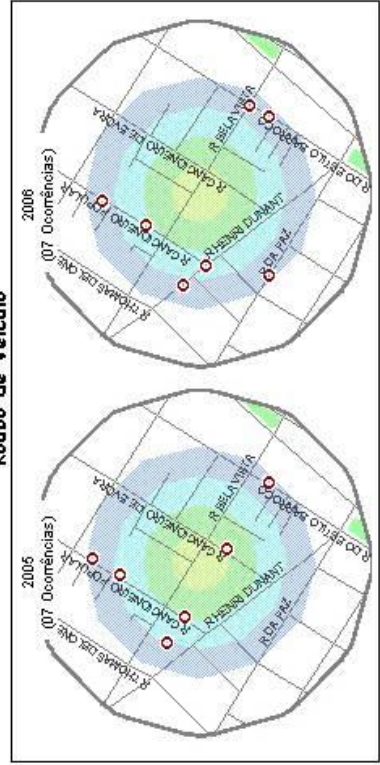
**Roubo Transversante**



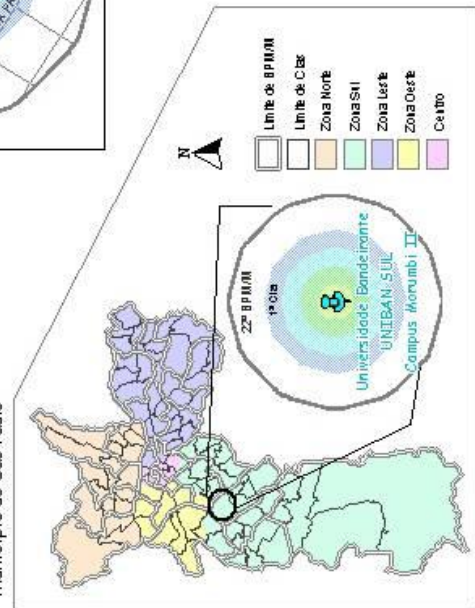
**Roubo**



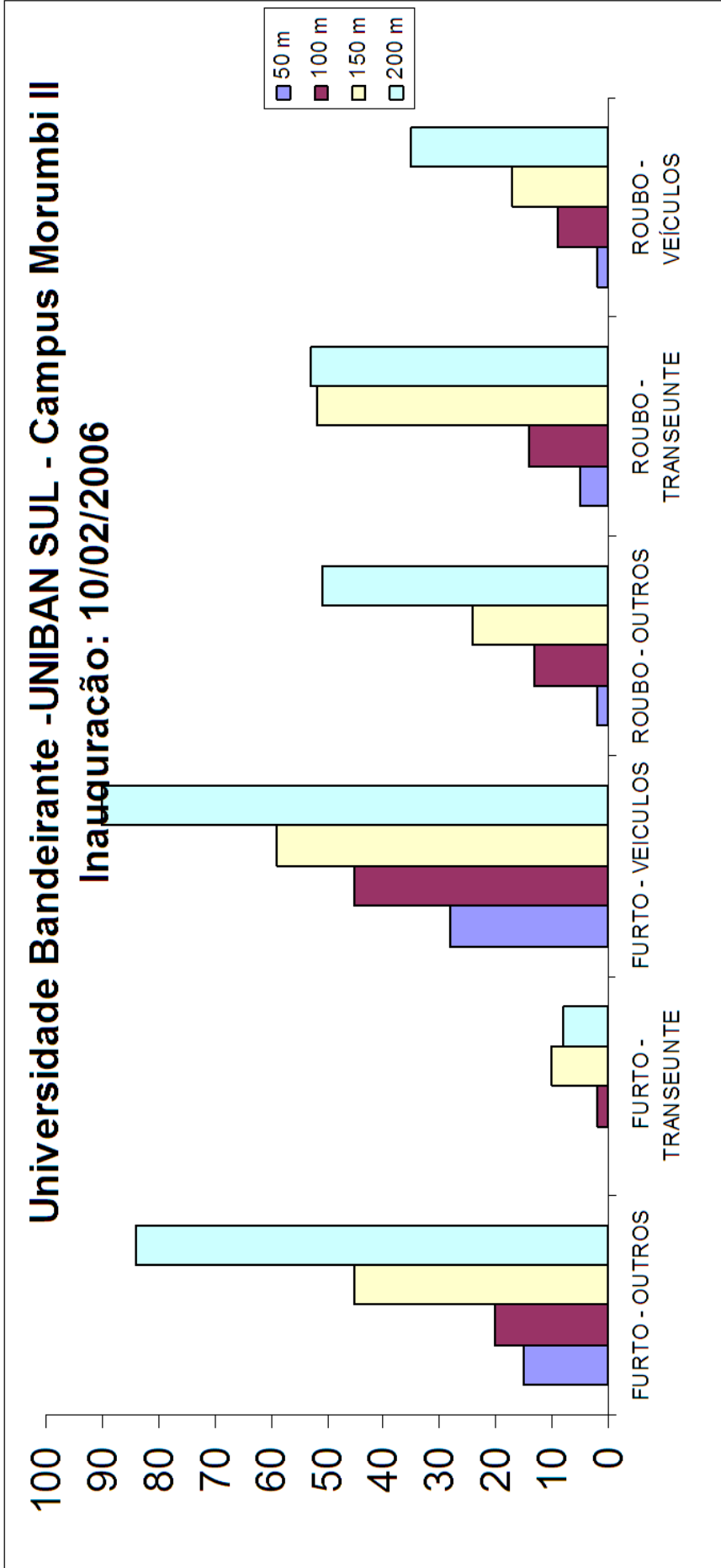
**Roubo de Veículo**



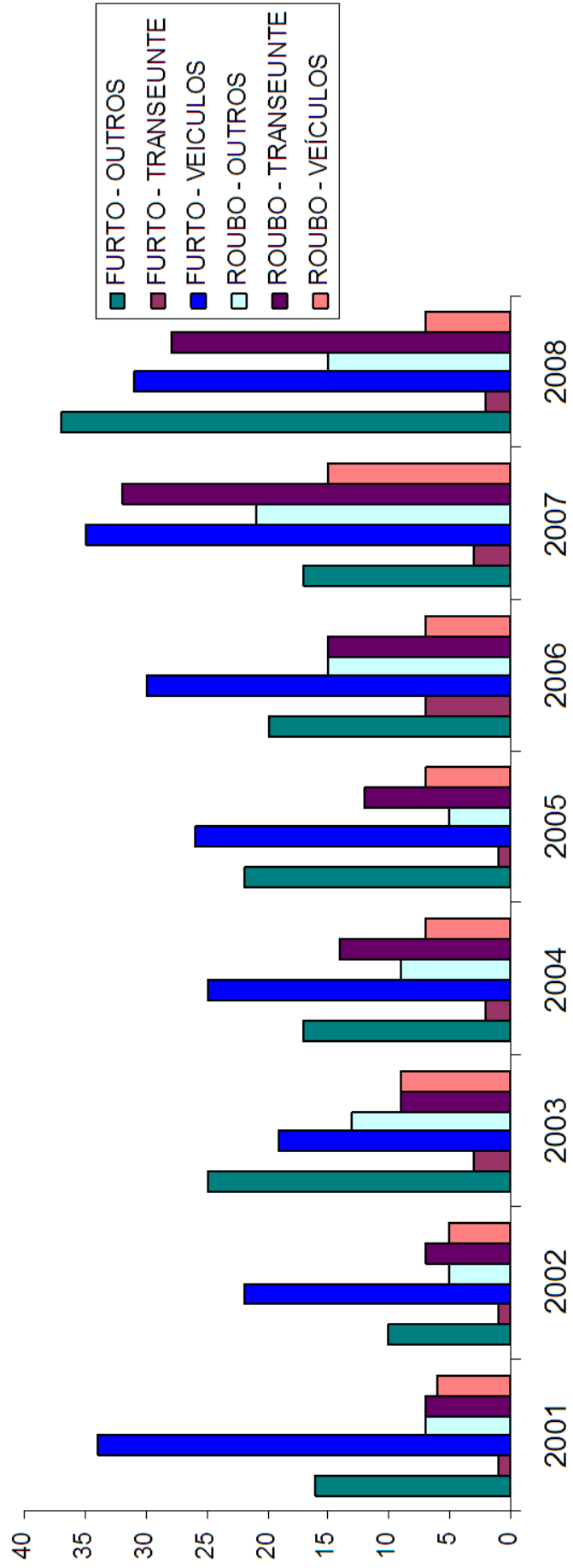
Município de São Paulo



Escala 1 : 105.1 m



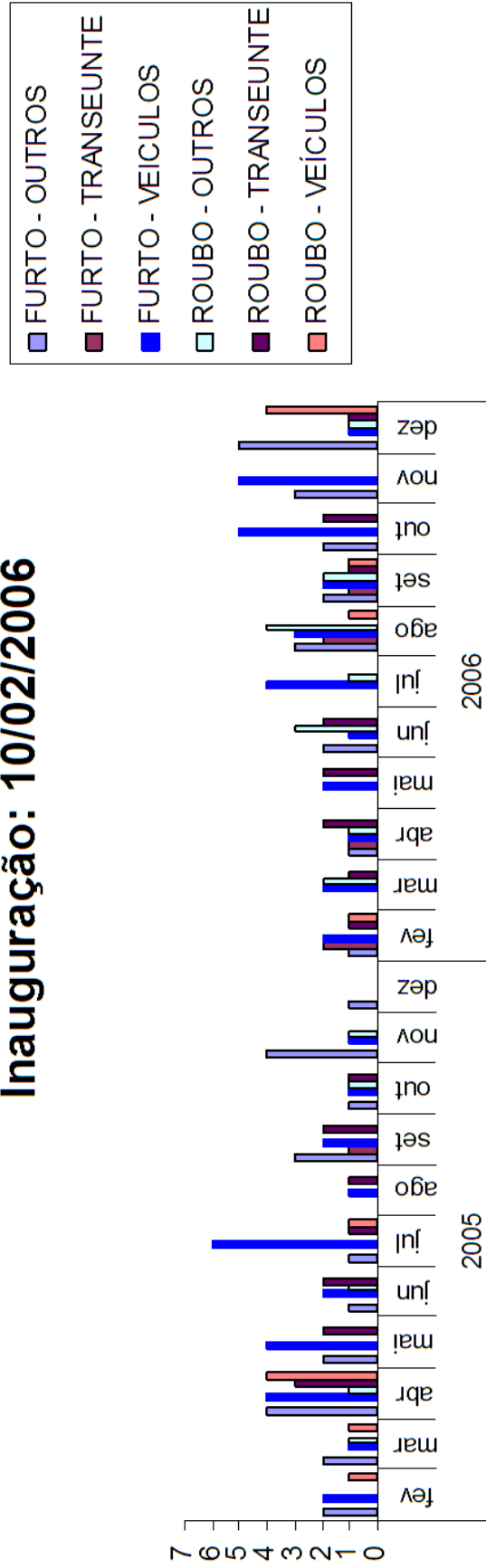
**Universidade Bandeirante - UNIBAN SUL - Campus  
Morumbi II  
INAUGURAÇÃO: 10/12/2006**



# Universidade Bandeirante -UNIBAN SUL - Campus Morumbi

II

Inauguração: 10/02/2006

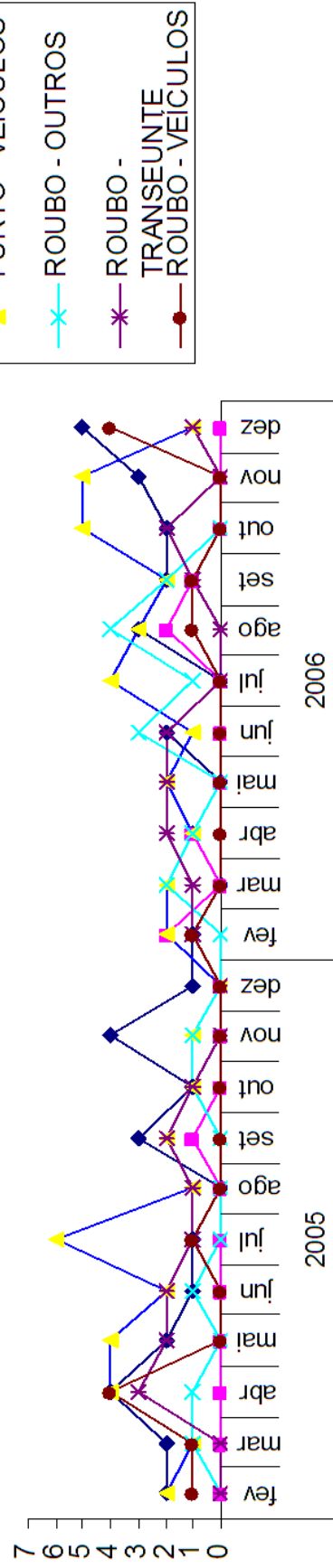




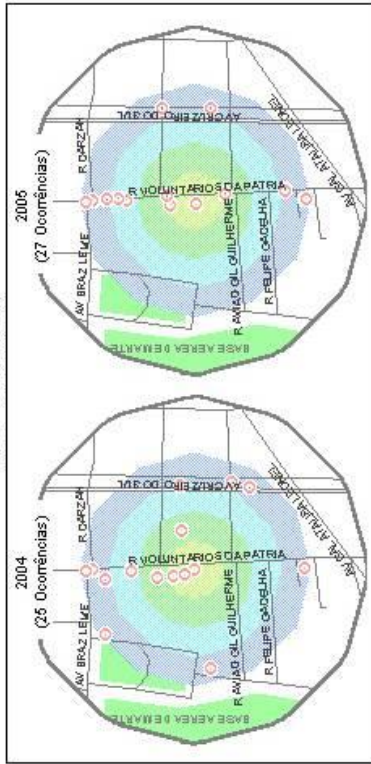
# Universidade Bandeirante -UNIBAN SUL - Campus Morumbi

II

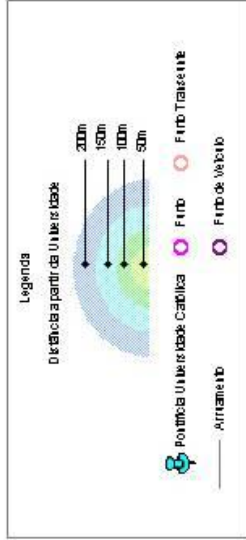
Inauguração: 10/02/2006



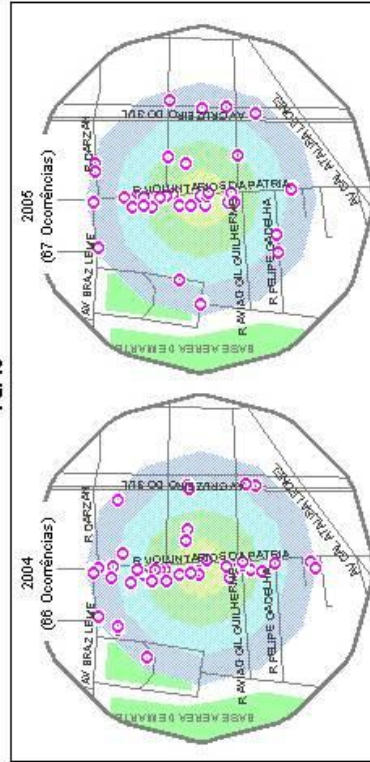
**Furto Transeunte**



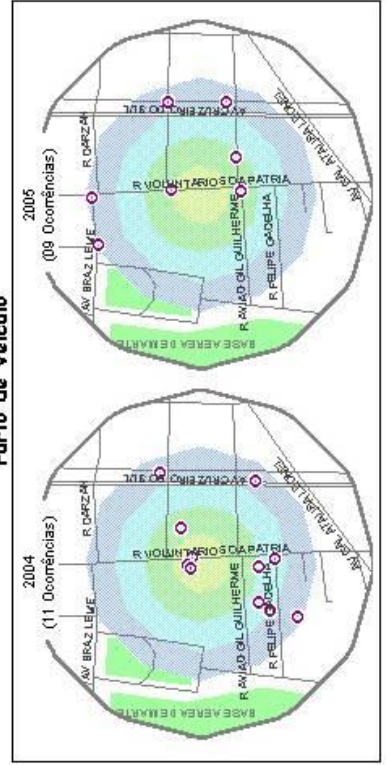
**PUC - Pontifícia Universidade Católica - Campus Santana**  
**08/05 a 31/12/2004 - 08/05 a 31/12/2005**



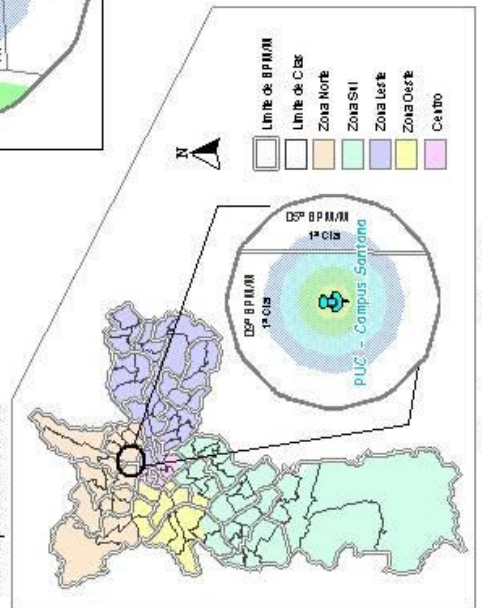
**Furto**



**Furto de Veículo**

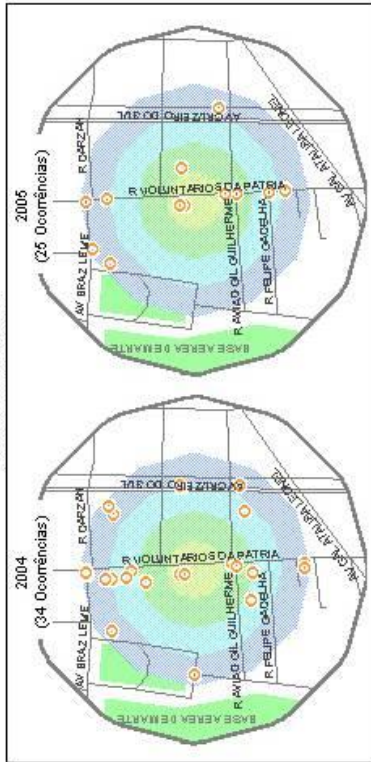


Município de São Paulo

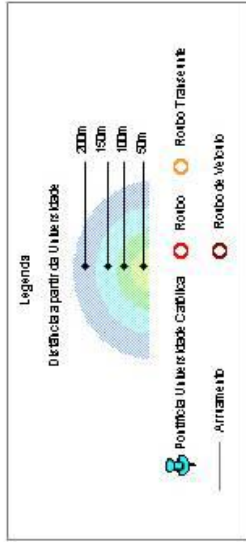


Escala 1 : 105.1 m 105.1 0 105.1 210.2

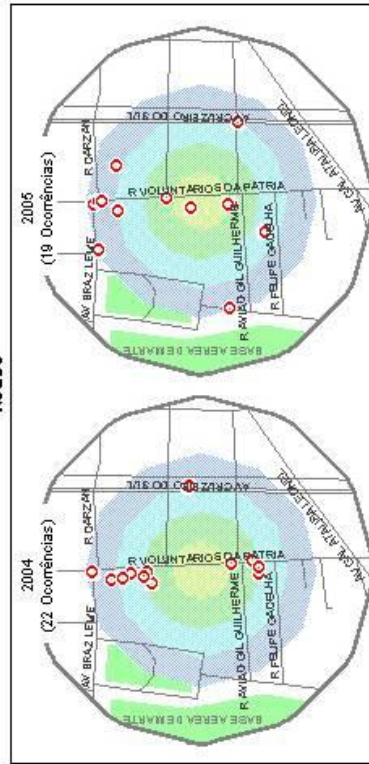
**Roubo Transeunte**



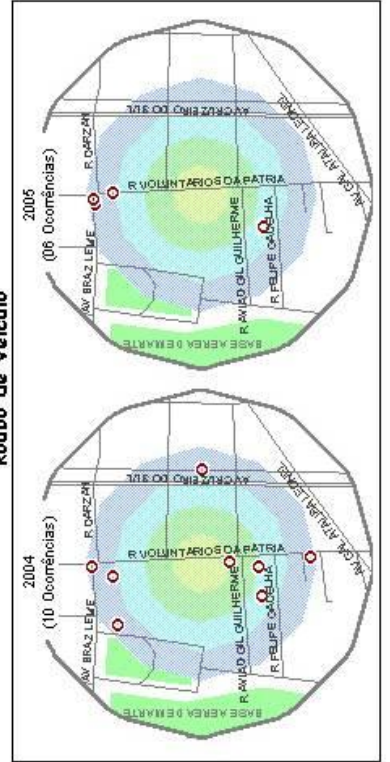
**PUC - Pontifícia Universidade Católica - Campus Santana**  
**08/05 a 31/12/2004 - 08/05 a 31/12/2005**



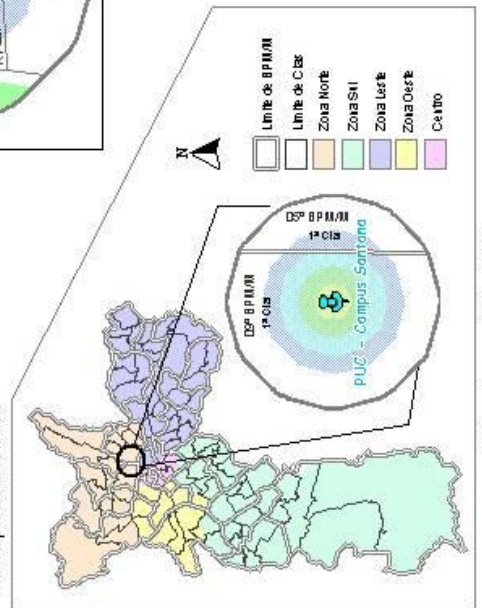
**Roubo**



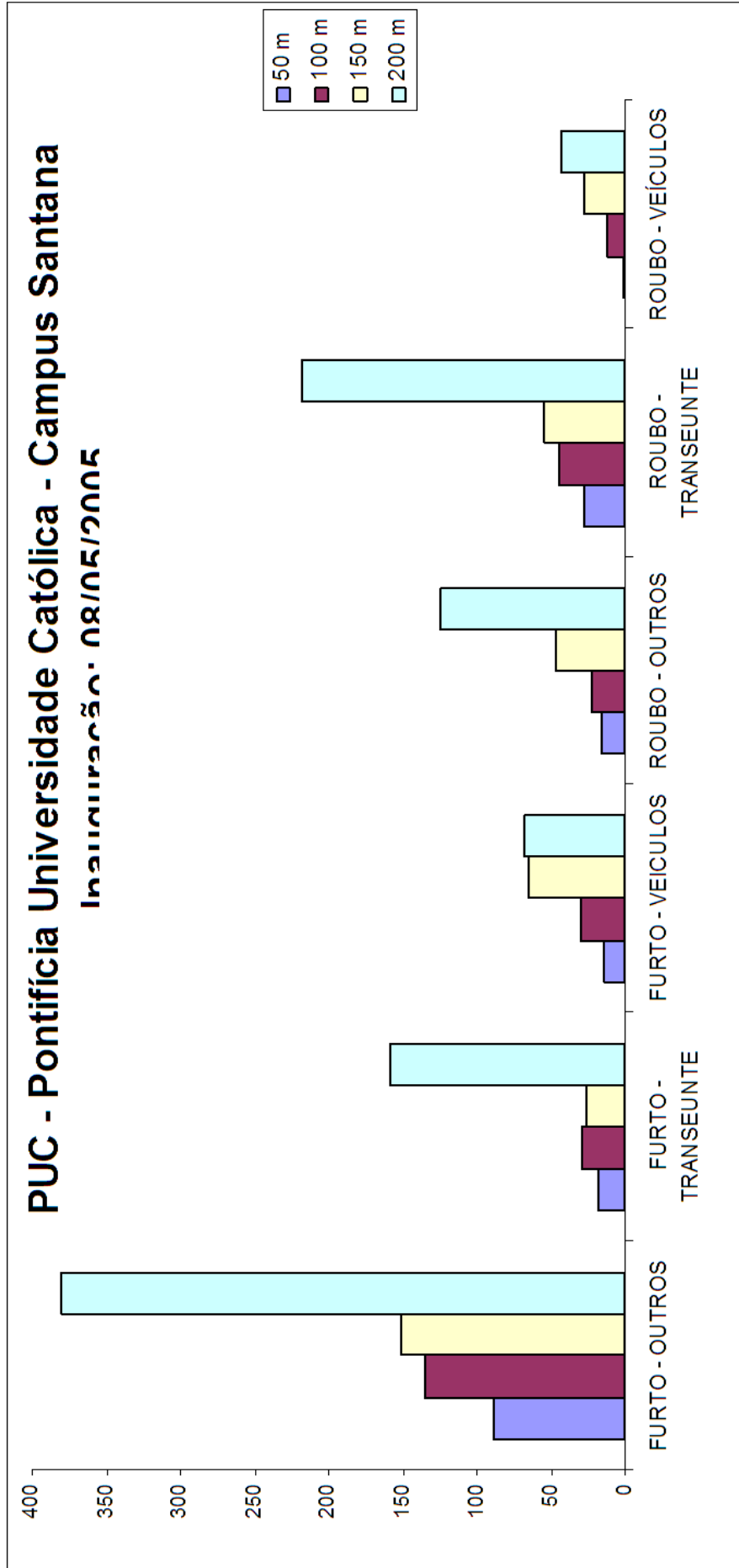
**Roubo de Veículo**



Município de São Paulo



Escala 1 : 105.1 m 0 105.1 210.2

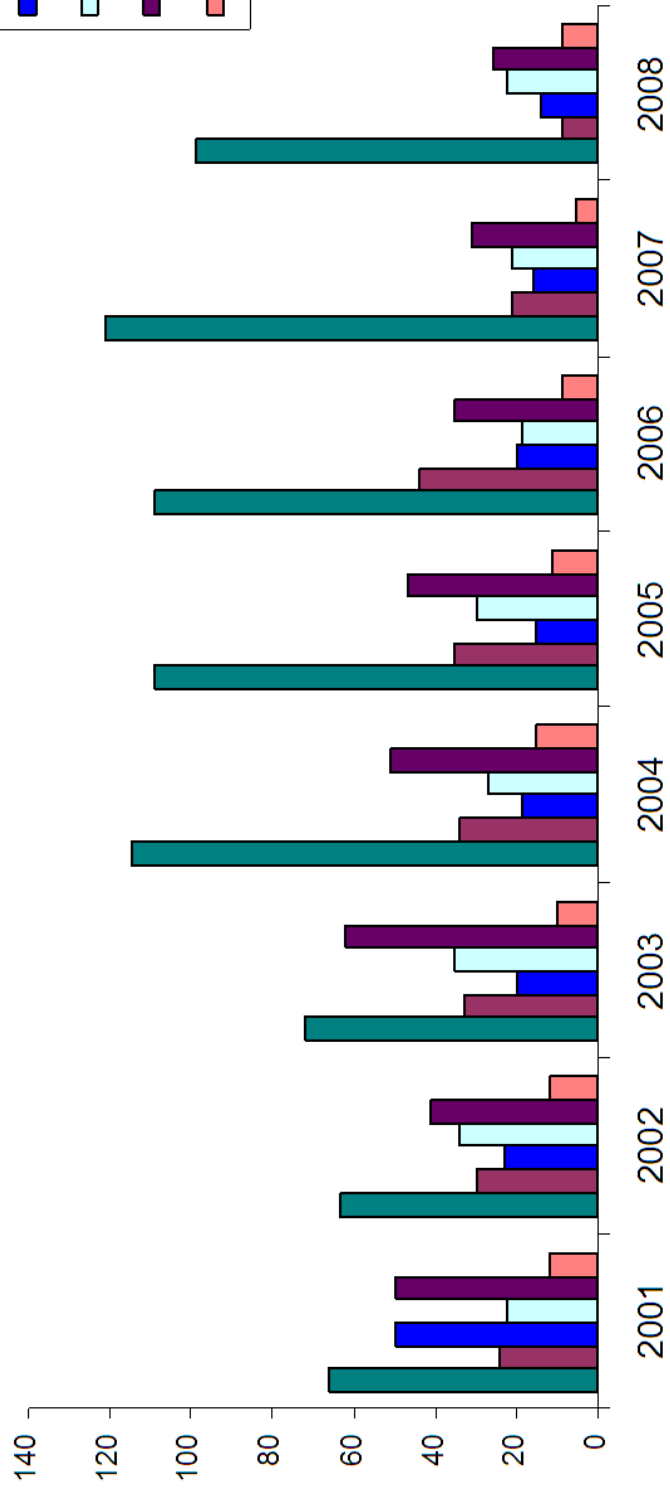


# PUC - Pontifícia Universidade Católica - Campus

Santana

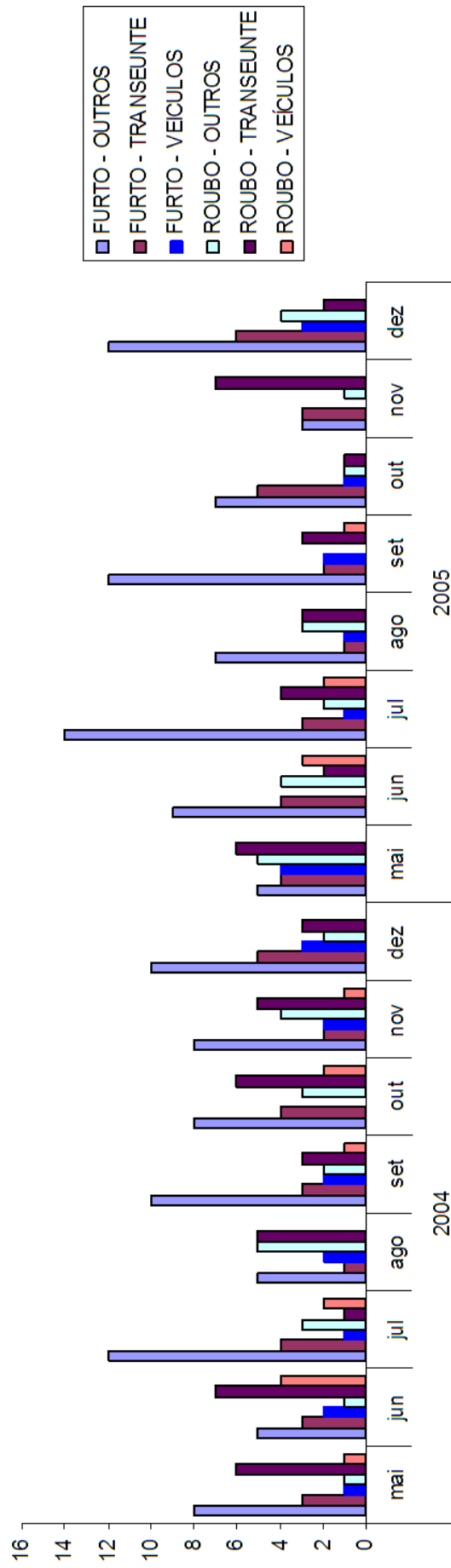
## INAUGURAÇÃO: 08/05/2005

- FURTO - OUTROS
- FURTO - TRANSEUNTE
- FURTO - VEICULOS
- ROUBO - OUTROS
- ROUBO - TRANSEUNTE
- ROUBO - VEÍCULOS



# PUC - Pontifícia Universidade Católica - Campus Santana

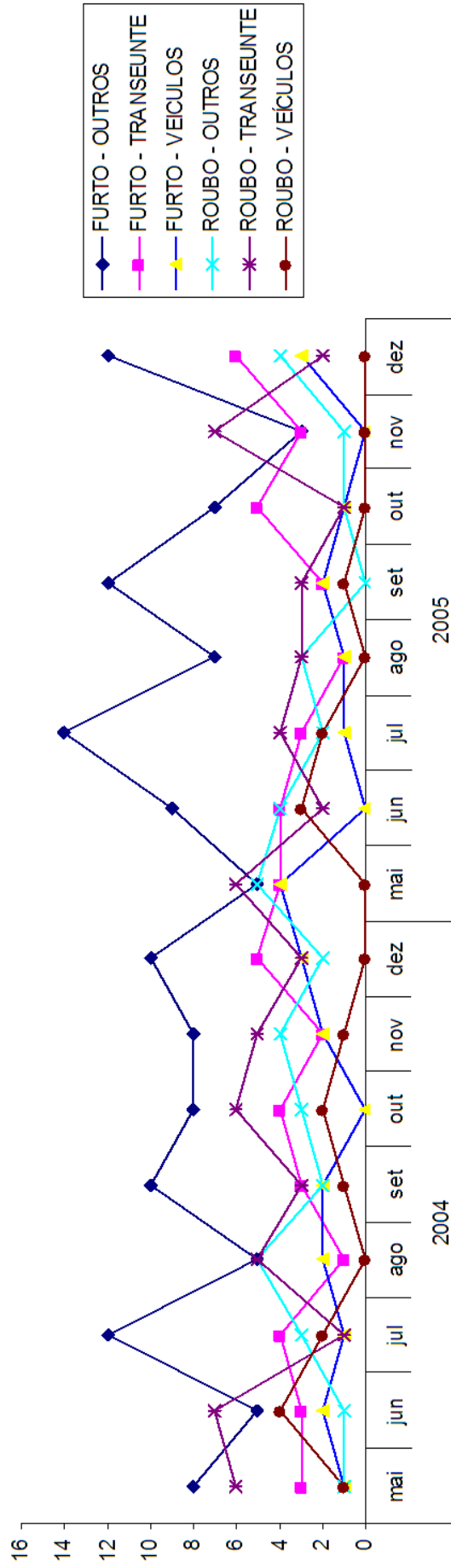
## Inauguração: 08/05/005



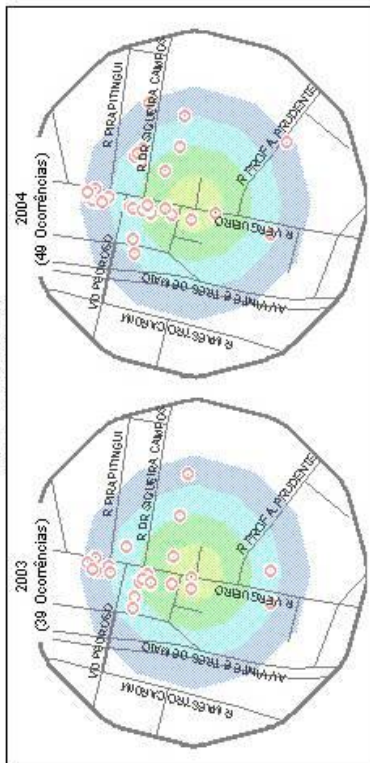
# PUC - Pontifícia Universidade Católica - Campus

## Santana

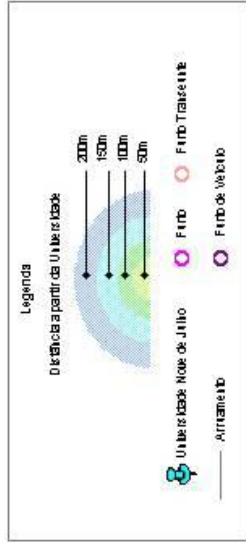
Inauguração: 08/05/005



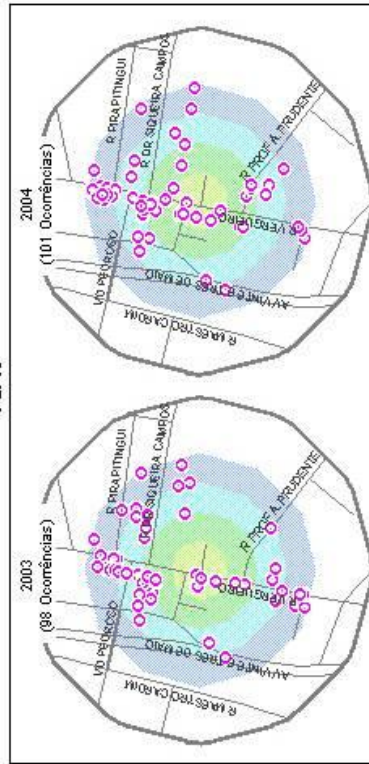
**Furto Transeunte**



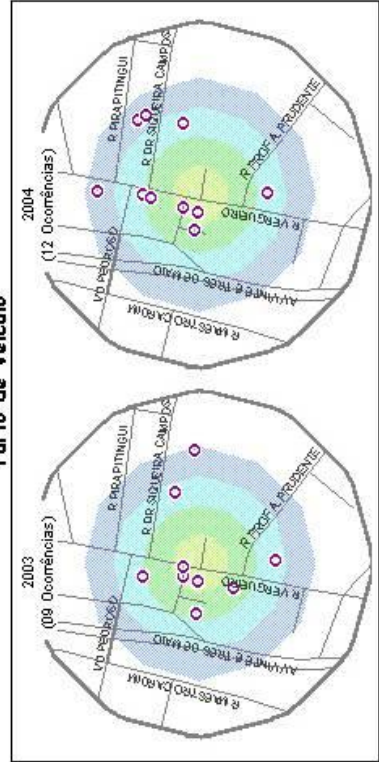
Universidade Nove de Julho - Campus Vergueiro  
04/03 a 31/12/2003 - 04/04 a 31/12/2004



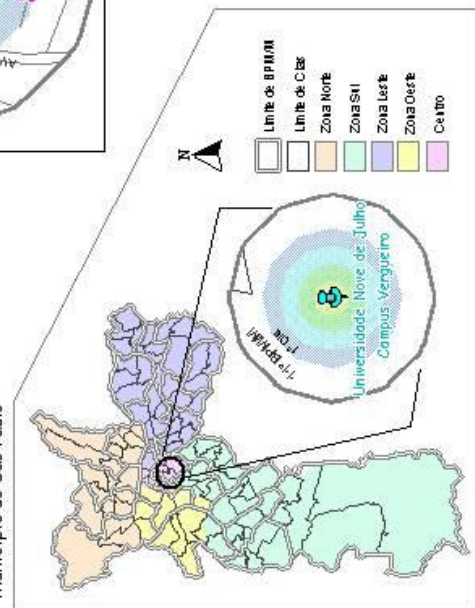
**Furto**



**Furto de Veículo**



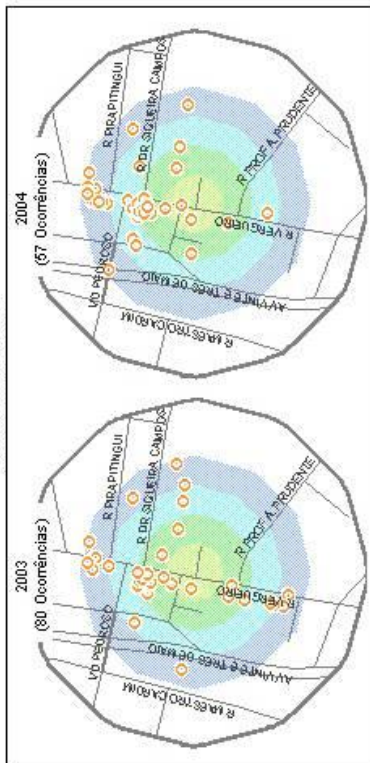
Município de São Paulo



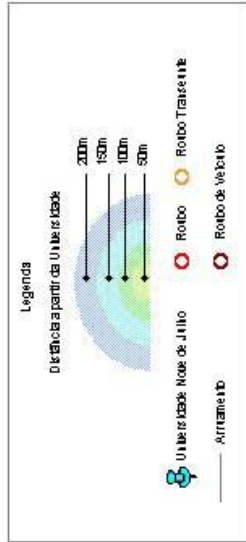
Escala 1 : 105.1 m 0 105.1 210.2



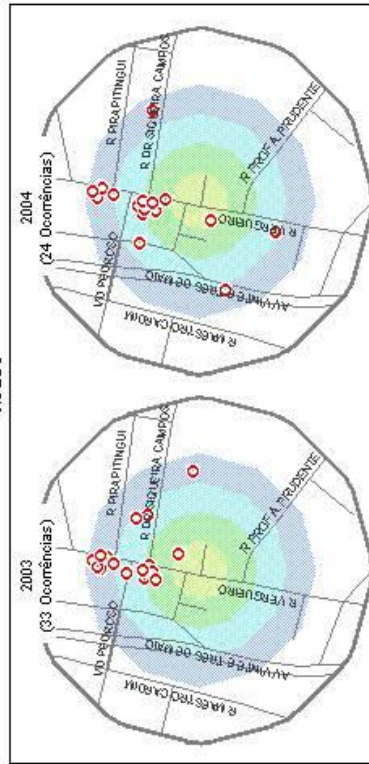
**Roubo Transseunte**



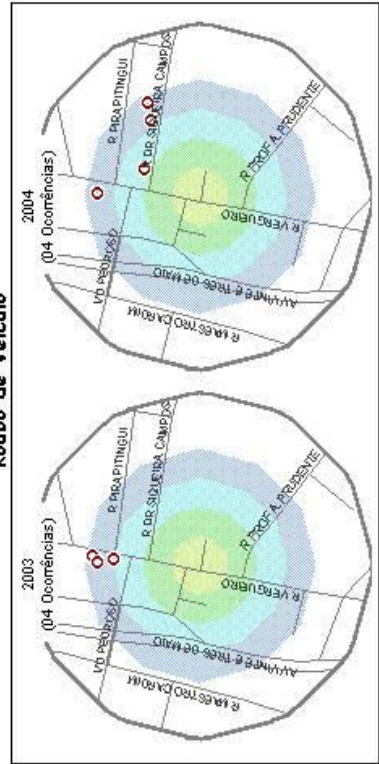
Universidade Nove de Julho - Campus Vergueiro  
04/03 a 31/12/2003 - 04/04 a 31/12/2004



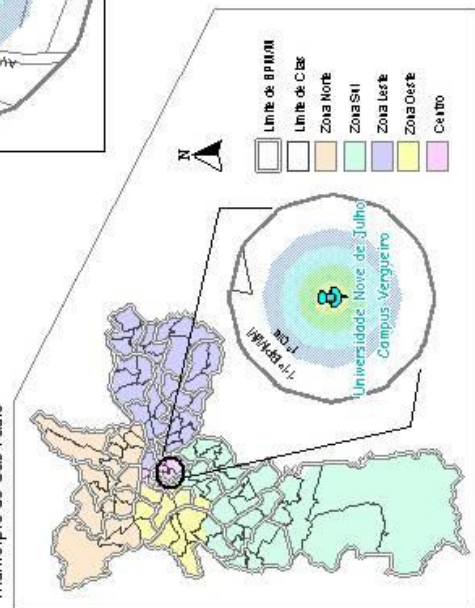
**Roubo**



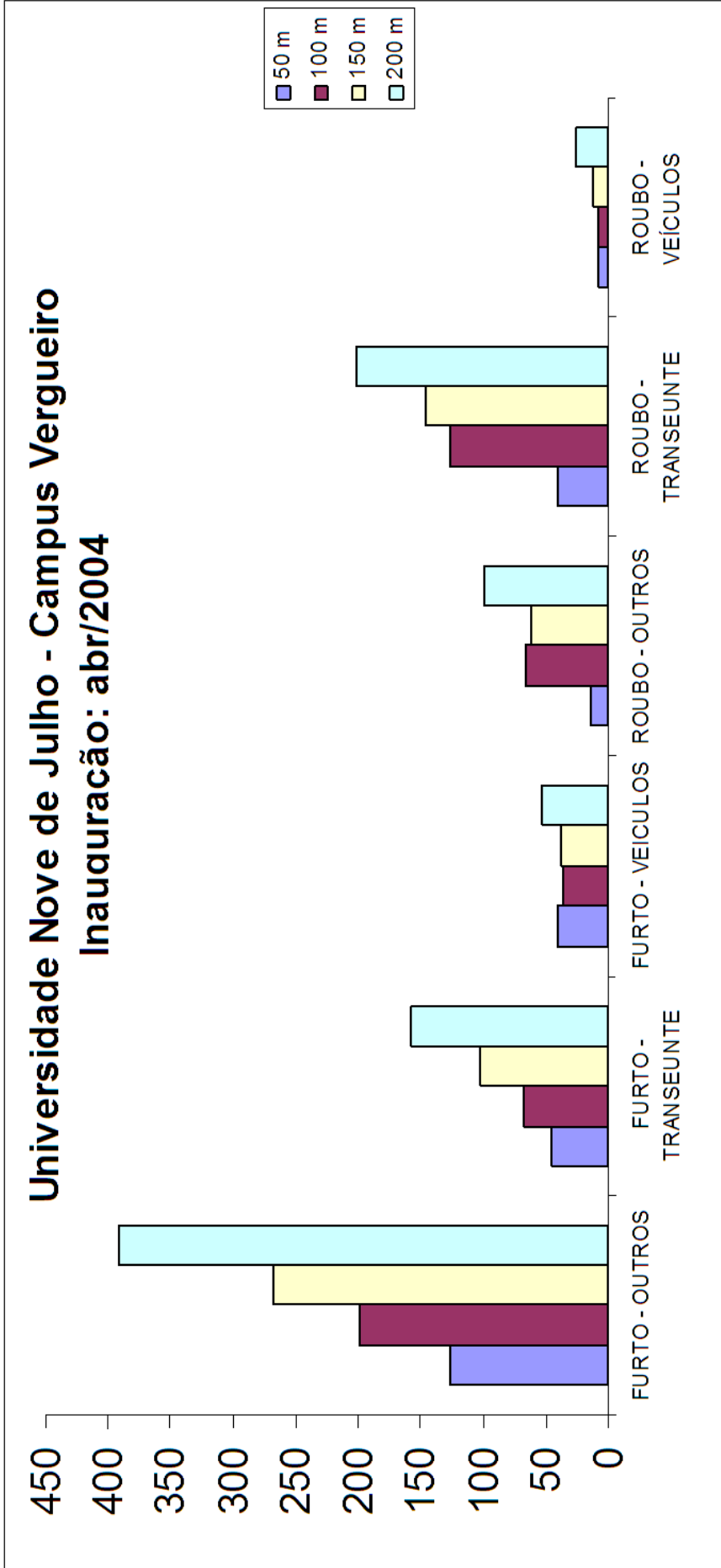
**Roubo de Veículo**



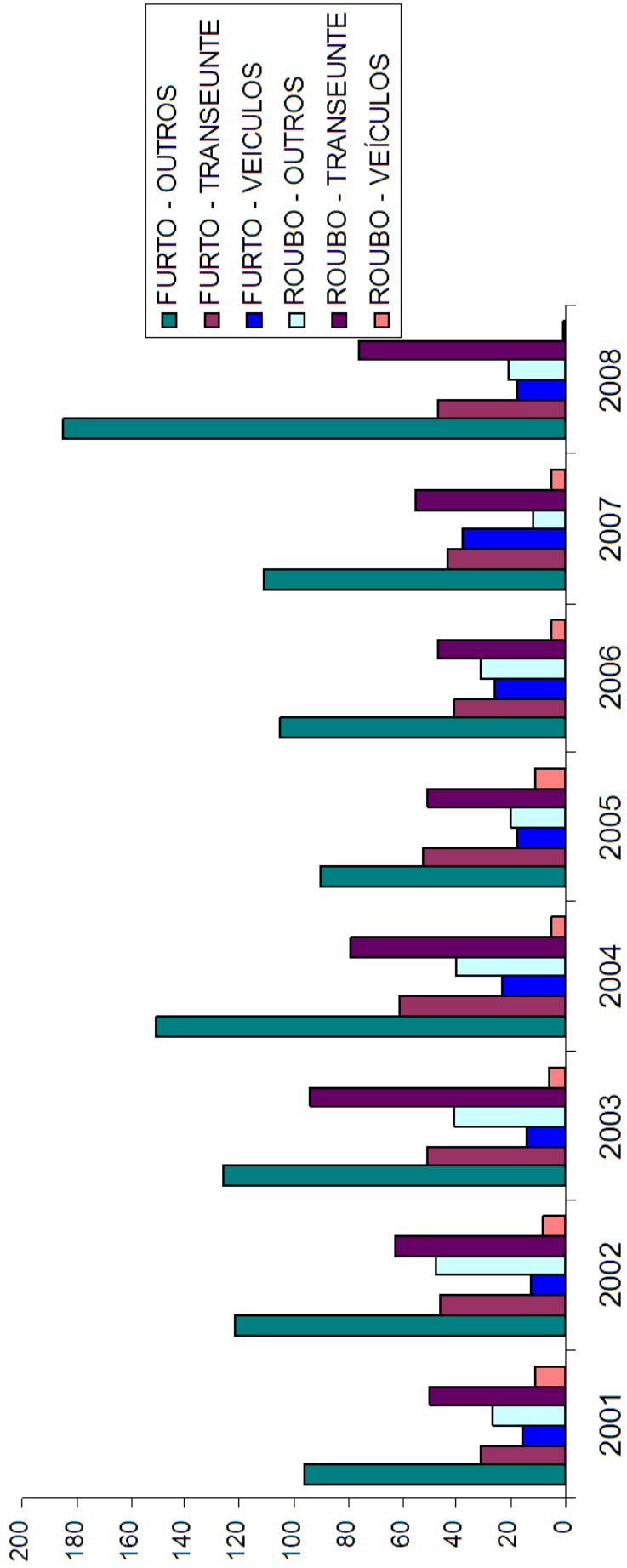
Município de São Paulo



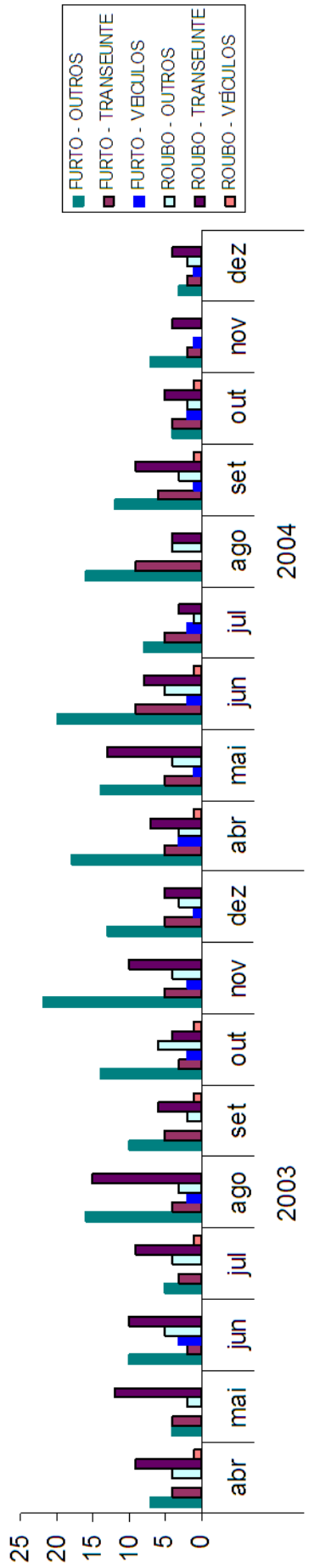
Escala 1 : 105.1 m 0 105.1 210.2



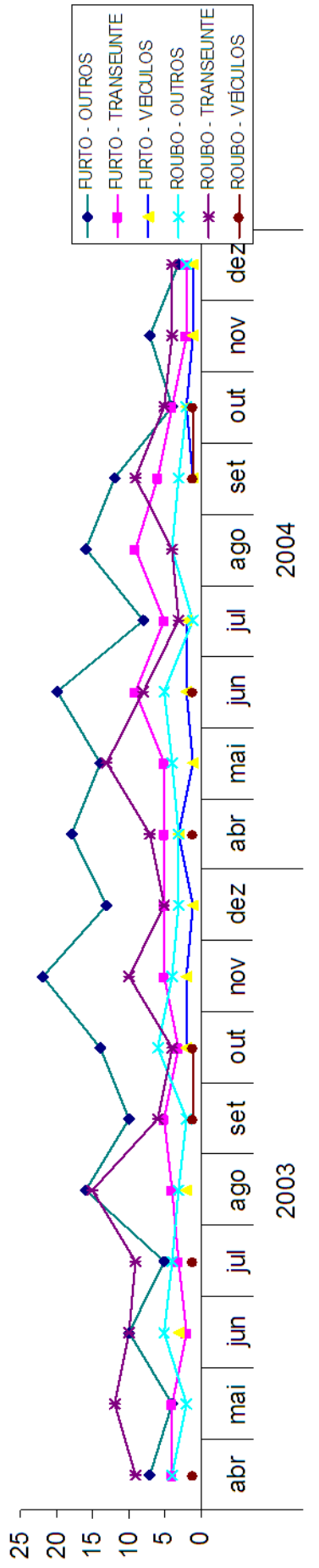
## Universidade Nove de Julho - Campus Vergueiro INAUGURAÇÃO: abr/2004



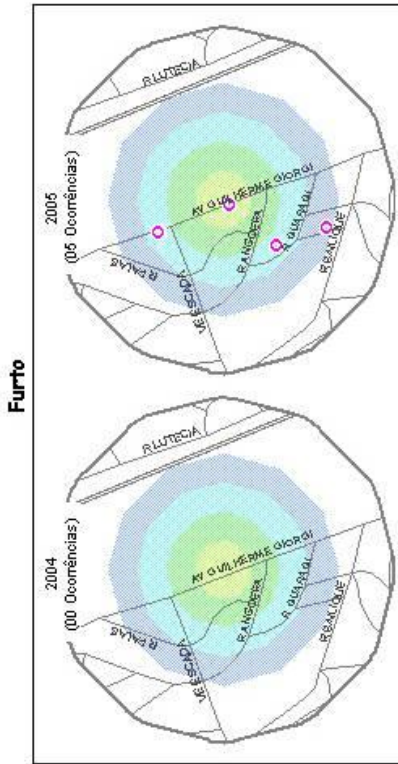
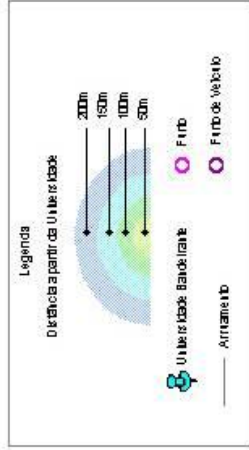
### Universidade Nove de Julho - Campus Vergueiro Inauguração: abr/2004



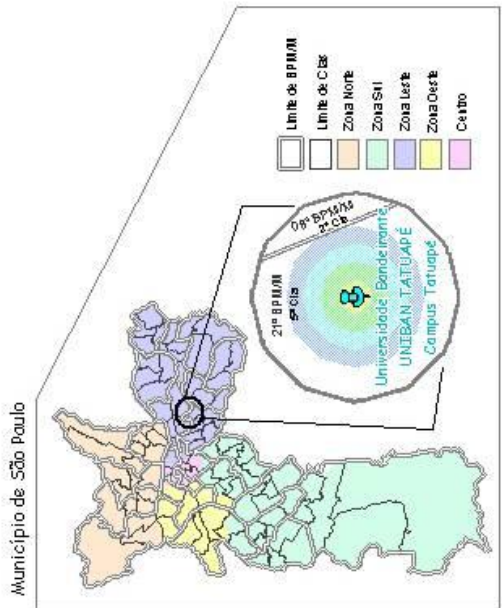
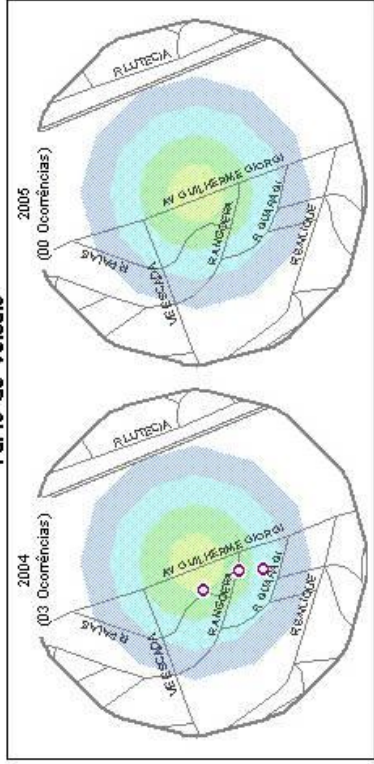
### Universidade Nove de Julho - Campus Vergueiro Inauguração: abr/2004



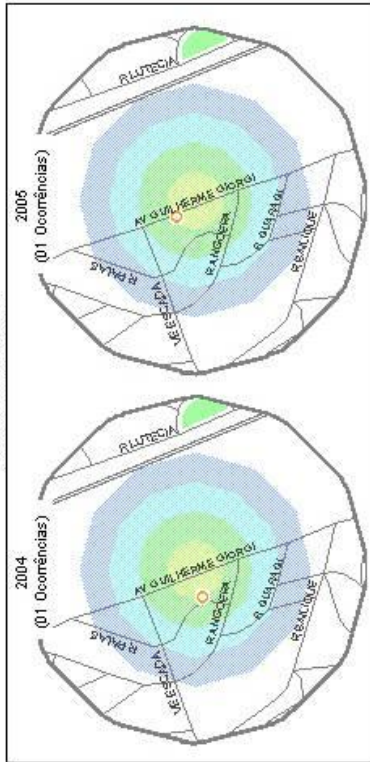
**Universidade Bandeirante - UNIBAN TATUAPÉ - Campus Tatuapé**  
**Jan/04 a 31/02/2004 - Jan/05 a 31/12/2005**



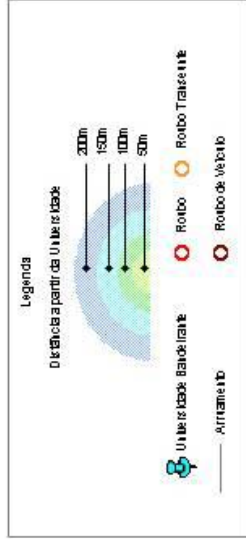
**Furto de Veículo**



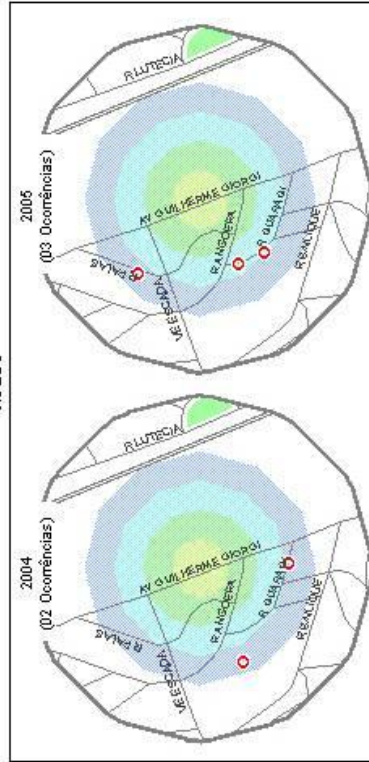
**Roubo Transseunte**



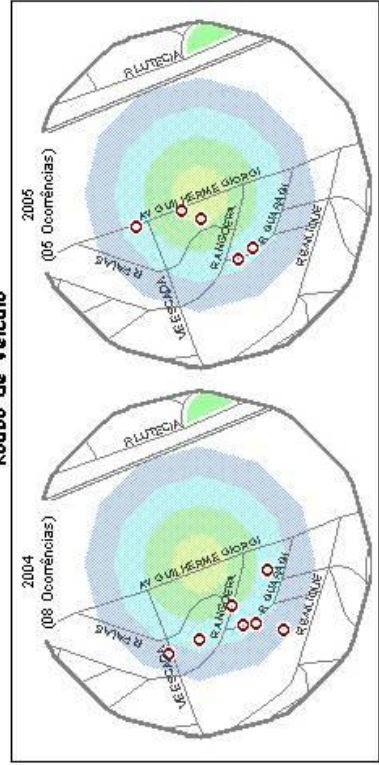
**Universidade Bandeirante - UNIBAN TATUAPÉ - Campus Tatuapé**  
**Jan/04 a 31/02/2004 - Jan/05 a 31/12/2005**



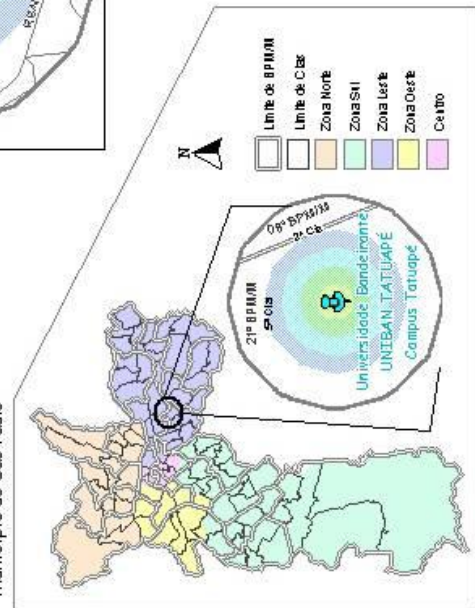
**Roubo**



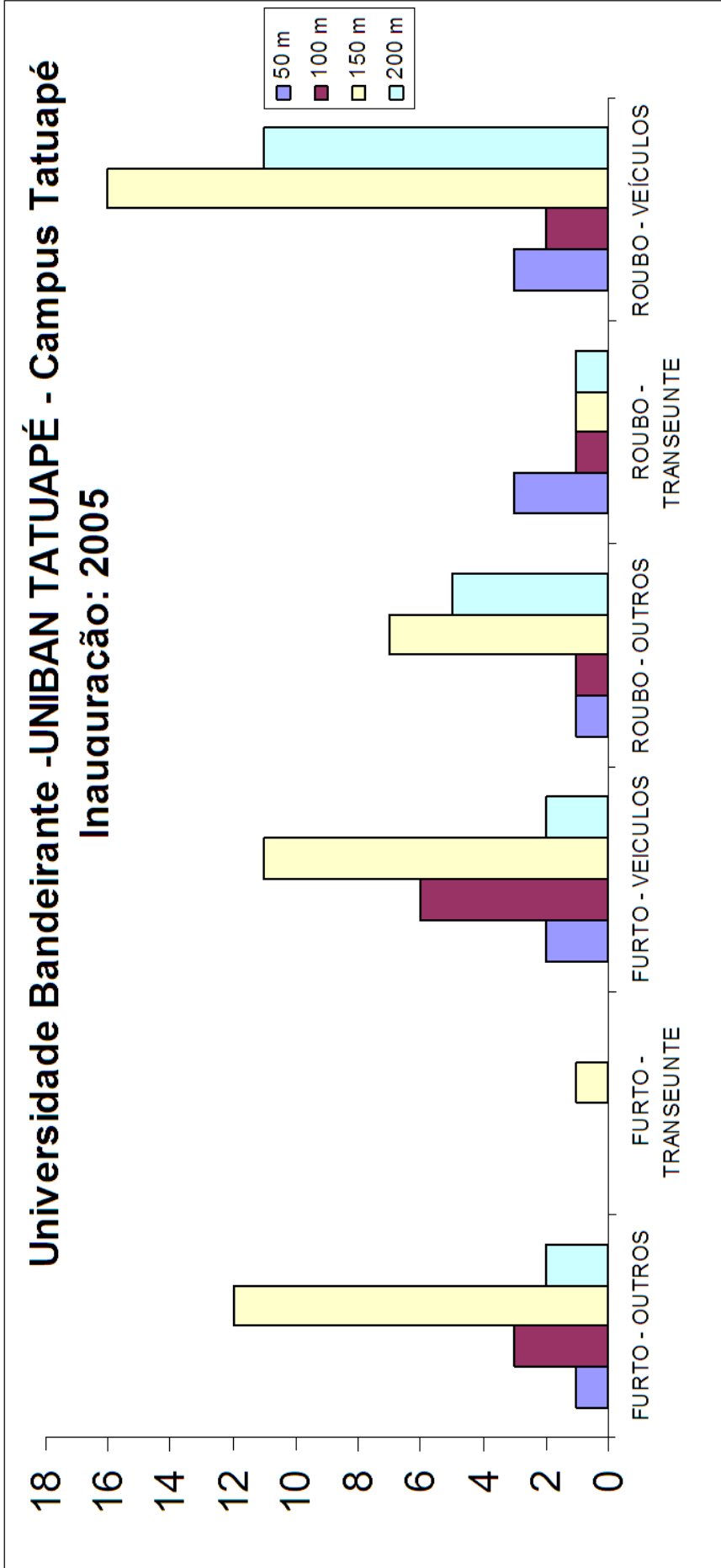
**Roubo de Veículo**



Município de São Paulo

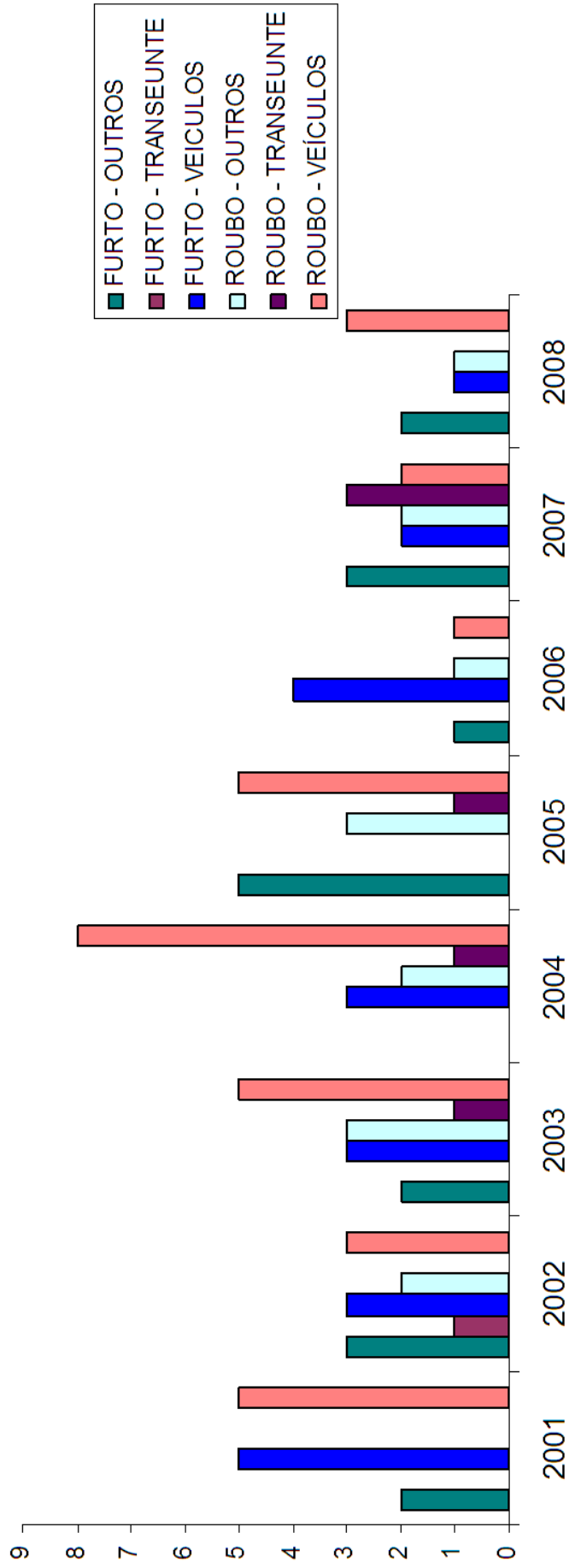


Escala 1 : 105.1 m

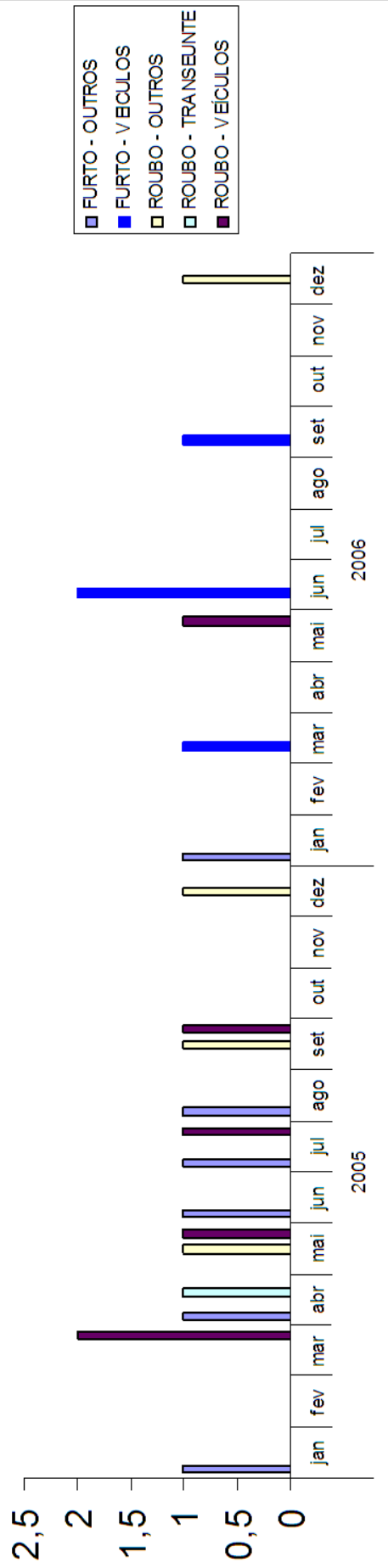


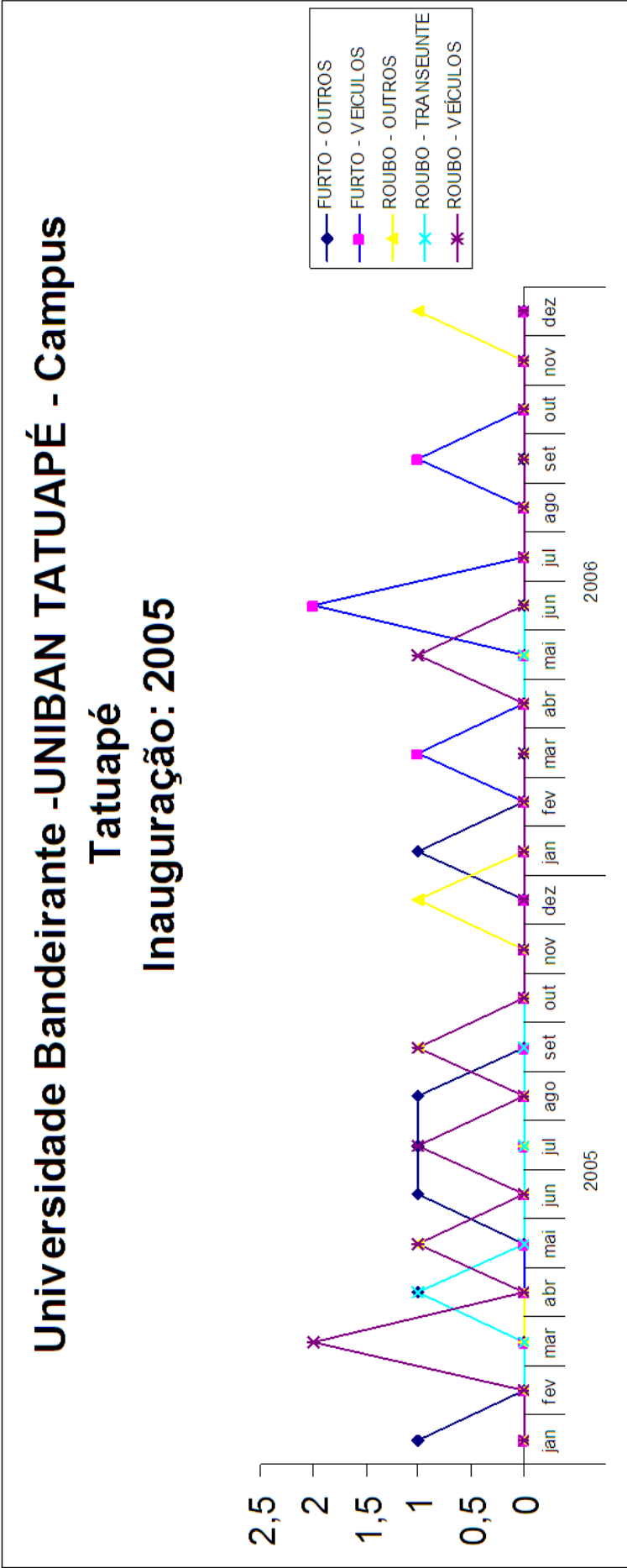


**Universidade Bandeirante - UNIBAN TATUAPÉ -  
Campus Tatuapé  
INAUGURAÇÃO: 2005**



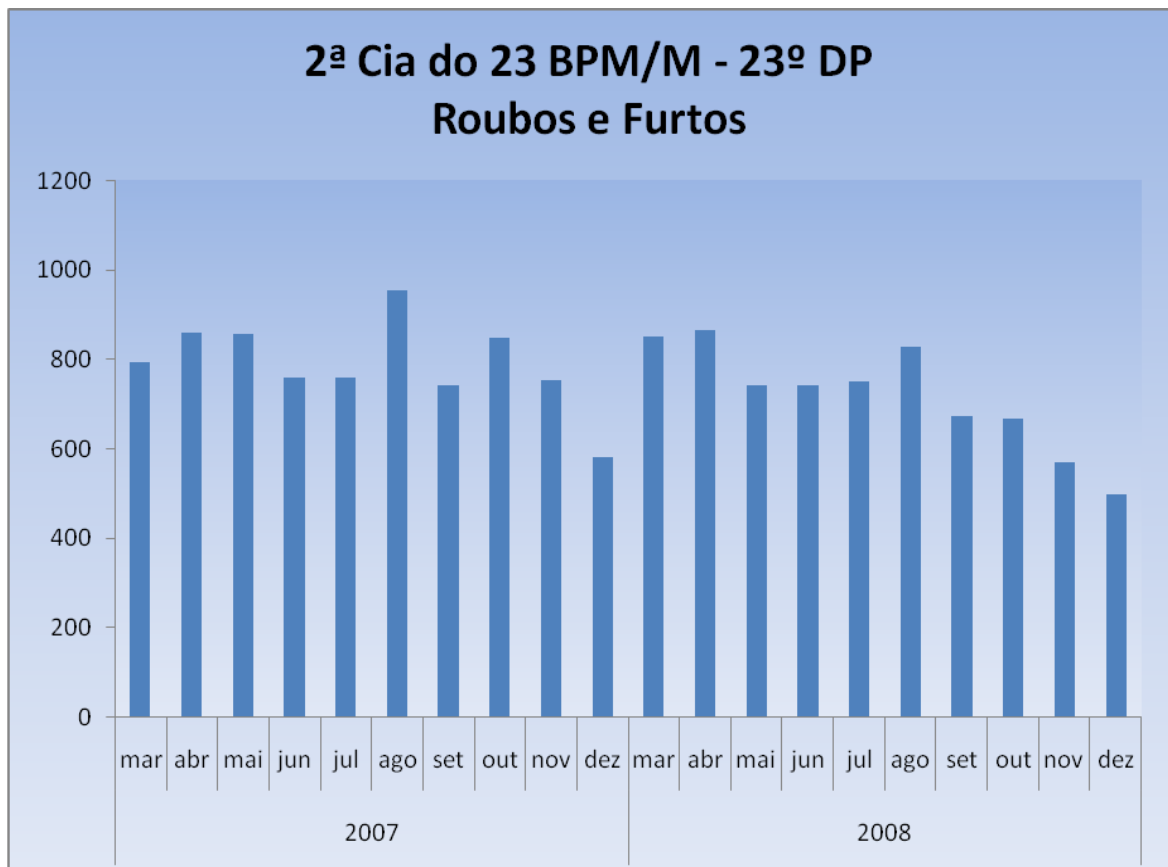
# Universidade Bandeirante - UNIBAN TATUAPÉ - Campus Tatuapé Inauguração: 2005



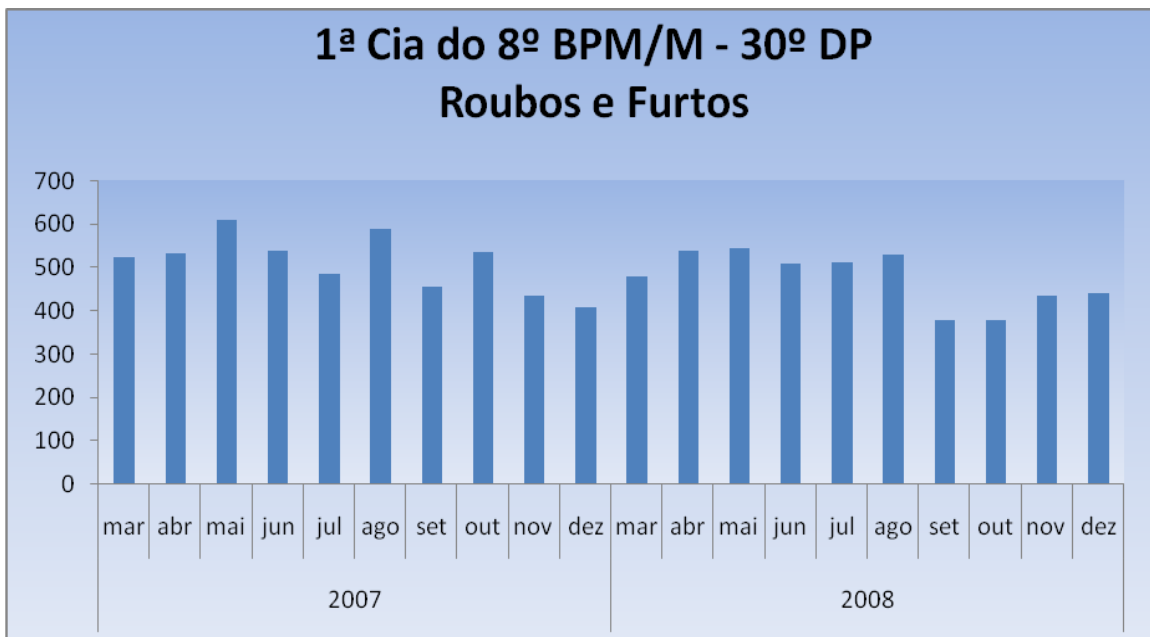


**ANEXO 9 – Tabelas da Evolução dos Índices Criminais da 2ª Cia do 23º BPM/M, 1ª Cia do 8º BPM/M e 6ª Cia PM do 8º BPM/M.**

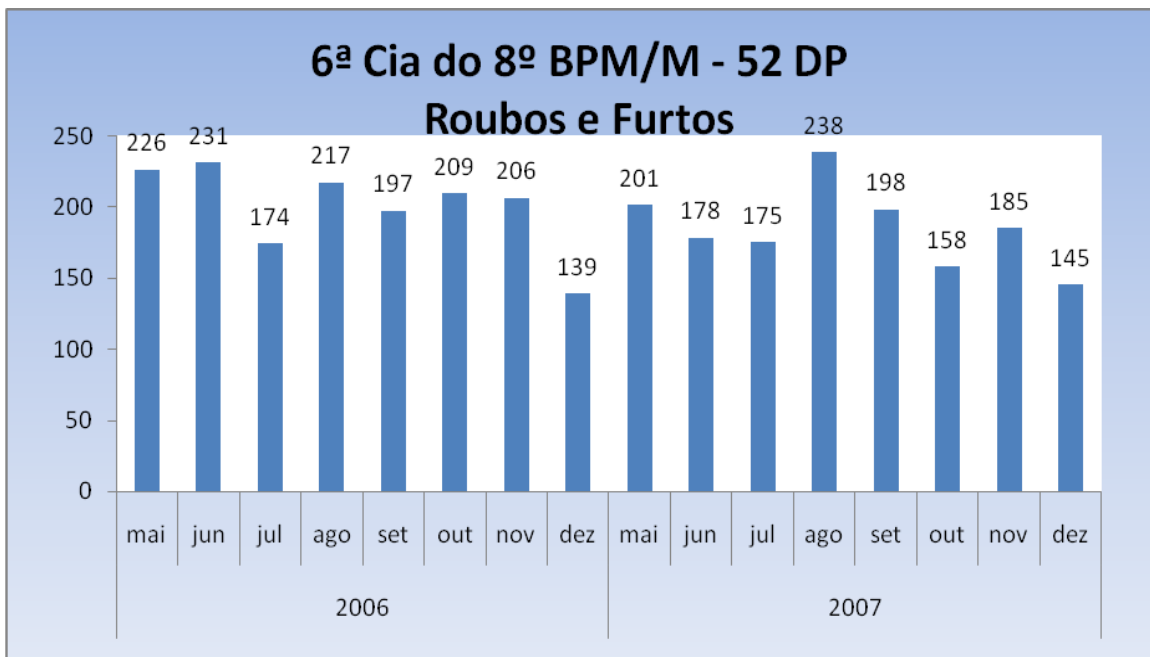
2ª Cia do 23 BPM/M			
ROUBOS E FURTOS			
MÊS	2007	2008	var %
mar	793	852	7,44%
abr	859	865	0,70%
mai	857	742	-13,42%
jun	759	741	-2,37%
jul	759	749	-1,32%
ago	955	829	-13,19%
set	742	672	-9,43%
out	847	667	-21,25%
nov	753	570	-24,30%
dez	582	497	-14,60%
<b>Total</b>	<b>7906</b>	<b>7184</b>	<b>-9,13%</b>



1ª Cia do 8º BPM/M			
ROUBOS E FURTOS			
MÊS	2007	2008	var %
mar	524	478	-8,78%
abr	532	539	1,32%
mai	607	543	-10,54%
jun	539	508	-5,75%
jul	484	511	5,58%
ago	589	528	-10,36%
set	456	379	-16,89%
out	534	379	-29,03%
nov	435	435	0,00%
dez	408	441	8,09%
<b>Total</b>	<b>5108</b>	<b>4741</b>	<b>-7,18%</b>



6ª Cia do 8º BPM/M			
ROUBOS E FURTOS			
MÊS	2006	2007	var %
mai	226	201	-11,06%
jun	231	178	-22,94%
jul	174	175	0,57%
ago	217	238	9,68%
set	197	198	0,51%
out	209	158	-24,40%
nov	206	185	-10,19%
dez	139	145	4,32%
<b>Total</b>	<b>1599</b>	<b>1478</b>	<b>-7,57%</b>



## **ANEXO 10 - DESIGN AGAINST CRIME SOLUÇÃO PARA “DESMANCHES”**

Desmanches são estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores de vias terrestres, ou seja, desmontam veículos e vendem as peças usadas. Tipo de negócio largamente utilizado em outros países, que por sua importância relativa merecem ser bem fiscalizados.

O maior fator de sedução dos desmanches é a possibilidade da oferta de itens de qualidade a preços extremamente baixos, se comparados com as peças originais e genuínas. Obtêm-se peças usadas de excelente qualidade a preços até mesmo inferiores aos das peças de segunda linha. Este é seu grande apelo e de onde advém o risco.

Diversas são as carências da legislação e a ausência de controle certamente facilita a obscuridade à procedência da documentação legal das peças comercializadas nos desmanches.

Atualmente a Lei nº 12.521/07<sup>45</sup> disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores de via terrestre e a comercialização de peças usadas e recondiçionadas.

Além da documentação necessária para o funcionamento do estabelecimento, para cada veículo a ser desmontado, determina a Lei que as autopeças usadas e recondiçionadas, destinadas à comercialização, sejam gravadas, em baixo relevo, com o número do chassi do veículo desmontado, para evitar que uma mesma autorização seja utilizada para mais de um veículo desmontado. Há ainda outras exigências, como registro permanente em livro específico de todos os dados dos veículos desmontados, para facilitar a atuação da polícia quando da fiscalização.

---

<sup>45</sup> Informação disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/comissoes/comcpi.asp>>. Acesso em 16 dez. 2008.

Outra providência dessa Lei é transferir para o DETRAN, órgão da Secretaria da Segurança Pública especializado em trânsito, a responsabilidade pelo registro dos estabelecimentos que comercializam autopeças.

Todas essas rotinas e padrões de procedimentos são baseados no conceito do “Design Against Crime”, utilizando-se das regras: **“dificultar o alvo”** e **“aumentar o seu controle”**.